



RELATÓRIO E CONTAS 2023



ÍNDICE

I. Mensagem da Bastonária	5
II. Enquadramento jurídico	7
III. Evolução de alguns indicadores	9
IV. Missão, visão e valores	15
V. Ética, transparência e responsabilidade	17
VI. Política de qualidade	19
VI. Análise SWOT	21
VIII. Órgãos sociais do quadriénio 2022–2025	23
IX. Estrutura interna	29
X. Indicadores do ano 2023	31
XI. Principais acontecimentos	35
XII. Relatório de gestão	63
XII.a Áreas de atuação	64
XII.b Áreas de suporte	74
XII.c Relações internacionais	89
XII.d Análise da situação económica e financeira	90
XIII. Demonstrações financeiras	120
XIV. Relato não financeiro	155
XIV.a Modelo de governação	156
XIV.b Desempenho ambiental	172
XIV.c Desempenho social	174
XV. Relatório anual da atividade do conselho fiscal	185
XVI. Parecer do conselho fiscal	190
XVII. Certificação legal das contas	193



ORDEM DOS CONTABILISTAS



MCM



I. Mensagem da Bastonária

O ano de 2023 foi, sem qualquer dúvida, o mais desafiante que tive como Bastonária. 2023 foi o ano em que tudo correu bem mas em que tudo poderia correr mal. 2023 foi o ano em que os alicerces da profissão foram colocados à prova. 2023 foi o ano em que, uma vez mais, a união dos contabilistas certificados, interesse público da profissão e a independência política e trabalho altruísta da Ordem dos Contabilistas Certificado e da minha equipa, foram os ingredientes secretos para conseguirmos ultrapassar com sucesso os gigantescos desafios que tivemos pela frente.

O ano começou com um grande choque, quando tomamos conhecimento da proposta de alteração ao Estatuto da OCC, onde constava que o artigo 10.º do nosso Estatuto fora parcialmente revogado, isto é, o legislador queria eliminar as competências reservadas da nossa profissão. A reação foi fantástica, mobilizando-se, não só a profissão como toda a sociedade civil exigindo a reserva dos atos aos contabilistas certificados. Um mês depois surge nova versão apresentada pelo governo na Assembleia da República: as competências exclusivas e partilhadas dos contabilistas certificados voltavam a ficar garantidas. No final do ano, após a promulgação por parte do Presidente da República, a 7 de dezembro, foi publicado em «Diário da República», a Lei n.º 68/2023, que contempla a alteração ao estatuto, um estatuto que reforça o interesse público da profissão e as ferramentas regulatórias da Ordem por forma a melhor podermos continuar a trabalhar na defesa da profissão e dos profissionais.

Quando podíamos pensar que este problema não teria rival, em 2023, deparámo-nos ainda com um tremendo ciberataque à instituição que afetou o normal funcionamento dos serviços da Ordem. Prontamente tivemos de nos adaptar sem nunca colocar em causa o apoio aos membros, passadas duas semanas, conseguimos restabelecer os sistemas sem qualquer perda de dados ou informação.

O ano ainda não tinha acabado e ainda tivemos pela frente uma alteração relevante no TOCOnline. Perante a estagnação no desenvolvimento da plataforma e o adiamento no lançamento de novos módulos, a Ordem terminou a relação contratual com o prestador de serviços que até então vinha a desenvolver o software, por forma a que o TOCOnline se torne novamente na ferramenta que melhor serve os contabilistas certificado. Encarando com positivismo e entusiasmo, acreditamos que esta mudança fará com que o TOCOnline responda novamente a todas as exigências profissionais dos membros.

Mas 2023 foi muito mais, 2023 foi o lançamento da rubrica «Sabia que?», do CICA, em Coimbra, do lançamento dos manuais digitais «12 meses, 12 guias práticos», da entrega de medalhas por todo o país, do Dia do Contabilista e Encontro Nacional no Porto, consolidação do CCclix e conseqüente aumento no número de formandos e foi o ano em que novamente batemos o recorde no número de questões técnicas respondidas aos membros.



No plano financeiro, destaco a contínua amortização do endividamento da Ordem (63% de redução em seis anos), do aumento da autonomia financeira (71%) e rácio de solvabilidade (2,44)

A venda do imóvel a Avenida 24 de Julho, pelo valor de 5 milhões de euros, teve uma mais-valia de 3.698.631 euros com um impacto substancial no resultado apresentado com um valor positivo 4.247.109,44 euros. Após a venda do imóvel da Avenida 24 de julho foram efetuadas duas aplicações financeiras no valor total de 4,5 milhões de euros e realizada a liquidação antecipada do contrato de leasing referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho.

2023 foi um ano duro, exigente, que nos colocou à prova mas no final conseguimos responder afirmativamente aos desafios que nos foram colocados e conseguimos reforçar os alicerces da nossa profissão, do seu interesse público e das condições para um melhor exercício da profissão. A bastonária

Paula Franco





II. Enquadramento Jurídico



A Ordem foi criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2009, de 26 de outubro, pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, pelo aditamento da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro. Sendo uma pessoa coletiva de direito público representativa dos profissionais que exercem a atividade de Contabilista Certificado, ascendem, à presente data, a 66 518 membros com inscrição ativa, dos quais 36.416 são mulheres e 30.102 homens, contando ainda com mais 2.327 membros com inscrição suspensa, o que totaliza 68.845 membros.

A Ordem rege-se pelo Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), pela Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, alterada pela Lei n.º 12/2023, de 28 de março que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, pelos regulamentos da Ordem, pelo Código do Procedimento Administrativo e os princípios gerais de direito administrativo, a sua organização interna, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado.

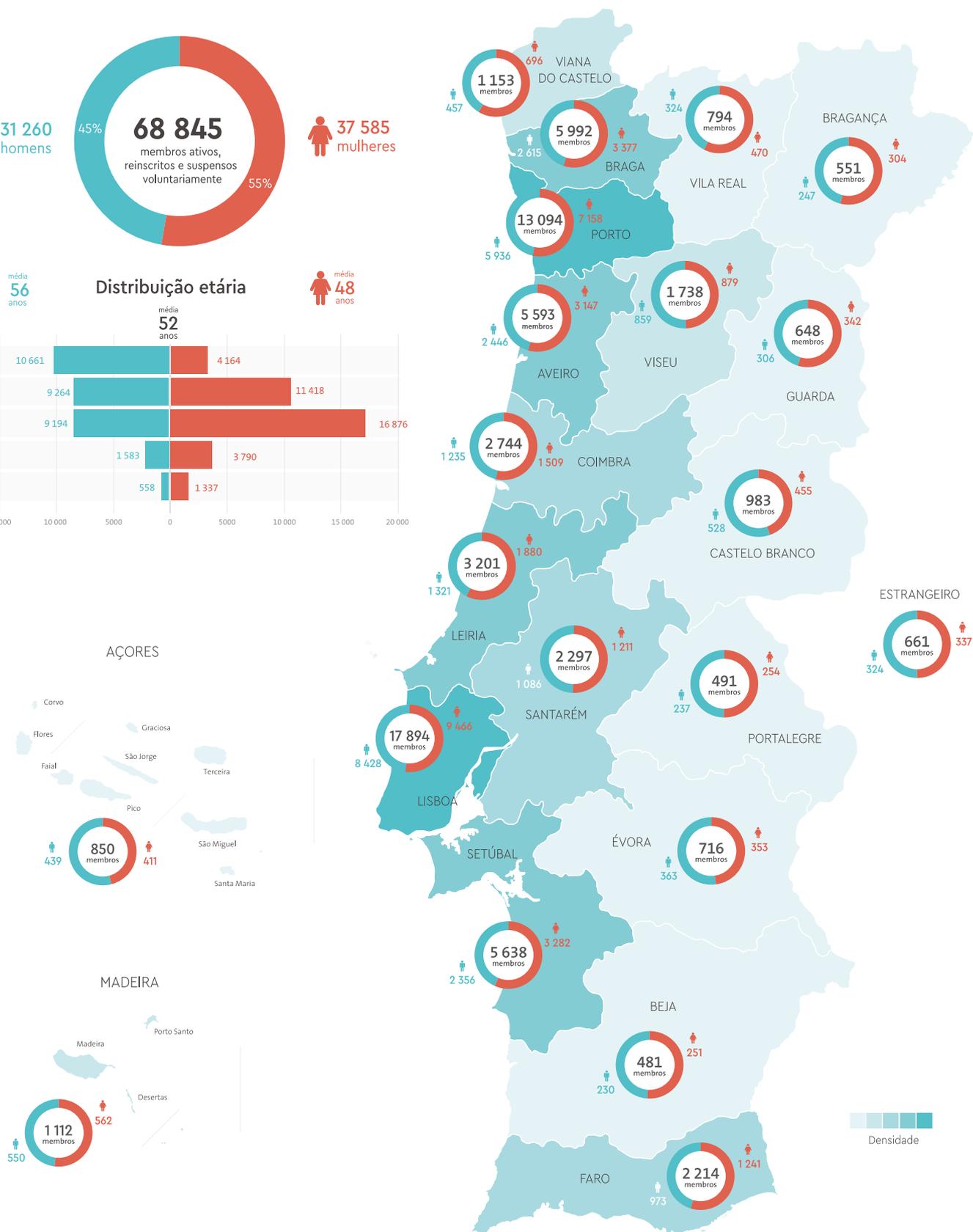
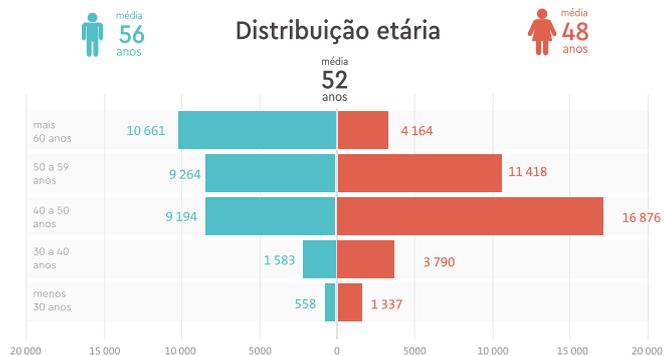
A Instituição tem sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa e possui representações permanentes em todo o território nacional, nomeadamente, nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, bem como nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos seus órgãos estatutariamente previstos no art. 35.º do seu Estatuto, independentes entre si e dispondo de um quadro de competências que pretende o reforço da transparência na governação da instituição, mais concretamente: Assembleia representativa; Assembleia Geral e Eleitoral; Bastonário; Conselho Diretivo; Conselho jurisdicional; e Conselho Fiscal.

Nos termos conjugados da al. c) do artigo 54.º e al. a) do n.º 1 do artigo 43.º do EOCC, compete ao conselho diretivo «Apresentar anualmente à assembleia representativa o relatório e contas respeitantes ao ano civil anterior;», «No decurso do 1.º trimestre de cada ano, para discussão e votação do relatório e contas apresentado pelo conselho diretivo e do relatório e parecer do conselho fiscal relativos ao ano civil anterior;». Nesse sentido, tendo legitimidade e encontrando-se em tempo para o efeito, apresenta o conselho diretivo o Relatório e Contas do período de 2023 da Ordem dos Contabilistas Certificados.

Membros Ordem 2023

Distribuição geográfica por género e idade



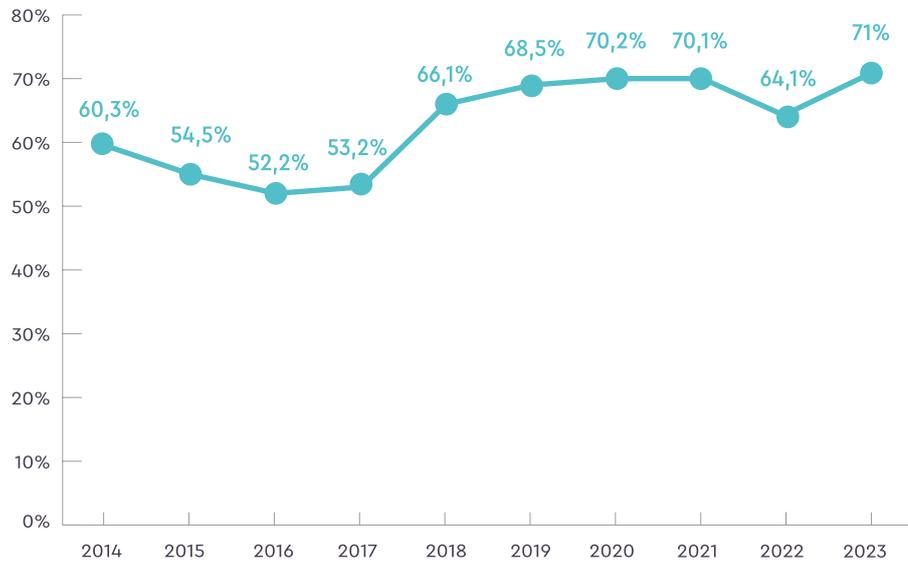
Fonte: Dados OCC a 31 de dezembro de 2023



III. Evolução de alguns indicadores



AUTONOMIA FINANCEIRA



RÁCIO DE SOLVABILIDADE





LIQUIDEZ GERAL

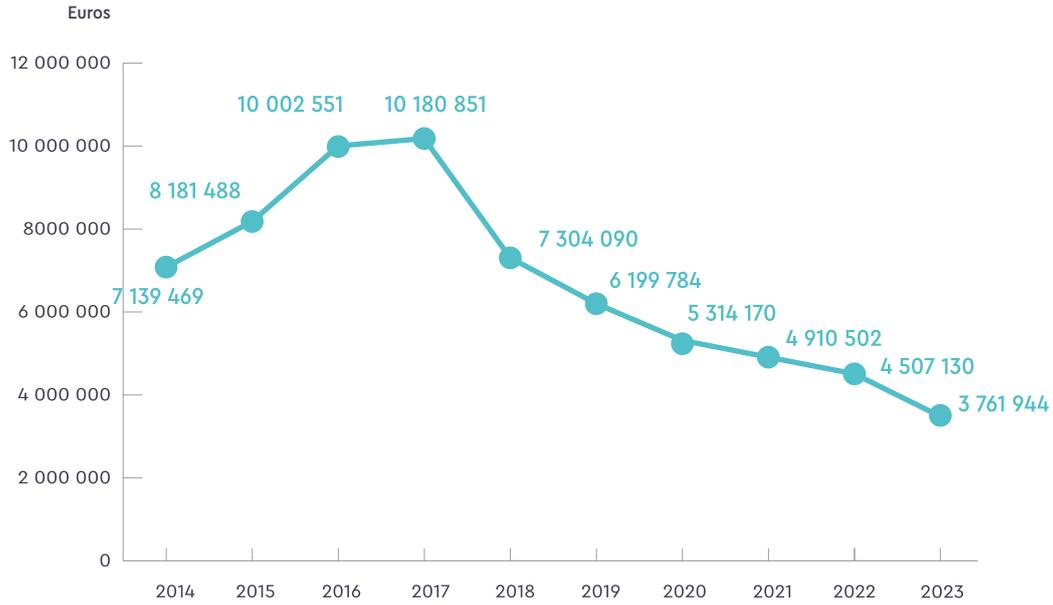


DISPONIBILIDADES (CAIXA E DEPÓSITOS BANCÁRIOS)

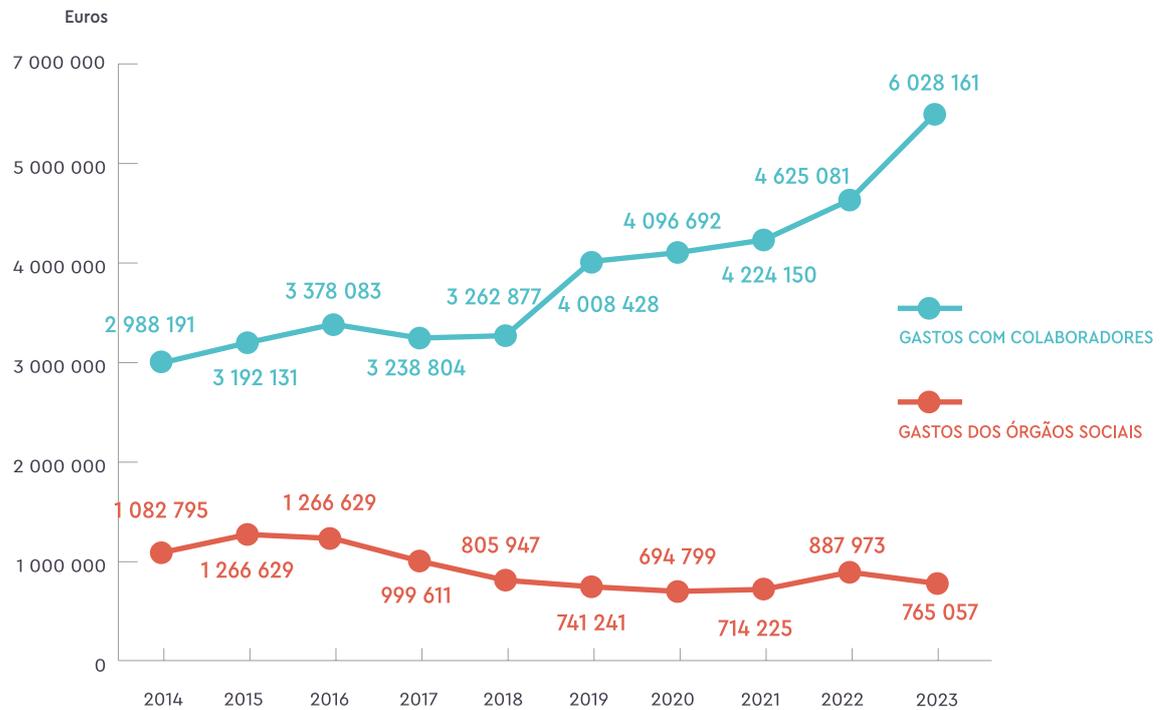




FINANCIAMENTOS OBTIDOS

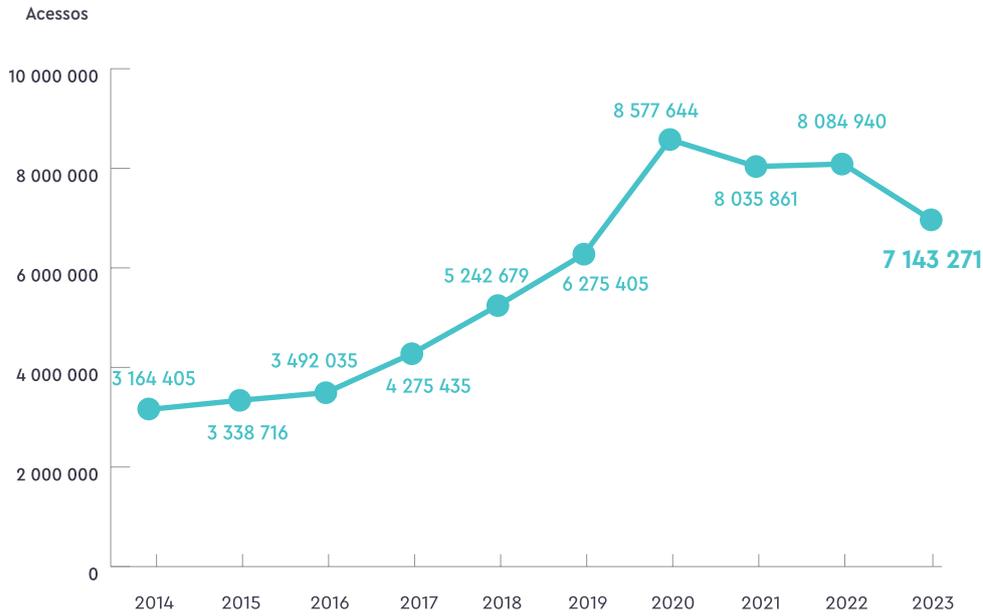


GASTOS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS VS GASTOS COM COLABORADORES

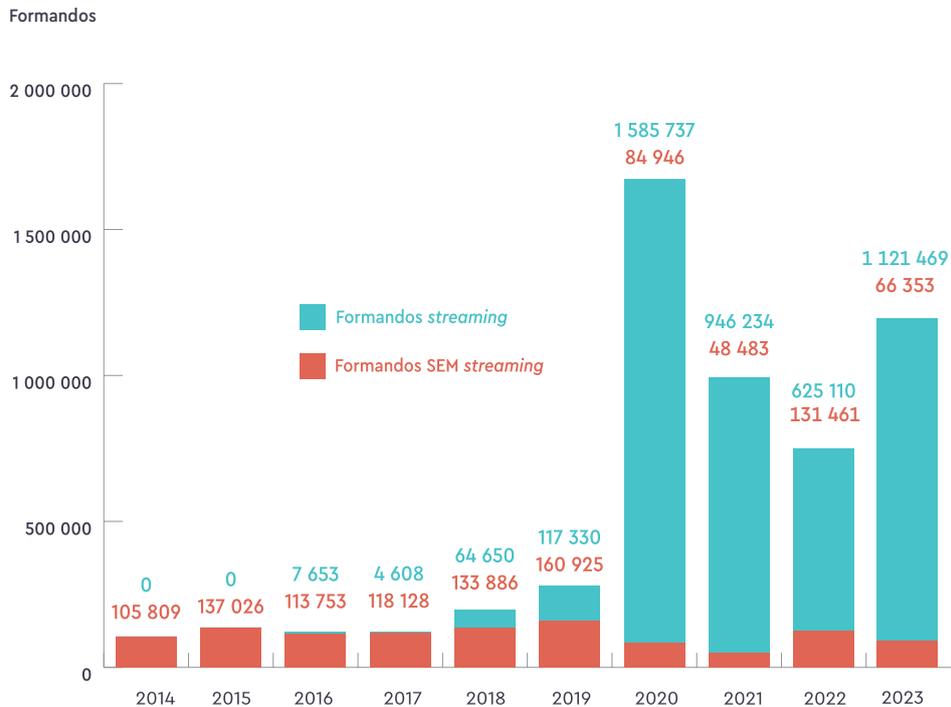




ACESSOS AO SITE OCC.PT

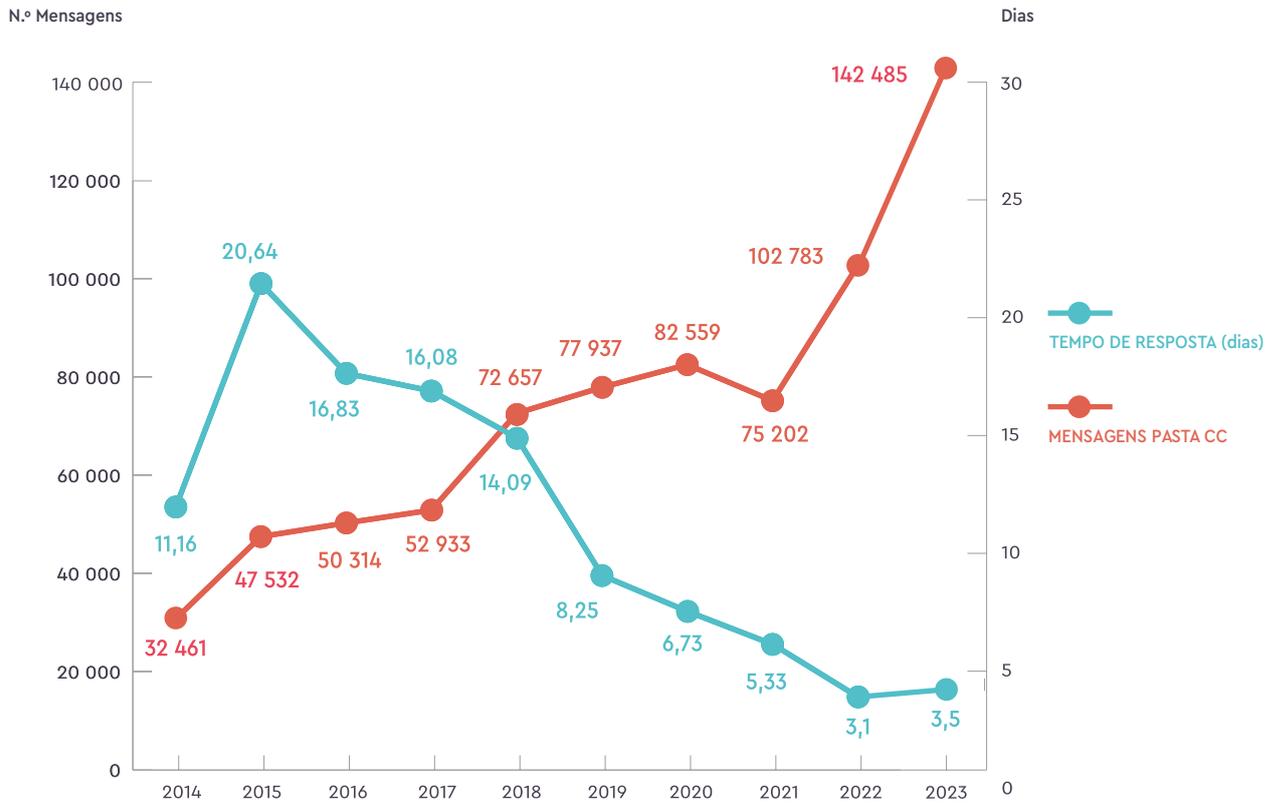


FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÍNUA





TEMPO DE RESPOSTA VS MENSAGENS RESPONDIDAS PASTA CC



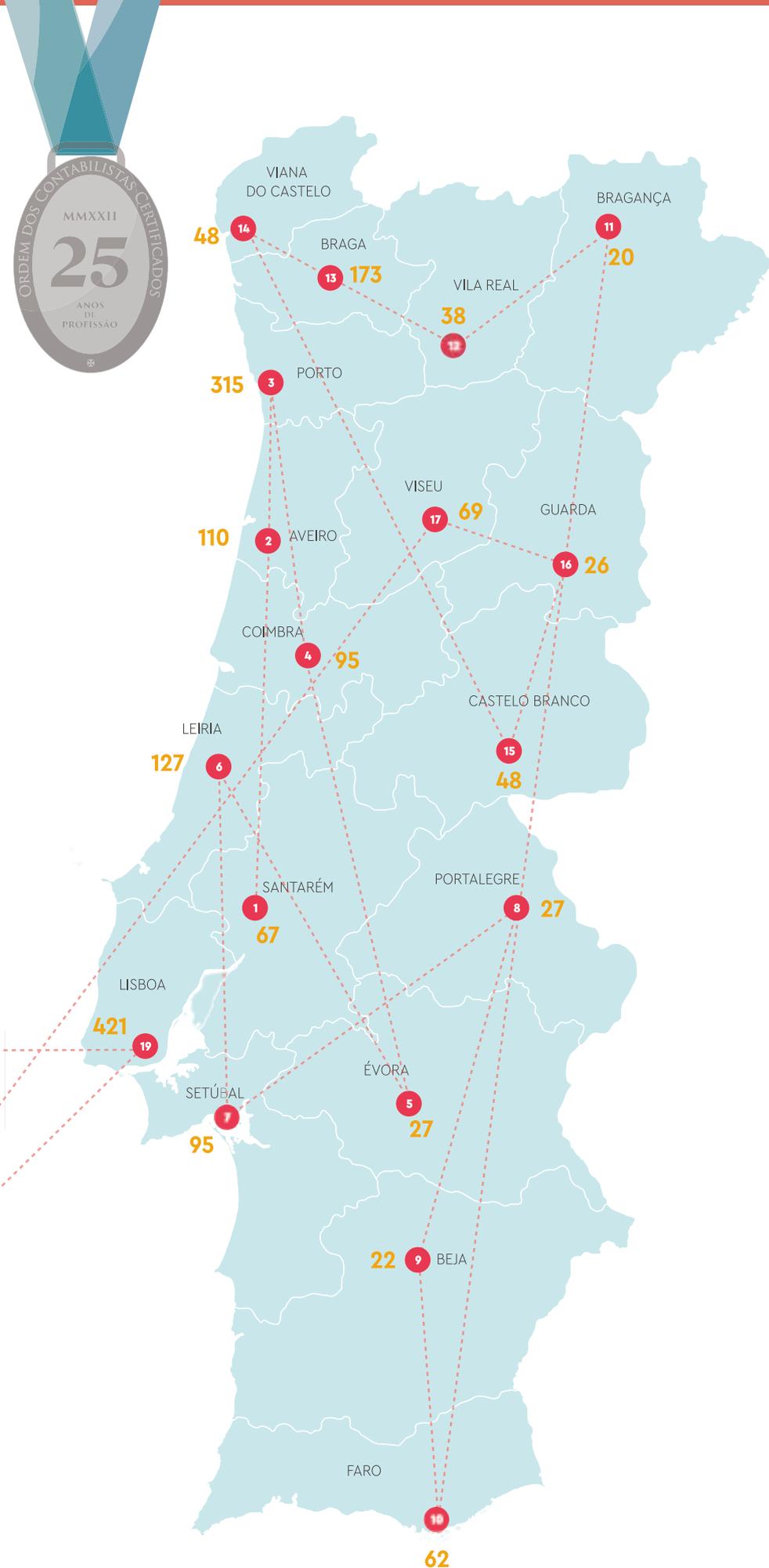
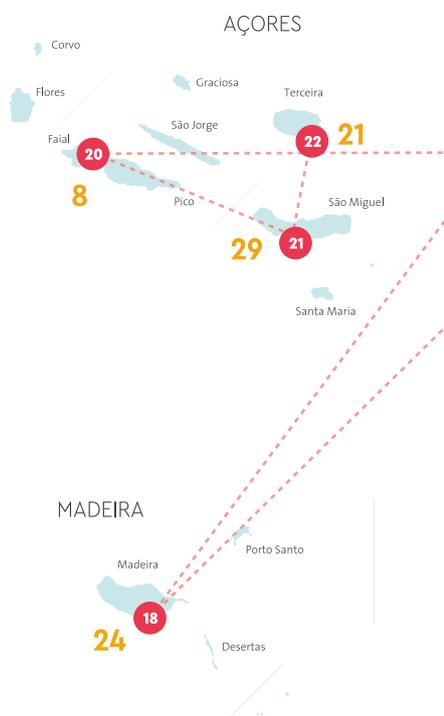
ENTREGAS DE MEDALHAS

25 ANOS DA PROFISSÃO

Após a entrega de 8.275 medalhas em 2022. A Ordem, em 2023, homenageou mais 2.628 membros com 25 ou mais anos de profissão.



Local	Data	Medalhas
19/09/2023	Santarém	67
20/09/2023	Aveiro	110
21/09/2023	Porto	315
13/10/2023	Coimbra	95
16/10/2023	Évora	27
24/10/2023	Leiria	127
25/10/2023	Setúbal	95
26/10/2023	Portalegre	27
27/10/2023	Beja	22
27/10/2023	Faro	62
30/10/2023	Bragança	20
30/10/2023	Vila Real	38
31/10/2023	Braga	173
31/10/2023	Viana do Castelo	48
02/11/2023	Castelo Branco	48
02/11/2023	Guarda	26
03/11/2023	Viseu	69
04/12/2023	Funchal	24
05/12/2023	Lisboa	421
12/12/2023	Faial	8
13/12/2023	Ponta Delgada	29
14/12/2023	Angra do Heroísmo	21
Subtotal		1.872
Outras entregas		756
Total		2.628



IV. Missão, visão e valores



MISSÃO

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de Contabilista Certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe e defender o interesse público da profissão e dos seus profissionais.



VISÃO

Os Contabilistas Certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e afirmando o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.



VALORES

Competência | Confiança | Excelência | Integridade | Lealdade |
Rigor | Sustentabilidade | Transparência





V. Ética, transparência e responsabilidade



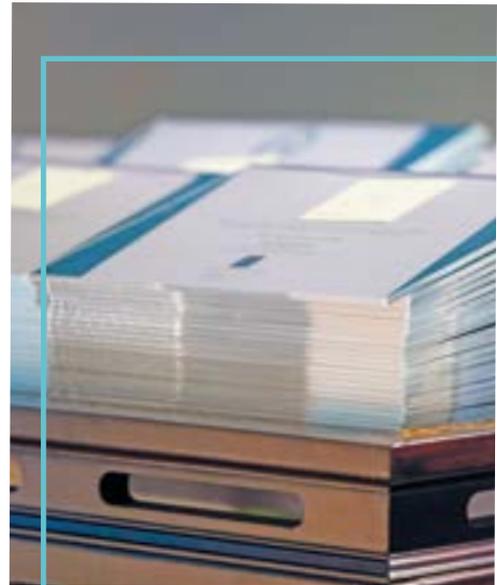
Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos profissionais que exercem a atividade de Contabilista Certificado, na prossecução dos seus objetivos, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores éticos, de transparência e responsabilidade.

Para alcançar a sua missão, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres deontológicos consagrados no seu Estatuto e no Código Deontológico dos Contabilistas Certificados, não podendo, em momento algum, violar tais normativos, devendo sempre ser um exemplo-mor de conduta profissional ética e deontologicamente irrepreensível.

Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.



**NOVOS
MEMBROS**





VI. Política de qualidade



A política de qualidade da Ordem fundamenta-se num serviço aos membros, pautado pelos mais elevados padrões de excelência e na intrínseca interligação entre colaboradores, membros e órgãos sociais, tendo sempre por base uma comunicação, gestão e definição estratégica transparente e honesta.





VII. Análise SWOT *

(forças, fraquezas, oportunidades e ameaças)



FORÇAS

- Competência técnica
- Processo célere de resposta aos membros
- Capacidade formativa e disponibilização de aplicações
- Apoio e proximidade aos membros
- Representações em todas as capitais de distrito
- Preocupação social com os membros
- Reconhecimento político e social
- União da profissão



FRAQUEZAS

- Captação e atração de jovens para a profissão
- Relacionamento ético e deontológico entre os membros
- Inadequação das instalações de determinadas representações
- Processos e procedimentos não desmaterializados
- Baixos honorários/avenças
- Reduzido número de Contabilistas especialistas



OPORTUNIDADES

- Reconhecimento e valorização profissional pelo poder político e sociedade civil
- Transformação digital
- Contabilidade pública (SNC-AP)
- A sustentabilidade empresarial
- Aumento de competências
- Plano de Recuperação e Resiliência



AMEAÇAS

- Instabilidade legislativa
- Crise económica, financeira e social mundial
- Desregulação profissional
- Envelhecimento dos profissionais
- Política concorrencial dos membros

* Strengths, Weaknesses, Opportunities and Threats





VIII. Órgãos sociais do quadriénio 2022-2025



CONSELHO DIRETIVO

Bastonária		Paula Maria Pires de Oliveira e Silva Laia Franco – CC 52 276
Vice-presidente		Joaquim Jorge de Carvalho Martins Barbosa – CC 29 103
1.º vogal		Ana Cristina Pena Silva – CC 33 274
2.º vogal		Manuel Madeira Teixeira – CC 560
3.º vogal		Helena Cristina Almeida da Costa – CC 41 071
4.º vogal		Álvaro Jorge da Silva Costa – CC 5 360
5.º vogal		Pedro Nuno Mendes Ferreira – CC 70 273
1.º suplente		Ângela Maria Rocha e Silva – CC 64 570
2.º suplente		João Filipe de Araújo Machado – CC 76 360
3.º suplente		Maria Manuela da Conceição Lopes – CC 40 167
4.º suplente		Rui Jorge da Silva Costa – CC 8 367



Conselho jurisdicional

Presidente		Eugénio Lourenço da Silva Faca – CC 38 085
1.º vogal		Rita Gonçalves Cordeiro – CC 53 227
2.º vogal		Mário Paulo Baptista Cabêda – CC 477
3.º vogal		Maria Clara Roque Jesus Oliveira – CC 47 669
4.º vogal		Luís Filipe Rui de Oliveira Caetano – CC 75 435
1.º suplente		Alexandra Cristina Pinheiro Carvalho – CC 36 905
2.º suplente		João Carlos Simões Figueiral – CC 61 756

Conselho fiscal

Presidente		Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes – CC 50 345
Vogal		Raquel Vandra da Mota Pinto – CC 37 684
ROC		José António Marques Pereira – CC 55 095
1.º suplente		Maria de Lurdes Rebelo Marques – CC 17 445

Assembleia representativa Mesa da assembleia representativa

Presidente		Carlos José Castro Alexandre – CC 23 223
Vice-presidente		Aníbal José de Sousa – CC 46 249
1.º secretário		Isabel Margarida de Faria Alves Ramalho – CC 52 284
2.º secretário		Rita das Neves Marques – CC 87 496
1.º secretário sup.		Fernanda Ferreira Miranda de Freitas – CC 48 773
2.º secretário sup.		Paulo Alexandre Vivas Castanho – CC 1 013



ASSEMBLEIA REPRESENTATIVA

Círculo Eleitoral dos Açores

Emanuel Norberto Lourenço Silveira Cordeiro – CC 12 255

Isabel Maria Borges Freitas – CC 4 961

Círculo Eleitoral de Aveiro

Andreia Raquel Martins Almeida – CC 91 250

Arabela Regina Monteiro de Miranda Vilela – CC 72 718

Daniel Filipe Moreira Lopes – CC 71 031

João Luís Morcela Rodrigues dos Reis – CC 33 583

Pedro Nuno Bastos Lima – CC 43 050

Susana Maria da Costa Neves – CC 7 975

Círculo Eleitoral de Beja

Luís Miguel de Carvalho Medeiros – CC 87 684

Maria Ana Mourão Sargento – CC 26 301

Círculo Eleitoral de Braga

Anabela de Jesus Meireles Teixeira Guimarães – CC 40 240

Eva Maria Ferreira Salgado – CC 22 035

Horácio Manuel de Oliveira Lopes Ferreira – CC 3 862

José Soares Roriz – CC 25 291

Manuel Cruz Gonçalves – CC 29 982

Oswaldo Carlos de Sousa Neves – CC 26 277

Círculo Eleitoral de Bragança

Aníbal José de Sousa – CC 46 249

Maria João Gonçalves Rodrigues – CC 48 362

Círculo Eleitoral de Castelo Branco

António Mendes Pinto – CC 1 918

Maria Helena Fernandes Lopes – CC 30 763

Círculo Eleitoral de Coimbra

Cristina Sofia Batanete Frade Freire – CC 30 734

Fernando Emanuel Pimenta Girão – CC 85 572

Sílvio Carvalho Vilão – CC 3 063

Círculo Eleitoral de Évora

Ana Margarida Mochila Melro Barreto – CC 81 998

António Manuel dos Santos Nabo – CC 9 593



Círculo Eleitoral de Faro

Carlos Manuel Pera Nunes – CC 21 009
José Alberto de Brito Pereira – CC 30 768
Lizabete Maria Correia de Sousa Sequeira – CC 6 625

Círculo Eleitoral da Guarda

Amâncio Fernandes Antunes – CC 2 857
Rosa Maria da Silva Dias – CC 67 848

Círculo Eleitoral de Leiria

António Cerejo Moreira Caseiro – CC 280
Leonel Mendes Francisco – CC 43 686
Rita das Neves Marques – CC 87 496
Vanda Filipa da Conceição Sousa – CC 91 409

Círculo Eleitoral de Lisboa

Ana Filipa Coelho Xavier de Basto – CC 61 810
Ana Margarida Luís Apolinário – CC 55 240
Ana Paula Borlido – CC 91 027
António de Jesus Nunes – CC 18 487
Bruno José Quelhas Henriques Pereira – CC 80 682
Carlos José Castro Alexandre – CC 23 223
Daniel Pedro de Matos Albuquerque – CC 2 403
Dulce Cristina Ribeiro Pereira – CC 55 531
José Luís Pinto Ribeiro – CC 46 424
Lídia Isabel Ferreira Vieira – CC 9 320
Maria Deotilde Jesus Mateus Videira de Araújo – CC 30 499
Maria Teresa Eva das Neves – CC 19 591
Mónica Sofia Duarte Marçal – CC 82 470
Nelson Alexandre Ferreira – CC 27 265
Paulo Alberto Vieira Correia Gomes – CC 19 592
Pedro Miguel Baptista Pinheiro – CC 70 117
Rui Manuel Machado Ferreira – CC 3 146
Vitor Alexandre Lopes Pereira Vicente – CC 37 094
Vítor Lino Soares Martins – CC 24 253

Círculo Eleitoral da Madeira

Ana Margarida Brazão Escórcio – CC 91 923
João Manuel dos Ramos – CC 45 995

Círculo Eleitoral de Portalegre

Maria do Carmo Alves dos Santos Pão Alvo – CC 17 901
Paulo Alexandre Vivas Castanho – CC 1 013



Círculo Eleitoral do Porto

António Jorge Gomes de Azevedo – CC 5 130
Bruno Alexandre da Rocha Silva – CC 45 514
Carlos Alexandre Quelhas Martins – CC 35 981
Fernanda Ferreira Miranda de Freitas – CC 48 773
Isabel Margarida de Faria Alves Ramalho – CC 52 284
Júlia Paula da Silva Jardim Martins – CC 6 952
Patrícia Daniela Rodrigues Dias Esteves – CC 88 642
Paulo Jorge Seabra dos Anjos – CC 55 712
Rosa Branca Pinto Areias – CC 44 942
Rui Jorge Saavedra Magalhães – CC 2 169
Rui Marcelo Lima de Oliveira Santos – CC 87 538
Sara Manuela Miranda Pinto Cruz – CC 45 456
Vítor Manuel Silva Oliveira – CC 6 348

Círculo Eleitoral de Santarém

Ana Margarida Rodrigues Silvestre – CC 85 897
Carla Sofia Bento Nunes – CC 61 975
Manuel Joaquim Borralho Ramalho – CC 15 504

Círculo Eleitoral de Setúbal

Alfredo de Jesus Alves – CC 10 545
Ana Margarida Ferreira Traquino – CC 12 777
Carla Isabel Marques Pereira – CC 90 266
Carlos Augusto Cordeiro de Sousa – CC 90 047
Manuel Anastácio Teles de Matos – CC 9 685
Maria Lúcia Bárbara Quendera – CC 6 488

Círculo Eleitoral de Viana do Castelo

António José dos Prazeres Faria Luciano – CC 18 637
Maria Deolinda Rufino Viana Correia – CC 74 023

Círculo Eleitoral de Vila Real

António Carlos Gomes Dias – CC 17 917
Maria João Pinto Borges – CC 64 773

Círculo Eleitoral de Viseu

Angélica Maria de Jesus Franco Fernandes – CC 77 089
Paulo Jorge dos Santos Marques – CC 76 075





IX. Estrutura interna

Uma Ordem para os seus membros – foi sempre esta a visão estratégica para a Ordem que, para ser, como tem sido plenamente alcançada, necessitou de várias ações em múltiplas dimensões. Uma das dimensões mais relevantes foi operacionalizada nos recursos humanos da Ordem e nos serviços prestados aos membros pela instituição.

Para tal, reorganizou-se profundamente a estrutura interna da Ordem e reforçaram-se áreas nucleares como o apoio técnico e social. Nesse sentido, no presente, a estrutura interna da Ordem, é constituída por 151 colaboradores, distribuídos pelos seguintes departamentos e serviços:



MERCHANDISING

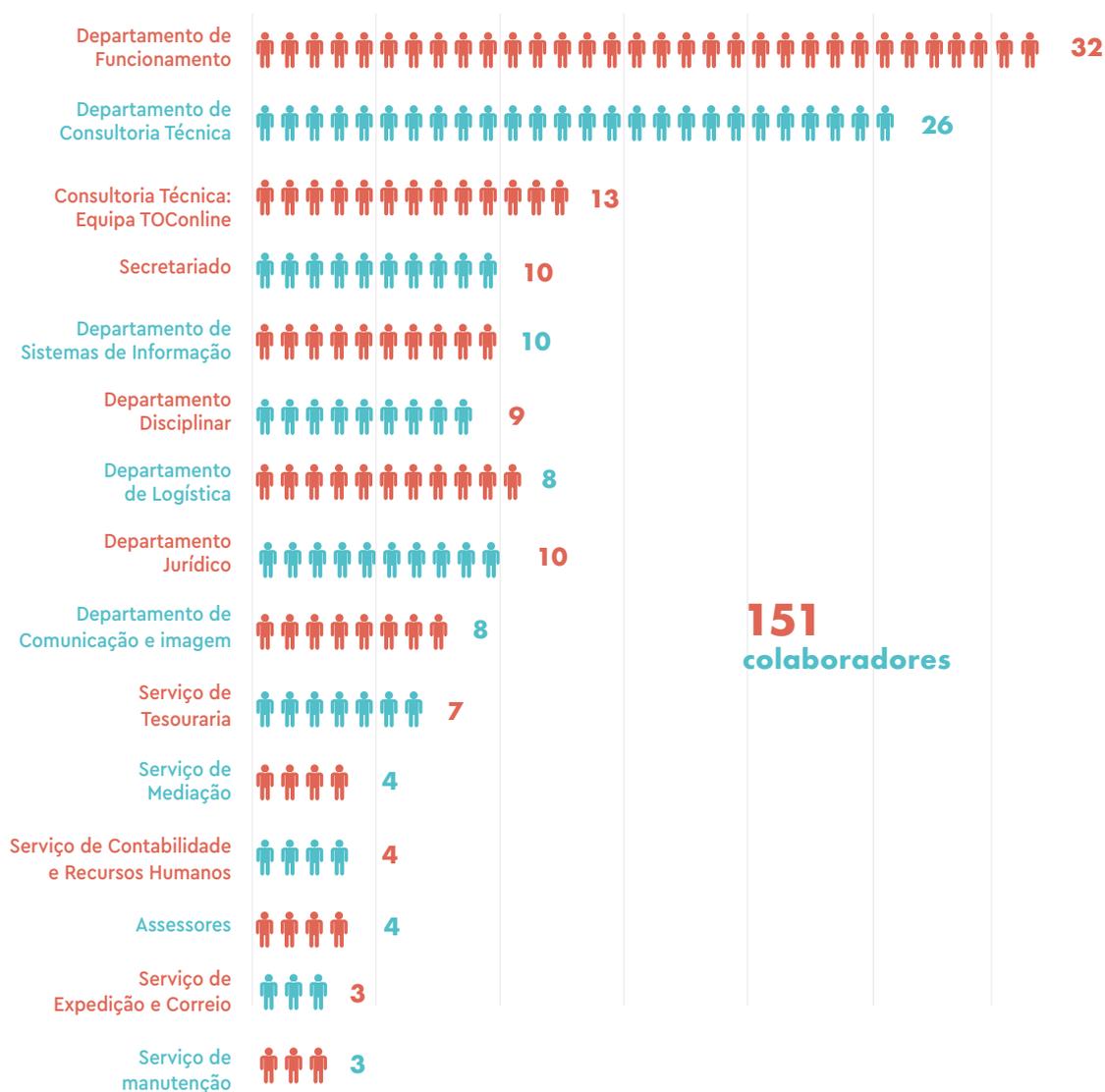




X. Indicadores do ano 2023

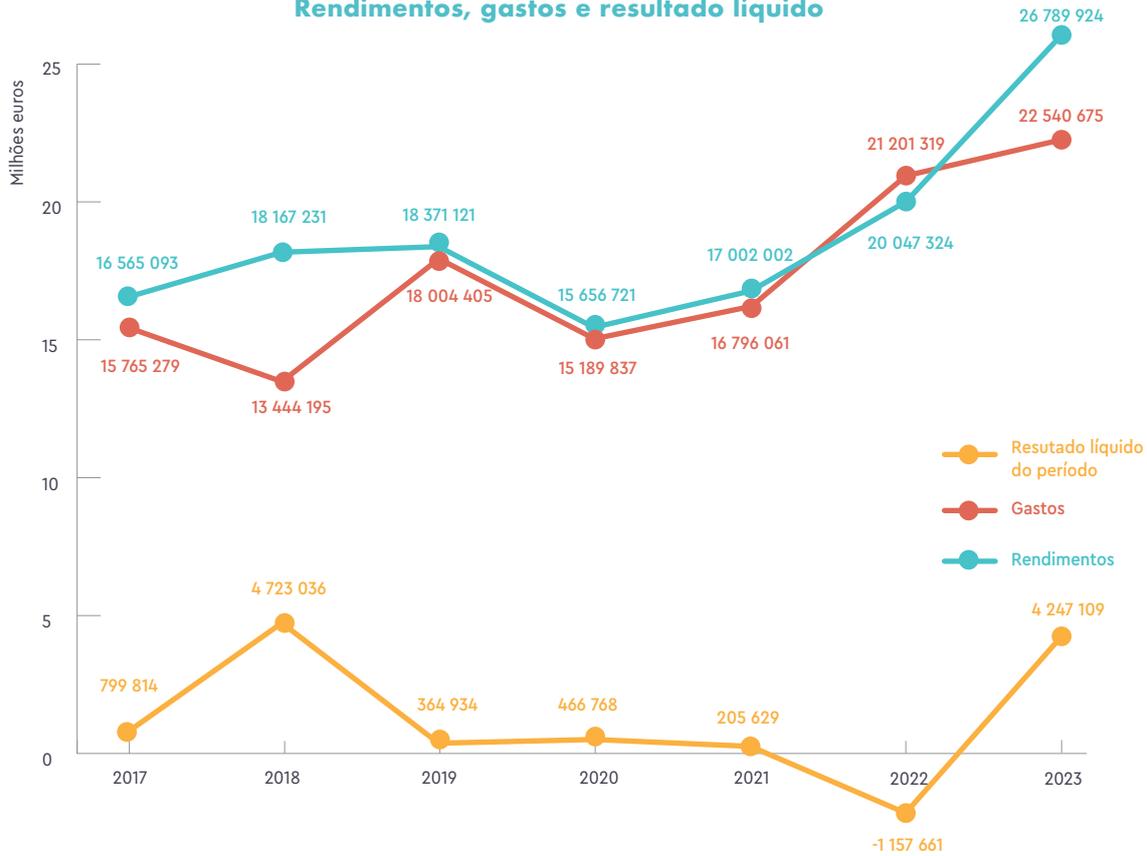
Por forma a apresentar informação simples e concisa, apresenta-se a seguir uma pequena síntese, relativa a cinco aspetos fulcrais da gestão da Ordem:

RECURSOS HUMANOS

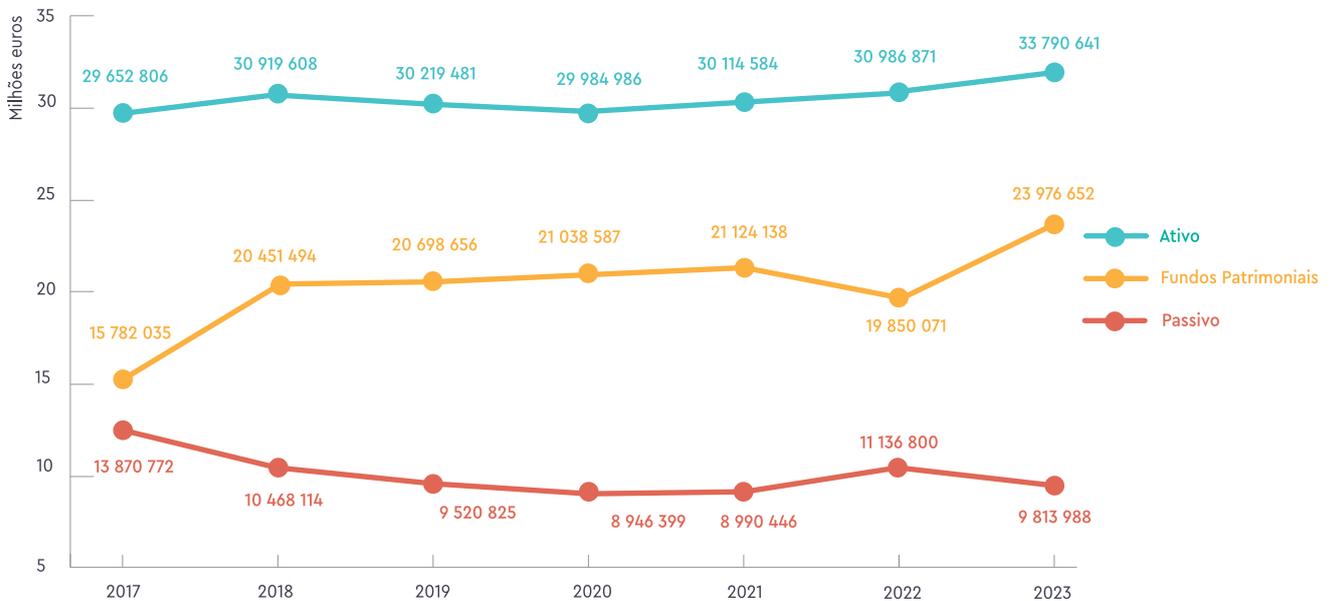




DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS Rendimentos, gastos e resultado líquido

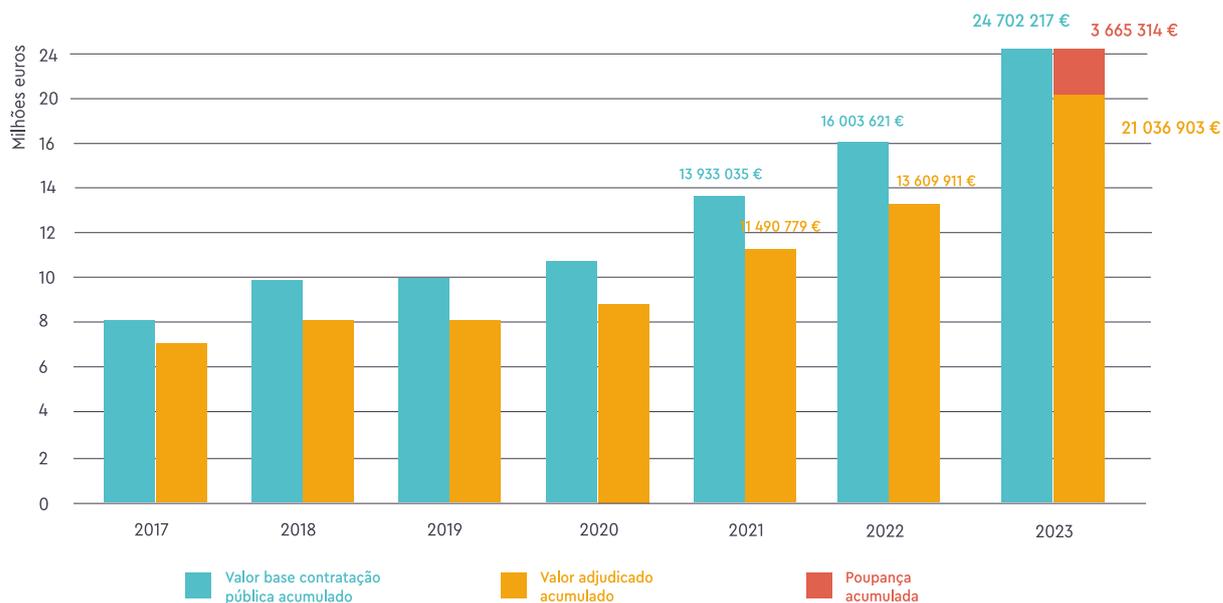


BALANÇO Ativo, passivo e fundos patrimoniais

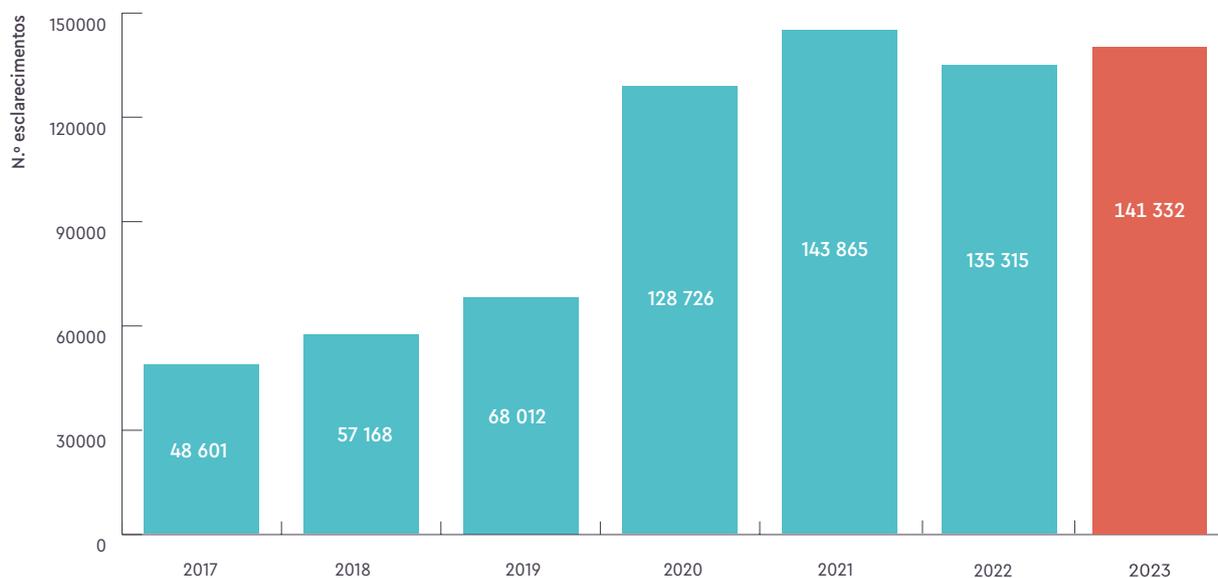




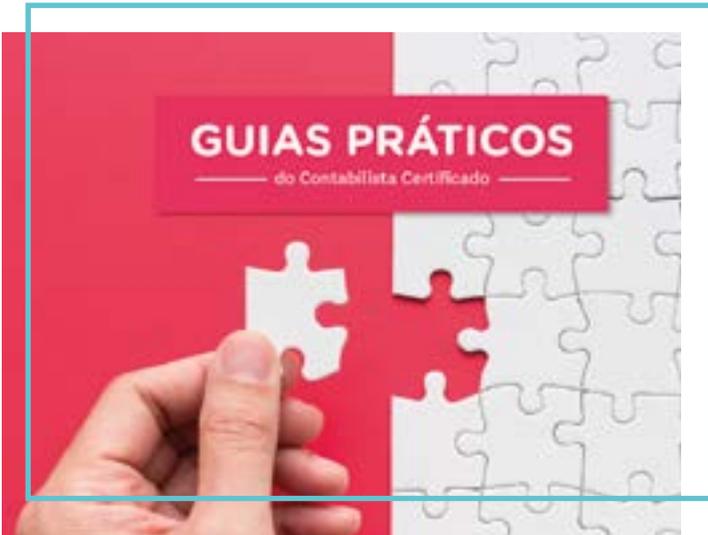
CONTRATAÇÃO PÚBLICA (Concursos públicos) valores acumulados desde 2017



ESCLARECIMENTOS TÉCNICOS*



* Esclarecimentos técnicos dos departamentos de consultoria, jurídico e contencioso tributário, disciplinar e de mediação (escritos e telefónicos), exclusivamente a Contabilistas Certificados.





XI. Principais acontecimentos

Janeiro

Pedro Dominginhos, presidente da Comissão Nacional de Acompanhamento do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) acreditava, em entrevista, que 2023 seria «o ano da verdade» para a execução do PRR, advertindo que «as metas e a arquitetura desta nova geração de fundos, que comparou a uma «corrida de triatlo, em que a pressão é constante», obrigam a que os projetos sejam aprovados e assinados rapidamente.

12 • Carlos Alexandre, presidente da Mesa da Assembleia Representativa, deu posse a José António Marques Pereira, novo membro do Conselho Fiscal, órgão que passou a ter a seguinte composição: Sérgio Pontes (presidente); Raquel Mota Pinto (vogal); José António Marques Pereira (ROC).

13 • Cerimónia de entrega de certificados aos novos membros aprovados nos exames de avaliação profissional realizados em 2022. No total, cerca de duas centenas de contabilistas certificados fizeram questão de marcar presença e, juntamente com amigos e familiares, praticamente lotaram o Auditório António Domingues de Azevedo. Uma jornada memorável onde as notas e acordes do violoncelista clássico e elétrico, Valter Freitas, acabaram por ser um dos pontos altos.

16 • Arranque do primeiro ciclo de formação eventual do ano, dedicado ao Orçamento do Estado.

19 • A Ordem renovou o diploma do «Compromisso Pagamento Pontual», uma iniciativa da Associação Cristã de Empresários e Gestores, Confederação Empresarial de Portugal e Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica que pugna pela promoção dos pagamentos a horas em Portugal e que, no início do 2023, congregava já mais de duas mil entidades.

25 • É apresentado, no início da reunião livre, um novo projeto: «12 meses, 12 guias práticos». A ideia passa pela disponibilização, na última quarta-feira de cada mês, de um guia prático sobre temáticas, sublinhou Paula Franco, que «nem sempre estão presentes no nosso dia a dia, mas que, de uma forma ou de outra, mais cedo ou mais tarde, nos cruzamos com elas.» Disponibilizados sempre em formato digital, o primeiro da série teve como tema «Processo de contraordenação – infrações tributárias – aspetos práticos.»

25 • Apresentação, na biblioteca da Ordem, de dois livros: «Contabilidade de Gestão aplicado ao turismo», da autoria de Ana Lucas Martins, Luís Lima Santos, Conceição Gomes e Cátia Malheiros e «Ser contabilista certificado – o acesso e o exercício da profissão», da Ana Lucas Martins.



Fevereiro

Em entrevista a esta revista, José Manuel Fernandes, eurodeputado, sem subterfúgios, deixa o alerta: «Estou convencido de que vamos gastar o dinheiro todo do PRR, só que gastar não é investir. Gastar não é aplicar bem.»

1 • Ordem enviou cartas a António Costa, primeiro-ministro e a Nuno Santos Félix, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, considerando «inconcebível» que os problemas no Portal das Finanças, registados desde o início do ano, e manifestando igualmente o seu desagrado pelo facto de não existir «a assunção pública de responsabilidades por parte dos responsáveis.»

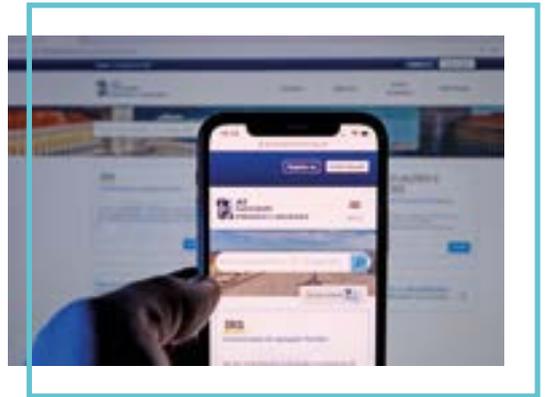
1 • Estreia das reuniões livres presenciais no Montijo, com cerca de meia centena de membros. A bastonária Paula Franco fez questão de dar o «pontapé de saída» nesta iniciativa que pretende levar a Ordem o mais próximo possível dos seus membros.

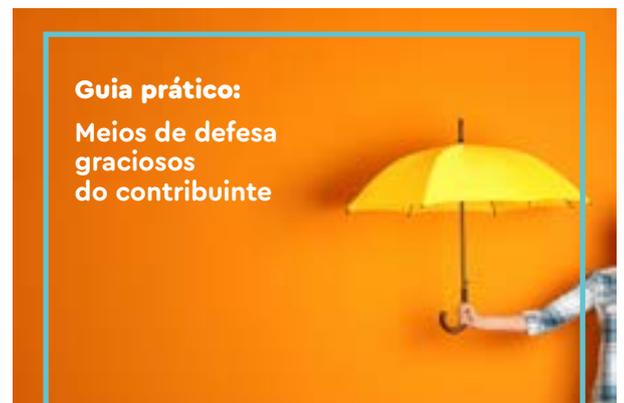
3 • Término do ciclo de formação dedicado ao orçamento do Estado para 2023. No total, foram 42 sessões, repartidas por 29 cidades diferentes, que se saldaram na presença de 15 680 formandos.

7 • Marcelo Rebelo de Sousa recebeu, em audiência, no Palácio de Belém, o Conselho Geral do Conselho Nacional das Ordens profissionais (CNOP), uma semana depois de ter enviado para o Tribunal Constitucional o diploma que altera as condições de acesso a algumas profissões, entre outras questões. Estiveram representadas 20 ordens. Paula Franco foi uma das individualidades presentes.

8 • Patrícia Gomes, docente na Escola Superior de Gestão do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, tomou posse como vogal da Comissão de História de Contabilidade CHC, em substituição de Isabel Lourenço. A nova composição da CHC: Carlos Menezes (presidente); Delfina Gomes, Maria João Major e Patrícia Gomes (vogais).

22 • Apresentação e disponibilização do segundo guia prático: «O justo impedimento do Contabilista Certificado, férias fiscais e contributivas.»







Março

Dulce Neto, presidente do Supremo Tribunal Administrativo, em entrevista: «Continuamos a ver demasiados litígios em tribunal que podiam ser claramente resolvidos a montante.»

- 1** • Primeira reunião livre no Seixal, com a presença de cerca de 90 membros.

- 6** • Após a prestação de provas, Ambrósio Teixeira foi o primeiro Contabilista Certificado a obter o título de especialista no Colégio de Especialidade de Contabilidade Pública.

- 7** • Realização da conferência online «IVA e a reabilitação urbana» que contou com a presença de diversos especialistas da área fiscal e da reabilitação urbanística. No final, sobrou uma enorme dúvida: o programa «Mais habitação» será sinónimo de menos reabilitação?

- 11** • Primeiro exame de avaliação profissional do ano. Em 15 cidades, foram 756 os candidatos que testaram os seus conhecimentos.

- 16** • «Os desafios do relato financeiro e não financeiro num mundo em constante mudança». Foi este o título genérico da XXVIII conferência de fiscalidade e contabilidade organizada, em parceria, pela Ordem e pela Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria.

- 17** • O Auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa, acolheu a conferência que a Comissão de História da Contabilidade organizou, com direito a título em língua inglesa: Accounting and Sustainability, past, presente and future challenges.

- 22** • Conferência, na representação permanente de Braga, sobre o «Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira», onde se concluiu que será profícuo aproveitar as vantagens, sem subterfúgios e com transparência.

- 24** • Comunicado da bastonária, na sequência da promulgação, por parte do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, do diploma que altera a lei-quadro das associações públicas profissionais (Lei n.º 2/2013). Paula Franco considerou as alterações «globalmente positivas no sentido de reforçarem o interesse público da nossa profissão.»

- 25** • A Assembleia Representativa aprova, por expressiva maioria, o relatório e contas referentes a 2022. O veredito: 75 votos a favor; 1 voto contra; 5 abstenções.

- 28** • «Descomplicar o OE/2023». Pelo sexto ano consecutivo, a Ordem organizou a conferência, assente no tema do livro coordenado por Filipa Matias Magalhães e Maria Leitão Pereira, que pretende clarificar alguns dos "novelos" em que o OE é pródigo.

- 29** • É disponibilizado o terceiro guia prático: «Meios de defesa gratuitos do contribuinte», dividido em sete partes.



Abril

Manuel Carvalho da Silva, sociólogo e ex-secretário-geral da CGTP, o entrevistado do mês: «Em Portugal, a cultura da esmola sobrepõe-se à cultura da cidadania social.»

5 • São disponibilizados dois novos simuladores no site da Ordem: simulador dos pagamentos por conta de IRC (2023) e simulador dos pagamentos adicionais por conta (2023).

6 • «Benefícios fiscais para a inovação – o regime fiscal do patent box» foi o tema da conferência organizada pela Ordem e pela COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação.

10 • Na sequência da nova lei das ordens, e da necessidade de adequar o estatuto da Ordem à nova lei-quadro, realizaram-se sessões presenciais (Lisboa, dia 10; Porto, dia 11) e online (dias 10 e 11) para esclarecimento e debate das alterações estatutárias. «Vamos tentar ver todo este processo como uma oportunidade e não como um prejuízo para a nossa instituição», assegurou Paula Franco.

10 • Pelo sétimo ano consecutivo, a Ordem disponibilizou, em papel e em formato digital, a «Coleção Essencial», um conjunto de quatro manuais (IRS, IRC, IVA e IES) de apoio ao preenchimento das mais importantes declarações tributárias do nosso calendário fiscal.

14 • É disponibilizado o relato integrado intercalar referente ao primeiro trimestre de 2023.

17 • Arranque do segundo ciclo de formação. Tema «Agenda do trabalho digno». Um ciclo que contou com a colaboração de diversos organismos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Ao contrário do que é habitual, a formação foi gratuita para membros e público em geral.

18 • Conferência online sobre «O impacto meteórico do acórdão n.º 101/2023 do Tribunal Constitucional no mundo das contribuições. Fim de uma era?», organizada em parceria com o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IDEFF). O que estava em discussão? O Tribunal Constitucional veio julgar parcialmente inconstitucional o regime jurídico da contribuição extraordinária sobre o setor energético.

26 • Apresentado o quarto guia prático, desta feita dedicado às «Tributações autónomas».

27 • Ação de capacitação dos beneficiários do Plano de Recuperação e Resiliência decorreu no Auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa, com o apoio da Ordem.







Maio

Entrevista com Carlos Fiolhais. O conhecido físico fala da importância da ciência, do problema grave que Portugal atravessa com a incapacidade de reter talentos e não se mostra especialmente preocupado com a emergência da inteligência artificial. Citando Holderlin: «Onde está o perigo, está também a salvação.»

6 • Fim do segundo ciclo de formação dedicado à «Agenda do trabalho digno». Números: 13 381 formandos, sendo 8 033 membros e 5 348 não membros.

18 • «Os dias que abalaram a profissão». Foi este o título da reportagem nesta revista que relatou, passo a passo, a cronologia dos acontecimentos de dias, até então, impensáveis. A noite já ia avançada quando uma mensagem de correio eletrónico se transformou no centro de todas as atenções (e preocupações). Um documento em PDF, com 154 páginas, incluí a versão revista dos novos estatutos de oito ordens profissionais, entre as quais a Ordem dos Contabilistas Certificados. A primeira leitura do documento causou, contra todas as previsões, choque e espanto. O artigo 10.º do Estatuto da OCC (EOCC), cuja alínea c) previa, no âmbito da «atividade profissional» dos contabilistas, «assinar, conjuntamente com o representante legal das entidades referidas na alínea a), as respetivas demonstrações financeiras e declarações fiscais, fazendo prova da sua qualidade, nos termos e condições definidos pela Ordem, sem prejuízo da competência e das responsabilidades cometidas pela lei comercial e fiscal aos respetivos órgãos» fora revogado.

19 • Às primeiras horas da manhã, a bastonária e os seus assessores reuniram-se com Nuno Santos Félix, secretário de Estado dos Assuntos Fiscais. O resultado não trouxe novidades palpáveis. À tarde, comunicação, via canal da Ordem no Youtube. Paula Franco contextualiza o que está em jogo: «Com a proposta de alteração estatutária agora apresentada pelo governo, vamos continuar a ter competências exclusivas de contabilidade, mas deixaremos de ter as da fiscalidade, o que até pode nem implicar a perda de grande parte dos clientes. Mas isto tem implicações no país e nós conhecemos, melhor do que ninguém, quais podem ser essas consequências.» O mesmo é dizer, trocado por miúdos, fuga e evasão fiscal. «Estou chocada com esta desonestidade e deslealdade.» «Querem destruir uma organização que demorou 30 anos a construir. Isto é falta de noção, de conhecimento e de responsabilidade. As obrigações fiscais não podem ser feitas por qualquer pessoa», avançou a bastonária. «Estaremos do lado da solução, e de um bem maior, que é o país. Mas não há dúvidas que estamos perante uma situação desastrosa e um atentado para o país. É grave, muito grave.»

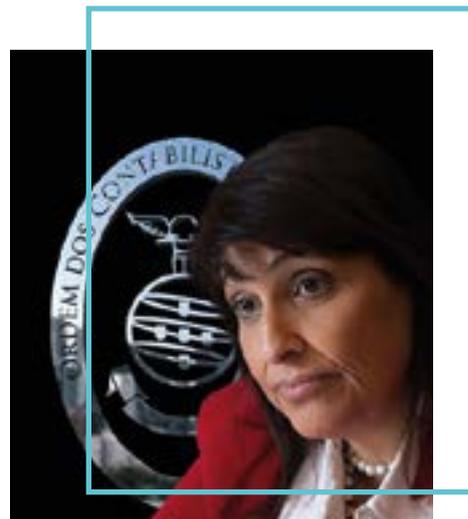
22 • Ao final da tarde, nova comunicação através do canal YouTube. Um misto de esperança e apreensão. «As negociações estão a decorrer, encaminhadas no sentido de se perceber que as competências de natureza fiscal não podem ser dissociadas do cumprimento das obrigações contabilísticas», referiu. «Penso que estamos todos alinhados, mas nada está finalizado. Veremos se a nova proposta caminha rumo a uma convergência», acrescentou.

24 • Paula Franco voltou a usar da palavra na habitual reunião livre das quartas-feiras. Expectante sobre o conteúdo final do documento a aprovar pelo Executivo no dia seguinte, a bastonária insistiu que «apesar de esta profissão ser muito invejada e de muitos gostarem de exercer as nossas funções, ela não pode ser mudada na forma como está estruturada. É preciso não esquecer que o interesse e a utilidade pública desta profissão são únicos», rematou.

25 • O Governo aprovou, em Conselho de Ministros, dois projetos de proposta de lei no âmbito da reforma das ordens profissionais «cujo propósito é eliminar restrições de acesso às profissões e melhorar as condições de concorrência.» Ao contrário do anunciado em conferência de imprensa pelo Executivo, nenhuma das Ordens receberia, nos dias seguintes, as versões revistas dos respetivos estatutos. Seria preciso um mês de espera...

25 • Apesar do ambiente de apreensão que se vivia por estes dias, a Ordem manteve a organização da conferência internacional da EFAA, subordinada ao tema «O futuro das pequenas e médias empresas: atrair, reter e aperfeiçoar talentos.»

31 • «Novo regime do trabalho de serviço doméstico – aspetos práticos» foi o tema central do quinto guia prático.







Junho

Duarte Alves, deputado do Partido Comunista Português, na entrevista do mês: «O crescimento económico que se verifica em termos de PIB, não está a chegar ao bolso das pessoas. Pelo contrário, está a aprofundar as desigualdades na distribuição de rendimentos.»

1 • A realização, entre os dias 1 e 3, do 14.º Congresso Nacional das Misericórdias, no Auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa, trouxe até às instalações da Ordem, para a sessão de abertura, Marcelo Rebelo de Sousa, Presidente da República e, no último dia, António Costa, primeiro-ministro, entre outras personalidades.

6 • «A sustentabilidade de gestão na atividade agrícola na era digital». Foi este o tema da 13.ª edição da conferência organizada em parceria pela OCC e CAP e que teve como palco a Feira Nacional da Agricultura, em Santarém.

7 • Apresentado na biblioteca da Ordem o livro «Localização de operações em sede de IVA», da autoria de José Carlos Abreu.

9 • Comunicado da bastonária, onde se dá conta do adiamento das cerimónias de entrega de medalhas «devido à imprevisibilidade do processo de revisão do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC).»

17 • Segundo exame de avaliação profissional. Foram 650 os candidatos que se submeteram a esta prova.

19 • Um mês depois do terramoto provocado pela versão revista do novo estatuto, a proposta de lei apresentada pelo governo na Assembleia da República contemplava uma versão bem diferente. Ainda antes da meia-noite, a bastonária emitia um primeiro comunicado, escrito, a informar os membros desta boa nova. «Na proposta apresentada foram ouvidas e tidas em consideração as sugestões e contributos apresentados pela Ordem ao governo nas inúmeras reuniões realizadas ao longo das últimas semanas. Mais concretamente, asseguram-se as competências exclusivas e partilhadas dos contabilistas certificados.»

20 • «Estamos felizes, estamos contentes. Foi um mês muito difícil, com uma ansiedade e preocupação enormes.» Esta frase resume o estado de espírito que perpassava na comunicação efetuada pela bastonária às 10 da manhã. Acompanhada pelo vice-presidente, Jorge Barbosa, e pelos diretores Álvaro Costa, Manuel Teixeira e Pedro Nuno Ferreira, Paula Franco congratulou-se pelo facto de o resultado da proposta que deu entrada no Parlamento ser o «correto» e decorrente do compromisso assumido pelo Executivo na reunião de 22 de maio. Contudo, o processo estava ainda longe do fim. Ficou a promessa de que a Ordem acompanharia diariamente as novidades que pudessem chegar do Parlamento.

21 • «Contabilidade de gestão para a tomada de decisão». É este o título do e-book, apresentado na biblioteca da Ordem, e que reuniu o contributo de nove autores.

28 • Disponibilizado o sexto guia prático: «Novas regras de retenção na fonte sobre rendimentos de trabalho dependente e pensões».





Julho

Filipe Duarte Santos, presidente do Conselho Nacional do Ambiente e do Desenvolvimento Sustentável (CNADS), em entrevista, avisa: «É impossível manter este modelo de grande consumismo ao mesmo tempo que a prática da economia circular e de reciclagem está ainda a um nível incipiente.»

1 • Último dos três dias da formação ministrada pela Ordem em S. Tomé e Príncipe, tendo como pano de fundo o IVA naquele arquipélago africano.

14 • Apresentado o relato integrado intercalar do primeiro semestre de 2023.

19 • No último plenário com votações antes da pausa para férias, o PS aprovou isolado, na generalidade, duas propostas de lei do governo relativamente ao funcionamento das ordens profissionais. O texto mereceu os votos contra de PSD, Chega e PCP, enquanto Iniciativa Liberal, Bloco de Esquerda, Livre e PAN abstiveram-se, assim como quatro deputados sociais-democratas.

24 • Entre os dias 24 e 28, os membros de dois grupos de trabalho do International Ethics Standards Board for Accountants (IESBA) estiveram reunidos na sede da Ordem, em Lisboa. Recorde-se que este organismo internacional é presidido pela portuguesa Gabriela Figueiredo Dias.

26 • Apresentado o sétimo guia prático, condizente com a época do ano: «O direito a férias – exemplos práticos».

26 • «Calendário das férias fiscais e contributivas 2023»: a Ordem preparou um documento com as perguntas e respostas essenciais às dúvidas mais frequentes sobre estas matérias.

26 • Paula Franco anuncia, no decorrer da reunião livre online, que as instalações da Avenida 24 de julho, antiga sede da Ordem, foram vendidas por cinco milhões de euros. A escritura de venda do imóvel foi formalizada nesse mesmo dia.

26 • «A contabilista descomplica o teu negócio». É este o título do livro da autoria da contabilista-influencer Bruna Fernandes. A biblioteca da Ordem foi, uma vez mais, o local escolhido para a cerimónia.



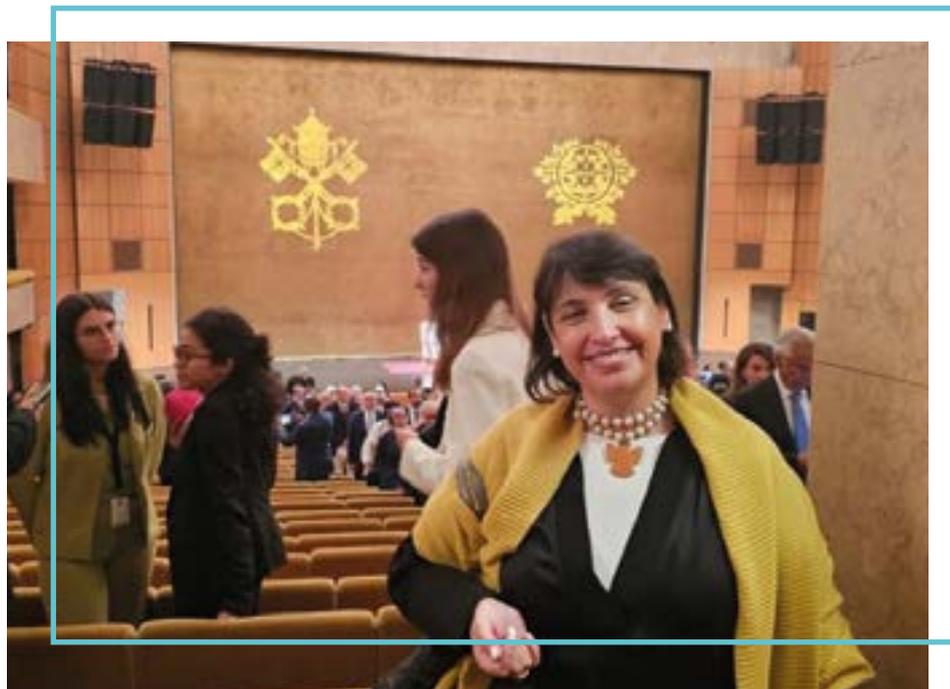
Agosto

A entrevista do mês recaiu sobre Maria João Valente Rosa, demógrafa de reconhecidos pergaminhos. Diz que, «segundo os meus cálculos, 50 por cento das crianças da geração do meu neto, que tem 3 anos, vai ultrapassar a barreira dos 100 anos de vida. Só espero é que o seu mapa da vida seja diferente do da minha geração, que nasceu num tempo de vidas curtas, caso contrário o que ele terá é mais tempo para ser velho e não mais tempo para viver.»

«Em agosto, não há imposto». Durante a sua intervenção na cerimónia de abertura do VII Congresso dos Contabilistas Certificados, que decorreu em setembro de 2022, na Altice Arena, em Lisboa, António Mendonça Mendes, o então secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, deixou uma nota, ao mesmo tempo plena de boa disposição e de significado. Mendonça Mendes partilhou a forma como um colaborador do seu gabinete sintetizou a conquista das "férias fiscais": «Em agosto, não há imposto.» As primeiras "férias fiscais", em 2021, após a entrada em vigor do artigo 57.º-A da Lei Geral Tributária, a que mais tarde se juntaram as férias contributivas, foram, certamente, uma das conquistas que mais contribuiu para a dignificação da profissão. De lá para cá, o mês oito do calendário gregoriano, tem sido sinónimo de férias e de semanas bem mais descansadas.

2 • Paula Franco foi uma das personalidades que participou no encontro de Sua Santidade, o Papa Francisco, com as altas entidades, representantes do corpo diplomático e da sociedade civil, que decorreu no Centro Cultural de Belém (CCB) e que juntou cerca de 1200 pessoas, naquele que foi um dos primeiros pontos da agenda do Sumo Pontífice no decorrer das Jornadas Mundiais da Juventude.

30 • Divulgado o oitavo guia prático, com 30 páginas, dedicado ao «Procedimento de inspeção tributária».



Guia prático:
Procedimento de inspeção
tributária







Setembro

Arlindo Oliveira, presidente do Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores (INESC), admite que os robôs podem vir a pagar impostos em função da frequência do seu uso e recomenda que os contabilistas certificados automatizem parcialmente o seu trabalho. Para um futuro, talvez não muito distante, antevê que «a nossa civilização será uma sinergia entre inteligência humana e inteligência artificial.»

13 • Bastonária é ouvida no grupo de trabalho parlamentar das ordens profissionais e deixou um aviso: «É bom que na especialidade não se destrua aquilo que se construiu.»

19 • Arranque da edição 2023 relativo às cerimónias de entrega de medalhas aos membros que completaram 25 anos de inscrição na Ordem. Santarém foi, desta feita, a primeira paragem de um périplo que iria durar cerca de três meses. Na casa onde viveu Pedro Álvares Cabral, foram cerca de 70 contabilistas certificados que compareceram à chamada.

20 • Aveiro foi a segunda etapa do ciclo. Foram 110 os contabilistas certificados que acorreram à Quinta do Mateus (o mesmo local do ano anterior) para receberem um símbolo que, confessam, muito os orgulha.

21 • O final do Dia do Contabilista terminou da melhor forma: entrega de medalhas dos 25 anos aos membros do distrito do Porto. Foi a terceira etapa deste ciclo que levou até ao auditório da Ordem na «Invicta» 314 contabilistas certificados.

21 • Dia do Contabilista sob o tema genérico «Uma visão 360º da profissão e da sua relevância». Cinco anos após o lançamento desta iniciativa, a celebração do Dia de S. Mateus, padroeiro dos contabilistas, regressou às origens, às instalações da Ordem no Porto. O dia foi preenchido e animado, com direito a peça de teatro; stand up consulting (humor empresarial); música; debate sobre a nova lei das Ordens e uma casa cheia.

25 • Início da formação sobre «Implementação de boas práticas profissionais» que teve a particularidade de apresentar um manual dividido em dez volumes e com caixa arquivadora, «um guia de orientação para a profissão», como frisou Paula Franco.

27 • Porque era quarta-feira, a última do mês, foi dia de apresentação de novo guia prático: «Sociedades comerciais – constituição e início de atividade.»

28 • Apresentação do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2022, no Auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa. O documento revelou um superavit dos municípios de 459 milhões de euros.

Outubro

«Caminhamos para uma Europa cada vez menos coesa», refere o entrevistado do mês. A experiência de quatro décadas de uma carreira diplomática intensa, fazem de Francisco Seixas da Costa uma voz autorizada, afirmando que «em democracia houve uma transigência das liberdades em favor da segurança. E esse trade off, que é terrível para a nossa vida, dificilmente será reversível», adverte.

7 • Dia negro e de muita apreensão. Na madrugada desse sábado, a Ordem foi alvo de um complexo ciberataque, inviabilizando o normal funcionamento de algumas das ferramentas mais usadas pela instituição e pelos seus membros.

8 • A Bastonária emite um comunicado escrito, divulgado nas redes sociais da Ordem e uma mensagem vídeo, onde dava conta, precisamente, de tudo aquilo que ficara inoperacional no ciberataque: Pasta CC, e-mail geral da Ordem, CCclix; site; SICC; acesso a faturas; licenças do TOConline e inscrições em eventos da Ordem e outros serviços dependentes da Pasta CC e site.

10 • Em novo comunicado, Paula Franco atualizou a situação, referindo que «os trabalhos de recuperação dos dados e reconstrução das plataformas decorrem a bom ritmo e com sucesso. Ficou a garantia de que no dia seguinte iniciar-se-ia o restabelecimento de toda a rede de sistemas informáticos da Ordem. Paulatinamente, a normalidade voltou, não havendo registo de fuga de dados sensíveis ou de danos causados nos sistemas.

11 • Disponibilizada a análise da Ordem à proposta do Orçamento do Estado para 2024, poucas horas depois de Fernando Medina, ministro das Finanças, ter entregado o documento na Assembleia da República.

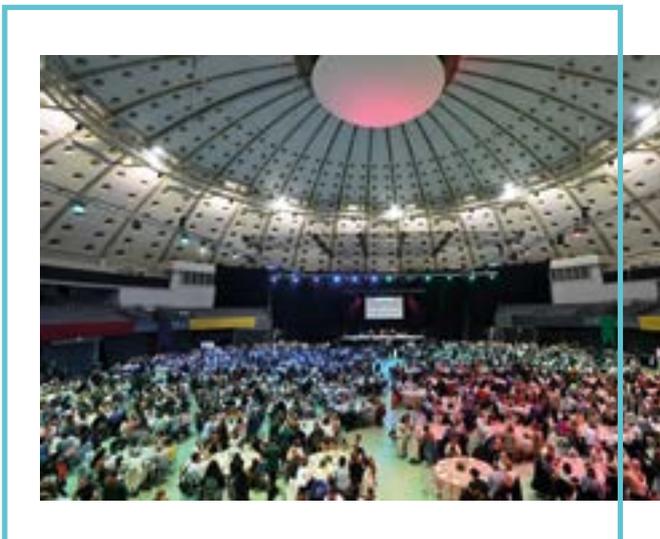
12 • Coimbra, mais concretamente as instalações do ISCAC, foram o palco privilegiado para o XIX Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, subordinada ao tema «O impacto do big data e da inteligência artificial». Tratou-se de um «Fórum de ideias para reequacionar o papel da contabilidade e do contabilista.»

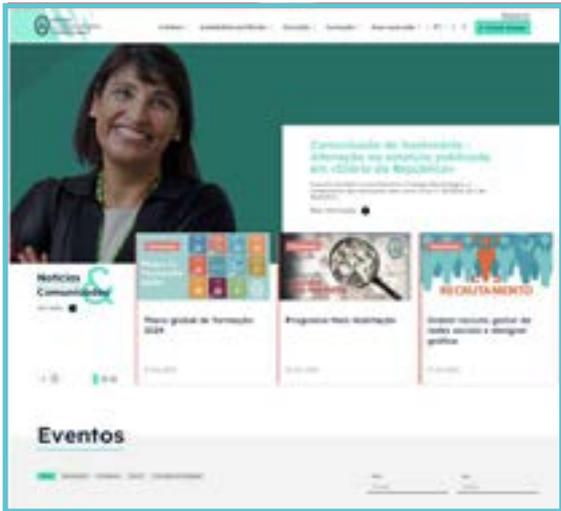
13 • Coimbra. No mesmo local onde, na véspera, e na manhã desse mesmo dia, decorreram o XIX Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, o final da tarde foi dedicado à entrega de medalhas aos 95 contabilistas certificados que disseram «sim» à chamada de receber presencialmente a medalha de 25 anos de inscrição na Ordem.

13 • Parlamento aprovou, em votação final global, as alterações aos estatutos das ordens profissionais. O texto final altera o regime jurídico da constituição e funcionamento de 20 ordens profissionais, entre as quais a OCC. O documento ficou a aguardar a promulgação de Marcelo Rebelo de Sousa.

13 • Ponto final no ciclo dedicado à «Implementação de boas práticas profissionais», iniciado a 25 de setembro. Foram 9.529 os formandos (8.315 membros e 1.214 não membros) que ao longo de três semanas, por todo ao país, marcaram presença no terceiro ciclo de formação eventual do ano.

15 • Domingo cinzento e de chuva, é verdade, mas dia inesquecível e de muita animação para as 1 620 pessoas que marcaram presença no XVII Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados, na Super Bock Arena (em tempos batizado de Palácio de Cristal), no Porto. Um encontro onde imperou o espírito celta, numa alusão à ancestralidade da região e dos povos que a moldaram.





Guia prático:
Declaração de início
de atividade fiscal



- 16** • Em Évora, cidade-museu, património mundial da UNESCO, cumpriu-se a quinta etapa do périplo. 28 contabilistas certificados acorreram à representação permanente da Ordem para receber a medalha dos 25 anos.
- 19** • O epílogo do ciberataque. É anunciado fumo branco. A Bastonária divulgou novo comunicado onde dava conta disso mesmo, afirmando que «a Ordem e a sua equipa informática estão já a delinear uma estratégia de reforço dos sistemas informáticos por forma a mitigar riscos de eventuais novos ataques.»
- 24** • Dia de tempestade, é certo, mas incapaz de demover quem já tinha confirmado a sua presença para receber a medalha. Em Leiria, apesar das agruras do tempo, foram 126 os membros que se deslocaram até ao auditório da Escola Superior de Contabilidade e Gestão.
- 25** • «Declaração de início de atividade fiscal». É este o título do décimo guia prático, apresentado, uma vez mais, na última quarta-feira do mês.
- 25** • O Cinema Charlot, em Setúbal, cidade de Bocage e do Sado, foi a paragem que se seguiu na "caravana" que, por estes dias, percorria o país. Cento e treze Contabilistas Certificados receberam presencialmente a medalha.
- 26** • No Alto Alentejo, mais concretamente em Portalegre, foram 27 os membros que, na representação permanente da Ordem, inaugurada dois anos antes, exibiram com orgulho a medalha que a Ordem lhes foi entregar.
- 27** • Mantendo-se pelo interior do país, o roteiro da entrega de medalhas fez paragem em Beja, à hora do almoço. E algo inédito aconteceu: todos os inscritos (23), compareceram à chamada.
- 27** • Após a paragem no Baixo Alentejo ao meio-dia, o final da tarde foi dedicado aos 62 Contabilistas Certificados que fizeram questão de estar presentes na representação permanente da Ordem em Faro.
- 28** • Foram 724 os candidatos que se submeteram ao terceiro exame de avaliação profissional do ano. A entrega de certificados ficou marcada para 11 de janeiro de 2024.
- 30** • Dia para celebrar o esforço e a resiliência dos Contabilistas Certificados de Trás-os-Montes. Para receber a medalha, compareceram 38 profissionais na representação permanente de Vila Real.
- 30** • O périplo pelas terras transmontanas conheceu nova paragem, desta feita em Bragança, ao final do dia. Foram 20 os Contabilistas Certificados que não quiseram perder a oportunidade de recolher, em mãos, a medalha.
- 31** • Pelo meio-dia, homenagem aos CC do Alto Minho. Na Escola Superior de Saúde do Instituto Politécnico de Viana do Castelo registou-se a presença de 56 «ourives das contas».
- 31** • Ainda por terras minhotas. A representação permanente da Ordem, em Braga, acolheu uma cerimónia concurrida, a terceira, depois de Lisboa e Porto, com mais membros presentes: 173.



Novembro

Aos 92 anos, o entrevistado do mês mantém uma vitalidade invejável porque, confessa, é preciso combater diariamente a iliteracia, sobretudo a científica, que afeta a generalidade dos portugueses. Galopim de Carvalho: «A degradação do ensino público é uma deplorável e angustiante realidade.»

2 • O Auditório Comenius do Instituto Politécnico de Castelo Branco foi, ao final da manhã, a "casa" escolhida para a homenagem aos 48 contabilistas certificados albicastrenses.

2 • Na Guarda, cidade dos 5 fs (fria, forte, farta, fiel e formosa), 26 contabilistas estiveram presentes na representação permanente para momentos inesquecíveis e únicos. Apesar do frio...

3 • Em Viseu, capital da Beira Alta, viveu-se um momento inédito: dos cerca de 70 contabilistas certificados, constavam três casais que se apresentaram para receber a medalha.

6 • Emissão da primeira reunião livre dedicada, em exclusivo, ao SNC-AP. A ideia é que, doravante, se realize na primeira segunda-feira de cada mês.

22 • Lançamento da rubrica «Sabia que?». Em cerca de um minuto, os consultores da Ordem respondem a questões contabilísticas, fiscais e jurídicas através de vídeos divulgados todos os dias úteis no site, canal Youtube, CCclix, redes sociais e newsletter. «O objetivo é dar informação útil e diária a todos os CC», referiu a bastonária na apresentação do projeto.

23 • Nelson Ferreira, assessor da Bastonária, é eleito presidente da *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens*, organização composta por cerca de duas dezenas de entidades contabilísticas de países em redor do Mediterrâneo.

29 • É disponibilizado o décimo primeiro guia prático. Tema: «Registo central do beneficiário efetivo – aspetos práticos», dissecado ao longo de 30 páginas.

30 • Encerramento do quarto e último ciclo de formação dedicado, desta feita, ao «Encerramento de contas 2023». Ao longo de três semanas, desde o dia 13, foram realizadas 37 sessões em 30 cidades. No total, 13.152 formandos passaram por estas sessões (10.278 contabilistas e 2.874 colaboradores.)

30 • Primeira das quatro sessões da Festa de Natal 2023, em Lisboa. Ao longo de três dias, cerca de 2.500 pessoas passaram pelos auditórios de Lisboa (30 de novembro e 1 de dezembro) e Porto (duas sessões a 2 de dezembro) para umas horas de convívio e confraternização. Nena foi a cabeça de cartaz e os CC Norberto Gonçalves e Joana Lopes, formaram uma dupla de animadores natos.







Dezembro

- 4** • Comunicado da Bastonária relativo à cessação do contrato com o fornecedor do TOOnline.

- 4** • Funchal, a primeira das paragens nas regiões autónomas. Numa cidade já vestida com as cores e as luzes natalícias, 23 contabilistas festejaram, de outra forma, a quadra, com o «presente» em forma de medalha.

- 5** • Foram 425 os membros que, ao final da tarde, acorreram ao Auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa, para receberem a justa homenagem (e recompensa) pelo quarto de século de ligação à Ordem. Foi, como seria expectável, a cerimónia mais concorrida.

- 7** • Fez-se história! É publicada, em «Diário da República», a Lei n.º 68/2023. Precisamente dois anos após a tomada de posse dos atuais órgãos sociais, quis o destino que fosse publicada e alteração ao Estatuto da Ordem, após um longo, duro e extenuante processo. «Estamos muito contentes com este desfecho. O nosso estatuto não só não nos retirou as nossas competências exclusivas como ainda saiu reforçado», sintetizou a bastonária.

- 12** • Primeira das três visitas à Região Autónoma dos Açores. Na Horta, oito contabilistas – alguns deles fizeram, manhã cedo, a ligação de meia hora, de ferry, entre a Madalena do Pico e a capital da ilha do Faial – receberam garbosamente a medalha. Uma cerimónia intimista, acolhedora, mas nem por isso menos sentida e emocionante.

- 13** • Foram 28 os Contabilistas Certificados que marcaram presença no Hotel Marina Atlântico, em Ponta Delgada (27 residentes na ilha; um proveniente da ilha de Santa Maria) para uma cerimónia onde a «açorianidade» ficou, uma vez mais, bem patente.

- 13** • Transmissão do tempo de antena da Ordem na RTP 1. Paula Franco fez uma breve retrospectiva de 2023 e antecipou alguns cenários para o novo ano.

- 14** • E ao fim de 22 etapas, o ciclo de entrega de medalhas de 2023 terminou. Em Angra, cidade histórica e de muitas «estórias», encerrou-se o périplo que percorreu o país desde 19 de setembro. 21 contabilistas receberam a medalha; muitos mais se reuniram para o jantar que se seguiu e que terminou de forma apoteótica com a colaboração do Coro Allegro. Todos juntos, em uníssono, a cantar...

- 28** • «Mais-valias imobiliárias em IRS – Programa "Mais Habitação"» é o tema do décimo segundo e último guia prático. O compromisso assumido no início do ano de, na última quarta-feira de cada mês, disponibilizar um manual, ficou assim saldado.

- 29** • É publicado o plano global de formação para 2024. Mantém a aposta em dois grandes blocos (formação presencial e *online*) e é disponibilizada uma vasta panóplia de opções formativas.

- 29** • Assembleia Representativa ordinária para debate e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2024. O documento foi aprovado com 82 votos a favor e 3 abstenções.

- 29** • Disponibilizada, a exemplo de anos anteriores, a análise ao Orçamento do Estado para 2024, efetuada pelos consultores da Ordem, no mesmo dia em que foi publicada a Lei n.º 82/2023, de 29 de dezembro.

ORÇAMENTO DE ESTADO



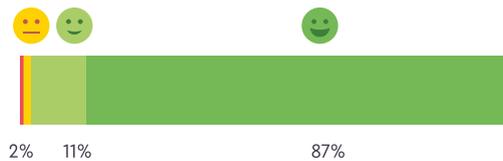


XII. Relatório de gestão

Nos termos da alínea c) do artigo 54.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, com a redação que lhe conferiu a Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, pelo aditamento da Lei n.º 199/2019, de 18 de setembro, Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, vem o conselho diretivo submeter à apreciação da assembleia representativa, o Relatório e Contas do período de 2023.

Avaliação das chamadas telefónicas em 2023

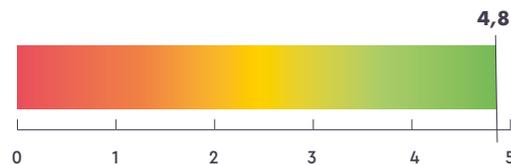
Distribuição das respostas



Tempo médio de espera



Avaliação média (0 a 5)



Legenda

- Muito Bom
- Bom
- Razoável
- Fraco
- Mau

XII.a Áreas de atuação

Departamento de Consultoria Técnica



26
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes



PRINCIPAIS FUNÇÕES

- ATENDIMENTO TELEFÓNICO E PRESENCIAL
- PARECERES TÉCNICOS
- APOIO ADMINISTRATIVO AO TOCONLINE
- ARTIGOS E REPRESENTAÇÕES NOS *MEDIA*
- REUNIÕES COM AT, SEGURANÇA SOCIAL E OUTROS *STAKEHOLDERS*

O principal objetivo da Ordem é servir os membros, através de uma eficiente regulação da profissão, disponibilização de soluções que apoiem profissional e socialmente os Contabilistas Certificados e uma contínua e eficaz atuação junto dos vários agentes interessados da profissão e da Ordem.

Neste âmbito, prestaremos e queremos prestar sempre o melhor apoio técnicos aos membros, garantindo que os mesmos têm ao seu dispor o apoio e informação, indispensáveis para o exercício da uma profissão pautada pelos mais elevados padrões de qualidade e excelência.

Nesse sentido, além de continuarmos sempre disponíveis, continuamos a inovar, apoiando de novas formas os Contabilistas Certificados. Presencialmente, via telefónica, através da Pasta CC, em fóruns, conferências, tertúlias e demais iniciativas, o departamento de consultoria técnica da Ordem continua a prestar o melhor apoio técnico aos membros.

Um apoio crescente, que em 2023 registou 824 atendimentos presenciais, 20.636 pareceres escritos e 29.054 atendimentos telefónicos. Assistimos a um reforço no atendimento presencial e nos pareceres escritos, por outro lado verificamos uma diminuição do atendimento telefónico que, até ao último trimestre de 2023 víamos como a principal lacuna do departamento técnico e que levou ao reforço considerável da equipa de técnicos.

Em relação ao TOConline, registamos em 2023 um ano extremamente positivo, com o significativo aumento dos utilizadores e empresas ativas, que à data são já 221.328 que encontram na Ordem, uma equipa preparada para os apoiar. Essa equipa, que em 2023, registou 46 atendimentos presenciais, 31.738 esclarecimentos telefónicos e respondeu a 32.818 questões por escrito, um aumento constante e transversal em todos os modelos de apoio aos membros.



Principais números

Esclarecimentos técnicos	2019	2020	2021	2022	2023
Atendimento presencial	1 586	433	355	635	824
Atendimento telefónico	18 387	44 384	43 549	31 571	29 054

Questões escritas

Recebidas	10 591	18 369	21 440	20 399	22 184
Transitadas do ano anterior	356	537	0	425	136
Respondidas	9 347	17 286	20 314	19 473	20 636
Por responder no final do ano	537	235	425	136	125

Artigos técnicos nos media

Jornal de Negócios	30	32	14	8	0
Vida Económica	43	42	43	41	42
Outras publicações	0	3	6	0	8

Outros pareceres

Pareceres internos dep. disciplinar e conselho jurisdicional	6	4	1	9	5
--	---	---	---	---	---

SICC

Atendimento presencial	1	0	0	1	5
Atendimento telefónico	86	51	283	67	198
Registos inseridos	11 055	7 442	7 867	11 030	6 495

TOOnline

Esclarecimentos	2019	2020	2021	2022	2023
Atendimento presencial	280	76	18	38	46
Atendimento telefónico	10 994	16 644	25 067	28 689	31 738

Questões escritas

Recebidas	34 288	45 181	22 859	28 376	32 855
Transitadas do ano anterior	0	379	333	1	0
Respondidas	13 033	16 150	22 669	27 834	32 818
Por responder no final do ano	0	571	1	0	0

Atendimentos
 telefónico

29 054



toonline

31 738

Esclarecimentos
 telefónicos



Departamento Jurídico e Serviço de Contencioso Tributário



10
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- ATENDIMENTO TELEFÓNICO E PRESENCIAL
- PARECERES TÉCNICOS
- ARTIGOS E REPRESENTAÇÕES NOS MEDIA
- CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO
- PROCESSOS DE AVERIGUAÇÕES E RECUSAS DE ASSINATURA

Nas mais variadas áreas da intervenção dos contabilistas certificados, a Ordem, informa, esclarece, interpreta e apoia os seus membros, através da produção de conteúdos tecnicamente rigorosos, independentes, tempestivos e de fácil compreensão. Apesar da constante melhoria, estamos cientes de que a exigência é cada vez maior e somos ambiciosos. Foi com esta orientação estratégica que o departamento jurídico abordou 2023, dedicando parte importante dos seus recursos a novos projetos como é o caso da iniciativa "12 meses, 12 guias" e "Sabia que?".

Em termos quantitativos, salientamos com tremendo agrado o aumento do número de questões escritas respondidas, dos atendimentos presenciais a membros e dos atendimentos telefónicos a membros, não podendo também deixar de salientar de forma positiva o aumento do atendimento presencial e telefónico aos não membros face aos números observados em 2022. Em 2023 foi também possível concluir mais ações judiciais, diminuindo o número de ações em curso.

No que toca ao contencioso tributário, sublinhamos o aumento deste apoio em toda a linha, dando mais destaque ao aumento do número de apoios em reclamações gratuitas, revisões de atos tributários, PEF e justo impedimento, áreas fundamentais para o exercício da profissão de Contabilista Certificado. No âmbito geral, verificamos também um aumento do número de questões respondidas, passando as mesmas de 2.552 em 2022 para 2.699 em 2023.

Atendimentos
telefónicos

4 951





Principais números

Esclarecimentos técnicos	2019	2020	2021	2022	2023
Atendimento presencial a membros	245	81	39	59	95
Atendimento telefónico a membros	4 390	8 236	6 515	4 215	4 951
Atendimento presencial e telefónico a não membros	5 786	871	733	512	544

Questões escritas

Recebidas	4 039	10 063	8 309	6 293	7 294
Transitadas do ano anterior	514	1 151	0	0	14
Respondidas	4 039	9 638	8 304	6 183	7 235
Por responder no final do ano	1 151	425	5	14	0

Processos de recusa de assinatura

Recebidos	653	576	543	492	520
Transitados do ano anterior	0	0	75	0	19
Respondidos	653	294	506	294	374
Por responder no final do ano	0	282	37	19	4
Recurso (das decisões do júri de exame)	5	15	18	22	17

Processos judiciais

Ações concluídas	3 346	7 114	3 819	3 970	4 001
Ações em curso	1 009	1 538	455	431	409

CONTENCIOSO TRIBUTÁRIO

Esclarecimentos técnicos	2019	2020	2021	2022	2023
Recebidas	-	-	-	2 552	2 699
Transitadas do ano anterior	-	-	-	0	0

Pareceres

Com peça processual	-	-	-	937	1 022
Sem peça processual	-	-	-	825	1 677

Apoios

Reclamação graciosa	-	-	-	231	203
Revisão de ato tributário	-	-	-	39	51
Recurso hierárquico	-	-	-	60	58
Direito de audição prévia	-	-	-	61	50
PEF	-	-	-	90	152
Justo impedimento	-	-	-	296	508
Guias Práticos	-	-	-	-	9

Questões respondidas



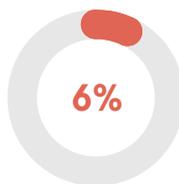
7 235

Departamento Disciplinar



9

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- ATENDIMENTO TELEFÓNICO E PRESENCIAL
- PARECERES TÉCNICOS
- ARTIGOS E REPRESENTAÇÕES NOS *MEDIA*
- PARTICIPAÇÕES DISCIPLINARES
- INSTRUÇÃO DISCIPLINAR

O interesse público só existe quando Contabilistas Certificados, cumpridores rigorosos do seu código de ética e deontologia, constroem confiança enquanto resultado do exercício da sua profissão. Seja no âmbito do relato e/ou obrigações e declarações financeiras ou não financeiras, é fundamental que os Contabilistas Certificados pautem a sua atuação profissional e pessoal, pelos mais rigorosos padrões éticos e deontológicos, caso contrário, não acrescentaremos valor à nossa sociedade.

Uma atuação ética, ajudará a melhorar a confiança nas divulgações da empresa, tanto ao nível de informação financeira como não financeira, apoiando assim, todas as decisões relevantes para os utilizadores relacionados com a empresa.

No exercício da regulação profissional, o departamento disciplinar, apoiando o Conselho Jurisdicional, permite a este órgão a ação disciplinar da Ordem, contruindo, de forma preponderante e imensurável, para a defesa do interesse público da profissão e o seu valor acrescentado à nossa economia e sociedade civil.

Em 2023, num ano de intenso trabalho regulatório, sublinhamos o aumento do número de questões respondidas, passando de 4.388, em 2022, para 4.421, em 2023 e do aumento dos relatórios de instrução disciplinar, passando de 288, em 2022, para 35, em 2023. Estes últimos números, são particularmente relevantes pois, apesar da diminuição do número de participações disciplinares, algo que vemos sempre como positivo pois acreditamos que é sinal de que os contabilistas certificados mais e melhor estão a cumprir os seus deveres éticos e deontológicos, verificamos que o Conselho Disciplinar conseguiu tramitar mais processos, dando celeridade e consequentemente eficiência às suas decisões.



Principais números

Esclarecimentos técnicos	2019	2020	2021	2022	2023
Atendimento presencial a membros	201	86	41	85	86
Atendimento telefónico a membros	3 215	6 348	7 049	4 936	4 479
Atendimento presencial e telefónico a não membros	950	991	1 098	870	858

Questões escritas

Recebidas	5 581	6 558	4 822	5 099	5 274
Respondidas	4 333	3 639	4 075	4 388	4 421

Artigos técnicos nos média

Jornal de Negócios	2	0	1	-	-
Vida Económica	2	2	0	-	-
Outras publicações	0	0	0	-	-

Participações disciplinares

Recebidos	296	409	476	419	360
Transitados do ano anterior	77	35	112	65	37
Remetidos ao conselho jurisdicional	358	297	260	214	112

Instrução disciplinar

Despacho acusação deduzidos – Processos não quotas	138	107	88	160	148
Relatórios de instrução disciplinar – total	324	291	261	288	354
Processos pelo não pagamento de quotas (*reaberturas)	71*	5	13	0	0
Relatórios – proposta de aplicação de pena disciplinar – total	130	108	95	108	75
Advertência	64	43	37	29	12
Multa	47	56	45	73	51
Suspensão	18	7	12	5	12
Expulsão	1	2	1	1	0
Relatórios com proposta de arquivamento	194	183	164	174	277
Relatórios – Convolução proc. de inquérito em proc. disciplinar	36	11	12	37	31
Processos com recurso	2	2	2	6	0

Atendimentos
 telefónicos

4 479



SERVIÇO DE MEDIAÇÃO



4

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- ATENDIMENTO TELEFÓNICO E PRESENCIAL
- PARECERES TÉCNICOS
- ARTIGOS E REPRESENTAÇÕES NOS MEDIA
- MEDIAÇÃO DE CONFLITOS DISCIPLINARES E PROFISSIONAIS

Numa relação intrínseca com o departamento disciplinar, o serviço de mediação desempenha um papel preponderante na regulação da profissão e na defesa dos valores e deveres éticos e deontológicos dos Contabilistas Certificados, promovendo, consequentemente, por um maior interesse público da profissão.

Dirimindo conflitos entre contribuintes e Contabilistas Certificados e entre Contabilistas Certificados, permite soluções rápidas, justas e consequentemente eficientes e satisfatórias para ambas as partes.

Em 2023, este serviço alcançou significativas melhorias conseguindo resolver mais conflitos de forma definitiva e sem que os mesmos tivessem de ser reencaminhados para o departamento disciplinar. Mais concretamente, em 2023, a taxa de arquivamento, isto é, processos de mediação resolvidos, foi de 84%, até aqui nunca alcançada.

Conflitos
solucionados

562



Principais números

Esclarecimentos técnicos	2019	2020	2021	2022	2023
Atendimento presencial	166	32	22	88	68
Atendimento telefónico	2 129	3 865	3 243	2 658	2 182
Atendimento presencial e telefónico a não membros	601	543	491	461	444
Participações					
Recebidas	654	722	804	728	687
Transitadas do ano anterior	38	45	348	80	97
Processos em curso no final do ano	45	68	330	32	49
Conflitos solucionados	456	504	565	565	562
Conflitos reencaminhados para o Departamento Disciplinar	179	179	256	184	106
Anuladas/Duplicações	13	19	1	1	2



FORMAÇÃO PROFISSIONAL CONTÍNUA

Tipologias de formação

FORMAÇÕES ONLINE:

- PLUG-IN
- E-LEARNING
- DESCOMPLICAR NA HORA
- REUNIÕES LIVRES
- REUNIÕES LIVRES – TOCONLINE
- TOCONLINE – PERSONALIZADA ONLINE

FORMAÇÕES OFFLINE:

- EM SALA
- EVENTUAL
- REUNIÕES LIVRES
- TOCONLINE – PERSONALIZADA AO VIVO

A formação profissional contínua é e será sempre a melhor ferramenta para o desenvolvimento pessoal e profissional dos Contabilistas Certificados. A formação profissional contínua é e será sempre também, uma base fundamental do trabalho e serviços prestados pela Ordem dos Contabilistas Certificados.

Em 2023 conseguimos apresentar novos modelos formativos, como por exemplo os novos modelos da formação eventual, e novos cursos, com novos temas, como por exemplo a formação sobre a Agenda do Trabalho Digno ou sobre as Boas Práticas Profissionais.

O projeto «Guia de Boas Práticas Profissionais», uma verdadeira revolução para a nossa profissão, apresentou-se como uma ferramenta que pretendeu e ainda pretende dotar todos os Contabilistas Certificados dos conhecimentos, conselhos e dicas que permitam aos profissionais crescer para novos patamares de excelência. A formação forneceu orientação prática para os Contabilistas Certificados por forma a que estes consigam melhor gerir as suas práticas profissionais e os seus negócios, para terem melhores condições de vida pessoal e profissional e operarem de forma mais lucrativa, feliz, competitiva, ética, sustentável e valorizada. Com forte componente prática, esta formação apresentou casos para ilustrar noções, listas e exercícios de autoavaliação, tabelas, conceitos e orientações para as boas práticas profissionais, sendo uns legalmente obrigatórios e outros facultativos, que tendem à valorização do profissional, da sua prática e do seu negócio. Resumindo, esta formação foi e continua a ser um sucesso, uma primeira etapa de um processo que pretende revolucionar a profissão e o modo como a mesma é exercida.

No ano de 2023 sublinhamos, com agrado, os 38.820 formandos Contabilistas Certificados que participaram presencialmente em formações eventuais no último ano, mais 14.282 que em 2022. Por outro lado, verificamos, apesar de ligeira, uma diminuição nos formandos Contabilistas Certificados das reuniões livres presenciais por todo o país. Esta diminuição, constitui uma perda na formação profissional contínua mas também na saudável convivência entre Contabilistas Certificados.

Em termos de formação online, sublinhamos um aumento nas formações E-Learning, passando de 24.743 em 2022 para 35.894 formandos Contabilistas Certificados em 2023. Nas formações Plug-In, verificamos também um exponencial aumento, passando de 18.429 formandos em 2022 para 39.203 formandos Contabilistas Certificados em 2023. Por fim, merece também destaque o aumento do número de formandos Contabilistas Certificados que utilizam o CCclic, passando de 10.705 para 12.482 em apenas um ano, salientando-se também o tremendo aumento no número de acessos de formandos Contabilistas Certificados a esta plataforma, 649.685 o que resulta num aumento de horas de formação visualizadas, passando-se de 23.295 para 26.824.

No total, em 2023, registamos assim 792.119 formandos Contabilistas Certificados, registando-se, em termos absolutos, 1.187.852 formandos.



Principais números

Conferências	2019	2020	2021	2022	2023
Número de eventos presenciais	14	0	0	12	11
Formandos contabilistas certificados presenciais	3 692	0	0	1 608	1 816
Formandos não contabilistas certificados presenciais	962	0	0	680	722
Número de eventos à distância	0	61	18	9	11
Visualizações <i>streaming</i>	55 110	249 817	19 979	38 629	15 391
Congressos					
Número de eventos	3	0	0	1	1
Formandos contabilistas certificados	3 641	0	0	8 094	167
Formandos não contabilistas certificados	1 327	0	0	514	62
Número de eventos à distância	0	61	2	1	0
Formandos à distância	11 417	0	3 564	34 605	0
Formação presencial – Em sala					
Número de formações	83	29	13	34	73
Formandos contabilistas certificados	11 169	831	430	2 388	2 110
Formandos não contabilistas certificados	554	65	100	248	379
Formação presencial – Eventual					
Número de formações	5	1	1	3	4
Formandos contabilistas certificados	66 085	8 373	5 512	24 538	38 820
Formandos não contabilistas certificados	11 866	1 357	1 438	3 798	11 862
Formação presencial – Personalizada TOConline					
Número de formações	-	113	71	101	84
Formandos contabilistas certificados	-	210	111	128	92
Formandos não contabilistas certificados	-	151	132	156	151
Formação presencial – Personalizada SAFT					
Número de formações	7 527	117	8	0	0
Formandos contabilistas certificados	9 716	289	11	0	0
Formandos não contabilistas certificados	2601	95	11	0	0
Formação presencial – Reuniões livres					
Número de formações	471	65	0	329	403
Formandos contabilistas certificados	37 920	7 187	0	10 983	9 962
Formandos não contabilistas certificados	0	0	0	0	210
Formação presencial – Iniciação, migração e suporte TOConline					
Número de formações	-	-	18	0	0
Formandos contabilistas certificados	-	-	69	0	0
Formandos não contabilistas certificados	-	-	27	0	0
Formação online – E-learning					
Número de formações	78	274	132	88	129
Formandos contabilistas certificados	18 248	57 145	6 346	24 743	35 894
Formandos não contabilistas certificados	21	4 274	2 029	1 936	3 840
Formação Plug-in					
Número de formações	-	57	151	196	285
Formandos contabilistas certificados	-	4 114	9 632	18 429	39 203
Formandos não contabilistas certificados	-	660	3 223	2 297	7 803
Formação online – Reuniões livres					
Número de formações	26	52	53	46	43
Formandos	50 803	1 259 208	868 808	496 706	322 798
Formação online – Reuniões livres Açores					
Número de formações	-	-	10	3	0
Formandos	-	-	16 316	1 925	0
Formação online – Reuniões livres Madeira					
Número de formações	-	-	4	2	0
Formandos	-	-	5 950	913	0



	2019	2020	2021	2022	2023
Formação online - Reuniões livres TOConline					
Número de formações	-	10	21	21	20
Formandos	-	76 712	88 531	52 332	31 610
Formação online - Personalizada TOConline					
Número de formações	-	23	20	4	9
Formandos contabilistas certificados	-	55	841	4	7
Formandos não contabilistas certificados	-	23	227	7	10
Formação online - Personalizada SAFT					
Número de formações	0	9	0	0	0
Formandos contabilistas certificados	0	18	0	0	0
Formandos não contabilistas certificados	0	7	0	0	0
Formação online - Descomplicar na Hora					
Número de formações	-	-	109	94	103
Formandos contabilistas certificados	-	-	8 569	13 873	11 516
Formandos não contabilistas certificados	-	-	1 711	670	597
Formação online - Iniciação, migração e suporte TOConline					
Número de formações	-	-	20	24	40
Formandos contabilistas certificados	-	-	841	2 045	2 847
Formandos não contabilistas certificados	-	-	227	308	298
Formação online - CCclix					
Formandos contabilistas certificados	-	-	-	10 705	12 482
Formandos contabilistas certificados - N.º acessos	-	-	-	440 084	649 685
Horas de formação visualizadas	-	-	-	23 295	26 824
Total de formandos					
Formandos contabilistas certificados	143 449	78 314	35 926	120 847	792 119
Formandos NÃO contabilistas certificados	17 476	6 632	12 557	10 614	25 934
Número total de formandos sem <i>streaming</i>	160 925	84 946	48 483	131 461	66 353
Visualizações <i>streaming</i>	117 330	1 585 737	946 234	625 110	1 121 469
N.º de formandos total*	278 255	1 670 683	994 717	756 571	1 187 822

* Inclui contabilistas certificados e não contabilistas certificados

XII.b Áreas de suporte

DEPARTAMENTO DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM



8

Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- REVISTA "CONTABILISTA"
- NEWSLETTER "NOVIDADES PROFISSIONAIS" E OUTRAS
- GESTÃO DAS REDES SOCIAIS
- PRODUÇÃO DE CONTEÚDOS E PUBLICAÇÕES
- IMAGEM DE EVENTOS

Ano após ano, continuamos a inovar na forma como comunicamos com os membros. Não ficamos debruçados no "peso da formalidade" de uma instituição pública, queremos ser arrojados, diferenciados e criativos, por forma a, com o rigor e veracidade que adjetivam a nossa comunicação, atrairmos mais público e melhor informarmos os interessados de todos os conteúdos que disponibilizamos.

Por forma virtual e presencial, através das mais variadas ferramentas e com mensagens personalizadas, fomos sempre ao encontro de todos os membros, informando, esclarecendo e ouvindo o que os membros também têm para dizer à sua Ordem profissional.

Assim, em 2023, mantivemos o trabalho tendente ao aumento da presença da Ordem nas redes sociais e nos meios de comunicação social, promovendo a marca da Ordem e conseqüentemente o trabalho, competências, qualificações e valor dos contabilistas certificados, alcançando, com sucesso, um total de 157.112 seguidores nas redes sociais (Facebook, Twitter, YouTube, Instagram e LinkedIn) mais 29.826 que em 2022. Os conteúdos da Ordem continuam a ser recebidos com tremendo sucesso, sendo partilhados e utilizados das formas mais positivas possíveis.

Ao nível do YouTube, sublinhamos as 957.439 visualizações, inferiores em relação aos últimos anos porque a esmagadora maioria dos contabilistas certificados consome estes conteúdos na plataforma CCclix. Assim, as visualizações do conteúdo vídeo da Ordem, não deve ser visto em isolado no YouTube mas sim, tendo-se em consideração, outras plataformas como o CCclix e o Instagram.

As referências à Ordem nos media, sempre gratuitas, continua em valores muito elevados com 1.439, onde salientamos o crescente número de referências em televisão e imprensa escrita.

Mantivemos uma intensa agenda cultural da Ordem, com lançamentos de livros e o desenvolvimento da Biblioteca da Ordem dos Contabilistas Certificados que conta com mais obras, melhores infraestruturas e mecanismos de consulta e pesquisa online das obras detidas.



Principais números

Esclarecimentos	2019	2020	2021	2022	2023
Atendimento presencial	18	0	0	0	0
Atendimento telefónico	1 490	125	371	548	346
Questões escritas	860	2 297	3 008	3 169	3 230

Publicações, artigos e newsletters

Revista "Contabilista" – Edições	12	12	12	11	12
Revista "Contabilista" – Tiragem papel	170 231	185 496	176 180	169 055	177 511
Revista "Contabilidade e Gestão" – Edições	0	0	2	4	0
Revista "Contabilidade e Gestão" – Tiragem papel	0	0	500	1 350	0
Revista de imprensa – Edições	248	252	242	244	240
Manuais de formação	163	167	186	107	122
Livros e outras publicações	11	19	32	35	31
Artigos – Jornal de Negócios	39	35	11	44	0
Artigos – Vida Económica	42	49	44	43	40
Artigos – Outras publicações	2	14	35	22	48
Recortes OCC – Edições	20	21	8	0	0
Newsletter – Novidades profissionais	248	252	241	247	241
Outras newsletters	325	204	163	273	188

Referências à Ordem nos media

Entrevistas à Bastonária	40	58	22	27	31
Imprensa	374	380	298	206	515
Rádio	10	61	43	51	55
Televisão	36	143	69	53	71
Internet	562	1 146	1 297	1 120	767
Total de referências	1 022	1 788	1 729	1 457	1 439

Redes sociais

Facebook	Seguidores	55 547	68 590	75 711	83 030	87 728
	Publicações	1 435	2 474	3 032	2 810	2 003
Twitter	Seguidores	1341	5 913	1 825	2 116	2 299
	Publicações	1 452	2 474	1 203	2 570	1 419
Youtube	Seguidores	4 280	23 716	29 221	31 930	36 531
	Visualizações	1 083 971	3 550 878	1 541 466	1 045 071	957 439
Instagram	Seguidores	-	-	7 464	10 210	13 354
	Publicações	-	-	109	221	406
Linkedin	Seguidores	-	-	-	-	17 200
	Publicações	-	-	-	-	52

Outros

Projetos especiais	23	72	45	20	25
Eventos organizados e cobertos	36	43	33	57	49
Formação à distância – vídeos	65	77	51	61	70
Intervenções no sítio	3 488	4 640	4 891	5 877	7 453
Flyers, calendários e logos	103	294	664	701	756

157K
Seguidores
redes sociais

Visualizações
Canal OCC



957 439

DEPARTAMENTO DE FUNCIONAMENTO



32
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

Lisboa

Representações

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- APOIO A EVENTOS E FORMAÇÕES
- PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INSCRIÇÃO E REINSCRIÇÃO
- EMISSÃO DE CÉDULAS PROFISSIONAIS
- EMISSÃO DE VINHETAS
- TRATAMENTO ADMINISTRATIVO DAS SOCIEDADES PROFISSIONAIS E SOCIEDADES DE CONTABILIDADE
- APOIO AOS MEMBROS NAS REPRESENTAÇÕES
- PROCESSAMENTO DE QUOTAS

Tal como abordado em várias publicações da Ordem e de inúmeras entidades internacionais, a atração e retenção de talento é o grande problema da contabilidade, auditoria e consultoria fiscal. Nas sociedades ocidentais e ditas mais desenvolvidas, com pirâmides demográficas invertidas e classes jovens com prioridades diferentes das classes que os antecederam, o setor da contabilidade, apesar de apetecível na vertente financeira, profissional e de gestão, tem vindo a perder novos profissionais.

Nesse sentido e apesar de já colocadas em práticas inúmeras ferramentas e projetos de combate a este problema, cientes de que o mesmo apenas será invertido com trabalho de décadas, salientamos como extremamente positivas as alterações ao Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados no tocante ao acesso à profissão. Estas alterações, que serão acompanhadas de alterações ao Regulamento de Inscrição, Estágio de Exame Profissional, permitirá, mantendo-se a exigência e rigor que uma profissão de interesse público requer, criar novos modelos de acesso à profissão, permitindo que de formas mais variadas (mas não menos exigentes), novos candidatos possam aceder à profissão.

Acreditamos que a verificada diminuição em 2023 no número de candidaturas recebidas e exames realizados, seja porque os candidatos se aperceberam das então prováveis alterações ao EOCC e Regulamento e irão, em 2024, inscrever-se já ao abrigo das novas regras de acesso à profissão, optando assim por um modelo que melhor vá ao encontro da sua experiência profissional ou percurso académico.

Paralelamente, no tocante às sociedades de contabilidade e sociedades profissionais, acreditamos que a verificação de registos/inscrições na Ordem, se deva também pelo impasse que as alterações ao EOCC criaram. Hoje, conscientes das alterações e da possibilidade de criação de sociedades multidisciplinares, acreditamos que após a entrada em vigor do Regulamento das Sociedades, o número de inscrições/registos aumente e assim se regularizem, de forma voluntária, muitas das situações que acreditamos estarem por regularizar.



Principais números

Questões escritas	2019	2020	2021	2022	2023
Questões Recebidas	14 577	16 204	16 359	37 315	15 667
Transitadas do ano anterior	715	104	174	474	461
Respondidas	13 909	15 180	9 514	21 729	18 004
Por responder no final do ano	311	124	150	461	159

Formação equiparada

Inscrições	11 520	9 077	12 229	20 131	16 315
Registos de entidades	2	3	0	0	7
Total de entidades	724	736	736	741	748

Processos de acesso à profissão

Candidaturas recebidas	1 049	1 086	871	956	685
Com estágio profissional	48	35	31	49	39
Sem estágio profissional	758	764	475	683	446
Sem estágio profissional - experiência profissional	137	170	102	176	140
Exames	2 228	1 810	3 123	2 752	2 219
Membros admitidos	406	373	612	630	447

Serviços administrativos aos membros

Emissão de cédulas profissionais	1 609	1 137	1 204	689	22 096
Registos de sociedades profissionais de CC	4	2	13	27	13
Registos diretor técnico sociedades contabilidade	513	374	424	533	529
Quotas - Requisições	293 154	322 923	216 532	214 199	231 163
Reinscrições e saídas	94	116	113	43	42
Membros inativos	1 676	821	824	1 478	1 675
Alterações de cadastro (nomes)	843	81	761	3 743	2 631
Certidões emitidas	90	46	79	102	156

Vinhetas e brochuras

Requisição de vinhetas	3 409	2 921	1 811	1 432	1 499
Vinhetas emitidas	2 239	2 921	342	342	342
Brochuras vendidas	489	148	50	76	536

Exames



2 219

DEPARTAMENTO DE SISTEMAS DE INFORMAÇÃO



10
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- GESTÃO DAS PLATAFORMAS INFORMÁTICAS DA ORDEM
- GESTÃO DA PASTA CC
- APOIO INFORMÁTICO INTERNO

Paralelamente ao crescente e mais variado apoio aos membros, é necessário um acompanhamento das plataformas informáticas da Ordem pois, só assim conseguimos de forma modernizada, ágil e pedagógica, melhor apoiar os contabilistas certificados.

Assim, em 2023, entre tantos outros projetos, o departamento de sistemas de informação manteve a alocação de recursos no desenvolvimento da Pasta CC, do novo site e da nova APP da Ordem. Manteve também a alocação de recursos no desenvolvimento e gestão do CCclic e apoiou a Ordem no lançamento do calendário fiscal, simuladores fiscais e na plataforma de formação à distância *Blackboard*.

Quantitativamente, sublinhamos o número de acessos aos sites da Ordem, 7.143.271, que ainda assim é inferior aos acessos de 2022, razão pela qual nos iremos focar ainda mais no desenvolvimento do novo site em 2024.

Em relação ao número de mensagens na Pasta CC, quando em 2022 batemos o novo recorde e pensávamos não ser possível aumentar tal número, verificamos que estávamos enganados e em 2023 registamos 107.132 mensagens recebidas via Pasta CC o que é simplesmente fantástico. Se a este número somarmos as solicitações, também escritas, chegadas via geral@occ.pt, 35.353, alcançamos um impressionante número de 142.485 questões escritas recebidas em 2023. Questões estas que, ainda assim, foram respondidas no menor tempo registado na história da instituição, com uma média de 3,5 dias corridos.

Neste ano de 2023, salientamos também a excelente resposta do departamento quando a Ordem sofreu o ciberataque. Com trabalho, esforço e rápida resposta, conseguimos identificar os problemas e sem comprometer quaisquer serviços aos membros, informação ou dados, resolver as limitações que sofremos durante umas semanas e rapidamente retomar todos os serviços informáticos que a Ordem oferece aos seus membros.

Países
Acessos
occ.pt



Origem dos acessos	2021	2022	2023
Portugal	7 709 929	7 763 527	2 885 471
Espanha	29 943	37 025	27 200
EUA	112 319	29 380	5 393
França	23 849	21 759	4 449
Países Baixos	24 497	19 089	-
Angola	-	16 564	5 561
Brasil	17 362	14 878	-



Principais números

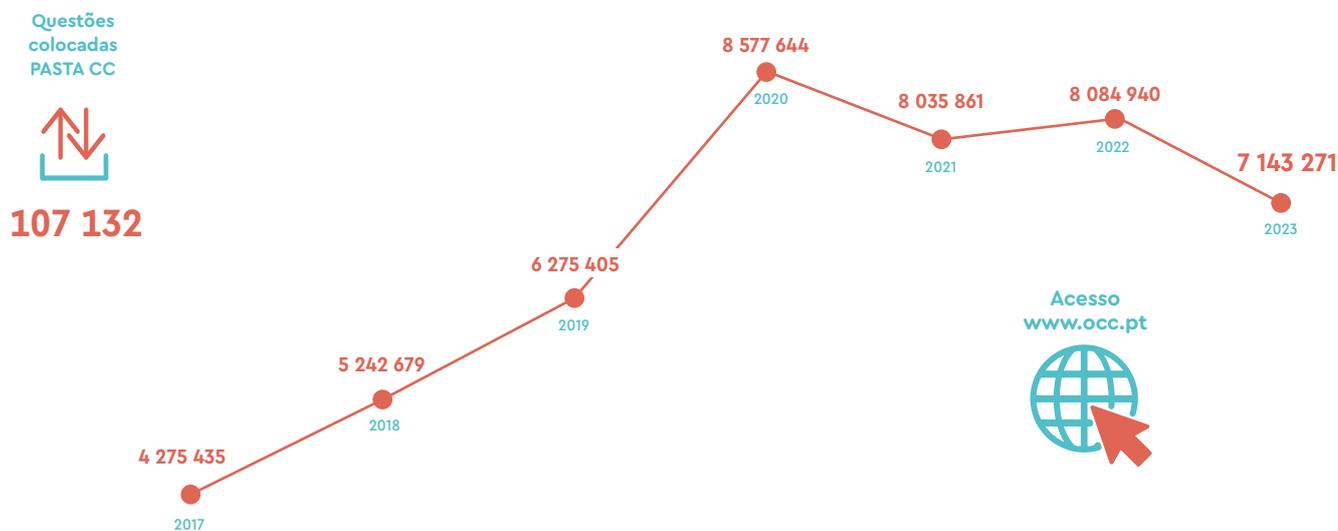
Esclarecimentos	2019	2020	2021	2022	2023
Atendimento presencial	801	4	0	0	0
Atendimento telefónico	9 233	1 245	1 139	3 311	2 795

Questões escritas	2019	2020	2021	2022	2023
Recebidas	885	562	471	1 164	1 250
Transitadas do ano anterior	22	12	0	9	1
Respondidas	713	412	377	863	974
Por responder no final do ano	18	10	2	1	4

Inscrição de contabilistas certificados	2019	2020	2021	2022	2023
Empresa na hora	361	356	292	333	329
Empresa na hora estrangeiros	157	127	119	107	132

Sítio da ordem e pasta CC	2019	2020	2021	2022	2023
Acessos sítio	6 275 405	8 577 644	8 035 861	8 084 940	7 143 271
Acessos com autenticação	2 615 872	2 851 093	2 546 145	2 951 437	1 868 866
Mensagens colocadas no fórum	17 354	27 501	16 607	13 829	13 190
Atualizações de dados (Sítio + Pasta CC)	20 565	16 964	16 966	16 188	11 605
Questões colocadas na Pasta CC	102 577	81 404	85 790	102 783	107 132
Questões colocadas via geral@occ.pt	25 185	37 554	34 589	35 287	35 353

Outros	2019	2020	2021	2022	2023
Atualizações de empresas	222 539	203 067	215 805	246 721	162 675
Pedidos complemento reforma	62	82	71	111	112
Pedido de apoio interno - Helpdesk	3 126	2 545	2 336	2751	2 759



DEPARTAMENTO DO TOCONLINE



13
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- MANUTENÇÃO TÉCNICA DA FERRAMENTA TOCONLINE
- DESENVOLVIMENTO DE NOVOS MÓDULOS
- INOVAÇÃO E CRIAÇÃO DE NOVAS FERRAMENTAS E TECNOLOGIAS DO TOCONLINE

O número de colaboradores e as funções do departamento do TOConline evoluíram ao longo do ano de 2023, contando no final do ano, com 13 colaboradores. O departamento do TOConline iniciou as suas funções com vista ao acompanhamento da plataforma em colaboração com o prestador de serviços que a Ordem tinha contratado para o desenvolvimento e manutenção da ferramenta. Posteriormente, avançou para o desenvolvimento do módulo ACT, dotando o *software* TOConline de mais um conjunto de respostas às necessidades dos seus utilizadores.

Em virtude da falta de performance do prestador de serviços e da cessação da respetiva relação contratual, a Ordem vem assegurando o desenvolvimento, inovação e manutenção do TOConline, tendo em vista garantir que esta ferramenta responde às necessidades dos seus utilizadores no desempenho da sua atividade profissional.

O departamento do TOConline da Ordem assumiu o controlo completo pela manutenção e desenvolvimento desta ferramenta, apoiando-se, simultaneamente, nos colaboradores do departamento de consultoria técnica adstritos ao apoio de call center, freshdesk e presencial aos utilizadores do *software*.

Principais números

Subscritores	2019	2020	2021	2022	2023
Empresas ativas	93 264	118 114	135 951	180 666	221 328
Empresas ativas – novas	14 314	34 229	34 290	58 127	68 361
Pedidos de subscrição de licenciamento	70 421	87 179	101 568	112 759	127 318



SERVIÇO DE CONTABILIDADE E RECURSOS HUMANOS



4
 Colaboradores



Peso percentual
 do departamento
 em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- REGISTOS E GESTÃO CONTABILÍSTICA
- ELABORAÇÃO DE DECLARAÇÕES FISCAIS E PARA-FISCAIS
- PRODUÇÃO DE INFORMAÇÃO FINANCEIRA E PRESTAÇÃO DE CONTAS
- ACOMPANHAMENTO DE AUDITORES EXTERNOS E CONSELHO FISCAL
- PROCESSAMENTO SALARIAL E APOIO ADMINISTRATIVO
- OTIMIZAÇÃO DE PROCESSOS E PROCEDIMENTOS, IMPLEMENTAÇÃO DE PROJETOS TRANSVERSAIS COM IMPACTO NA ÁREA CONTABILÍSTICA E FINANCEIRA

A contabilidade da Ordem é fundamental para o saudável desenvolvimento dos serviços prestados pela instituição aos seus membros, oferecendo informação que permite um melhor planeamento, controlo e apoio à tomada de decisão. É com base na informação disponibilizada pela contabilidade que conseguimos alcançar os tremendos resultados de serviços aos membros.

Não esquecendo a informação não financeira, isto é, a informação com foco nos aspetos ambientais, sociais e de governance, temos no departamento de contabilidade e recursos humanos toda a informação para uma boa gestão da instituição.

No âmbito dos recursos humanos, continuamos a promover por estratégias de atração e retenção de talento, motivação e bem estar das equipas, controlo de tarefas, controlo de faltas e férias e planos de desenvolvimento pessoal e profissional dos recursos humanos da Ordem que desafio após desafio, têm vindo a crescer em número e em área de atividade.

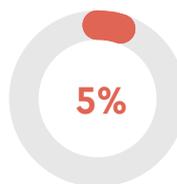
Principais números

Serviços	2019	2020	2021	2022	2023
Documentos de bancos – entradas	9 986	8 095	5 251	7 858	5 834
Documentos de bancos – saídas	8 445	5 779	5 393	7 302	8 024
Documentos de compra (faturas e faturas-recibo)	10 948	5 358	5 543	9 568	10 248
Documentos de venda	32 331	140 395	1 007 844	1 105 337	1 008 240
Operações diversas	10 701	28 762	12 169	14 337	14 166

SERVIÇO DE TESOURARIA e CONTRATAÇÃO PÚBLICA



7
Colaboradores



Peso percentual
do departamento
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- GESTÃO DAS MOVIMENTAÇÕES DE RECURSOS FINANCEIROS
- FATURAÇÃO
- IMPLEMENTAÇÃO E CONTROLO DE MECANISMOS FINANCEIROS
- GESTÃO DOS PROCEDIMENTOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA

Transparência nos procedimentos, rigor no controlo das despesas e critério na alocação dos recursos, são e serão sempre os três pilares em que assentam a gestão financeira de toda a Ordem dos Contabilistas Certificados. Paralelamente, informamos e prestamos contas, com base num relato financeiro e não financeiro com vertentes sociais e ambientais. Assim, as contas da Ordem continuam a ser exemplo maior da boa prestação de contas junto da sociedade civil, reforçando o valor e interesse público da Ordem e dos Contabilistas Certificados, sendo um *benchmark* a seguir pelos mais variados *stakeholders*.

Em termos de contratação pública, continuamos a cumprir escrupulosamente as normas de contratação pública, permitindo uma melhor gestão e otimização das finanças da Ordem e mantemos a publicação de todos os procedimentos de contratação pública no *site* da Ordem e demais plataformas de contratação pública. Uma última nota para referir que a diminuição em 8 concursos públicos em 2023, quando comparado com 2022, deve-se simplesmente à diminuição das contratações de grandes dimensões da Ordem.

Principais números

Esclarecimentos	2019	2020	2021	2022	2023
Atendimento presencial	37	11	4	1	0
Atendimento telefónico	3 520	2 707	2 215	2 384	2 533

Questões escritas

Recebidas	10 812	10 244	8 187	13 071	9 232
Respondidas	10 621	10 295	8 187	13 071	9 181

Outros serviços

Pagamentos de quotas efetuados <i>online</i>	210 145	160 777	45 198	42 990	43 795
Pagamento de quotas efetuados nos CTT	117 612	0	122 670	130 401	12 5237
Cheques e vales postais para pagamento	714	286	158	134	84
Entradas em bancos	9 998	8 095	5 251	7 858	5 834
Saídas de bancos	8 459	5 779	5 393	7 302	8 024
Faturas e faturas-recibos de fornecedores recebidas	10 653	5 358	392	859	572
Faturas e faturas-recibos emitidas	337	663	5 543	9 568	10 248
Operações efetuadas por MultiBanco, VISA e CTT	327 757	275 358	168 068	173 391	169 032
Membros/registos que optaram por débitos diretos	1 236	1 329	1 431	1 279	1 011

Contratação pública

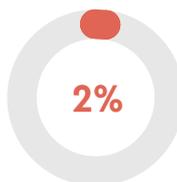
	2019	2020	2021	2022	2023
Concurso Público	10	9	20	28	21
Ajuste Direto	239	100	191	184	200
Consulta Prévia	14	11	7	15	15



SERVIÇO DE CORRESPONDÊNCIA E EXPEDIÇÃO



3
 Colaboradores



Peso percentual
 do serviço
 em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- RECEBIMENTO E DISTRIBUIÇÃO DE QUESTÕES ESCRITAS
- TRATAMENTO E EXPEDIÇÃO DE CORREIO

O serviços de correspondência e expedição é uma porta de comunicação escrita (física ou digital) entre Ordem, Contabilistas Certificados e terceiros interessados. Paralelamente, é este o departamento essencial no normal tratamento do correio físico, mas também na distribuição da comunicação da Pasta CC, garante que as questões dos membros chegam aos técnicos responsáveis e que as respostas dos chegam imediatamente aos contabilistas certificados.

Em 2023, sublinhamos com enorme agrado as 75.236 respostas enviadas via Pasta CC, mais 3.339 que em 2022, as 39.883 mensagens recebidas na Pasta CC, mais 3.273 que em 2022 e os 35.353 *emails* recebidos em geral@occ.pt, mais 66 que em 2022, um aumento pleno, em todos os canais de acesso escrito à OCC, indicador claro que a Ordem dos Contabilistas Certificados tem sempre uma porta aberta para os seus membros e que os membros, sabendo disso, confiam na sua instituição para os ajudar nas mais variadas dimensões.

Principais números

	2019	2020	2021	2022	2023
Correspondência					
Recebida	15 883	6 306	5301	9 441	7 661
Enviada	22 620	11 002	11 535	17 845	15 654
Correio devolvido	824	1 023	1 799	202	776
Pasta CC					
Recebidas	22 904	36 117	29 585	36 610	39 883
Respostas enviadas	47 924	64 448	67 697	71 897	75 236
Recebidas em geral@occ.pt	25 020	36 117	34 139	35 287	35 353

SECRETARIADO



10
Colaboradores



Peso percentual
do serviço
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- APOIO ADMINISTRATIVO
- GESTÃO DOS PROCESSOS DO FUNDO DE SOLIDARIEDADE
- GESTÃO DOS PROCESSOS DE FUNDO DE PENSÕES
- GESTÃO DA BOLSA DE PERITOS

A ação social da Ordem é e será o garante de que os membros têm as condições essenciais para uma vida digna e respeitável. Uma profissão forte, unida e de interesse público, apoiando os colegas mais necessitados nos momentos de maior aflição. Assim, continuamos a disponibilizar, com flexibilidade e agilidade, um vasto leque de medidas que reforçam o apoio social da Ordem e que vão de encontro das necessidades presentes como se verificou com o pacote de medida de apoio profissional e social disponibilizado aos membros, logo no início da pandemia.

Mais concretamente, garantimos a disponibilização gratuita, para todos os membros, de uma apólice de seguro de responsabilidade civil profissional, reforçamos o fundo de solidariedade social de apoio aos membros, assegurando a qualquer Contabilista Certificado em necessidade, pelo menos, um rendimento igual ao salário mínimo nacional e mantivemos o apoio ao fundo de pensões. Nestes âmbitos, verificamos a atribuição a 4 novos membros do apoio do fundo de solidariedade e que 298 membros resgataram, com bons benefícios, o valor que lhes cabia em sede de fundo de pensões.

A bolsa de peritos também continuou a funcionar com a maior transparência, rigor e isenção, garantindo que os tribunais judiciais e polícia judiciária possam aceder aos serviços dos Contabilistas Certificados no âmbito de peritagens.

Principais números

	2019	2020	2021	2022	2023
Reuniões do conselho diretivo	59	57	67	82	64
Fundo de solidariedade social (renovações)	28	36	32	27	27
Fundo de solidariedade social (novas atribuições)	8	7	8	4	4
Fundo de pensões	203	250	192	217	298
Peritos	60	68	71	92	88



DEPARTAMENTO DE LOGÍSTICA



8
 Colaboradores



Peso percentual
 do departamento
 em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- RESERVAS E GESTÃO DOS AUDITÓRIOS E EDIFÍCIOS DA ORDEM
- ORGANIZAÇÃO E COORDENAÇÃO DE EVENTOS SOCIAIS
- MANUTENÇÃO

Em 2023, a Ordem teve o gosto de acolher relevantes eventos internacionais da contabilidade e fiscalidade, como por exemplo, as reuniões do IESBA (*International Ethics Standard Board for Accountants*) e memoráveis eventos nacionais, como por exemplo, o Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados no Porto, a Festa de Natal e as celebrações do Dia Nacional do Contabilista Certificado.

Em relação a 2022, verificamos um considerável aumento das reservas de acomodação, fruto do retomar pleno das atividades presenciais da Ordem e um aumento do número de reservas, por entidades externas, tanto dos espaços de Lisboa e Porto, não esquecendo, a utilização que houve dos espaços de Braga, Guarda e Faro.

Principais números

Reservas	2019	2020	2021	2022	2023
Reservas de acomodação	1 414	348	331	817	1 107
Reservas de deslocações nacionais/internacionais	161	43	19	182	100
Reservas dos espaços, edifícios Lisboa					
Número	17	8	3	11	13
Montante total (em euros)	75 424	3 472	8 725	17 540	23 057
Reservas de espaços edifício do Porto					
Número	5	0	0	0	8
Montante total (em euros)	17 720	0	0	0	20 309



SERVIÇO DE MANUTENÇÃO



3
Colaboradores



Peso percentual
do serviço
em relação aos restantes

PRINCIPAIS FUNÇÕES

- MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DOS EDIFÍCIOS DA ORDEM

Verificando-se a necessidade de agilizar e especializar o trabalho de manutenção e conservação dos edifícios da Ordem, num momento em que a Ordem dispõe de espaços físicos de consideráveis dimensões e complexidade técnica em todas as capitais de distrito, as funções de manutenção do Departamento de Logística foram separadas e criou-se o presente Serviço de Manutenção da Ordem.

Com esta separação, permite-se que recursos humanos especializados fiquem inteiramente dedicados a assegurar o integral *compliance* dos edifícios da Ordem bem como, o desenvolvimento de melhores condições de conforto, segurança e higiene para todos os utilizadores dos edifícios da Ordem.

Acreditamos que com esta reorganização de serviços, melhores condições criaremos para a manutenção e acompanhamento dos edifícios da instituição.

BOAS PRÁTICAS







XII.c Relações internacionais

A Ordem dos Contabilistas Certificados é uma das entidades que globalmente mais tem a dar e contribui para o desenvolvimento da profissão, das normas contabilísticas e dos profissionais.

Enquanto membro integrante e ativo da International Federation of Accountants – IFAC, onde mantém um papel muito relevante e preponderante, sendo ouvida nos mais importantes momentos de decisão e tendo renovado o seu lugar de *technical advisor* no Conselho Diretivo em parceria estreita e muito produtiva com o Conselho Federal de Contabilidade – CFC Brasil e Instituto dos Auditores Independentes do Brasil – IBRACON. Como membro da *European Federation of Accountants and Auditors* – EFAA e *Fédération des Experts Comptables Méditerranéens* – FCM, *Comité de Integración Latino Europa-América* – CILEA, União dos Contabilistas e Auditores de Língua Portuguesa – UCALP e *Edinburgh Group* – EG. Na UCALP, a bastonária Paula Franco assume a presidência bem como a vice-presidência do CILEA. Nestas entidades, o trabalho desenvolvido foca-se na partilha de melhores práticas, no desenvolvimento local dos profissionais, na produção de trabalhos e ferramentas técnicas e na solidariedade profissional entre instituições.

Na FCM, relembramos a eleição ímpar de Nelson Ferreira, Contabilista Certificado, assessor da Bastonária e membro da Assembleia Representativa da Ordem como Presidente desta federação para o mandato de 2024 a 2025, eleição que se deu com um tremendo apoio e mobilização das mais influentes organizações e profissionais do mediterrâneo.

De mãos dadas com o *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), a Ordem teve a honra de acolher duas reuniões desta entidade, promovendo assim pelo desenvolvimento das melhores normas éticas para a profissão de contabilista, auditor e consultor fiscal pois, num mundo em constante mudança, sabemos da fundamental importância da ética para se assegurar o bem estar e equilíbrio de toda a sociedade civil.

A OCC também manteve o seu projeto de colaboração com a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas e Auditores – OTOCA de São Tomé e Príncipe ao abrigo de um projeto tendente ao estabelecimento e desenvolvimento da profissão, da contabilidade e da auditoria naquele país, financiado pelo Banco Mundial e que tem colhido os maiores elogios a nível mundial, sendo já estudado como exemplo maior da colaboração entre duas instituições que regulam profissionais da contabilidade e da auditoria.

Entidades internacionais a que a Ordem pertence



CILEA
 Comité de Integración Latino
 Europa-América



XII.d Análise da situação económica e financeira

O Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (EOCC), com a redação que lhe conferiu a lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, atualizado com a publicação da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, e pelas leis n.º 12/2022, de 27 de junho, n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e n.º 68/2023, de 7 de dezembro, nos termos da alínea c) do artigo 54.º determina que o conselho diretivo apresente anualmente o Relatório e Contas. No cumprimento da Lei e do Estatuto, apresentamos mapas de pormenor com informação relevante que facilita uma melhor compreensão e análise. A informação legalmente exigível faz parte integrante da demonstração financeira intitulada "Anexo". Para além daquela, apresentamos informação complementar, a qual permite uma melhor compreensão das contas que ora se apresentam à apreciação e resultam da atividade desenvolvida, no âmbito do plano de atividades e orçamento aprovados.

Os valores apresentados nos vários quadros encontram-se expressos em euros, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais dos respetivos quadros.

Rendimentos

As rubricas com maior realce (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os rendimentos obtidos, no ano de 2023, um total de 26.789.924 euros:

Rendimentos										Euros
Rubricas	2023		2022		Variação 2022/2023		Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento		
71 Vendas	11 078		15 445	0,1%	-4 367	-28,3%	10 440	638	6,1%	
72 Prestações de serviços	21 823 588	81,5%	18 985 301	94,7%	2 838 287	14,9%	20 291 558	1 532 030	7,6%	
74 Trabalhos para a própria entidade	930 991	3,5%	311 528	1,6%	619 463	198,8%	327 138	603 853	184,6%	
75 Subsídios, doações e legados à exploração			482		-482	-100,0%				
76 Reversões	42 535	0,2%	441 103	2,2%	-398 568	-90,4%		42 535		
78 Outros rendimentos	3 921 833	14,6%	293 414	1,5%	3 628 419	1236,6%	241 718	3 680 115	1522,5%	
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	59 898	0,2%	51		59 848	118369,7%		59 898		
Total	26 789 924	100,0%	20 047 324	100,0%	6 742 600	33,6%	20 870 853	5 919 070	28,4%	

Os rendimentos do período de 1 de janeiro a 31 de dezembro 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, registaram um aumento de 6.742.600 euros, o que representa um acréscimo de 33,6%. Em relação aos valores orçamentados, os rendimentos apresentam um desvio positivo de 5.919.070 euros (+28,4%). A venda, em julho, do imóvel da avenida 24 de Julho originou uma mais-valia de 3.698.631 euros com um impacto substancial no resultado apresentado, registando a rubrica de outros rendimentos uma variação positiva 3.628.419 euros em relação a 2022 e um desvio positivo de 3.680.115 euros face ao valor orçamentado.

As prestações de serviços apresentaram uma variação positiva substancial de 2.838.287 euros (+14,9%), tendo o seu peso nos rendimentos totais da Ordem passado de 94,7% (em 2022) para 81,5% (em 2023). Esta variação positiva deve-se ao aumento do valor das quotas e acréscimo dos serviços do TOConline, apesar da redução do valor da formação profissional atendendo a que a formação não presencial é gratuita desde 1 de janeiro 2023.



Rendimentos

Euros

Rubricas	2023		2022		Varição 2022/2023	Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento		
71 Vendas	11 078	0,0%	15 445	0,1%	-4 367	-28,3%	10 440	638	6,1%
711 Mercadorias	11 078	0,0%	15 445	0,1%	-4 367	-28,3%	10 440	638	6,1%
72 Prestações de Serviços	21 823 588	81,5%	18 985 301	94,7%	2 838 287	14,9%	20 291 558	1 532 030	7,6%
7211 Quotas dos utilizadores	11 955 909	44,6%	9 652 524	48,1%	2 303 385	23,9%	11 826 180	129 729	1,1%
7211 Quotização-Membros efetivos	11 747 957	43,9%	9 482 760	47,3%	2 265 197	23,9%	11 617 200	130 757	1,1%
7211 Quotização-Membros suspensos	207 953	0,8%	169 764	0,8%	38 189	22,5%	208 980	-1 028	-0,5%
7222 Joias	68 700	0,3%	98 500	0,5%	-29 800	-30,3%	114 060	-45 360	-39,8%
723 Promoções para captação de recursos	1 857 120	6,9%	3 187 674	15,9%	-1 330 555	-41,7%	1 677 553	179 567	10,7%
7231 Formação	1 322 176	4,9%	2 328 841	11,6%	-1 006 665	-43,2%	989 470	332 706	33,6%
7231 Formação Eventual	1 194 125	4,5%	824 250	4,1%	369 875	44,9%	887 386	306 739	34,6%
7231 Formação Segmentada	110 878	0,4%	91 769	0,5%	19 109	20,8%	83 200	27 678	33,3%
7231 Formação à Distância	1 423		1 394 672	7,0%	-1 393 249	-99,9%		1 423	
7231 Formação Recorrente			600	0,0%	-600	-100,0%			
7231 Formação TOConline (sala e ambiente trabalho)	15 750	0,1%	17 550	0,1%	-1 800	-10,3%	18 883	-3 133	-16,6%
7232 Congressos	27 840	0,1%	138 885	0,7%	-111 045	-80,0%		27 840	
7234 Taxas	463 057	1,7%	677 491	3,4%	-214 434	-31,7%	644 639	-181 582	-28,2%
7234 Exame para admissão a CC	381 600	1,4%	585 100	2,9%	-203 500	-34,8%	541 800	-160 200	-29,6%
7234 Registo de Diretor Técnico	41 600	0,2%	50 000	0,2%	-8 400	-16,8%	53 067	-11 467	-21,6%
7234 Inscrições-Reg.atribuição créditos	8 537	0,0%	11 626	0,1%	-3 089	-26,6%	8 347	190	2,3%
7234 Análise de Experiência Profissional	16 400	0,1%	18 900	0,1%	-2 500	-13,2%	25 672	-9 272	-36,1%
7234 Outras (tx reincrição, cédulas, jóias soc. prof.)	14 920	0,1%	11 865	0,1%	3 055	25,7%	15 753	-833	-5,3%
7235 Emolumentos	44 047	0,2%	42 457	0,2%	1 590	3,7%	43 444	603	1,4%
7235 Vinhetas	33 635	0,1%	39 113	0,2%	-5 478	-14,0%	40 509	-6 874	-17,0%
7235 Outros (certificados, fotocópias, livros, manuais)	10 412	0,0%	3 345	0,0%	7 067	211,3%	2 935	7 477	254,7%
725 Serviços Secundários	7 941 859	29,6%	6 046 603	30,2%	1 895 256	31,3%	6 673 765	1 268 094	19,0%
7251 Serviços de informática aos membros TOConline	7 834 963	29,2%	5 913 843	29,5%	1 921 120	32,5%	6 510 063	1 324 900	20,4%
7252 Cedência de espaço instalações e serv. complement.	46 005	0,2%	26 710	0,1%	19 295	72,2%	9 650	36 355	376,7%
7253 Eventos	42 516	0,2%	74 663	0,4%	-32 147	-43,1%	124 000	-81 484	-65,7%
7253 Festa de Natal	15 419	0,1%	22 703	0,1%	-7 284	-32,1%	74 000	-58 581	-79,2%
7253 Encontro Nacional dos CC	21 715	0,1%	14 606	0,1%	7 109	48,7%	50 000	-28 285	-56,6%
7253 Inscrição refeições eventos diversos	5 383	0,0%	35 805	0,2%	-30 422	-85,0%		5 383	
7253 I Encontro Insular – Madeira			1 549		-1 549	-100,0%			
7258 Outros Serviços (S. de tradução CILEA/Projeto AFAP)	18 375	0,1%	31 387	0,2%	-13 012	-41,5%	30 052	-11 677	-38,9%
74 Trabalhos para a própria entidade	930 991	3,5%	311 528	1,6%	619 463	198,8%	327 138	603 853	184,6%
742 Projeto "CCCLIX"	126 782	0,5%	124 290	0,6%	2 492	2,0%	217 322	-90 539	-41,7%
742 Projeto "Novo Site Institucional"	78 931	0,3%	93 272	0,5%	-14 342	-15,4%	55 305	23 625	42,7%
742 Projeto "Gestão de acessos OCC"							54 511	-54 511	-100,0%
742 Projeto "Desenvolvimento Informático"	725 278	2,7%	93 966	0,5%	631 313	671,9%		725 278	
75 Subsídios, doações e legados à exploração			482	0,0%	-482	-100,0%			
75119 Apoio COVID-19			482	0,0%	-482	-100,0%			
76 Reversões	42 535	0,2%	441 103	2,2%	-398 568	-90,4%		42 535	
7621 Perdas por imparidade – dívidas a receber	42 535	0,2%	441 103	2,2%	-398 568	-90,4%		42 535	
78 Outros rendimentos	3 921 833	14,6%	293 414	1,5%	3 628 419	1236,6%	241 718	3 680 115	1522,5%
7871 Alienações-ativos tangíveis	6 799		38 143	0,2%	-31 344	-82,2%		6 799	
7872 Sinistros	1 515		1 579	0,0%	-63	-4,0%		1 515	
7878 Renda 24 de Julho	97 108	0,4%	168 020	0,8%	-70 912	-42,2%	142 817	-45 709	-32,0%
7881 Correções relativas a exercícios anteriores	38 708	0,1%	3 985		34 722	871,3%		38 708	
7886 Multas e juros de mora – processos disciplinares	79 002	0,3%	81 184	0,4%	-2 182	-2,7%	98 901	-19 899	-20,1%
7871 Mais Valia 24 de Julho	3 698 631	13,8%			3 698 631			3 698 631	
7887/8 Outros (reembolso de custas, dif. arred.)	70		503		-433	-86,2%		70	
79 Juros, dividendos e outros rendimentos	59 898	0,2%	51		59 848	118369,7%		59 898	
791 Juros obtidos	59 898	0,2%	51		59 848	118369,7%		59 898	
Total	26 789 924	100,0%	20 047 324	100,0%	6 742 600	33,6%	20 870 853	5 919 070	28,4%
Resultado antes de impostos	4 249 249		-1 153 995		5 403 244	-468,2%	288 494	3 960 754	1372,9%

As vendas de mercadorias correspondem à venda de livros e material merchandising, nomeadamente auriculares, lenços, gravatas, canetas, da Ordem dos Contabilistas Certificados.

A prestação de serviços com um montante de 21.823.588 euros representa 81,5% do total dos rendimentos da Ordem, apresentando um aumento face ao ano de 2022 de 2.838.287 euros (+14,9%), e um desvio positivo face ao valor orçamentado de 1.532.030 euros (+7,6%).

O valor dos serviços prestados referente a quotas dos membros tem um peso significativo nos rendimentos da OCC, representam 44,6% dos rendimentos totais e 54,8% da totalidade dos serviços prestados, embora este peso seja inferior ao verificado, em 2022, que em relação aos rendimentos totais foi de 48,1%, atendendo ao aumento do peso dos outros rendimentos pela existência da mais valia referente à venda do imóvel da avenida 24 de Julho.

As quotas dos membros, com um montante de 11.955.909 euros em 2023, apresentam um desvio face ao ano de 2022 de mais 2.303.385 euros (+23,9%), devido ao aumento de 3 euros no valor da quota mensal. Verifica-se também um desvio positivo de 129.729 euros (+1,1%) em relação ao valor orçamentado.

Desde 2020 foram introduzidas medidas de apoio aos membros, resultantes da aprovação dos Planos de Atividades e Orçamentos:

- Redução de 50% do valor das quotas para membros com mais de 75 anos que não exerçam a profissão;
- Isenção total aos membros acima dos 80 anos que não exercem ativamente a profissão;
- Para os novos membros, no primeiro ano de inscrição, redução de 50% do valor das quotas mensais.

No ano de 2023 estas três medidas tiveram um impacto nos rendimentos de menos 227.123 euros, no ano de 2022 de menos 168.864 euros, no ano de 2021 de menos 159.264 euros e no ano de 2020 de menos 112.032 euros no valor das quotas dos membros, sendo o valor total dos quatro anos 667.283 euros.

Tipo	Orçamento 2023		2023	
	N.º de membros	Valor anual	N.º de membros*	Valor anual
Redução 50% (75 - 80 anos)	638	57 420 €	699	60 165 €
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	708	63 720 €	447	42 308 €
Isenção total + 80 anos***	578	106 920 €	744	124 650 €
Total		228 060 €		227 123 €

* n.º membros em 31/12/2023; ** Entrada gradual ao longo do ano; *** Inclui 1 membro com pagamentos faseados

Tipo	Orçamento 2022		2022	
	N.º de membros	Valor anual	N.º de membros*	Valor anual
Redução 50% (75 - 80 anos)	590	42 480 €	636	43 854 €
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	637	45 864 €	621	42 870 €
Isenção total + 80 anos***	505	72 720 €	615	82 140 €
Total		161 064 €		168 864 €

* n.º membros em 31/12/2022; ** Entrada gradual ao longo do ano; *** Inclui 2 membros com pagamentos faseados

O orçamento teve como pressupostos para os rendimentos das quotas a existência de 69.829 membros, existentes na data da sua realização, dos quais 2.322 membros com suspensão voluntária com uma quota mensal de 7,5 euros, e 67.507 membros com uma quota mensal de 15 euros. Em 31 de dezembro de 2023 o número total de membros era 68.884, dos quais 66.555 membros ativos e 2.329 com suspensão voluntária.

Membros	31/12/2023		Desvio face ao orçamento	
	Real	Orçamento		
Quotização - Membros efetivos	66 555	67 507	-952	-1,4%
Quotização - Membros suspensos	2 329	2 322	7	0,3%
Total	68 884	69 829	-945	-1,4%



O rendimento referente a joias, em 2023 teve uma redução em 29.800 euros face ao ano de 2022 (-30,3%), e teve um desvio negativo de 45.360 euros (-39,8%) face ao valor orçamentado para o ano de 2023.

Em 2023 os serviços prestados referentes à formação apresentam um valor de 1.322.176 euros, com uma variação negativa significativa em relação a 2022 no valor de 1.006.665 euros (-43,2%) e um acréscimo face ao orçamento de 332.706 euros (+33,6%). No ano de 2023 a formação não presencial passou a ser gratuita o que justifica a variação negativa da formação no ano de 2023 em relação ao ano anterior. O quadro seguinte apresenta a evidência dos vários tipos de formação realizados:

Formação / Rubricas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Distância	-5 763	-5 914	-25 927	-11 650	-14 214	-9 111	-14 053	-3 920	-5 054	-10 538	-7 268	-7 612	-121 023
Rendimentos	2	128	-	-	800	-	800	-	-	-	-	-	1 730
Gastos	-5 765	-6 042	-25 927	-11 650	-15 014	-9 111	-14 853	-3 920	-5 054	-10 538	-7 268	-7 612	-122 753
Eventual 01	196 836	20 494	-28 470	-353	-651	-300	-945	-	-1 444	-	-	-171	184 997
Rendimentos	473 930	2 917	-32	-	-59	-	-	-	-	-	-	-	476 756
Gastos	-277 094	17 577	-28 438	-353	-592	-300	-945	-	-1 444	-	-	-171	-291 759
Eventual 02	-	-	-	-161 146	-80 524	-2 608	-215	-152	-76	-1 018	-	-86	-245 826
Rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-	-	-	-161 146	-80 524	-2 608	-215	-152	-76	-1 018	-	-86	-245 826
Eventual 03	-	-	-	-	-	-	-	-	-30 064	-106 987	-39 833	1 034	-175 850
Rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	130 539	179 322	-221	544	310 184
Gastos	-	-	-	-	-	-	-	-	-160 603	-286 309	-39 612	490	-486 034
Eventual 04	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	100 552	-44 347	56 206
Rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	405 259	1 926	407 185
Gastos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-304 707	-46 273	-350 979
Recorrente	-	-	-	-	-280	-	-280	-	-	-	-	-	-560
Rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-	-	-	-	-280	-	-280	-	-	-	-	-	-560
Formação Plug-in	-18 481	-23 787	-36 519	-18 077	-14 474	-13 916	-17 320	-2 732	-12 137	-15 946	-28 718	-21 632	-223 739
Rendimentos	-188	-64	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-252
Gastos	-18 293	-23 723	-36 519	-18 077	-14 474	-13 916	-17 320	-2 732	-12 137	-15 946	-28 718	-21 632	-223 487
Reuniões livres (RL)	-24 753	-50 210	-45 360	-48 197	-47 757	-45 257	-44 706	-3 641	-35 007	-47 164	-48 307	-27 750	-468 107
Rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-24 753	-50 210	-45 360	-48 197	-47 757	-45 257	-44 706	-3 641	-35 007	-47 164	-48 307	-27 750	-468 107
RL TOCOnline	-615	-615	-3 690	-1 585	-1 788	-1 903	-1 423	-	-1 288	-2 095	-1 288	-558	-16 845
Rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-615	-615	-3 690	-1 585	-1 788	-1 903	-1 423	-	-1 288	-2 095	-1 288	-558	-16 845
Segmentada	7 096	-1 459	-2 420	-2 986	-4 255	-1 253	-1 234	2 621	12 716	8 669	-3 789	-14 072	-367
Rendimentos	8 809	12 315	25 333	6 504	4 006	6 205	3 612	3 803	12 871	12 289	10 599	4 532	110 878
Gastos	-1 713	-13 774	-27 753	-9 490	-8 261	-7 458	-4 846	-1 182	-155	-3 620	-14 388	-18 604	-111 245
TOCOnline	2 225	-9 377	-7 567	-7 593	-1 271	-1 482	-743	-1 498	-1 537	-1 218	-3 152	-3 173	-36 388
Rendimentos	4 200	2 100	4 050	-	900	300	600	600	900	1 500	300	300	15 750
Gastos	-1 975	-11 477	-11 617	-7 593	-2 171	-1 782	-1 343	-2 098	-2 437	-2 718	-3 452	-3 473	-52 138
TOCOnline Ensino	-	-881	-1 170	-696	-	-860	-687	-	-496	-742	-864	-287	-6 682
Rendimentos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Gastos	-	-881	-1 170	-696	-	-860	-687	-	-496	-742	-864	-287	-6 682
Descomplicar Hora	-6 378	-8 763	-8 004	-6 947	-6 660	-3 811	-3 089	-1 732	-3 235	-3 766	-5 865	-4 488	-62 738
Rendimentos	-55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-55
Gastos	-6 323	-8 763	-8 004	-6 947	-6 660	-3 811	-3 089	-1 732	-3 235	-3 766	-5 865	-4 488	-62 683

Formação / Rubricas	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Total
Rendimentos	486 698	17 396	29 351	6 504	5 647	6 505	5 012	4 403	144 310	193 111	415 937	7 302	1 322 176
Gastos	-336 529	-97 908	-188 477	-265 734	-177 520	-87 006	-89 708	-15 458	-221 933	-373 916	255 499	-82 244	-1 680 934
Formação Global	150 169	-80 512	-159 126	-259 230	-171 873	-80 501	-84 696	-11 055	-77 623	-180 805	671 436	-74 942	-358 758



A rubrica referente a congressos apresenta, em 2023, um valor de 27.840 euros referente a inscrições no Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria (CICA) em Coimbra, menos 111.045 euros (-80,0%) que o valor apresentado no ano de 2022, atendendo à realização do 7.º congresso dos Contabilistas Certificados na Altice Arena, em Lisboa, nos dias 21, 22 e 23 de setembro de 2022, que teve a presença de 8.094 participantes (+62,9% em relação ao congresso anterior), que registou um valor de 138.885 euros referente a inscrições.

As taxas com um montante de 463.057 euros, representam 1,7% dos rendimentos de 2023, e registaram uma redução de 214.434 euros (-31,7%) em relação ao ano de 2022 e um desvio negativo de 181.582 euros face ao valor previsto no orçamento, devido em grande medida à redução do número de candidatos a exame. Sendo o valor mais significativo o referente ao exame para inscrição na ordem que apresenta o valor de 381.600 euros e a seguir o valor do registo de diretor técnico de 41.600 euros.

Relativamente a emolumentos com um montante 44.047 euros, as vinhetas com um valor de 33.635 euros representam o rendimento com maior expressão nesta rubrica que tem um aumento de 1.590 euros (+3,7%) face ao ano de 2022 e mais 603 euros (+1,4%) em relação ao valor orçamentado para o ano de 2023.

Os serviços secundários representam 29,6% dos rendimentos da OCC e neles destacam-se os serviços de informática TOConline com o peso expressivo de 29,2%.

Os serviços do TOConline com um montante de 7.834.963 euros apresentam um aumento de 1.921.120 euros (+32,5%) em relação ao ano de 2022 e um desvio positivo de 1.324.900 euros (+20,4%) face ao valor apresentado no orçamento para 2023.

O reconhecimento do rédito associado à venda de licenças da TOConline tem implícito a obrigação contínua após a venda da OCC fornecer suporte (1.ª linha) aos adquirentes, e desta forma o rédito é reconhecido ao longo do período de licença. Com efeito, a medida em que o rédito é diferido depende exclusivamente dos termos da licença.

O diferimento do rédito (passivo) das licenças TOConline no valor de 3.024.624 euros representa a obrigação da OCC prestar o serviço de primeira linha aos utilizadores da licença no ano de 2024, de acordo com o período das licenças.

O XVII Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados realizado no dia 15 de outubro, no Porto, registou o valor de 21.715 euros, mais 7.109 euros que o valor apresentado no ano de 2022, atendendo ao incremento do valor de inscrição por participante. Em relação ao orçamento registou-se um desvio negativo de 28.285 euros (-56,6%).

As inscrições na Festa de Natal, realizadas em Lisboa e no Porto, com um valor de 15.419 euros, tem uma redução de 7.284 euros (-32,1%) face a 2022 e um desvio negativo de 58.581 euros (-79,2%) em relação ao valor orçamentado.

Os trabalhos para a própria entidade apresentam um valor de 930.991 euros, mais 619.463 euros que o valor apresentado em 2022, e um desvio positivo de 603.853 euros (+184,6%) face ao valor orçamentado. Os trabalhos para a própria entidade incluem os valores referentes a recursos humanos da Ordem dos Contabilistas Certificados afetos aos projetos em ativos intangíveis: o projeto CCclic no valor de 126.782 euros (incluído o valor em curso em 31 de dezembro de 2023 no valor de 6.528 euros), o projeto "Novo Site Institucional" no valor de 78.931 euros em pleno funcionamento, e o projeto "Desenvolvimento Informático" no valor de 725.278 euros, incluindo o valor em curso em 31 de dezembro de 2023 no valor de 136.042 euros.



As reversões por imparidade de dívidas a receber foram em 2023 de 42.535 euros, valor inferior em 398.568 euros (-90,4%) em relação a 2022. Face ao cenário de quebra de 12% dos recebimentos das quotas de 2020 e à redução do contributo do processo de cobranças via Autoridade Tributária e Aduaneira iniciado em 2018, inerente à situação difícil de crise pandémica do COVID-19, o critério para o cálculo das perdas por imparidades foi redefinido, de forma a refletir mais objetivamente a realidade.

Em relação aos processos de quotas em remessa para AT, tendo como base a análise do ano de 2019 e o aumento do risco de não cobrança das quotas, com base no histórico dos recebimentos no ano de 2020, a taxa aplicável passou de 25% em 2019 para 40% em 2020, tendo sido ajustado para 30% em 2021. Este valor aumentou em resultado da pandemia, atendendo a que, em 2020, se suspendeu a cobrança coerciva das quotas através da AT, que foi reativada em 2022. No ano de 2022, a taxa aplicável passou para 10%, com base na recuperação dos valores em dívida das quotas devido ao pagamento atempado por parte dos membros, que refletiu uma redução dos valores em dívida de 32% face ao ano de 2021. No período de 2023, o abrandamento dos recebimentos das quotas no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, reflete o aumento da dívida de quotas em 11,2% face ao ano de 2022, tendo-se mantido a estimativa de imparidade das quotas dos membros.

Os outros rendimentos registaram em 2023 um valor total de 3.921.833 euros, mais 3.628.419 euros (+1236,6%) que no período homólogo e uma variação positiva face ao valor orçamentado de 3.680.115 euros (+1522,5%) devido à concretização da venda do imóvel da Avenida 24 de Julho, em Lisboa, o dia 26 de julho de 2023, pelo valor de 5.000.000 euros, que originou uma mais-valia de 3.698.631 euros

Em 2023, o valor referente a multas e juros dos processos disciplinares teve uma redução de 2.182 euros (-2,7%) relativamente ao ano anterior, tendo passado de 81.184 euros em 2022 para 79.002 euros. Esta rubrica de rendimentos apresenta um desvio negativo face ao valor orçamentado para 2023 de 19.899 euros (-20,1%).

Gastos

As rubricas de maior relevo (designadas de grandes rubricas) são as apresentadas no quadro abaixo, perfazendo os gastos, no período em análise, um total de 22.540.675 euros, mais 1.339.356 euros (+6,3%) face ao ano de 2022 e mais 1.958.316 euros (+9,5%) face ao valor orçamentado:

Rubricas	2023		2022		Variação 2022/2023		Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		Valor	%
61 CMVMC	4 123	0,0%	5 826		-1 702	-29,2%		4 123	
62 Fornecimento e serviços externos	13 967 645	62,0%	14 065 938	66,3%	-98 294	-0,7%	12 594 718	1 372 927	10,9%
63 Gastos com o pessoal	6 793 218	30,1%	5 513 054	26,0%	1 280 164	23,2%	6 079 850	713 367	11,7%
64 Gastos de depreciação e amortização	1 128 774	5,0%	1 072 462	5,1%	56 312	5,3%	1 461 449	-332 674	-22,8%
65 Perdas por imparidade	53 552	0,2%	73 351	0,3%	-19 799	-27,0%	96 000	-42 448	-44,2%
68 Outros gastos	461 851	2,0%	405 865	1,9%	55 986	13,8%	280 486	181 365	64,7%
69 Gastos de financiamento	131 513	0,6%	64 824	0,3%	66 689	102,9%	69 856	61 657	88,3%
Total	22 540 675	100,0%	21 201 319	100,0%	1 339 356	6,3%	20 582 359	1 958 316	9,5%

No quadro seguinte, apresenta-se uma análise mais detalhada das rubricas referentes aos gastos:



Gastos

Euros

Rubricas	2023		2022		Variação 2022/2023		Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	
61 CMVMC	4 123		5 826		-1 702	-29,2%		4 123	
611 Mercadorias	4 123		5 826		-1 702	-29,2%		4 123	
62 FSE	13 967 645	62,0%	14 065 938	66,3%	-98 294	-0,7%	12 594 718	1 372 927	10,9%
621 Subcontratos	3 657 756	16,2%	4 139 232	19,5%	-481 476	-11,6%	3 922 894	-265 138	-6,8%
6211 Vinhetas	711	16,2%	1 456		-745	-51,2%	1 057	-346	-32,7%
6212 Bases de dados – SICC	70 689		70 689	0,3%			70 689		
6213 TOConline	3 181 573	14,1%	3 604 700	17,0%	-423 126	-11,7%	3 255 032	-73 458	-2,3%
6214 Serviços de Impressão – revistas	129 638	0,6%	118 464	0,6%	11 174	9,4%	97 318	32 320	33,2%
6214 Serviços de Impressão – Livro Contab.							109 551	-109 551	-100,0%
6215 Serviços de Hosting – Claranet	142 185	0,6%	142 164	0,7%	21		142 200	-15	
6217 Serviços de Hosting – MEO	132 960	0,6%	201 759	1,0%	-68 799	-34,1%	247 048	-114 088	-46,2%
622 Serviços especializados	5 207 444	23,1%	4 398 641	20,7%	808 803	18,4%	4 279 980	927 464	21,7%
6221 Trabalhos especializados	3 196 960	14,2%	2 503 250	11,8%	693 710	27,7%	2 561 573	635 387	24,8%
6222 Publicidade e propaganda	20 367	0,1%	72 776	0,3%	-52 409	-72,0%	24 540	-4 173	-17,0%
6223 Vigilância e segurança	279 837	1,2%	199 203	0,9%	80 634	40,5%	242 777	37 059	15,3%
6224 Honorários	1 233 051	5,5%	987 624	4,7%	245 427	24,9%	902 671	330 380	36,6%
6226 Conservação e reparação	93 582	0,4%	209 773	1,0%	-116 191	-55,4%	168 637	-75 055	-44,5%
6227 Serviços bancários	264 753	1,2%	246 678	1,2%	18 076	7,3%	236 965	27 788	11,7%
6228 Outros (cont. f. pensões, pub. INCM)	118 895	0,5%	179 338	0,8%	-60 443	-33,7%	142 817	-23 922	-16,8%
623 Materiais	413 085	1,8%	551 871	2,6%	-138 786	-25,1%	315 093	97 992	31,1%
6231 Ferramentas e utensílios	6 317		4 851		1 466	30,2%	5 872	445	7,6%
6232 Livros e documentação técnica	232		6 327		-6 095	-96,3%	5 750	-5 519	-96,0%
6233 Material de escritório	28 547	0,1%	32 884	0,2%	-4 338	-13,2%	36 186	-7 639	-21,1%
6234 Artigos para oferta	371 441	1,6%	507 808	2,4%	-136 367	-26,9%	267 285	104 157	39,0%
6238 Outros materiais	6 548							6 548	
624 Energia e fluídos	317 434	1,4%	300 594	1,4%	16 840	5,6%	283 125	34 310	12,1%
6241 Electricidade	280 773	1,2%	261 390	1,2%	19 383	7,4%	247 578	33 195	13,4%
6242/8 Combustíveis	17 709	0,1%	20 710	0,1%	-3 002	-14,5%	17 157	552	3,2%
6243 Água	18 952	0,1%	18 494	0,1%	459	2,5%	18 390	563	3,1%
625 Deslocações e estadas	366 577	1,6%	382 401	1,8%	-15 824	-4,1%	314 361	52 215	16,6%
6251 Refeições	66 835	0,3%	65 149	0,3%	1 686	2,6%	62 811	4 024	6,4%
6251 Deslocações	162 631	0,7%	169 549	0,8%	-6 917	-4,1%	165 752	-3 121	-1,9%
6251 Estadas	137 111	0,6%	147 703	0,7%	-10 593	-7,2%	85 799	51 312	59,8%
626 Serviços diversos	4 005 348	17,8%	4 293 200	20,2%	-287 852	-6,7%	3 479 265	526 084	15,1%
6261 Rendas e alugueres	306 812	1,4%	1 178 506	5,6%	-871 694	-74,0%	278 498	28 313	10,2%
6262 Comunicação	747 977	3,3%	583 038	2,8%	164 939	28,3%	469 032	278 945	59,5%
6263 Seguros	2 723 373	12,1%	2 296 328	10,8%	427 045	18,6%	2 598 313	125 060	4,8%
6265 Contencioso e notariado	14 363	0,1%	22 968	0,1%	-8 605	-37,5%	23 741	-9 379	-39,5%
6266 Despesas de representação	17 740	0,1%	24 796	0,1%	-7 056	-28,5%	485	17 255	3559,7%
6267 Limpeza, higiene e conforto	195 069	0,9%	187 564	0,9%	7 505	4,0%	109 196	85 873	78,6%
6268 Outros serviços	15		1		14	1781,5%		15	
63 Gastos com o pessoal	6 793 218	30,1%	5 513 054	26,0%	1 280 164	23,2%	6 079 850	713 367	11,7%
631 Remunerações Órgãos da Ordem	614 490	2,7%	709 801	3,3%	-95 311	-13,4%	687 120	-72 630	-10,6%
632/4 Remunerações do pessoal	4 799 276	21,3%	3 656 220	17,2%	1 143 056	31,3%	4 209 587	589 689	14,0%
635 Encargos sobre remunerações	1 196 336	5,3%	959 856	4,5%	236 479	24,6%	1 021 076	175 260	17,2%
636 Seguros de acidentes no trabalho	22 534	0,1%	23 406	0,1%	-872	-3,7%	25 764	-3 230	-12,5%
637 Gastos de ação social	108 345	0,5%	126 176	0,6%	-17 831	-14,1%	120 904	-12 559	-10,4%
638 Outros gastos com o pessoal	52 237	0,2%	37 594	0,2%	14 643	38,9%	15 400	36 837	239,2%
64 Gastos de depreciação e amortização	1 128 774	5,0%	1 072 462	5,1%	56 312	5,3%	1 461 449	-332 674	-22,8%
642 Ativos fixos tangíveis	780 906	3,5%	1 068 094	5,0%	-287 188	-26,9%	1 109 478	-328 572	-29,6%
643 Ativos intangíveis	347 868	1,5%	4 367		343 501	7865,1%	351 971	-4 103	-1,2%
65 Perdas por imparidade	53 552	0,2%	73 351	0,3%	-19 799	-27,0%	96 000	-42 448	-44,2%
651 Em dívidas a receber	53 552	0,2%	73 351	0,3%	-19 799	-27,0%	96 000	-42 448	-44,2%
68 Outros gastos	461 851	2,0%	405 865	1,9%	55 986	13,8%	280 486	181 365	64,7%
6811 Impostos directos	55 593	0,2%	92 042	0,4%	-36 449	-39,6%	48 212	7 381	15,3%
6812 Impostos indirectos	1 482		1 943		-461	-23,7%	1 458	25	1,7%
6813 Taxas	17 299	0,1%	534		16 765	3141,2%	1 080	16 219	1501,8%
6814 Contribuições para o Setor da Cultura	6				6			6	
6871 Alienações-Ativos tangíveis			20 928	0,1%	-20 928	-100,0%			
6881 Correções períodos anteriores	130 195	0,6%	50 420	0,2%	79 774	158,2%		130 195	
6882 Donativos	3 914		1 800		2 114	117,4%	6 000	-2 086	-34,8%
6883 Quotizações	250 734	1,1%	223 836	1,1%	26 898	12,0%	223 736	26 998	12,1%
6887 Diferenças de câmbio desfavoráveis	354		1 301		-947	-72,8%		354	
6888 Outros	439		7 529		-7 090	-94,2%		439	
6898 Outros gastos inerentes a associados	1 836		5 532		-3 696	-66,8%		1 836	
69 Gastos de financiamento	131 513	0,6%	64 824	0,3%	66 689	102,9%	69 856	61 657	88,3%
6911 Juros de financiamentos obtidos	128 377	0,6%	57 908	0,3%	70 469	121,7%	60 741	67 636	111,4%
6911 Juros contrato de locação financeira	3 136		6 917		-3 780	-54,7%	9 115	-5 979	-65,6%
Total	22 540 675	100,0%	21 201 319	100,0%	1 339 356	6,3%	20 582 359	1 958 316	9,5%



No ano de 2023, a rubrica fornecimentos e serviços externos, com um montante de 13.967.645 euros, apresenta a maior expressão no valor total dos gastos, com um peso de 62,0%, apresenta uma redução em relação a 2022 de 98.294 euros (-0,7%) e um desvio face ao valor orçamentado de mais 1.372.927 euros (+10,9%).

Os gastos com pessoal, a segunda maior rubrica com um peso de 30,1% no total dos gastos, apresenta um valor de 6.793.218 euros, com um acréscimo em relação a 2022 de 1.280.164 euros (+23,2%), e um desvio de mais 713.367 euros (+11,7%) face ao valor orçamentado.

As mercadorias vendidas e matérias consumidas estão sobretudo relacionadas com a venda de livros e material merchandising, nomeadamente auriculares, lenços, gravatas, canetas, da Ordem dos Contabilistas Certificados

Os Fornecimentos e Serviços Externos, em 2023, têm um peso de 62,0% no total dos gastos da Ordem e apresentam um valor de 13.967.645 euros, com uma redução de 98.294 euros (-0,7%), em relação a 2022, e mais 1.372.927 euros (+10,9%) face ao valor orçamentado.

Os gastos com subcontratos no valor de 3.657.756 euros, apresentam uma redução em relação a 2022 no valor de 481.476 euros (-11,6%), e um desvio negativo de 265.138 euros (-6,8%) face ao orçamentado. Tais gastos incluem o desenvolvimento do SICC (Sistema de Informação do Contabilista Certificado), os serviços de desenvolvimento e atualização das ferramentas informáticas disponibilizadas aos membros, os módulos do *TOConline*, a produção de vinhetas e os serviços de impressão da revista. De referir que 94,5% dos gastos com subcontratos dizem respeito aos serviços de informática *TOConline*, que incluem os serviços de *hosting*.

Subcontratos

Euros

Rubricas	2023		2022		Variação 2022/2023		Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	
TOConline	3 456 718	94,5%	3 948 622	95,4%	-491 905	-12,5%	3 644 279	-187 562	-5,1%
6213 <i>TOConline</i>	3 181 573	87,0%	3 604 700	87,1%	-423 126	-11,7%	3 255 032	-73 458	-2,3%
6215 Serviços de <i>hosting</i> - Claranet	142 185	3,9%	142 164	3,4%	21		142 200	-15	
6217 Serviços de <i>hosting</i> - MEO	132 960	3,6%	201 759	4,9%	-68 799	-34,1%	247 048	-114 088	-46,2%
Outros	201 038	5,5%	190 609	4,6%	10 429	5,5%	278 615	-77 577	-27,8%
6211 Vinhetas	711		1 456		-745	-51,2%	1 057	-346	-32,7%
6212 Bases de dados - SICC	70 689	1,9%	70 689	1,7%			70 689		
6214 Serv. Imp. - Livro Contabilidade							109 551	-109 551	-100,0%
6214 Serviços de Impressão - revistas	129 638	3,5%	118 464	2,9%	11 174	9,4%	97 318	32 320	33,2%
Total	3 657 756	100,0%	4 139 232	100,0%	-481 476	-11,6%	3 922 894	-265 138	-6,8%

O valor dos subcontratos relacionado com serviços de informática foi de 3.456.718 euros, com uma redução de 491.905 euros (-12,5%) em relação a 2022 e uma variação de menos 187.562 euros (-5,1%) face ao valor orçamentado. Os serviços de desenvolvimento, atualização e manutenção das ferramentas disponibilizadas aos membros, apresentam uma redução no valor de 423.126 euros (-11,7%), devido sobretudo ao facto de estes serviços serem gerados internamente, sem recurso a entidade externa. Em virtude da falta de *performance* do prestador de serviços, no início de dezembro de 2023 a Ordem dos Contabilistas Certificados cessou o contrato com o fornecedor Cloudware. A Ordem vem assegurando o desenvolvimento, inovação e manutenção do *TOConline*, tendo em vista garantir que esta ferramenta responde às necessidades dos seus utilizadores no desempenho da sua atividade profissional.

A disponibilização da revista Contabilista em formato digital, desde maio de 2018, permitiu uma redução significativa dos gastos com impressão e expedição. Em 2023, o valor da impressão de revistas, incluindo a Revista Contabilidade & Gestão, é 129.638 euros, com um aumento em relação a 2022 de 11.174 euros (+9,4%) e um aumento face ao valor orçamentado de 32.320 euros (+33,2%).

As alterações que foram efetuadas em relação à revista Contabilista com a disponibilização da revista em forma-

to digital desde maio de 2018 e a redução significativa no número de revistas expedidas, tiveram um impacto na redução nos gastos desde o ano de 2018, conforme o quadro a seguir apresentado:

Anos	Custo Revista CC	Redução progressiva	Redução desde 2017
2017	934 071		
2018	418 621	-515 450	-515 450
2019	254 731	-163 890	-679 340
2020	322 983	68 252	-611 088
2021	240 344	-82 639	-693 727
2022	262 112	21 768	-671 959
2023	313 649	51 537	-620 422
Total	2 746 511	-620 422	-3 791 986

Salientamos o facto de que a redução dos gastos da revista Contabilista dos seis últimos anos (2018 a 2023) face aos gastos existentes, em 2017, é de 3.791.986 euros.

Em 2023, os serviços especializados no montante de 5.207.444 euros representam 23,1% dos gastos totais da OCC, sendo os gastos de trabalhos especializados e os gastos de honorários, inseridos nesta rubrica de serviços especializados, os gastos com maior peso em valor. Os gastos referentes a trabalhos especializados representam 14,2% dos gastos totais e os gastos de honorários, de onde se destacam os gastos com formandos, têm um peso de 5,5% no valor dos gastos totais.

Trabalhos especializados	2023		2022		Variação 2022/2023	Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento		
622101 Serviços de Auditoria	8 856	0,3%	9 840	0,4%	-984	-10,0%	10 063	-1 207	-12,0%
622102 Serviços de Advocacia	170 905	5,3%	33 695	1,3%	137 210	407,2%	27 257	143 648	527,0%
622103 Formadores	560 548	17,5%	508 892	20,3%	51 657	10,2%	211 117	349 432	165,5%
622104 Consultores Externos	127 941	4,0%	64 611	2,6%	63 329	98,0%	144 650	-16 709	-11,6%
622105 Serviços de handling	141 167	4,4%	84 133	3,4%	57 033	67,8%	6 874	134 293	1953,8%
622106 Solicitadores	375	0,0%	677	0,0%	-302	-44,5%		375	
622107 Suporte Arquivo Electrónico	9 845	0,3%	10 856	0,4%	-1 011	-9,3%	11 108	-1 263	-11,4%
622108 Envolvemto Revistas	9 349	0,3%	4 354	0,2%	4 995	114,7%	4 103	5 246	127,9%
622109 Serviços de Restauração	208 667	6,5%	185 715	7,4%	22 953	12,4%		208 667	
622109 Serviços de Restauração VII Congresso CC			299 491	12,0%	-299 491	-100,0%			
622109 Serviços de Restauração Formação	500 615	15,7%	225 352	9,0%	275 263	122,1%	347 133	153 483	44,2%
622110 Brochuras Formação	179 829	5,6%	43 149	1,7%	136 681	316,8%	4 800	175 029	3646,4%
622111 Comissões/Grupos de Trabalho	14 472	0,5%	17 912	0,7%	-3 440	-19,2%	503 682	-489 210	-97,1%
622112 Serviço Hospedeiras	23 030	0,7%	10 349	0,4%	12 682	122,5%	25 482	-2 452	-9,6%
622113 Elaboração de Manuais de Formação	35 373	1,1%	13 213	0,5%	22 159	167,7%	22 514	12 858	57,1%
622114 Revista IDEFF	15 248	0,5%	15 248	0,6%			15 248		
622115 Serviços de informática	344 973	10,8%	89 032	3,6%	255 941	287,5%	531 718	-186 745	-35,1%
622116 Serviços comunicação e imagem	72 629	2,3%	93 222	3,7%	-20 594	-22,1%	97 516	-24 887	-25,5%
622117 Manuais Técnicos	259 073	8,1%	7 505	0,3%	251 568	3352,1%	112 427	146 646	130,4%
622119 Anuário Financeiro	27 919	0,9%	27 114	1,1%	805	3,0%	8 856	19 063	215,3%
622119 7.º Congresso CC		0,0%	207 441	8,3%	-207 441	-100,0%			
622119 Dia do Contabilista	11 656	0,4%	65 925	2,6%	-54 269	-82,3%		11 656	
622119 XVIII CICA							4 257	-4 257	-100,0%
622119 Encontro Nacional CC	61 711	1,9%	47 803	1,9%	13 909	29,1%	8 389	53 322	635,6%
622119 Conferências e eventos	21 091	0,7%	19 794	0,8%	1 297	6,6%	6 114	14 977	245,0%
622119 Outros gastos com formação	63 746	2,0%	13 433	0,5%	50 313	374,6%		63 746	
622119 Festa de Natal	85 799	2,7%	126 559	5,1%	-40 759	-32,2%	140 331	-54 531	-38,9%
622119 25 Anos Profissão			2 629	0,1%	-2 629	-100,0%			
622119 Agendas e Calendários	9 697	0,3%	1 591	0,1%	8 106	509,4%	23 979	-14 282	-59,6%
622119 Medalhas Comemorativas 25 anos OCC	758	0,0%	3 994	0,2%	-3 236	-81,0%		758	
622119 Novo vídeo institucional							10 000	-10 000	-100,0%
622119 Implementação do Balcão único							147 600	-147 600	-100,0%
622119 Outros trabalhos especializados	52 915	1,7%	58 494	2,3%	-5 580	-9,5%	23 383	29 531	126,3%
622120 Cédulas Profissionais	30 839	1,0%	356	0,0%	30 483	8564,3%	474	30 364	6399,5%
622121 Mailing	558	0,0%	965	0,0%	-407	-42,2%		558	
622121 Avaliação ed. e viabilidade urbanística	26 224	0,8%	76 524	3,1%	-50 300			26 224	
622122 Datacenter + Lic + Videoconferência	121 153	3,8%	133 385	5,3%	-12 232	-9,2%	112 499	8 654	7,7%
Totais	3 196 960	100,0%	2 503 250	100,0%	693 710	27,7%	2 561 573	635 387	24,8%



Os gastos com serviços especializados aumentaram 808.803 euros (+18,4%), em relação ao ano de 2022, e tiveram uma variação positiva de 927.464 euros (+21,7%) face ao valor orçamentado. Os gastos referentes a trabalhos especializados, inseridos na rubrica de serviços especializados, são aqueles que apresentam um maior aumento em comparação com o ano de 2022, no montante de 693.710 euros (+27,7%) e um desvio positivo de 635.357 euros (+24,8%) face ao valor orçamentado sobretudo devido ao aumento do volume da formação, da alteração da sua dinâmica, atendendo que as das últimas formações eventuais do ano de 2023 foram realizadas com dois formadores, devido ao incremento de novos materiais de formação nomeadamente os 10 volumes do guia de boas práticas. Ainda em relação à formação profissional, no ano de 2023 foram realizados quatro ciclos de formação eventual a nível nacional, mais um ciclo de formação eventual que o previsto no orçamento.

Também os gastos de honorários, inseridos na rubrica de gastos com serviços especializados, apresentam um aumento em relação ao ano de 2022, no valor de 245.427 euros (+24,9%) e um desvio positivo de 330.380 euros (+36,6%) face ao valor orçamentado. Na rubrica de honorários destacamos que os gastos com formadores apresentam um valor de 815.181 euros, mais 281.052 euros (+52,6%) face ao ano de 2022, e mais 179.807 euros (+28,3%) face ao orçamento, devido ao acréscimo de formação.

Euros

Honorários	2023		2022		Variação 2022/2023		Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	
622401 Formadores	815 181	66,1%	534 129	54,1%	281 052	52,6%	635 374	179 807	28,3%
622402 Consultoria Técnica	159 192	12,9%	163 906	16,6%	-4 713	-2,9%	33 000	126 192	382,4%
622404 Elaboração Manuais Formação	64 057	5,2%	48 737	4,9%	15 319	31,4%	39 333	24 723	62,9%
622406 Comissões/Grupos de Trabalho	56 943	4,6%	113 924	11,5%	-56 980	-50,0%	126 012	-69 068	-54,8%
622407 Pareceres Jurídicos			1 230	0,1%	-1 230	-100,0%			
622408 Apoio Administrativo	4 430	0,4%	5 447	0,6%	-1 017	-18,7%	1 725	2 705	156,8%
622409 Revista Contabilidade e Gestão	25 248		14 115	1,4%	11 133	78,9%		25 248	
622411 Solicitadores	2 117	0,2%	4 932	0,5%	-2 815	-57,1%		2 117	
622412 Comunicação e Imagem			5 557	0,6%	-5 557	-100,0%			
622413 Assessoria Jurídica	66 420	0,1%	66 113	6,7%	308	0,5%	66 420		
622410 Outros (valor individual < 3 000 euros)	39 463	3,2%	29 536	3,0%	9 927	33,6%	807	38 655	4788,6%
Totais	1 233 051	100,0%	987 624	100,0%	245 427	24,9%	902 671	330 380	36,6%

O valor dos gastos de trabalhos especializados e honorários referentes à formação profissional é 2.364.270 euros, registando um aumento de 990.798 euros (+72,1%) em relação a 2022, e um desvio de mais 1.126.514 euros (+91,0%) face ao valor orçamentado para o ano de 2023.

Euros

Rubricas	2023	2022	Variação 2022/2023		Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	
6221 Trabalhos especializados	1 485 033	790 606	694 427	87,8%	563 050	921 983	163,7%
622103 Formadores e autores de manuais	595 921	522 105	73 816	14,1%	211 117	384 804	182,3%
622109 Serviços de restauração	709 283	225 352	483 930	214,7%	347 133	362 150	104,3%
622110 Brochuras formação	179 829	43 149	136 681	316,8%	4 800	175 029	3646,4%
6224 Honorários	879 237	582 866	296 371	50,8%	674 707	204 530	30,3%
622401 Formadores e autores de manuais	879 237	582 866	296 371	50,8%	674 707	204 530	30,3%
Total	2 364 270	1 373 472	990 798	72,1%	1 237 757	1 126 514	91,0%

Os gastos de conservação e reparação, com um valor de 93.582 euros, apresentam uma redução de 116.191 euros (-55,4%) relativamente a 2022 e uma redução face ao valor orçamentado de 75.055 euros (-44,5%).

Os serviços bancários registam em 2023 o valor de 264.753 euros, mais 18.076 euros (+7,3%) que o valor de 2022 e apresentam um aumento face ao valor orçamentado de 27.788 euros (+11,7%).

Euros

Comissões Bancárias	2023	2022	Variação 2022/2023		Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	
TPA	508	622	-113	-18,2%	628	-120	-19,1%
MB	85 104	74 617	10 487	14,1%	74 689	10 415	13,9%
VISA/MBNET	143 602	151 092	-7 490	-5,0%	141 893	1 709	1,2%
Bancária	29 017	14 165	14 853	104,9%	14 112	14 906	105,6%
SDD	6 522	6 183	339	5,5%	5 643	878	15,6%
Totais	264 753	246 678	18 076	7,3%	236 965	27 788	11,7%

O desvio do valor das comissões bancárias em relação ao valor orçamentado é devido às seguintes situações:

- No VISA/MBNET os valores faturados passaram de 13.989.104 euros para 14.424.311 euros, tendo tido um crescimento no volume de 3,1%;
- O número de referências pagas no site OCC passou de 232.907, em 2022, para 198.334, em 2023, tendo existido uma redução de -18,7%, mas, no entanto, registou-se um aumento do valor faturado. O número de referências pagas Aviso/Recibo OCC passou de 130.401, em 2022, para 125.235, em 2023, tendo diminuído 4,0%. Houve uma redução relativamente ao número de membros a utilizar as referências disponibilizadas nos Avisos/Recibo disponibilizados pela OCC. Os montantes pagos por referência foram superiores, facto que se reflete, também, no valor da comissão paga; e
- O número de membros aderentes ao SDD passou de 10.308 em 2022 para 11.231, em 2023, tendo crescido 9,0%. O número de membros aderentes ao SDD aumentou, o que se refletiu nas comissões bancárias que, também, aumentaram.

O valor dos outros serviços especializados, que inclui a contribuição para o Fundo de Pensões, apresenta uma redução de 60.443 euros (-33,7%) em relação a 2022 e um desvio negativo de 23.922 euros (-16,8%) face ao orçamento atendendo ao fim do contrato de arrendamento do Imóvel da Avenida 24 de Julho, devido à sua venda em julho, cujo valor das rendas revertia para o Fundo de Pensões.

Os artigos para oferta no valor de 371.441 euros, apresentam uma redução, em relação ao ano de 2022, de 136.367 euros (-26,9%) e um desvio positivo de 104.157 euros (+39,0%) face ao orçamento. Nesta rubrica estão incluídas as agendas do contabilista, que em 2023 inclui também a agenda de 2024 enviada aos membros em dezembro, e as medalhas entregues aos membros com 25 anos (ou mais) de profissão.

Os gastos de energia e fluídos, onde se incluem a eletricidade, água e combustíveis, apresentam, em 2023, um valor de 317.434 euros, com uma variação de mais 16.840 euros (+5,6%), em relação a 2022, e um desvio de mais 34.310 euros (+12,1%) face ao orçamento.

Os gastos de deslocações e estadas, em 2023, apresentam um valor de 366.577 euros, com uma redução em relação ao período homólogo de 15.824 euros (-4,1%) e um aumento de 52.215 euros (+16,6%) face ao valor orçamentado, devido à realização de mais um ciclo de formação eventual em relação ao realizado no ano de 2022 e ao estimado no orçamento de 2023.

As rendas e alugueres apresentam, em 2023, um valor 306.812 euros, menos 871.694 euros de gastos, face a 2022 (-74,0%), e mais 28.313 euros (+10,2%) em relação ao valor orçamentado, sendo a variação, em relação ao ano 2022, relacionada, essencialmente, com o aluguer de espaços e equipamento para a realização do 7.º Congresso do Contabilista Certificado. Para além do referido os gastos referem-se ao aluguer de espaço e equipamentos para a formação eventual, segmentada, sessões de esclarecimento e reuniões livres.



O gasto referente a rendas de instalações das representações da OCC de Évora, Guarda, Bragança, Portalegre, Beja e de Ponta Delgada, nos Açores, em 2023, apresenta um valor de 38.866 euros.

Euros

Rendas e alugueres	2023		2022		Variação 2022/2023		Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	
62611 Instalações	38 866	12,7%	38 268	3,2%	598	1,6%	39 021	-155	-0,4%
62612 Espaços	222 750	72,6%	501 038	42,5%	-278 288	-55,5%	216 490	6 260	2,9%
62613 Equipamentos	45 196	14,7%	636 669	54,0%	-591 473	-92,9%	22 987	22 208	96,6%
62614 Viaturas			2 530	0,2%	-2 530	-100,0%			
Totais	306 812	100,0%	1 178 506	100,0%	-871 694	-74,0%	278 498	28 313	10,2%

A formação eventual, reuniões livres e outros eventos são realizados nos auditórios da OCC de Lisboa e Porto. Caso não existissem estas instalações a OCC, em 2018, teria um gasto acrescido de alugueres de 204.605 euros, em 2019, teria um gasto acrescido de 324.001 euros, em 2020 um gasto acrescido de 28.694 euros, em 2021 um gasto acrescido de 51.400 euros, em 2022, um gasto acrescido de 234.672 euros, e, em 2023, um gasto acrescido de 474.476 euros.

Eventos 2023	Lisboa	Porto	Braga	Total
Formação Eventual	14	11	0	25
Conferências	7	1	1	9
Festa Natal	2	2	0	4
Entrega Medalhas	1	1	1	3
Total A	24	15	2	41
Reuniões Livres	21	21	21	63
Exames	3	3	0	6
Total B	24	24	21	69
Custo aluguer A	220 957 €	63 750 €	2 460 €	287 167 €
Custo aluguer B	110 479 €	51 000 €	25 830 €	187 309 €
Total A + B	331 436 €	114 750 €	28 290 €	474 476 €

Eventos 2022	Lisboa	Porto	Braga	Total
Formação Eventual	7	7	0	14
Conferências	6	0	0	6
Festa Natal	2	2	0	4
Entrega Medalhas	1	1	0	2
Total A	16	10	0	26
Reuniões Livres	18	18	4	40
Total B	18	18	4	40
Custo aluguer A	136 284 €	37 500 €	- €	173 784 €
Custo aluguer B	42 069 €	18 819 €	4 446 €	65 333 €
Total A + B	178 353 €	56 319 €	4 446 €	239 117 €

Todos os eventos da Ordem, como formações eventuais, segmentadas, reuniões livres, conferências e outros, são realizados nas suas representações e sede sempre que o número de inscritos não ultrapasse as vagas disponíveis. A título de exemplo, caso não existissem as instalações de Lisboa, Porto e Braga, a OCC, no período de 2018 a 2023, teria um gasto acrescido em alugueres de 1.317.848 euros.

Euros

Comunicação	2023		2022		Variação 2022/2023		Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	
62621 Correio Normal	140 614	18,8%	108 246	18,6%	32 368	29,9%	91 896	48 718	53,0%
62622 Correio Editorial	190 019	25,4%	139 449	23,9%	50 570	36,3%	100 712	89 307	88,7%
62622 Correio Agendas e Calendários 2023 e 2024	208 142	27,8%	137 934	23,7%	70 208	50,9%	58 983	149 159	252,9%
62622 Correio Livro Contabilidade							54 823	-54 823	-100,0%
62624/5/6 Telefones, internet e televisão	209 201	28,0%	197 409	33,9%	11 792	6,0%	162 617	46 584	28,6%
Totais	747 977	100,0%	583 038	100,0%	164 939	28,3%	469 032	278 945	59,5%

Os gastos com comunicação, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, apresentam um valor de 747.977 euros, registando um aumento de 164.939 euros (+28,3%) em relação a 2022 e um desvio de mais 278.945 euros (+59,5%) face ao valor orçamentado. O aumento mais expressivo deve-se ao envio, em dezembro de 2023, das agendas e calendários referentes ao ano de 2024. As agendas e calendários de 2023 foram enviadas aos membros no início do ano de 2023.

Em 2023, os encargos com seguros representam 12,1% dos gastos totais e ascendem a 2.723.373 euros, com uma variação de mais 427.045 euros (+18,6%) em relação ao ano de 2022 e um desvio de mais 125.060 euros (+4,8%) face ao valor orçamentado para 2023.

O valor base do prémio anual da apólice do seguro de responsabilidade civil para o período de 1 de abril de 2021 a 31 de março 2022, foi 598.680 euros, e para o período de 1 de abril de 2022 a 31 de março 2023, o valor base do prémio anual da apólice do seguro de responsabilidade civil passou para 730.000 euros. No período de 1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024, manteve-se o prémio no valor de 730.000 euros. O aumento de 32.830 euros (+4,7%) euros reflete o efeito da alteração do valor da anuidade de 2021/2022.

O seguro de saúde do CC tem um peso considerável de 71,8% do total dos gastos de seguros em 2023 e apresenta o valor de 1.956.018 euros, com uma variação em relação a 2022 de mais 392.563 euros (+25,1%). Salientamos que a apólice anual do seguro de saúde dos membros para o período de 1 de abril de 2022 a 31 de março de 2023 registou um aumento significativo no valor do prémio anual, tendo este passado do valor de 1.214.165 euros para 1.682.121 euros. Para o período de 1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024 a apólice anual do seguro de saúde registou um novo aumento, tendo passado para o valor de 2.044.509 euros. Estes sucessivos aumentos do valor da apólice anual do seguro de saúde dos membros estão diretamente relacionados com o aumento do uso do seguro, que eleva a sinistralidade.

Em 2023, o seguro de saúde do CC e o seguro de responsabilidade civil correspondem a uma afetação de 10,1% da percentagem total dos rendimentos da OCC.

Seguros	2023		2022		Variação 2022/2023		Orçamento 2023	Desvio face ao orçamento	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%		Valor	%
62631 Multi-riscos	20 921	0,8%	19 002	0,8%	1 918	10,1%	17 770	3 151	17,7%
62632 Viaturas	4 419	0,2%	4 715	0,2%	-297	-6,3%	5 205	-787	-15,1%
62633 Ramos transportes de mercadorias	187		238		-51	-21,6%	238	-51	-21,6%
62634 Responsabilidade Civil CC	730 000	26,8%	697 170	30,4%	32 830	4,7%	757 375	-27 375	-3,6%
62635 Acidentes Pessoais	5 829	0,2%	3 933	0,2%	1 897	48,2%	3 444	2 386	69,3%
62636 Saúde do CC	1 956 018	71,8%	1 563 455	68,1%	392 563	25,1%	1 808 280	147 737	8,2%
62637 Responsabilidade Civil Profissional	6 000	0,2%	7 815	0,3%	-1 815	-23,2%	6 000		
Totais	2 723 373	100,0%	2 296 328	100,0%	427 045	18,6%	2 598 313	125 060	4,8%

Os gastos com limpeza, higiene e conforto apresentam, no ano de 2023, um valor de 195.069 euros, mais 7.505 euros (+4,0%) que o valor do período homólogo e mais 85.873 euros (+78,6%) que o valor do orçamento.

Os gastos com pessoal apresentam em 2023 um valor de 6.793.218 euros, mais 1.280.164 euros (+23,2%) que o valor apresentado no ano de 2022 e mais 713.367 euros (+11,7%) que o valor orçamentado.

A Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC eleita pela Assembleia Representativa no dia 5 de março de 2022, conforme disposto na alínea g) do art.º 40.º do Estatuto da OCC (EOCC), no dia 7 de novembro 2022 deliberou a definição, numa base fundamentada e estruturada, de uma tabela de remunerações para os membros do Conselho Diretivo, Conselho Jurisdicional, Conselho Fiscal e o valor das senhas de presença para os membros dos restantes órgãos e comissões estatutárias para o ano de 2023. As remunerações dos Órgãos Sociais são processadas com base no estipulado pela referida Comissão.



Os gastos com colaboradores aumentaram 1.403.080 euros (+30,3%) face a 2022, em resultado da atualização dos salários e de novas contratações para consultadoria e informática, com vista a dotar a OCC de capacidade para continuamente melhorar o serviço prestado aos membros. O número médio de colaboradores passou de 129 em 2022 para 151 no ano de 2023, tendo existido um aumento de 20 colaboradores.

Euros				
Gastos com o pessoal	2023	2022	Variação 2022/2023	
Total gastos órgãos sociais	765 057	887 973	-122 916	-13,8%
Remunerações dos órgãos da OCC	614 490	709 801	-95 311	-13,4%
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC	138 102	166 122	-28 020	-16,9%
Seguro acidentes de trabalho dos órgãos da OCC	2 707	3 204	-496	-15,5%
Seguro de saúde dos órgãos da OCC	9 758	8 847	911	10,3%
Total gastos com colaboradores	6 028 161	4 625 081	1 403 080	30,3%
Remunerações do pessoal	4 799 276	3 656 220	1 143 056	31,3%
Encargos sobre remunerações do pessoal	1 058 233	793 734	264 499	33,3%
Seguro acidentes de trabalho do pessoal	19 827	20 203	-376	-1,9%
Seguro de saúde do pessoal	94 249	75 924	18 326	24,1%
Outros gastos de ação social	4 339	41 406	-37 067	-89,5%
Outros gastos com o pessoal	52 237	37 594	14 643	38,9%
Total	6 793 218	5 513 054	1 280 164	23,2%

Os gastos de depreciação e amortização com um valor de 1.128.774 euros, apresentam um aumento em relação a 2022 de 56.312 euros (+5,3%) e um desvio face ao valor orçamentado para 2023 de menos 332.674 euros (-22,8%). O desvio face ao valor orçamentado é referente ao investimento previsto em 2023 em ativos fixos tangíveis relacionado com a representação de Viana do Castelo que está em curso em 31 de dezembro de 2023 e será finalizada em 2024.

As perdas por imparidade, no valor de 53.552 euros, registam uma redução de 19.799 euros (-27,0%) relativamente a 2022 e menos 42.448 euros (-44,2%) face ao previsto para o ano de 2023. Em 2023, tendo em consideração a evolução da dívida, a OCC reviu a adequação da estimativa de imparidade das quotas dos membros, relativos aos processos de quotas em remessa para AT, tendo como base a análise do ano de 2022 e a diminuição do risco de não cobrança das quotas, com base no histórico dos recebimentos do ano de 2019 a 2023. Assim, manteve-se o critério das imparidades adotado em 2022, que é o seguinte:

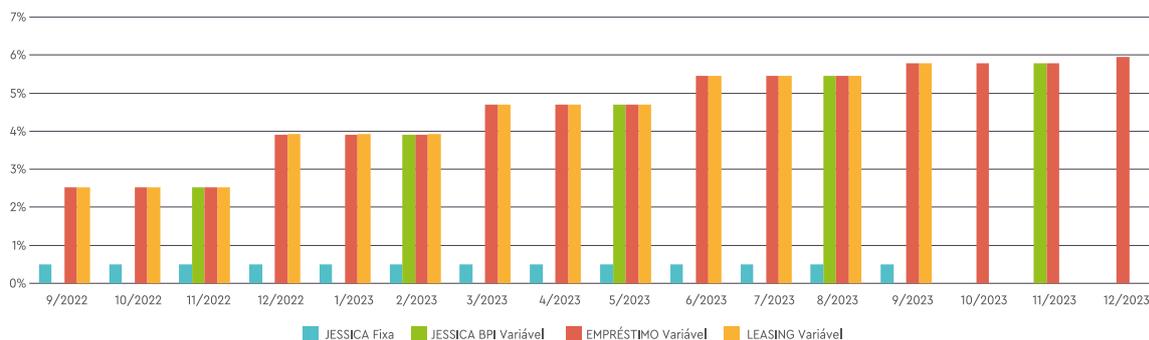
- Processos de quotas em remessa para a AT: 10%
- Processos de quotas em cobrança AT: 15%
- Pagamentos faseados: 10%

Os outros gastos representam 2,0% dos gastos totais de 2023, ascendem a 461.851 euros e apresentam um aumento de 55.986 euros (+13,8%) em relação a 2022 e mais 181.365 euros (+64,7%) face ao orçamentado para 2023. Nesta rubrica as quotizações apresentam o valor mais significativo.

Euros		
Quotas Outras Instituições	2023	2022
EFAA – European Federation of Accountants and Audit	37 500	37 500
IFAC – International Federation of Accountants	199 234	169 430
CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais	2 500	2 500
FCM – Fédération des Experts Comptables Méditerranéens	3 000	5 906
CILEA – Comité de Integración Latino Europa-América	6 200	6 200
ACCA – Association of Chartered Certified Accountants	2 200	2 200
SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social	100	100
Totais	250 734	223 836

Os gastos de financiamento ascenderam a 131.513 euros, mais 66.689 euros (+102,9%) que em 2022 e mais 61.657 euros (+88,3%) face ao valor orçamentado para o período de 2023, devido ao substancial aumento das taxas de juro, apesar do volume dos financiamentos ter descido substancialmente.

Evolução das taxas de juro



Efeito do aumento do valor das quotas – rendimentos, gastos e investimentos

O orçamento da OCC, para o ano de 2023, definiu o aumento de 3 euros no valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados pelos membros com inscrição ativa, passando assim a quota mensal a ter o valor de 15 euros.

O aumento das quotas aprovado na Assembleia Representativa de 17 de dezembro 2022, prevê a manutenção:

- Redução de 50% do valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros com a inscrição suspensa nos termos do artigo 22.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados;
- Redução de 50% do valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros no primeiro ano de inscrição;
- Redução de 50% do valor das quotas mensais pagas à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros com mais de 75 anos de idade que não exerçam ativamente a profissão;
- Isenção total no pagamento de quotas mensais à Ordem dos Contabilistas Certificados para os membros com mais de 80 anos de idade que não exerçam ativamente a profissão.

Esta proposta do aumento de 3 euros no valor da quota mensal teve como base uma sondagem promovida pelo Conselho Diretivo entre os dias 12 e 27 de novembro de 2022, ato que mostrou ser o mais participado da história da Ordem, dos 23.874 votos registados, 67,09% votaram pelo aumento das quotas em 3 euros mês para assim existir o acesso a toda a formação à distância gratuitamente.

A Ordem, na prossecução da sua missão e objetivos, tem pugnado permanentemente por disponibilizar aos seus membros um vasto conjunto de ferramentas que visam a promoção das melhores condições para o exercício da profissão. Nesse âmbito, a formação profissional contínua, enquanto veículo indispensável ao exercício profissional, pautado pelos mais elevados padrões de excelência, é e será sempre uma das grandes apostas da nossa instituição.

Com o aumento do valor mensal das quotas em 3 euros, aprovado na Assembleia Representativa de 17 de dezembro de 2022, realizada em Lisboa, todos os modelos formativos online atuais (CCclix, E-learning, Plug-in,



Reuniões Livres *online* e Descomplicar na Hora) e futuros tornaram-se gratuitos para todos os Contabilistas Certificados com inscrição ativa na Ordem.

Efeito do aumento das quotas nos rendimentos:

Membros	Real 31/12/2023	Real 31/12/2022	Variação 2022/2023		Orçamento 31/12/2023	Desvio face ao Orçamento	
Quotização-Membros efetivos	11 975 080	9 651 624	2 323 456	24,1%	12 151 260	-176 181	-1,4%
Quotização-Membros suspensos	207 953	169 764	38 189	22,5%	208 980	-1 028	-0,5%
Isenção total +80 anos	-124 650	-82 140	-42 510	51,8%	-106 920	-17 730	16,6%
Isenção 50% (75-80 anos)	-60 165	-43 854	-16 311	37,2%	-57 420	-2 745	4,8%
Isenção 50% (1.º ano/novos membros)	-42 308	-42 870	562	-1,3%	-63 720	21 412	-33,6%
Cancelamento Inscrição					-306 000	306 000	-100,0%
Total	11 955 909	9 652 524	2 303 385	23,9%	11 826 180	129 729	1,1%

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, o valor dos serviços prestados referentes a quotas dos membros ascende a 11.955.909 euros, com o montante superior ao período homólogo de 2.303.385 euros (+23,9%), devido ao aumento de 3 euros no valor da quota mensal, e superior face ao valor orçamentado em 129.729 euros (+1,1%).

Efeito do aumento das quotas na tesouraria:

Recebimento Quotas	2023	2022
Janeiro	1 977 961	1 698 835
Fevereiro	449 354	840 643
Março	999 473	1 056 606
Abril	1 404 519	1 301 492
Maio	625 450	408 721
Junho	628 762	650 646
Julho	1 510 885	1 224 282
Agosto	358 645	379 171
Setembro	708 406	753 211
Outubro	1 373 172	1 326 531
Novembro	739 390	475 207
Dezembro	996 052	471 077
Acumulado	11 772 069	10 586 421

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 o valor recebido referente a quotas foi 11.772.069 euros, refletindo um aumento face ao período homólogo de 2022 de 1.185.648 euros (+ 11,2%).

Em 31 de dezembro de 2023, as dívidas dos membros apresentam um aumento de 218.487 euros (+11,2%) relativamente a 31 de dezembro de 2022, ascendendo a 2.162.572 euros. O abrandamento dos recebimentos das quotas, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, reflete o aumento da dívida de quotas com menos de 6 meses de 102.688 euros (+15,6%) face a 31 de dezembro de 2022, apresentando um valor de 762.935 euros com um peso de 35,3% no valor total da dívida. A dívida com mais de 6 meses também regista em 31 de dezembro de 2023 um acréscimo significativo, em relação a 31 de dezembro de 2022, de mais 156.804 euros (+41,4%), apresentando um valor de 535.878 euros, representando 24,8% do total da dívida. O valor das dívidas dos membros, líquido de imparidades, em 31 de dezembro de 2023 apresenta um montante de 1.980.699 euros, superior ao valor de 31 de dezembro de 2022 em 207.470 euros (+11,7%).

Efeito da formação online gratuita na redução dos rendimentos:

Desde 1 de janeiro de 2023, todos os modelos formativos online existentes na OCC (CCclix, e-learning, plug-in, Reuniões Livres e Descomplicar na Hora) tornaram-se gratuitos para todos os Contabilistas Certificados com inscrição ativa na Ordem.

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro registaram-se 109.674 inscrições na formação online que representa um valor de 3.509.568 euros, tendo como base os valores existentes desta formação em dezembro de 2023.

Formações à Distância de janeiro a dezembro

Tipo Formação	Número de inscritos	Valor
Descomplicar na hora	13 734	439 488€
e-Learning	46 226	1 479 232 €
Plug-in	49 714	1 590 848 €
Totais	109 674	3 509 568 €

A Ordem organizou a nível nacional o segundo ciclo de formação eventual de 2023, entre 17 de abril e de 6 maio, subordinado ao tema «Agenda do trabalho digno», em colaboração com os organismos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Esta formação foi gratuita para membros e público em geral. Registaram-se 13.385 inscrições na formação eventual que representa um valor de 428.320 euros, tendo como base os valores existentes desta formação em dezembro de 2023.

O valor total da formação gratuita realizada, no período de 1 janeiro a 31 de dezembro de 2023, foi 3.937.888 euros.

Efeito da formação online gratuita nos gastos e investimentos:

Euros

Apoio aos membros - Formação gratuita	Reuniões livres e RL TOOnline	Formação à distância	Formação descomplicar	Formação plug-in	Formação Eventual 02	CCclix	Total
Investimento - Ativo intangível 30/01/2023						325 846	325 846
Investimento - Ativo intangível 30/06/2023						186 102	186 102
Total do investimento						511 948	511 948
Formadores	399 763	70 950	42 187	171 655	48 567	1 460	734 581
Serviços de informática	1 115	20 189	20 497	20 189		42 858	104 848
Elaboração de manuais de formação		31 614		31 212	2 460		65 286
Brochuras					15 200		15 200
Handling					11 368		11 368
Outros honorários	120					431	551
Deslocações, estadas e refeições	15 626			431	16 878		32 935
Serviços de Comunicação - Correio					1 096		1 096
Serviços de Comunicação e imagem					308		308
Serviços de Restauração	260				104 679		104 939
Despesas de representação	749				60		809
Rendas e alugueres-Espaços	52 341				33 086		85 427
Rendas e alugueres-Equipamentos	5 201				3 958		9 158
Outros trabalhos especializados	3 875				2 276	3 152	9 302
Serviços de hospedeiras	1 934				4 674		6 608
Apoio Administrativo	797				665		1 462
Limpeza Higiene e Conforto					539		539
Outros gastos	3 172				14		3 186
Total dos gastos	484 952	122 753	62 684	223 487	245 826	47 901	1 187 602
Total do investimento CCclix e Gastos	484 952	122 753	62 684	223 487	245 826	559 849	1 699 550

Investimentos

Os investimentos realizados em ativos fixos tangíveis, no período de 2023, totalizaram 282.489 euros, apresentados no quadro seguinte (2.236.929 euros em 2022):



Euros

Ativos fixos tangíveis	31/12/2023	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	5 725 913					5 725 913
Edifícios e outras construções	23 289 794					23 289 794
Equipamento de transporte	288 690	27 500	-30 181			291 371
Equipamento administrativo	4 347 701	237 152	-32 534			4 143 083
Outros ativos tangíveis	258 797					258 797
Investimentos em curso	216 952	17 837				199 114
Ativo bruto	34 127 846	282 489	-62 715			33 908 072
Depreciações acumuladas	12 069 360	780 906	-60 905			11 349 359
Quantia escriturada	22 058 486	-498 417	-1 811			22 558 714

No ano de 2023 foi adquirida uma nova viatura para a frota da Ordem, no valor total de 27.500 euros e foi vendida uma viatura, que tinha sido adquirida no ano de 2000.

As aquisições de equipamento administrativo no valor de 237.152 euros, incluem a aquisição de computadores no valor de 172.963 euros, e também a aquisição de equipamento diverso e mobiliário no valor de 64.189 euros. Foi realizada a venda de equipamento administrativo do estúdio cujo valor de aquisição foi 32.534 euros.

A Ordem dos Contabilistas Certificados adquiriu, em 5 de julho de 2021, o espaço da futura representação de Viana do Castelo com fundos próprios da Ordem, sem necessidade de recurso a financiamentos, estando incluído na rubrica investimentos em curso de ativos fixo tangíveis dado que vão ser necessárias obras para instalação a realizar no ano de 2024.

O valor que permanece em curso em 31 de dezembro de 2023 respeita às instalações de Viana do Castelo no montante de 199.114 euros e à adição no ano de 2023 do valor de 17.837 euros referente a obras da nova delegação de Braga, adquirida em 2022.

Euros

Investimentos em curso - Ativos fixos tangíveis	Valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras/ Montagem	Total
Instalações de Viana do Castelo - Rua António Machado Vilas Boas, 129 a 159	185 000	1 480	12 025	609		199 114
Instalações - Lugar do Pinheiro "Quinta do Pinheiro" Rua Frei José Vilaça, n.º 280					17 837	17 837
Total	185 000	1 480	12 025	609	17 837	216 952

Na rubrica bens do património histórico e cultura estão incluídos cinco livros dos projetos referentes ao desenvolvimento de dois trabalhos de investigação, intitulados "História da Contabilidade em Portugal" e "História da Profissão de Contabilista em Portugal".

Euros

Bens do património histórico e cultural	31/12/2023	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2022
Bens do património histórico e cultural	92 328					92 328
"Livros - História da Contabilidade"	200 000					200 000
Quantia escriturada	292 328					292 328

No período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023, foram realizados os seguintes movimentos das rubricas de Ativos não correntes detidos para venda:

Euros

Ativos não correntes detidos para venda	31/12/2023	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2022
Imóvel – Av. Almirante Gago Coutinho, nº 121 e 121A	1 500 285	3 657				1 496 628
Sub-total	1 500 285	3 657				1 496 628
Imóvel – Edifício de Santos – Av. 24 de julho, 58						
Terreno e recursos naturais				-236 638		236 638
Edifícios e outras construções				-2 232 455		2 232 455
Depreciações acumuladas				1 167 724		-1 167 724
Sub-total				-1 301 369		1 301 369
Quantia escriturada	1 500 285	3 657	-1 301 369			2 797 998

O imóvel, Edifício de Santos, na avenida 24 de julho, n.º 58 com o valor de 1.301.369 euros, foi reclassificado no ano de 2022, passando de ativos fixos tangíveis para a rubrica ativos não correntes detidos para venda, por se encontrar disponível para venda imediata, nas condições atuais, tendo-se concretizado a venda do imóvel em 26 de julho de 2023, pelo valor de 5.000.000 euros.

No dia 26 de julho de 2023, a Ordem, representada pela Bastonária Paula Franco, por escritura pública de compra e venda celebrada no cartório Notarial de Patrícia Fernandes, em Lisboa, vendeu livre de ónus ou encargos, o prédio urbano do qual era proprietária, sito na Avenida 24 de julho, números 58 a 58-D e Calçada de Santos número 1, da freguesia da Estrela (antiga freguesia de Santos-o-Velho), concelho de Lisboa, inscrito na matriz urbana sob o artigo 1597 (artigo original 474) e descrito na Conservatória do Registo Predial de Lisboa sob o nº 4631 (742/19980527), com o valor patrimonial de € 521.973,90 (quinhentos e vinte e um mil novecentos e setenta e três euros e noventa cêntimos), pelo valor de € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros).

No que respeita ao concreto procedimento de alienação, cumpre informar que ainda que a Ordem esteja sujeita, por força do disposto na alínea b) do n.º 2 do art.º 42.º da Lei n.º 2/2013 de 10/01 (diploma que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais), ao regime do Código dos Contratos Públicos (CCP), a alínea c) do n.º 2 do art.º 4.º deste diploma legal, exclui da aplicação desse regime os contratos de compra e venda de bens imóveis, como o aqui em causa.

No entanto, tendo presentes as preocupações de transparência mantidas pela Ordem em todos os aspetos da sua atividade, pretendeu-se sempre a compatibilidade do procedimento seguido para esta alienação de imóvel, com o regime estatuído pelo Decreto-Lei n.º 280/2007, de 07/08 com a redação dada pela Lei n.º 82-B/2014, de 31/12, mesmo considerando que as suas normas não são imperativamente aplicáveis, antes são livremente tomadas como princípios orientadores.

A ponderada decisão de alienação do imóvel, tomada pelo Conselho Diretivo, foi precedida de due diligence e avaliação por três entidades independentes, a saber, The K Advisors, a qual atribuiu o valor de € 4.712.000,00 (quatro milhões setecentos e doze mil euros), CBRE, a qual atribuiu o valor de € 4.920.000,00 (quatro milhões novecentos e vinte mil euros), e Cushman & Wakefield, a qual atribuiu o valor de € 4.377.000,00 (quatro milhões trezentos e setenta e sete mil euros).

Após deliberação da Assembleia Representativa, datada de 5 de março de 2022 (Ata n.º 12), e inscrição no Plano de Atividades e Orçamento de 2022, avançou-se com a publicação de anúncio de venda em jornal oficial, em 15 de julho de 2022, pelo valor de € 5.200.000,00 (cinco milhões e duzentos mil euros), o que apresentou cabimento no procedimento de alienação por negociação, regulado pelos artigos 77.º a 85.º-A e 96.º a 104.º do referido Decreto-Lei n.º 280/2007. A saber: decisão de alienação (art.º 78.º); avaliação (art.º 79.º); preferência pelo procedimento de negociação (art.º 80.º); informação acerca do imóvel e publicidade do procedimento (art.º 84.º); tramitação (art.º 97.º); receção de candidaturas e convite à apresentação de proposta (art.º 100.º);



devendo, agora, ser iniciada a fase de negociação da única proposta apresentada (art.º 102.º); a que se seguirão os momentos de oferecimento de preferência (art.º 83.º) e de transmissão da propriedade (art.º 85.º-A).

Atendendo a que o imóvel se encontrava arrendado à "Entidade Reguladora para a Comunicação Social", os Assesores da Bastonária foram encarregues de articular o agendamento e acompanhar as visitas dos potenciais interessados na aquisição do imóvel, causando o mínimo incómodo, o que decorreu com normalidade. Foram recebidos pedidos de visita de apenas duas entidades, a saber, Rockbuilding – Soluções Imobiliárias S.A. e Somplosa Capital Lda.

A Somplosa Capital Lda., após realização de várias visitas, foi a única entidade que apresentou uma proposta de aquisição, em 15 de março de 2023, com a condição de realização de uma due diligence ao imóvel, a qual incluía, sem limitar, a análise da sua situação jurídica, urbanística, fiscal, comercial, técnica e/ou ambiental, com resultado satisfatório, de acordo com o seu entendimento exclusivo. As conclusões da due diligence apresentadas pela Somplosa Capital Lda., em 30 de junho de 2023, evidenciaram que para além das obras de manutenção do imóvel, decorrentes do seu normal e prudente uso, se regista a necessidade/obrigatoriedade de realização de obras de engenharia e arquitetura, no valor de € 634.600,00 (seiscentos e trinta e quatro mil e seiscentos euros). A compradora pretendia imputar a responsabilidade de € 284.390,00 (duzentos e oitenta e quatro mil trezentos e noventa euros), à Ordem, uma vez que, a exigência destas obras decorre do cumprimento de normativos legais, em vigor na presente data. Assim, perante as conclusões da due diligence e em resultado da negociação, e da não aceitação da imputação dos valores requeridos pela compradora à vendedora, aquela apresentou a sua proposta de compra final, com o valor de € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros). A proposta referia que o preço de venda do imóvel seria integralmente recebido, na data de celebração da escritura pública de compra e venda, a realizar no mês de julho do ano de 2023.

As diligências do procedimento de venda do imóvel foram sendo acompanhadas pelos presidentes dos órgãos estatutários, que reuniram presencialmente com a Bastonária, em 23 de março de 2023, e em 3 de julho de 2023. Na primeira reunião foi dado conhecimento acerca da evolução do procedimento de alienação do imóvel, o qual foi validado por todos os Presidentes dos órgãos estatutários. Na segunda reunião foi analisada a proposta de compra, apresentada pela SOMPLOSA CAPITAL LDA., no valor de € 5.000.000,00 (cinco milhões de euros), tendo os Presidentes dos órgãos estatutários decidido por unanimidade que a venda do imóvel se traduz num ato de boa, prudente e criteriosa gestão, por parte do Conselho Diretivo, com resultado muito positivo para a Instituição.

Euros

Alienações de Instalações	Valor de aquisição	Escritura	IMT	Registo	Obras	TOTAL
Imóvel – Edifício de Santos – Av. 24 de julho, 58						
Terreno e recursos naturais	236 638					236 638
Edifícios e outras construções	1 832 154	9 991	35 913	2 812	351 585	2 232 455
Quantia escriturada bruta	2 068 792	9 991	35 913	2 812	351 585	2 469 093
Amortizações acumuladas						-1 167 724
Quantia escriturada líquida	2 068 792	9 991	35 913	2 812	351 585	1 301 369

Desde 2005 com a aquisição do edifício sede da Rua Barbosa du Bocage, que veio a ser inaugurado em maio de 2006, a Ordem tem aumentado de forma substancial o seu património tendo realizado investimentos significativos, embora a maior parte tenha sido concretizada com recursos próprios não deixou de ter que recorrer, para a sua concretização, a financiamentos externos, gerando um esforço adicional na tesouraria. Regista-se também o facto de que uma grande fatia dos investimentos foi concretizada com os fundos patrimoniais da Ordem recorrendo aos fluxos financeiros operacionais.

O investimento na aquisição e remodelação do edifício da sede foi de 12.440.343 euros tendo-se celebrado em maio de 2005 um contrato de locação financeira imobiliário com o Millennium BCP, de 15 anos, que terminou em

junho de 2020, com um valor total de financiamento de 9.500.000 euros. No dia 22 de setembro de 2020, o edifício sede da OCC passou a ser oficialmente propriedade desta instituição, com a celebração da escritura efetiva.

A aquisição e remodelação das novas instalações do Porto, inauguradas em março de 2016, tem um valor de investimento de 7.391.066 euros, com recurso a um financiamento junto do BPI de duas tranches de 2.000.000 euros, com um valor em dívida em 31 dezembro de 2023 de 2.066.667 euros. Uma tranche de 2.000.000 euros estará totalmente amortizada em 2024 e a segunda no ano de 2031. No ano de 2023 foi amortizado 266.667 euros do valor em dívida.

Para aquisição e remodelação do novo auditório de Lisboa, na Rua Defensores de Chaves, um investimento de 4.709.382 euros, foi necessário recorrer a um financiamento do BPI no montante de 2.225.000 euros em 2014 com um prazo de 17 anos, que termina em 2031. O montante em dívida em 31 dezembro de 2023 é 1.695.277 euros. Durante o ano de 2023 foi amortizado 99.323 euros do valor em dívida.

O investimento total em terrenos e edifícios soma atualmente 29.015.707 euros, em ativos fixos tangíveis. Para além do edifício da sede na Rua Barbosa du Bocage, faz parte do ativo fixo tangível o auditório novo de Lisboa na Rua Defensores de Chaves, o edifício novo do Porto no Largo 1.º de Dezembro, a nova representação de Braga, situada na Quinta do Pinheiro em Ferreiros, adquirida em julho de 2022, as instalações das delegações de Setúbal, Leiria, Aveiro, Santarém, Castelo Branco, Viseu, Coimbra, Vila Real, Funchal e Faro. As delegações de Ponta Delgada, Évora, Guarda, Bragança, Portalegre e Beja são arrendadas.

Acresce ainda ao património da Ordem as instalações adquiridas para a "Casa dos CC" de Lisboa, na Avenida Almirante Gago Coutinho, com um valor de 1.500.285 euros, que se encontram disponíveis para venda, sendo agilizado o processo de venda o mais brevemente possível, fruto da aprovação da Assembleia Representativa de 19 de junho de 2020 e perante o resultado favorável de 74,65% dos votos dos membros participantes, no referendo aos Contabilistas Certificados realizado no dia 6 de novembro de 2020. Não tendo sido possível concretizar a venda do imóvel no ano de 2023, o Conselho Diretivo está empenhado nesta concretização no curto prazo, sendo a sua venda altamente provável no curto prazo. No dia 9 de outubro de 2023 foi efetuada a liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho e está previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2024, aprovado na assembleia representativa de 29 de dezembro de 2023, alienar este imóvel.

Os investimentos em ativos intangíveis totalizaram, no ano de 2023, o valor de 1.080.373 euros (em 2022 o valor foi 860.108 euros):

	Euros					
Ativos intangíveis	31/12/2023	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2022
Programas de computador (TOConline)	426 501					426 501
Licenças Oracle	167 783					167 783
Licenças Microsoft	150 845					150 845
Programa de computador (AFE)	86 100					86 100
Licença Toad Oracle Xpert Edition W DBA Module	7 729					7 729
Plataforma Credenciação e acessos OCC	13 776					13 776
Programa Biblioteca – CATWIN + USEWIN	2 768					2 768
Projeto – Novo WEBSITE Institucional	639 230	148 264			490 966	
Projeto de desenvolvimento – CCCLIX – Contabilidade	235 496	85 607			149 889	
Projeto de desenvolvimento – CCCLIX – Fiscalidade	276 452	100 495			175 957	
Projeto-"Desenvolvimento Informático"	697 403	603 437			93 966	
Ativos intangíveis em curso – Projeto – Novo WEBSITE Institucional					-490 966	490 966
Ativos intangíveis em curso-Projeto – "CCCLIX"	6 528	6 528			-325 846	325 846
Ativos intangíveis em curso-Projeto – "Des. Informático"	136 042	136 042			-93 966	93 966
Ativo bruto	2 846 653	1 080 373				1 766 280
Amortizações acumuladas	1 202 525	347 868				854 657
Quantia escriturada	1 644 128	732 505				911 623



No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 foi adicionado à rubrica de ativos intangíveis o valor de 937.803 euros, que inclui os valores referentes ao projeto do novo "WEBSite Institucional" no montante de 148.264 euros, ao lançamento do novo projeto do "CCCLIX" o valor de 186.102 euros e ao novo projeto de desenvolvimento informático no valor de 603.437 euros.

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foi transferido o valor de 910.778 euros da rubrica de ativos intangíveis em curso para ativos intangíveis, por se considerarem estarem em funcionamento, assim foi transferido o montante de 490.966 euros referente ao novo "WEBSite Institucional", o valor de 325.846 euros do novo projeto "CCCLIX" e também o montante de 93.966 referente ao novo projeto de desenvolvimento informático.

Os valores de investimento referentes ao desenvolvimento do novo portal institucional (Site OCC/Mobile APP) incluem a prestação de serviços e recursos humanos internos afetos ao desenvolvimento, operacionalização e exploração. Os recursos humanos internos afetos ao desenvolvimento do novo portal institucional foram reconhecidos em "trabalhos para a própria entidade".

Na rubrica ativos intangíveis em curso realça-se o lançamento do novo e inovador projeto da formação, o CCCLIX cujo valor de investimento inclui aquisição de serviços e recursos humanos afetos à realização dos novos cursos e tutoriais desenvolvidos especificamente para a nova plataforma. O CCCLIX foi lançado em setembro de 2022, no 7.º Congresso dos Contabilistas Certificados. Os recursos humanos internos afetos à realização dos novos cursos e tutoriais desenvolvidos especificamente para a nova plataforma CCCLIX foram reconhecidos em "trabalhos para a própria entidade".

O Projeto de Desenvolvimento Informático, apresenta um investimento de recursos humanos afetos, que foram reconhecidos em "trabalhos para a própria entidade", e pretende reestruturar as plataformas de base informática atuais de ligação com os membros e operacionalização dos serviços que a Ordem presta aos membros aumentando a capacidade de resposta, introduzindo novas ferramentas numa linguagem atual e melhorando eficiências.

Situação Financeira

A autonomia financeira da OCC, em 31 de dezembro de 2023, é de 71,0%. Em 31 de dezembro de 2022 era de 64,1%. Em 31 de dezembro de 2021 era de 70,1% versus 70,2% em 31 de dezembro de 2020, 68,5% em 31 de dezembro de 2019, 66,1% em 31 de dezembro de 2018 e 53,2% em 31 de dezembro de 2017.

Financiamentos

Euros

Financiamentos obtidos	31/12/2017	31/12/2018	Amortização 2018	31/12/2019	Amortização 2019	31/12/2020	Amortização 2020	31/12/2021	Amortização 2021	31/12/2022	Amortização 2022	31/12/2023	Amortização 2023	Amortização 2018-2023
Cartões de crédito	6 162	1 583	4 579		1 583									6 162
BCP (Caucionada)	496 000		496 000											496 000
Santander Totta (caucionada)	850 000		850 000											850 000
BPI (caucionada)	500 000		500 000											500 000
Leasing BCP (sede)	1 874 361	1 183 418	690 943	482 739	700 679		482 739							1 874 361
Leasing BPI (Gago Coutinho)	562 662	527 197	35 465	491 143	36 054	454 257	36 886	416 579	37 678	379 197	37 382		379 197	562 662
Tranche BPI (Porto)	1 666 666	1 400 000	266 666	1 133 333	266 667	866 667	266 667	600 000	266 667	333 333	266 667	66 667	266 667	1 599 999
Tranche JESSICA (Porto)	2 000 000	2 000 000		2 000 000		2 000 000		2 000 000		2 000 000		2 000 000		
BPI (Audatório Lisboa)	2 225 000	2 191 892	33 108	2 092 569	99 323	1 993 246	99 323	1 893 923	99 323,21	1 794 600	99 323	1 695 277	99 323	529 723
Total	10 180 851	7 304 090	2 876 761	6 199 784	1 104 305	5 314 170	885 615	4 910 502	403 668	4 507 130	403 372	3 761 944	745 186	6 418 907

O rácio de solvabilidade é de 2,44, em 31 de dezembro de 2023. Em 31 de dezembro de 2022, era de 1,78. E de 2,35, em 31 de dezembro de 2021 e 2020 (2,17 em 31 de dezembro de 2019, 1,95 em 31 de dezembro de 2018 e 1,14 em 31 de dezembro de 2017).



Em relação ao endividamento existente em 31 de dezembro de 2017, no valor de 10.180.851 euros, durante os anos de 2018 a 2023 foi amortizado o montante de 6.418.907 euros, o que corresponde a uma redução de 63,0% do valor em dívida.

Em outubro de 2023 foi realizada a liquidação antecipada do contrato de *leasing* n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na avenida Gago Coutinho, esta opção tomada porque o imóvel se encontra disponível para venda, pelo facto de as taxas juros se encontrarem muito elevadas, aproveitando-se o valor disponível pela venda do imóvel da avenida 24 de Julho.

De realçar o facto que as contas caucionadas do Millennium BCP, Santander Totta e BPI com um montante de utilização em 31 de dezembro de 2017 de 1.846.000 euros foram totalmente amortizadas no período compreendido entre 5 de março de 2018 e 15 de outubro de 2018, o que representa a concretização de um grande objetivo deste Conselho Diretivo.

Contas caucionadas 2023	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maio	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Saldo conta caucionada utilizado												
Banco Comercial Português												
Banco BPI, SA												
Banco Santander Totta												
Empréstimo CP totais												
Plafond disponível												
BCP	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000	750 000
Santander	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000	500 000
Disponibilidade	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000	1 250 000

O atual *plafond* disponível das contas caucionadas é de 1.250.000 euros, sendo que, desde 15 de outubro de 2018 até à presente data, não foi utilizado qualquer montante. Registamos o facto, que em maio de 2021 o *plafond* disponível das contas caucionadas foi reduzido em 500.000 euros referente à conta caucionada detida no BPI, tendo neste mês o *plafond* total disponível passado de 1.750.000 euros para 1.250.000 euros.

Tesouraria

Tendo em consideração o valor inicial dos saldos de bancos e caixa de 991.356 euros (incluindo o montante de 250.000 euros, referente a uma aplicação financeira de curto prazo), o valor total de recebimentos de 30.336.303 euros e de pagamentos de 30.576.348 euros (incluindo as aplicações financeiras de 4.500.000 euros), em 31/12/2023 existe um saldo positivo em bancos e caixa no montante de 5.001.311 euros. O saldo final em 31/12/2023 de caixa e bancos inclui o saldo de tesouraria de 501.311 euros e o montante de 4.500.000 euros referente a duas aplicações financeiras de curto prazo.

Durante o ano de 2023, o Conselho Diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências de controlo das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2023, reduzindo o endividamento e, conseqüentemente, o valor dos juros a pagar.

Em relação ao valor orçamentado para a tesouraria de 2023 regista-se uma variação de mais 4.150.669 euros em relação ao período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, atendendo à concretização da venda do edifício da antiga sede da Ordem dos Contabilistas Certificados, da avenida 24 de Julho, no mês de julho, pelo valor de 5.000.000 euros. A venda do imóvel apesar de estar expressa a intenção de venda no Plano de Atividades não estava prevista no Orçamento de 2023. No que diz respeito ao período homólogo de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2022, a variação da tesouraria em 2023 é de mais 4.009.955 euros, devido essencialmente à concretização da venda do edifício da antiga sede da Ordem dos Contabilistas Certificados, da avenida 24 de Julho, no mês de julho.



Os valores da tesouraria de 2023 apresentarem um saldo (incluindo as duas aplicações a prazo de 4.500.000 euros) de 5.001.311 euros, com um desvio em relação ao saldo do orçamento da tesouraria de mais 4.150.669 euros. Os valores de recebimentos das quotas aumentarem 237.200 euros (+2,0%) face ao orçamento, os valores das ações de formação aumentaram 263.184 euros (+20,0%) face ao orçamento, os valores referentes a outras receitas (incluindo o TOOnline) aumentaram 1.674.061 euros (+15,2%).

Tesouraria

Euros

Tesouraria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado
RECEBIMENTOS	4 075 776	1 481 920	2 121 094	2 327 243	1 603 855	1 527 296	7 506 180	1 226 625	1 844 010	2 330 640	1 685 010	2 606 654	30 336 303
Quotas Recebidas	1 977 961	449 354	999 473	1 404 519	625 450	628 762	1 510 886	358 645	708 407	1 373 172	739 390	996 052	11 772 071
Ações Formação	404 036	19 176	38 115	8 350	7 327	39 624	44 146	66 253	282 887	205 977	189 406	8 857	1 314 154
Outras Receitas	1 623 159	955 864	1 025 437	857 570	889 491	771 706	880 350	715 803	758 556	687 560	676 375	1 155 988	10 997 859
Venda de imóveis							5 000 000						5 000 000
Ap. Financeira (Vencimento)												250 000	250 000
Fundo de Pensões	70 620	57 527	58 069	56 804	81 588	87 204	70 799	85 924	94 161	63 931	79 840	195 758	1 002 219
PAGAMENTOS	2 830 500	2 128 743	2 566 283	1 852 382	2 134 245	1 590 542	7 005 377	1 637 973	1 884 937	2 526 745	1 616 426	2 802 195	30 576 348
Seguros	265 604	60 833	344 691	203 493	295 397	174 324	293 976	138 985	467 609	239 056	60 833	407 847	2 952 648
Fornecedores C/C	1 783 899	1 349 222	1 391 546	938 285	1 016 647	537 315	1 269 734	667 189	683 101	1 249 795	620 992	1 304 868	12 812 592
Fornecedores de Investimentos	97 579	28 562	79 849	33 564	15 073	2 632	57 584	42 075	37 040	19 607	16 665	9 052	439 282
Recursos Humanos/SS/IRS/FCT	426 256	418 423	452 952	452 141	462 124	635 542	649 783	474 267	458 847	459 679	688 698	657 946	6 236 660
Impostos	80 862	73 292	157 940	96 983	124 964	87 019	90 926	109 890	80 525	61 511	101 428	95 942	1 161 282
Pagamentos diversos	22 858	11 125	17 646	5 567	7 748	5 562	5 276	3 148	11 753	12 806	12 096	3 341	118 926
Membros - Fundo Social	9 524	9 563	9 524	9 524	9 524	9 524	9 985	10 526	10 414	10 227	10 683	10 833	120 312
Entregas Fundo Pensões	87 301	71 808	71 870	71 515	95 919	101 385	82 777	86 024	94 036	64 026	30	273 822	1 100 512
Financiamentos	11 165	77 841	11 086	11 097	77 775	11 028	11 041	77 720	11 028	362 183	74 944	8 277	745 186
Aplicação Financeira							4 500 000						4 500 000
Outros Gastos Financeiros	45 451	28 074	29 179	30 212	29 074	25 749	34 295	28 149	30 585	47 855	30 056	30 267	388 947
Balanco Mês	1 245 276	-646 823	-445 190	474 861	-530 390	-63 246	500 803	-411 348	-40 926	-196 105	68 584	-195 541	-240 045
Saldo inicial a 1/1/2023:	741 356	1 986 632	1 339 809	894 619	1 369 481	839 090	775 844	1 276 648	865 299	824 373	628 268	696 852	501 311
Caixas (Sede e Representações)	7 048	8 102	6 819	7 935	8 763	8 012	7 722	8 068	8 177	7 279	9 631	11 207	
Novo Banco	923	915	908	900	892	885	877	869	862	854	1 011	1 004	
Caixa Geral de Depósitos 1	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	
Caixa Geral de Depósitos 2	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	
Caixa Geral de Depósitos (Quotas AT)	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	
Banco Comercial Português 1	1 110 402	344 478	318 438	294 083	125 584	371 677	251 179	44 434	18 227	156 749	95 246	190 876	
Banco Comercial Português 2	144 160	147 128	150 504	153 046	155 974	64 409	69 669	72 593	75 697	78 565	161 503	86 387	
Banco Comercial Português 3	8 006	13 868	6 459	12 853	5 687	2 070	7 952	1 965	6 569	11 879	9 978	387	
Banco BPI, SA	24 410	50 511	26 552	49 036	18 682	45 056	520 341	638 134	553 891	157 712	136 750	106 136	
Banco BPI, SA (Conta JESSICA)	19 463	36 778	36 778	106 778	34 422	34 422	84 422	12 299	12 299	12 299	11 027	11 027	
Banco Santander Totta	142 475	146 643	152 118	157 717	160 079	162 150	134 299	2 401	4 741	10 652	17 692	21 768	
Bankinter	474 937	536 578	141 235	532 326	274 201	32 356	145 378	29 728	89 103	137 471	199 206	17 712	
Acumulado Mês	1 986 632	1 339 809	894 619	1 369 481	839 090	775 844	1 276 648	865 299	824 373	628 268	696 852	501 311	501 311
Banco Comercial Português	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000		
Outras Aplicações							4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000
Total caixa e dep. bancários	2 236 632	1 589 809	1 144 619	1 619 481	1 089 090	1 025 844	6 026 648	5 615 299	5 574 373	5 378 268	5 446 852	5 001 311	5 001 311

Após a venda do imóvel da avenida 24 de julho pelo valor de 5 milhões de euros, e na sequência da consulta ao mercado com o objetivo de obter as melhores condições, junto do BPI foi efetuada uma aplicação financeira de 3,5 milhões de euros, a prazo de um ano a uma taxa de 3,2% e uma aplicação financeira de 1 milhão de euros, pelo prazo de 6 meses, a uma taxa de 3%.

Em dezembro de 2023, não foi renovada a aplicação financeira no valor de 250.000 euros, tendo a mesma sido constituída no início de janeiro de 2024 com uma remuneração mais elevada, uma taxa de 3%.

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, a OCC recebeu 11.772.071 euros de quotas dos seus membros, mais 1.185.652 euros (+10,1%) do que o valor recebido em período homólogo de 2022.

Em 31 de dezembro de 2017, as dívidas dos membros apresentavam um valor 5.076.559 euros, mais 5% em relação ao período de 2016. Em 31 de dezembro de 2018, as dívidas dos membros apresentaram uma redução significativa relativamente a 31 de dezembro de 2017, ascendendo a 3.124.163 euros, menos 1.952.396 euros (-38,5%). Em 2019, as dívidas dos membros apresentaram



um valor de 2.123.334 euros, menos 1.000.829 euros (-32%) que o valor de 2018, o que foi bastante relevante. Em 2020, as dívidas dos membros apresentaram o valor de 2.551.488 euros, mais 428.154 euros (+20,2%) em relação ao valor de 31 de dezembro de 2019. Em 2021, as dívidas dos membros apresentaram um valor de 2.851.422 euros, mais 299.934 euros (+11,8%) em relação ao valor de 31 de dezembro de 2020 e, em 31 de dezembro de 2022, as dívidas dos membros apresentam um valor de 1.944.085 euros (-31,8%), em relação ao valor de 31 de dezembro de 2021. Em 31 de dezembro de 2023, a dívida dos membros tem um valor de 2.162.572 euros, mais 218.487 euros (+11,2%) face ao valor existente em 31 de dezembro de 2022.

Tesouraria

Euros

Tesouraria	2023	Orçamento	Desvio face ao Orçamento 2023	2022	Variação 2023/2022
RECEBIMENTOS	30 336 303	22 771 540	7 564 764	25 030 082	5 306 221
Quotas Recebidas	11 772 071	11 534 871	237 200	10 586 419	1 185 652
Ações Formação	1 314 154	1 050 970	263 184	2 770 746	-1 456 592
Outras Receitas	10 997 859	9 323 798	1 674 061	9 535 248	1 462 612
Venda de imóveis	5 000 000		5 000 000		5 000 000
Aplicação Financeira (Vencimento)	250 000		250 000	1 250 000	-1 000 000
Fundo de Pensões	1 002 219	861 901	140 318	887 670	114 549
PAGAMENTOS	30 576 348	22 463 344	8 113 004	25 182 662	5 393 686
Seguros	2 952 648	2 714 868	237 780	2 412 609	540 040
Fornecedores C/C	12 812 592	10 097 440	2 715 153	12 299 797	512 795
Fornecedores de Investimentos	439 282	778 044	-338 762	2 248 109	-1 808 827
Recursos Humanos/Seg.Social/IRS/FCT	6 236 660	5 908 711	327 949	5 273 445	963 215
Impostos	1 161 282	853 721	307 561	845 580	315 701
Pagamentos diversos	118 926	269 741	-150 815	221 346	-102 420
Membros - Fundo Social	120 312	126 000	-5 688	116 406	3 906
Entregas Fundo Pensões	1 100 512	1 004 717	95 795	1 054 009	46 503
Financiamentos	745 186	403 281	341 906	403 372	341 814
Aplicação Financeira	4 500 000		4 500 000		4 500 000
Outros Gastos Financeiros	388 947	306 821	82 126	307 989	80 958
Balanço	-240 045	308 196	-548 240	-152 580	-87 465
Acumulado (incluídos saldos iniciais)	501 311	600 642	-99 331	741 356	-240 045
Saldo Aplicação Financeira	4 500 000	250 000	4 250 000	250 000	4 250 000
Saldo de caixa e depósitos bancários	5 001 311	850 642	4 150 669	991 356	4 009 955

Em 2019, o valor das quotas recebidas através da cobrança da AT foi de 643.599 euros, em 2020, foi de 263.078 euros, em 2021, foi 65.517 euros, no ano de 2022, foi 340.583 euros e, no ano de 2023, foi 249.750 euros.

Em 31 de dezembro de 2023, as dívidas dos membros apresentam um aumento de 218.487 euros (+11,2%) relativamente a 31 de dezembro de 2022, ascendendo a 2.162.572 euros. O abrandamento dos recebimentos das quotas no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 reflete o aumento da dívida de quotas com menos de 6 meses de 102.688 euros (+15,6%) face a 31 de dezembro de 2022, apresentando um valor de 762.935 euros com um peso de 35,3% no valor total da dívida. A dívida com mais de 6 meses também regista, em 31 de dezembro de 2023, um acréscimo significativo, em relação a 31 de dezembro de 2022, de mais 156.804 euros (+41,4%), apresentando um valor de 535.878 euros, representando 24,8% do total da dívida. O valor das dívidas dos membros, líquido de imparidades, em 31 de dezembro de 2023 apresenta um montante de 1.980.699 euros, superior ao valor de 31 de dezembro de 2022 em 207.470 euros (+11,7%).

Dívida dos membros

Euros

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Montante em dívida	5 076 559	3 124 163	2 123 334	2 551 488	2 851 422	1 944 085	2 162 572



O valor das perdas por imparidade acumuladas dos membros passou de 229.253 euros em 31 de dezembro de 2019 para 538.740 euros, em 31 de dezembro de 2020, para 538.608 euros, em 2021, e para 170.856 euros, no ano de 2022. No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, o valor das perdas por imparidade acumuladas dos membros é 181.872 euros, tendo existido um ligeiro aumento face a 2022.

Os recebimentos acumulados, de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, referentes a ações de formação apresentam um valor de 1.314.154 euros, menos 1.456.592 euros (-110,8%) face ao mesmo período de 2022, devido ao facto de a realização da formação eventual presencial sobre "Agenda do Trabalho Digno", realizada em abril e maio de 2023, ter sido gratuita com um impacto nos valores recebidos de menos 428.320 euros tendo em consideração as 13.385 inscrições registadas, acrescido da medida tomada desde 1 de janeiro de 2023, de toda a formação não presencial ser gratuita.

Quotas	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maior	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
Até 6 meses	1 121 298	1 334 766	1 255 944	1 271 796	1 378 830	1 027 212	1 059 822	1 229 508	1 085 370	1 161 174	1 128 096	882 234
De 6 a 12 meses	328 860	312 942	395 982	431 406	444 756	345 852	321 564	366 348	436 086	460 908	309 714	277 824
De 12 a 18 meses	34 338	35 376	18 414	42 882	84 060	93 594	96 798	110 994	133 320	130 188	119 802	100 128
De 18 a 24 meses	13 476	25 068	15 060	16 656	19 680	13 506	14 814	13 950	16 590	32 490	45 318	49 890
Mais de 24 meses	198 024	258 330	207 264	215 556	234 370	193 392	208 110	206 316	223 854	223 374	200 442	45 564
Pagamentos faseados	479 373	417 435	369 279	338 199	300 362	316 862	262 595	252 299	211 799	133 915	85 872	85 050
AT	916 890	872 100	798 918	808 080	690 654	641 154	612 138	572 742	552 018	615 558	656 712	682 644
2019	3 092 259	3 256 017	3 060 861	3 124 575	3 152 712	2 631 572	2 575 841	2 752 157	2 659 037	2 757 607	2 545 956	2 123 334
Até 6 meses	1 056 150	1 248 330	1 258 176	1 282 086	1 339 830	1 083 276	1 155 610	1 290 894	1 084 206	1 167 198	1 238 550	817 968
De 6 a 12 meses	283 068	311 574	373 632	402 372	464 478	540 252	570 906	628 830	671 136	681 270	686 442	581 952
De 12 a 18 meses	71 208	56 448	63 996	72 750	81 246	126 174	163 926	203 238	245 580	277 080	331 404	333 462
De 18 a 24 meses	47 136	48 630	56 976	56 448	55 626	55 404	55 164	54 252	59 574	66 000	72 684	101 382
Mais de 24 meses	31 614	11 886	12 342	22 350	32 808	43 854	54 924	65 136	74 730	85 164	95 694	104 724
Pagamentos faseados	83 562	80 700	73 302	65 958	59 598	54 138	48 840	45 498	43 452	39 462	36 324	33 354
AT	736 326	765 006	720 954	684 636	665 160	651 216	640 434	619 662	605 592	593 292	584 766	578 646
2020	2 309 064	2 522 574	2 559 378	2 586 600	2 698 746	2 554 314	2 689 804	2 907 510	2 784 270	2 909 466	3 045 864	2 551 488
Até 6 meses	1 019 592	1 172 136	900 138	1 063 062	1 244 664	1 018 842	1 100 334	1 201 626	942 120	1 064 250	1 142 880	785 160
De 6 a 12 meses	549 624	539 052	507 096	491 076	494 574	522 498	531 912	548 268	563 388	576 594	584 532	522 624
De 12 a 18 meses	343 362	359 706	358 386	364 722	370 380	365 172	361 254	361 014	354 396	350 064	347 796	344 052
De 18 a 24 meses	127 968	154 020	172 572	193 170	225 636	241 002	255 138	269 376	278 508	288 612	291 078	285 180
Mais de 24 meses	113 976	122 898	135 354	145 854	158 760	189 870	219 702	248 148	278 010	305 448	344 418	380 736
Pagamentos faseados	32 610	30 894	29 994	29 124	26 052	25 152	24 342	25 482	25 926	25 596	24 384	24 396
AT	571 710	566 082	562 890	560 688	553 728	546 324	539 952	534 630	524 502	519 030	518 310	509 274
2021	2 758 842	2 944 788	2 666 430	2 847 696	3 073 794	2 908 860	3 032 634	3 188 544	2 966 850	3 129 594	3 253 398	2 851 422
Até 6 meses	973 086	1 040 208	715 848	898 314	1 067 766	801 330	990 714	1 151 808	786 168	867 426	894 454	660 247
De 6 a 12 meses	509 508	365 328	211 680	169 950	137 028	174 744	188 994	253 608	259 452	241 518	263 700	306 492
De 12 a 18 meses	344 772	249 894	143 100	109 812	67 560	48 270	28 560	18 090	25 152	23 304	18 864	19 596
De 18 a 24 meses	284 010	212 622	129 834	100 632	62 772	45 054	24 858	13 218	14 316	15 210	13 608	14 238
Mais de 24 meses	417 498	364 488	285 126	255 912	197 952	159 990	84 570	40 806	39 912	43 194	37 122	38 748
Pagamentos faseados	22 938	84 672	151 392	160 164	143 862	124 776	109 134	94 938	81 894	71 718	64 428	55 326
AT	503 394	502 566	550 512	604 554	751 374	862 536	944 358	990 096	990 150	855 276	855 360	849 438
2022	3 055 206	2 819 778	2 187 492	2 299 338	2 428 314	2 216 700	2 371 188	2 562 564	2 197 044	2 117 646	2 147 536	1 944 085
Até 6 meses	996 546	1 276 281	872 754	1 152 547	1 309 479	1 071 198	1 248 321	1 471 537	1 211 472	1 292 067	1 269 550	762 935
De 6 a 12 meses	340 044	360 462	320 286	314 628	237 186	279 707	317 825	379 050	451 616	510 245	441 489	374 037
De 12 a 18 meses	20 304	49 140	80 436	106 554	90 018	86 454	84 846	90 762	87 948	84 522	59 610	65 697
De 18 a 24 meses	14 940	15 600	16 260	17 280	17 160	18 342	19 104	25 608	31 704	32 094	25 134	22 914
Mais de 24 meses	43 062	44 796	47 622	52 746	52 296	57 798	61 584	63 630	65 934	68 664	71 928	73 230
Pagamentos faseados	49 794	45 143	42 918	40 578	41 943	38 939	31 989	30 956	30 000	28 919	27 797	25 589
AT	832 530	816 516	800 004	780 762	774 699	790 608	808 625	782 669	806 132	826 347	872 780	838 170
2023	2 297 220	2 607 937	2 180 280	2 465 095	2 522 781	2 343 045	2 572 293	2 844 211	2 684 805	2 842 857	2 768 287	2 162 572
Var 2022 v 2023	-24,81%	-7,51%	-0,33%	7,21%	3,89%	5,70%	8,48%	10,99%	22,20%	34,25%	28,91%	11,24%
Var 2021 v 2022	10,74%	-4,25%	-17,96%	-19,26%	-21,00%	-23,79%	-21,81%	-19,63%	-25,95%	-32,33%	-33,99%	-31,82%
Var 2020 v 2022	32,31%	11,78%	-14,53%	-11,11%	-10,02%	-13,22%	-11,85%	-11,86%	-21,09%	-27,22%	-29,49%	-23,81%
Var 2019 v 2022	-1,20%	-13,40%	-28,53%	-26,41%	-22,98%	-15,77%	-7,95%	-6,89%	-17,37%	-23,21%	-15,65%	-8,44%

O valor dos recebimentos referentes a outras receitas, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, no montante de 10.997.859 euros, regista um aumento de 1.462.612 euros (+13,3%) face ao mesmo período de 2022, e um aumento de 1.674.061 euros (+15,2%) em relação ao orçamento, sendo a parte relevante do aumento devido ao incremento de faturação de licenças do TOConline.

No que concerne a seguros, no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, regista-se uma variação face ao período homólogo de mais 540.040 euros (+18,3%), sendo o valor pago de 2.952.648 euros. Em relação ao orçamento, no ano de 2023 existe um acréscimo de 237.780 euros (+8,1%) no valor anual pago em relação ao valor estimado, impacto do agravamento da apólice referente ao seguro de saúde dos contabilistas certificados.

O valor dos pagamentos a fornecedores, entre 1 de janeiro e 31 de dezembro de 2023, ascende a 12.812.592 euros, mais 512.795 euros (4,0%) face ao mesmo período de 2022 e mais 2.715.153 euros (+21,2%) que o valor orçamentado.

As dívidas a fornecedores, em 31 de dezembro de 2023, apresentam um valor de 585.361 euros, inferior em 1.259.743 euros (-68,3%) em relação ao valor registado, em 31 de dezembro de 2022, no valor de 1.845.104 euros. O saldo em dívida a fornecedores em 31 de dezembro de 2023 inclui a quantia de 74.528 euros de processos em tribunal e 116.065 euros de saldos pendentes, sendo a diferença em relação ao valor registado na contabilidade de 394.768 euros referente a faturas rececionadas pela OCC, após 31 de dezembro de 2023.

Em 31 de dezembro de 2023, o valor em dívida a fornecedores de investimento de (em outros passivos correntes) inclui o valor de 191.033 euros referente ao valor das garantias das obras.

O valor de pagamentos a fornecedores de investimentos em 2023 regista um valor de 439.282 euros, menos 1.808.827 euros (-411,8%) face ao valor do período homólogo, e uma redução de 338.762 euros (-77,1%) face ao valor orçamentado. A redução de valor em fornecedores de investimentos em relação ao ano de 2022, está diretamente relacionado com a aquisição da nova delegação de Braga cuja escritura foi realizada no dia 23 de junho de 2022.

O valor anual pago referente ao endividamento (capital) relacionado com os investimentos efetuados apresenta um valor de 745.186 euros, registando-se em acréscimo de 341.814 euros (+45,9%) em relação ao ano de 2022, e um desvio de mais 341.906 euros (+45,9%) face ao valor previsto no orçamento.

Após a venda do imóvel da avenida 24 de Julho, o valor de 371.058 euros foi aplicado, em outubro, para liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho.

Desde o dia 1 de julho de 2019, está disponível, para a cobrança das quotas por débito direto, a modalidade de pagamento mensal. Desde essa data dos 11.231 membros com o pagamento da quotização pelo sistema de débitos diretos, com Autorização Débito Conta (ADC) válida, aderiram a esta modalidade de pagamento 2.798 membros, sendo que, 237 membros que tinham outras modalidades de pagamento fizeram a alteração para a modalidade de pagamento mensal. Das novas adesões, 2.561 membros optaram por esta modalidade.

Perspetivas futuras

No dia 7 de dezembro de 2023, passados dois anos da tomada de posse dos atuais órgãos da Ordem, foi publicada em Diário da República a Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, diploma que altera o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, adequando-o ao disposto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, diploma que estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas, na sequência da redação que lhe foi dada pela Lei n.º 12/2023, de 28 de março.



A Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, diploma que altera o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados, define a manutenção das competências próprias do Contabilista Certificado e reforça algumas matérias e direitos da profissão: uma melhor regulação das sociedades de contabilidade, sociedades multidisciplinares e sociedades profissionais de contabilistas certificados, uma maior articulação com a Autoridade Tributária na nomeação do Contabilista Certificado, um reforço do justo impedimento, a consagração da obrigação de cumprimento da formação e contratação de seguro profissional como requisitos para o exercício da profissão, a atribuição expressa à Ordem da competência para disponibilizar ferramentas profissionais aos contabilistas, entre outros.

O diploma que altera o Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados entrará em vigor no próximo dia 1 de março de 2024, e obrigará a alterar os regulamentos em vigor e a estrutura orgânica da Ordem.

Como previsto nas disposições transitórias da Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro, o Conselho Diretivo elaborou e aprovou as propostas de regulamentos que se encontram em discussão pública desde 11 de janeiro de 2024. A discussão pública decorrerá ao longo de 30 dias úteis e posteriormente, o Conselho Diretivo tornará pública a versão final dos regulamentos que serão colocados a discussão e votação em Assembleia Representativa.

Os contabilistas certificados são agentes na recuperação sustentável e profissionais de interesse público, associados ao benefício público da sociedade, das empresas, do planeta e da comunidade. Hoje, mais que nunca, podem os profissionais ser os principais agentes da mudança, do desenvolvimento e da criação de melhor qualidade de vida para toda a sociedade civil, sendo a sua ação um sinal de esperança e motivação para todos.

Conclusão

Durante o ano de 2023, o Conselho Diretivo agilizou práticas para melhorar eficiências de controlo das cobranças, em articulação com uma política mais eficaz e proativa de gestão dos financiamentos, de maneira a superar de forma positiva o orçamento previsto na tesouraria para 2023, reduzindo o endividamento e melhorando o desempenho económico.

Em relação ao endividamento, existente em 31 de dezembro de 2017, no valor de 10.180.851 euros, durante os anos de 2018 a 2023, foi amortizado o montante de 6.418.907 euros, o que corresponde a uma redução de 63,0% do valor em dívida.

A autonomia financeira da OCC, em 31 de dezembro de 2023, é 71,0% e, em 31 de dezembro de 2022, é de 64,1%. O rácio de solvabilidade passou de 1,78, em 31 de dezembro de 2022, para 2,44, em 31 de dezembro de 2023.

Os rendimentos do período de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, registaram um aumento de 6.742.600 euros, o que representa um acréscimo de 33,6%. Em relação aos valores orçamentados, os rendimentos apresentam um desvio positivo de 5.919.070 euros (+28,4%). A venda do imóvel a avenida 24 de Julho, pelo valor de 5 milhões de euros, teve uma mais-valia de 3.698.631 euros com um impacto substancial no resultado apresentado. Após a venda do imóvel da avenida 24 de Julho, foram efetuadas duas aplicações financeiras no valor total de 4,5 milhões de euros e realizada a liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na avenida Gago Coutinho.

As prestações de serviços apresentaram uma variação positiva relevante de 2.838.287 euros (+14,9%), tendo o seu peso nos rendimentos totais da Ordem passado de 94,7% (em 2022) para 81,5% (em 2023). Esta variação positiva deve-se ao aumento do valor das quotas e acréscimo dos serviços do TOConline, apesar da redução do valor da formação profissional atendendo a que a formação não presencial é gratuita desde 1 de janeiro 2023.



Desde 2020, foram introduzidas medidas de apoio aos membros, com um valor total de 667.283 euros, resultantes da aprovação dos Planos de Atividades e Orçamentos:

- Redução de 50% do valor das quotas para membros com mais de 75 anos que não exerçam a profissão;
- Isenção total aos membros acima dos 80 anos que não exercem ativamente a profissão;
- Para os novos membros, no primeiro ano de inscrição, redução de 50% do valor das quotas mensais.

Desde 1 de janeiro de 2023, todos os modelos formativos *online* existentes na OCC (CCclix, e-learning, plug-in, Reuniões Livres e Descomplicar na Hora) tornaram-se gratuitos para todos os Contabilistas Certificados com inscrição ativa na Ordem. Em 2023, registaram-se 109.674 inscrições na formação *online*, que representa um valor de 3.509.568 euros, tendo como base os valores existentes desta formação em dezembro de 2022.

A formação eventual sobre a Agenda do Trabalho Digno foi gratuita para membros e público em geral, tendo-se registado 13.385 inscrições, que representa um valor de 428.320 euros.

O valor total da formação gratuita realizada pela OCC em 2023 foi 3.937.952 euros.

As alterações que foram efetuadas em relação à revista Contabilista com a disponibilização da revista em formato digital desde maio de 2018 e a redução significativa no número de revistas expedidas, tiveram um impacto na redução nos gastos de 2018 a 2023 de 3.791.986 euros face aos gastos existentes em 2017.

O resultado líquido do período apresenta um valor positivo 4.247.109,44 euros, influenciado de forma significativa pela venda do imóvel da avenida 24 de Julho, embora a tesouraria da Ordem não reflita este resultado devido aos investimentos efetuados nos serviços aos membros.

Face ao que antecede, o Conselho Diretivo propõe à Assembleia Representativa o seguinte:

1. Que seja aprovado o relatório e contas do período de 2023.
2. Que seja efetuada a seguinte aplicação dos resultados:
 - 2.1. A importância de 2.890.835,21 euros para a conta de «Fundos»;
 - 2.2. A importância de 236.933,86 euros para a conta "Fundo de solidariedade social"; e
 - 2.3. A importância de 1.119.340,37 euros para a conta de "Resultados Transitados".
3. O Conselho Diretivo agradece e reconhece o trabalho, dedicação e empenho de todos os colaboradores internos e externos da Ordem, que contribuíram de forma crucial para a concretização dos resultados alcançados.

Lisboa, 23 de fevereiro 2024

O Conselho Diretivo

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
					
Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Álvaro Costa	Pedro Nuno Ferreira

CONFERÊNCIAS





XIII. Demonstrações financeiras

Os valores apresentados nos vários quadros encontram-se expressos em euros, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais dos respetivos quadros.

Balço em 31 de dezembro de 2023

Euros

Rubricas	Notas	31/12/2023	31/12/2022
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4/6	22 058 486	22 558 714
Bens do património histórico e cultural	4	292 328	292 328
Ativos intangíveis	5	1 644 128	911 623
Outros créditos e ativos não correntes	10.1	30 625	27 432
Subtotal		24 025 567	23 790 096
Ativo corrente			
Inventários	7	26 913	28 054
Créditos a receber	10.2	18 382	6 903
Estado e outros entes públicos	14.1	30 446	30 365
Membros	10.2/10.3	1 980 699	1 773 229
Diferimentos	14.2	916 641	1 273 260
Outros ativos correntes	10.2	290 397	295 611
Ativos não correntes detidos para venda	4/6	1 500 285	2 797 998
Caixa e depósitos bancários	10.4	5 001 311	991 356
Subtotal		9 765 073	7 196 775
Total do ativo		33 790 641	30 986 871
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.4	20 815 817	20 815 817
Resultados transitados	3.3	-1 119 340	38 321
Reservas fundo de solidariedade social	14.4	13 066	133 594
Outras variações nos fundos patrimoniais	14.4	20 000	20 000
Subtotal		19 729 543	21 007 732
Resultado líquido do período		4 247 109	-1 157 661
Total dos fundos patrimoniais		23 976 652	19 850 071
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	6	3 395 954	3 761 944
Subtotal		3 395 954	3 761 944
Passivo corrente			
Fornecedores	10.2	585 361	1 845 104
Estado e outros entes públicos	14.1	495 331	337 020
Financiamentos obtidos	6	365 990	365 990
Diferimentos	14.2	3 084 719	2 884 247
Outros passivos correntes	10.2/12	1 886 634	1 563 300
Passivos não correntes detidos para venda	6		379 197
Subtotal		6 418 034	7 374 857
Total do Passivo		9 813 988	11 136 800
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		33 790 641	30 986 871



Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31 de dezembro de 2023

Euros

Rendimentos e Gastos	Notas	2023	2022
Vendas e serviços prestados	8	21 834 666	19 000 746
Subsídios à exploração	8		482
Trabalhos para a própria entidade		930 991	311 528
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	7	-4 123	-5 826
Fornecimentos e serviços externos	11	-13 967 645	-14 065 938
Gastos com o pessoal	12	-6 793 218	-5 513 054
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	10.3	-11 016	367 753
Outros rendimentos	8	3 921 833	293 414
Outros gastos	13	-461 851	-405 865
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		5 449 638	-16 760
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4/5	-1 128 774	-1 072 462
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		4 320 864	-1 089 222
Juros e rendimentos similares obtidos	8	59 898	51
Juros e gastos similares suportados	6	-131 513	-64 824
Resultado antes de impostos		4 249 249	-1 153 995
Imposto sobre o rendimento do período	9	-2 139	-3 666
Resultado líquido do período		4 247 109	-1 157 661

Demonstração dos fluxos de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2023

Euros

Rubricas	Notas	2023	2022
Fluxos de caixa de atividades operacionais			
Recebimentos de clientes e membros		23 886 349	22 512 697
Pagamentos a fornecedores		-15 703 280	-14 627 719
Pagamentos ao pessoal		-6 236 704	-5 273 445
Caixa geradas pelas operações		1 946 365	2 611 534
Pagamento/Recebimento do imposto sobre o rendimento			-298
Outros recebimentos/pagamentos		-1 722 759	-1 467 525
Fluxos das atividades operacionais (1)		223 606	1 143 711
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		-317 701	-1 955 481
Ativos Intangíveis		-120 804	-292 628
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		5 100 236	170 369
Juros e rendimentos similares		281	38
Fluxos das atividades de investimento (2)		4 662 013	-2 077 703
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos de depósitos bancários		-365 990	-365 990
Juros e gastos similares		-130 478	-65 216
Financiamentos obtidos de locação financeira		-379 197	-37 382
Fluxos de atividades de financiamento (3)		-875 664	-468 588
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)		4 009 955	-1 402 580
Caixa e seus equivalentes no início do período	10.4/14.3	991 356	2 393 936
Caixa e seus equivalentes no fim do período	10.4/14.3	5 001 311	991 356



Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2023

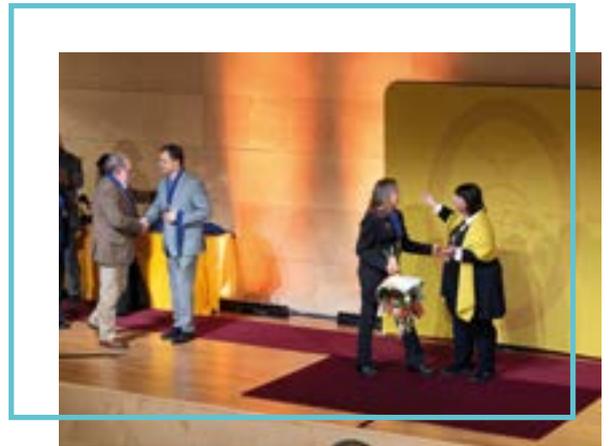
Euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Resultados transitados	Reservas fundo solidariedade social	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 01 de janeiro de 2023 (ESNL)	20 815 817	38 321	133 594	20 000	-1 157 661	19 850 071
Resultado líquido do período de 2022		-1 157 661			1 157 661	
Outras variações			-120 528		4 247 109	4 126 581
Posição em 31 de Dezembro de 2023 (ESNL)	20 815 817	-1 119 340	13 066	20 000	4 247 109	23 976 652

Demonstração das alterações dos fundos patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2022

Euros

Reconciliação dos fundos patrimoniais	Fundos	Resultados transitados	Reservas fundo solidariedade social	Outras variações de fundos patrimoniais	Resultado líquido do período	Total dos fundos patrimoniais
Posição em 01 de janeiro de 2022 (ESNL)	20 730 266	38 321	129 922	20 000	205 629	21 124 138
Resultado líquido do período de 2021	85 551		120 078		-205 629	
Outras variações			-116 406		-1 157 661	-1 274 067
Posição em 31 de Dezembro de 2022 (ESNL)	20 815 817	38 321	133 594	20 000	-1 157 661	19 850 071





Anexo do período findo em 31 de dezembro de 2023

1 – IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE

1.1 – Designação da entidade: Ordem dos Contabilistas Certificados

1.2 – Sede: Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa

1.3 – Número de identificação de pessoa coletiva: 503692310

1.4 – Natureza da atividade: A Ordem dos Contabilistas Certificados, adiante designada por OCC ou Ordem, é uma pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 310/09, de 26 de outubro, em conformidade com a Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, cuja redação em vigor consta da Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro (Estatuto e Código Deontológico), pelo aditamento da Lei n.º 119/2019, de 18 de setembro, pela Lei n.º 12/2022, de 27 de junho e pela Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro. A Ordem representa os profissionais que, nos termos do presente Estatuto e demais disposições legais aplicáveis, exercem a atividade profissional de Contabilista Certificado.

1.5 – Sempre que não exista outra referência, os montantes encontram-se expressos em unidade de euro, suprimidas as casas decimais, podendo este facto influenciar os vários subtotais.

2 – REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS:

2.1 – Referencial contabilístico de preparação das demonstrações financeiras

No âmbito do Sistema de Normalização Contabilística (SNC), com as disposições previstas no Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, que alterou o Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e o Decreto-Lei n.º 36-A/2011, de 9 de março, a Ordem aplica a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) do SNC, publicada no Diário da República, 2.ª série, de 29 de julho de 2015, através do Aviso n.º 8259/2015.

Atendendo ao disposto no ponto 2.3 da NCRF-ESNL que refere *“Sempre que esta Norma não responda a aspetos particulares que se coloquem a dada entidade em matéria de contabilização ou relato financeiro de transações ou situações, ou a lacuna em causa seja de tal modo relevante que o seu não preenchimento impeça o objetivo de ser prestada informação que, de forma verdadeira e apropriada, traduza a posição financeira numa certa data e o desempenho para o período abrangido, a entidade deve recorrer, tendo em vista tão-somente a superação dessa lacuna, supletivamente e pela ordem indicada:*

a) Às NCRF e Normas Interpretativas (NI);

b) Às Normas Internacionais de Contabilidade, adotadas ao abrigo do Regulamento n.º 1606/2002, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 19 de julho;



c) Às Normas Internacionais de Contabilidade (IAS) e Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), emitidas pelo IASB, e respetivas interpretações (SIC e IFRIC).”.

De forma a cumprir o estipulado no ponto 2.3 da NCRF-ESNL, no período de 2023 a OCC aplicou supletivamente a NCRF 8 – Ativos Não Correntes Detidos Para Venda e Unidades Operacionais Descontinuadas, por considerar que esta aplicação melhora a leitura e a compreensibilidade das demonstrações financeiras por parte dos seus utilizadores, na medida em que a quantia escriturada dos ativos, objeto de aplicação desta norma não será recuperada pelo uso, mas antes através da respetiva alienação.

Por aplicação do parágrafo 1, alínea b) da NCRF 8 encontra-se apresentada no balanço a rubrica “Ativos não correntes detidos para venda” no ativo corrente, e a rubrica “Passivos não correntes detidos para venda” no passivo corrente, tendo-se utilizado a possibilidade prevista no n.º 2, do artigo 1.º, da Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho, de adicionar linhas de itens relevantes para uma melhor compreensão da posição e desempenho financeiros, uma vez que o Anexo 11 – Balanço (modelo para ESNL) não contempla as referidas rubricas.

2.2 – Indicação e justificação das disposições da normalização contabilística para as ESNL que, em casos excecionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente período não foram derogadas quaisquer disposições da normalização contabilística para as ESNL.

2.3 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período findo em 31 de dezembro de 2022.

3 – BASE DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

3.1 – Principais políticas contabilísticas:

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF):

Continuidade

Com base na informação disponível e nas expectativas futuras, a Ordem continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as ESNL, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

Regime de acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a Estrutura Conceptual do SNC, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento), sendo reconhecidos contabilisticamente e divulgados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionam. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.



Consistência de apresentação

As demonstrações financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação, quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas no presente Anexo. Desta forma, é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

Materialidade e agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar uma apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

Compensação

Dada a sua importância, os ativos e passivos são apresentados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, que não devem ser compensados.

Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada nas demonstrações financeiras com respeito ao período anterior. Respeitando o pressuposto da continuidade das operações da Ordem, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) A razão para a reclassificação.

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas a partir dos registos contabilísticos da Ordem, de acordo com a normalização contabilística para as entidades do setor não lucrativo (ESNL).

a1) Ativos fixos tangíveis

Os ativos fixos tangíveis encontram-se mensurados ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes depreciações acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para uso, pelo método da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em regime de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas resultam da atribuição dos seguintes períodos de vida útil estimada:

Ativo fixo tangível	Vida útil estimada
Edifícios e outras construções	entre 20 e 50 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	entre 2 e 8 anos
Outros ativos fixos tangíveis	entre 2 e 8 anos



A vida útil e os métodos de depreciação dos vários bens são revistos anualmente. O efeito de alguma alteração a estas estimativas será reconhecido prospectivamente na demonstração dos resultados por naturezas do período em que venham a ocorrer.

Os gastos de conservação e reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias ou melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são reconhecidos como gastos do período em que ocorrem.

O desreconhecimento dos ativos fixos tangíveis, resultantes da alienação ou abate são determinados pela diferença entre o preço de venda e a sua quantia escriturada na data de alienação ou abate, sendo reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas, nas rubricas «Outros rendimentos» ou «Outros gastos».

Os ativos fixos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção, encontrando-se reconhecidos ao custo de aquisição.

Estes ativos fixos tangíveis são depreciados a partir do momento em que os ativos estejam disponíveis para uso e nas condições necessárias para entrar em funcionamento.

α2) Bens do património histórico e cultural

Os "Bens do património histórico e cultural" encontram-se reconhecidos pelo seu custo histórico. Esta rubrica inclui os direitos sobre os cinco livros inerentes ao projeto "História da Contabilidade em Portugal" e "História da Profissão de Contabilista em Portugal" que, face à sua natureza, não estão sujeitos a depreciação, pelo que não são objeto de depreciação.

α3) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes detidos para venda (grupos de ativos em conjunto com os respetivos passivos, que incluem pelo menos um ativo não corrente) são classificados como detidos para venda, quando existe a intenção de alienar os referidos ativos e estes estão disponíveis para venda imediata e a sua venda é altamente provável. Após a sua reclassificação, estes ativos são mensurados ao menor valor entre a quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos de venda.

Os acontecimentos ou circunstâncias podem prolongar o período para concluir a venda para lá de um ano. Um prolongamento do período durante o qual se exija que a venda seja concluída não exclui que um ativo seja classificado como detido para venda se o atraso for causado por acontecimentos ou circunstâncias fora do controlo da entidade e se houver prova suficiente de que a entidade continua comprometida com o plano de vender o ativo.

α4) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzidos das correspondentes amortizações acumuladas.

As despesas de manutenção foram reconhecidas como gastos.

O método de amortização utilizado foi o da linha reta, em conformidade com o período de vida útil estimado, em regime de duodécimos.

Ativo intangível	Vida útil estimada
Programas de computador	entre 3 e 6 anos
CCclix Contabilidade	4 anos
CCclix Fiscalidade	2 anos

Os ativos intangíveis gerados internamente e ainda em curso cumprem com os critérios de capitalização, que são os seguintes:

- a) A viabilidade técnica de concluir o ativo intangível a fim de que o mesmo esteja disponível para uso ou venda;
- b) A intenção de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- c) A capacidade de usar ou vender o ativo intangível;
- d) O ativo intangível gerará prováveis benefícios económicos futuros;
- e) A disponibilidade de adequados recursos técnicos, financeiros e outros para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo intangível; e
- f) A capacidade para mensurar fiavelmente o dispêndio atribuível ao ativo intangível durante a sua fase de desenvolvimento.

a5) Provisões, ativos e passivos contingentes

Periodicamente, a Ordem analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Ordem reconhece uma provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Ordem reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as provisões foram revistas na data do balanço e ajustadas, de modo a refletir a melhor estimativa a essa data, tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tais estimativas.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos no balanço e na demonstração dos resultados. No entanto, são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota.

Tal como os passivos contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

a6) Imparidade de ativos

Em cada data de relato é efetuada uma revisão das quantias escrituradas dos ativos da Ordem com vista a determinar se existe algum indicador de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indicador, é estimada a quantia recuperável dos respetivos ativos (ou da unidade geradora de caixa) a fim de determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

a7) Locações

A classificação das locações como financeiras ou operacionais é realizada em função da substância dos contratos. Assim, os contratos de locação são classificados como locações financeiras se através deles forem transferi-



dos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse ou, como locações operacionais, se através deles não forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse.

Os ativos fixos tangíveis adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados reconhecendo os ativos fixos tangíveis e as depreciações acumuladas correspondentes e as dívidas pendentes de liquidação de acordo com o plano financeiro contratual. Adicionalmente, os juros incluídos no valor das rendas e as depreciações dos ativos fixos tangíveis, são reconhecidos como gastos na demonstração dos resultados do período a que respeitam.

O seu desreconhecimento ocorreu, quando cessou a obrigação decorrente do contrato de leasing n.º 20006211, designadamente quando ocorreu a liquidação antecipada total, no dia 9 de outubro de 2023.

a8) Inventários

As mercadorias encontram-se mensuradas ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO, como critério de mensuração das saídas, em sistema de inventário permanente.

O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que, o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

a9) Rendimentos e gastos

O rédito é mensurado pelo justo valor da contraprestação recebida ou, a receber. O rédito proveniente da venda de bens é reconhecido quando todas as seguintes condições são satisfeitas:

- Todos os riscos e vantagens da propriedade dos bens foram transferidos para o comprador;
- A entidade não mantém qualquer controlo sobre os bens vendidos;
- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para a entidade; e
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade.

O rédito proveniente das prestações de serviços é reconhecido líquido de impostos, pelo justo valor do montante a receber.

O rédito proveniente da prestação de serviços é reconhecido com referência à fase de acabamento da transação à data de relato, desde que todas as seguintes condições sejam satisfeitas:

- O montante do rédito pode ser mensurado com fiabilidade;
- É provável que benefícios económicos futuros associados à transação fluam para Entidade;
- Os gastos suportados ou a suportar com a transação podem ser mensurados com fiabilidade; e
- A fase de acabamento da transação à data de relato pode ser valorizada com fiabilidade.

O rédito de juros é reconhecido utilizando o método do juro efetivo, desde que seja provável que benefícios económicos fluam para a Ordem e o seu montante possa ser valorizado com fiabilidade.

α10) Imposto sobre o rendimento

A OCC é uma pessoa coletiva pública de interesse privado, de tipo associativo sem fins lucrativos, que não exerce a título principal uma atividade de natureza comercial, industrial ou agrícola.

É um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

As regras de determinação da matéria coletável de IRC são as constantes dos artigos 53.º e 54.º do CIRC, sendo aplicável aos rendimentos tributáveis a taxa de 21% prevista no n.º 5 do art.º 87.º do CIRC. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no artigo 88.º do CIRC.

O tratamento contabilístico dos impostos sobre o rendimento é efetuado pelo método do imposto a pagar.

Para as finalidades deste capítulo, o termo «imposto sobre o rendimento» inclui todos os impostos baseados em lucros tributáveis incluindo as tributações autónomas, que sejam devidas em qualquer jurisdição fiscal.

Os impostos sobre o rendimento para períodos correntes e anteriores devem, na medida em que não estejam pagos, ser reconhecidos como passivos. Se a quantia já paga com respeito a períodos correntes e anteriores exceder a quantia devida para esses períodos, o excesso deve ser reconhecido como um ativo.

As quantias de impostos sobre o rendimento relacionadas com as transações correntes ou outros acontecimentos geradores de imposto no período, devem ser reconhecidas como um gasto a afetar os resultados do período.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Ordem dos anos de 2020 a 2023 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

α11) Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento e encontram-se mensurados de acordo com os seguintes critérios:

Membros e outros créditos a receber

As dívidas dos membros e outros créditos a receber estão mensuradas ao custo menos eventuais perdas de imparidade acumuladas, de forma que as mesmas reflitam o seu valor realizável líquido à data de relato.

As dívidas dos membros e de outros créditos a receber são reconhecidas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.

Fornecedores e outras dívidas a pagar

As dívidas a fornecedores e outras dívidas a pagar encontram-se mensuradas pelo método do custo.

As dívidas a fornecedores e a outros terceiros, são registadas pelo seu valor nominal dado que não vencem juros e o efeito do desconto é considerado imaterial.



Financiamentos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos pelo valor nominal recebido.

Os encargos financeiros apurados de acordo com a taxa de juro efetiva são reconhecidos na demonstração dos resultados por naturezas de acordo com o regime de acréscimo (periodização económica), sendo capitalizados quando estão diretamente relacionados com os ativos em curso.

Os empréstimos são apresentados no balanço como passivos correntes, a não ser que a Ordem tenha o direito incondicional de liquidar o passivo por mais de 12 meses após a data de relato, caso em que são apresentados no passivo não corrente do balanço.

O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contratos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Caixa e depósitos bancários

Os montantes incluídos na rubrica caixa e seus equivalentes correspondem aos valores em caixa e depósitos bancários imediatamente mobilizáveis.

Classificação de fundos patrimoniais e passivo

Os passivos financeiros e os fundos patrimoniais são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Regime do acréscimo

As transações são contabilisticamente reconhecidas quando são geradas, independentemente do momento em que são recebidas ou pagas.

As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são reconhecidas e apresentadas nas rubricas «Outros ativos correntes», «Outros passivos correntes» e «Diferimentos» do balanço.

α12) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, complementos de trabalho noturno, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, prémio de produtividade, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de natal e quaisquer outras retribuições adicionais deliberadas pontualmente pelo conselho diretivo.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que os serviços são prestados, numa base não descontada por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o respetivo pagamento.

De acordo com a legislação laboral aplicável o direito a férias e subsídio de férias, relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes, encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

α13) Partes relacionadas

De acordo com o normativo da Comissão de Normalização Contabilística (NCRF 5), uma parte está relacionada com uma entidade se:



- a) Direta ou indiretamente através de um ou mais intermediários controlar, for controlada por ou estiver sob o controlo comum da entidade, tiver interesse na entidade que lhe confira influência significativa sobre a mesma ou tiver um controlo conjunto sobre a entidade;
- b) A parte for uma associada ou um empreendimento conjunto em que a entidade seja um empreendedor;
- c) A parte for membro do pessoal-chave da gestão da entidade ou da sua empresa-mãe;
- d) A parte for membro íntimo da família de qualquer indivíduo referido em a) ou c);
- e) A parte for uma entidade sobre a qual qualquer indivíduo referido nas alíneas c) ou d) exerce controlo, controlo conjunto ou influência significativa, ou que possui, direta ou indiretamente um significativo poder de voto; ou
- f) A parte for um plano de benefícios pós-emprego para benefícios dos empregados da entidade, ou de qualquer entidade que seja uma parte relacionada dessa entidade.

Face a esta definição, a direção da OCC entende que são consideradas partes relacionadas da Ordem as pessoas que têm autoridade e responsabilidade pelo planeamento direção e controlo, direta ou indiretamente, das suas atividades, ou seja, os membros dos órgãos sociais com poder de influência sobre a gestão e com cargos de chefia, designadamente os membros do conselho diretivo cujas remunerações se encontram divulgadas na nota 12.

b) Principais pressupostos relativos ao futuro

As demonstrações financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da Ordem.

c) Principais fontes de incerteza das estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor e estimativas e utilizados diversos pressupostos que afetam as quantias relatadas de ativos e passivos, assim como as quantias relatadas de rendimentos e gastos do período.

Essas estimativas são baseadas no melhor conhecimento existente em cada momento e nas ações que se planeiam realizar, sendo periodicamente revistas com base na informação disponível. Alterações nos factos e circunstâncias podem conduzir à revisão das estimativas, pelo que os resultados reais futuros poderão diferir daquelas estimativas.

As estimativas e pressupostos significativos formulados pelo conselho diretivo na preparação destas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, os pressupostos utilizados no tratamento dos seguintes assuntos:

- Vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e ativos intangíveis: A vida útil de um ativo é o período durante o qual uma entidade espera que um ativo esteja disponível para seu uso e deve ser revista pelo menos no final de cada exercício económico. A determinação das vidas úteis dos ativos, do método de depreciação/amortização a aplicar e das perdas estimadas decorrentes da substituição de equipamentos antes do fim da sua vida útil, por motivos de obsolescência tecnológica, é essencial para determinar o montante das amortizações/depreciações a reconhecer na demonstração dos resultados de cada período;
- Provisões: O conselho diretivo analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objeto de reconhecimento ou divulgação. A subjetividade inerente à determina-



ção da probabilidade e montante de recursos internos necessários para liquidação das obrigações poderá conduzir a ajustamentos, quer por variação dos pressupostos utilizados, quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes; e

- Imparidade de contas a receber: O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, conforme relatado nas notas 3.1. a6) e a11). As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada dos riscos estimados de cobrança existentes à data do balanço, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

3.2 - Alterações de estimativas contabilísticas

Não existiram alterações de estimativas

3.3 - Correção de erros de períodos anteriores

Durante o período findo em 31 de dezembro de 2023, não foram identificados erros materiais relativos a períodos anteriores, nos termos do ponto 6.9 da NCRF-ESNL.

4 – ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E BENS DO PATRIMÓNIO HISTÓRICO E CULTURAL E ATIVOS NÃO CORRENTES DETIDOS PARA VENDA

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2023 e 2022, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, apresentam-se no seguinte quadro:

Euros						
Ativos fixos tangíveis	31/12/2023	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2022
Terrenos e recursos naturais	5 725 913					5 725 913
Edifícios e outras construções	23 289 794					23 289 794
Equipamento de transporte	288 690	27 500	-30 181			291 371
Equipamento administrativo	4 347 701	237 152	-32 534			4 143 083
Outros ativos tangíveis	258 797					258 797
Investimentos em curso	216 952	17 837				199 114
Ativo bruto	34 127 846	282 489	-62 715			33 908 072
Depreciações acumuladas	12 069 360	780 906	-60 905			11 349 359
Quantia escriturada	22 058 486	-498 417	-1 811			22 558 714
Bens do património histórico e cultural						
Bens do património histórico e cultural	92 328					92 328
"Livros – História da Contabilidade"	200 000					200 000
Quantia escriturada	292 328					292 328
Ativos não correntes detidos para venda	31/12/2023	Adições	Alienações	Ajustamento/ Abate	Transferência	31/12/2022
Imóvel – Av. Almirante Gago Coutinho, nº 121 e 121A	1 500 285	3 657				1 496 628
Subtotal	1 500 285	3 657				1 496 628
Imóvel – Edifício de Santos – Av. 24 de julho, 58						
Terreno e recursos naturais			-236 638			236 638
Edifícios e outras construções			-2 232 455			2 232 455
Depreciações acumuladas			1 167 724			-1 167 724
Subtotal			-1 301 369			1 301 369
Quantia escriturada	1 500 285	3 657	-1 301 369			2 797 998

4a) Ativos fixos tangíveis

As depreciações dos edifícios e outras construções incidem sobre o valor de aquisição, incluindo o Imposto Municipal sobre as Transmissões Onerosas de Imóveis (IMT), adicionado das despesas com a celebração da escritura e deduzidos de 25% respeitante ao valor do terreno, quando não especificado na documentação que titula a aquisição, o qual não é depreciável.

No ano de 2023 foi adquirida uma nova viatura para a frota da Ordem, no valor total de 27.500 euros e foi vendida uma viatura, que foi adquirida no ano de 2000 por um valor de 30.181 euros, já totalmente amortizado.

As aquisições de equipamento administrativo no valor de 237.152 euros, incluem a aquisição de computadores no valor de 172.963 euros, e também a aquisição de equipamento diverso e mobiliário no valor de 64.189 euros. Foi realizada a venda de equipamento administrativo do estúdio cujo valor de aquisição foi 32.534 euros, já totalmente amortizado.

Investimentos em curso

A Ordem dos Contabilistas Certificados adquiriu, em 5 de julho de 2021, o espaço da futura representação de Viana do Castelo com fundos próprios da Ordem, sem necessidade de recurso a financiamentos, estando incluído na rubrica ativos fixo tangíveis em curso dado que vão ser necessárias obras para instalação a realizar no ano de 2024.

Em 31 de dezembro de 2023, permanece em curso o montante de 199.114 euros que respeita às instalações de Viana do Castelo e o valor de 17.837 euros referente a obras nas instalações da "Quinta do Pinheiro" em Braga.

Euros						
Investimentos em curso – Ativos fixos tangíveis	valor de aquisição	Imposto do selo	IMT	Registo	Obras/ outros	Total
Instalações de Viana do Castelo – Rua António Machado Vilas Boas, 129 a 159	185 000	1 480	12 025	609		199 114
Instalações – Lugar do Pinheiro "Quinta do Pinheiro" Rua Frei José Vilaça, n.º 280					17 837	17 837
Total	185 000	1 480	12 025	609	17 837	216 952

4b) Bens do património histórico e cultural

Na rubrica bens do património histórico e cultura estão incluídos cinco livros dos projetos referentes ao desenvolvimento de dois trabalhos de investigação, intitulados "História da Contabilidade em Portugal" e "História da Profissão de Contabilista em Portugal". Os livros encontram-se disponíveis.

4c) Ativos não correntes detidos para venda

Euros						
Ativos não correntes detidos para venda	31/12/2023	Adições	Alienações	Ajustamento/Abate	Transferência	31/12/2022
Imóvel – Av. Almirante Gago Coutinho, n.º 121 e 121A*	1 500 285	3 657				1 496 628
Imóvel – Edifício de Santos – Av. 24 de julho, 58						
Terreno e recursos naturais			-236 638			236 638
Edifícios e outras construções			-2 232 455			2 232 455
Depreciações acumuladas			1 167 724			-1 167 724
Subtotal			-1 301 369			1 301 369
Total ativos não correntes detidos para venda	1 500 285	3 657	-1 301 369			2 797 998

*Anterior projeto Casa CC

Euros							
Alienações de Instalações	Valor de aquisição	Escritura	IMT	Registo	Obras	Total	
Imóvel – Edifício de Santos – Av. 24 de julho, 58							
Terreno e recursos naturais	236 638					236 638	
Edifícios e outras construções	1 832 154	9 991	35 913	2 812	351 585	2 232 455	
Quantia escriturada bruta	2 068 792	9 991	35 913	2 812	351 585	2 469 093	
Amortizações acumuladas						-1 167 724	
Quantia escriturada líquida	2 068 792	9 991	35 913	2 812	351 585	1 301 369	

Os investimentos em curso até 31/12/2019, relativos à aquisição da «Casa dos CC» na Avenida Almirante Gago Coutinho, n.ºs 121 e 121 A, em Lisboa, no valor de 1.500.285 euros, foram reclassificados no ano de 2020, passando de ativos fixos tangíveis (em curso) para a rubrica ativos não correntes detidos para venda, por se encontrarem disponíveis para venda imediata, nas condições atuais.

O conselho diretivo está empenhado na sua alienação em 2024, dado ainda não ter sido possível concretizar a venda do imóvel no ano de 2023, sendo a sua venda altamente provável no curto prazo. No dia 9 de outubro de



2023 foi efetuada a liquidação antecipada do contrato de leasing n.º 20006211, referente à aquisição do imóvel na Avenida Gago Coutinho e está previsto no Plano de Atividades e Orçamento de 2024, aprovado na assembleia representativa de 29 de dezembro de 2023, alienar este imóvel.

O imóvel, Edifício de Santos, na Avenida 24 de julho, n.º 58 com o valor de 1.301.369 euros, foi reclassificado no ano de 2022, passando de ativos fixos tangíveis para a rubrica ativos não correntes detidos para venda, por se encontrar disponível para venda imediata, nas condições atuais, tendo-se concretizado a venda do imóvel em 26 de julho de 2023, pelo valor de 5.000.000 euros.

O imóvel apresentado em Ativos não correntes detidos para venda, encontra-se mensurado ao custo histórico de aquisição, subtraído das depreciações acumuladas até ao momento da reclassificação para esta rubrica. A quantia escriturada estima-se inferior ao justo valor deduzido dos custos de venda.

5 – ATIVOS INTANGÍVEIS

Os ativos intangíveis adquiridos encontram-se reconhecidos ao custo de aquisição, deduzido das correspondentes amortizações acumuladas. Os ativos intangíveis gerados internamente cumprem as condições de reconhecimento, encontrando-se igualmente reconhecidos pelo custo histórico, que inclui os dispêndios com serviços adquiridos e a capitalização de benefícios dos colaboradores afetos aos projetos de desenvolvimento.

As amortizações foram efetuadas pelo método da linha reta, em regime de duodécimos.

Foram determinadas vidas úteis finitas, de acordo com a expectativa de geração de benefícios económicos futuros.

Descrição	31/12/2023	Adições	Transferências	31/12/2022
Programas de computador (TOConline)	426 501			426 501
Licenças Oracle	167 783			167 783
Licenças Microsoft	150 845			150 845
Programa de computador (AFE)	86 100			86 100
Licença Toad Oracle Xpert Edition W DBA Module	7 729			7 729
Plataforma Credenciação e acessos OCC	13 776			13 776
Programa Biblioteca – CATWIN + USEWIN	2 768			2 768
Outros ativos intangíveis brutos	855 503			855 503
Ativos intangíveis – Projeto – Novo WEBSITE Institucional	639 230	148 264	490 966	
Ativos intangíveis – Projeto – CCCLIX Contabilidade	235 496	85 607	149 889	
Ativos intangíveis – Projeto – CCCLIX Fiscalidade	276 452	100 495	175 957	
Ativos intangíveis-Projeto-“Desenvolvimento Informático”	697 403	603 437	93 966	
Ativos intangíveis brutos gerados internamente	1 848 581	937 803	910 778	
Ativos intangíveis em curso – Projeto – Novo WEBSITE Institucional			-490 966	490 966
Ativos intangíveis em curso – Projeto – CCCLIX	6 528	6 528	-325 846	325 846
Ativos intangíveis em curso – Projeto – Desenvolvimento Informático	136 042	136 042	-93 966	93 966
Ativos intangíveis brutos gerados internamente	142 569	142 569	-910 778	910 778
Amortizações acumuladas	1 202 525	347 868		854 657
Quantia escriturada	1 644 128	732 505		911 623

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 foi adicionado à rubrica de ativos intangíveis o valor de 937.803 euros, que inclui os valores referentes ao projeto do novo “WEBSITE Institucional” no montante de 148.264 euros, ao lançamento do novo projeto do “CCCLIX” o valor de 186.102 euros e ao novo projeto de desenvolvimento informático no valor de 603.437 euros.

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023, foi transferido o valor de 910.778 euros da rubrica de ativos intangíveis em curso para ativos intangíveis, por se considerarem estarem em funcionamento, assim foi transferido o montante de 490.966 euros referente ao novo "WEBSITE Institucional", o valor de 325.846 euros do novo projeto CCclix e também o montante de 93.966 referente ao novo projeto de desenvolvimento informático.

Os valores de investimento referentes ao desenvolvimento do novo portal institucional (Site OCC/Mobile APP) incluem a prestação de serviços e recursos humanos internos afetos ao desenvolvimento, operacionalização e exploração. Os recursos humanos internos afetos ao desenvolvimento do novo portal institucional foram reconhecidos em "trabalhos para a própria entidade".

Na rubrica ativos intangíveis em curso realça-se o lançamento do novo e inovador projeto da formação, o CCclix cujo valor de investimento inclui aquisição de serviços e recursos humanos afetos à realização dos novos cursos e tutoriais desenvolvidos especificamente para a nova plataforma. O CCclix foi lançado em setembro de 2022, no 7.º Congresso dos Contabilistas Certificados. Os recursos humanos internos afetos à realização dos novos cursos e tutoriais desenvolvidos especificamente para a nova plataforma CCclix foram reconhecidos em "trabalhos para a própria entidade".

O Projeto de Desenvolvimento Informático, apresenta um investimento de recursos humanos afetos, que foram reconhecidos em "trabalhos para a própria entidade", e pretende reestruturar as plataformas de base informática atuais de ligação com os membros e operacionalização dos serviços que a Ordem presta aos membros aumentando a capacidade de resposta, introduzindo novas ferramentas numa linguagem atual e melhorando eficiências.

Para cada um destes intangíveis em curso estão assegurados os recursos e a viabilidade técnica para os concluir, ficando plenamente disponíveis para uso pelos membros. A geração de benefícios económicos futuros está assegurada através da utilidade para os Contabilistas Certificados e, conseqüente utilização pelos mesmos.

6 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de «financiamentos obtidos» apresentava a seguinte decomposição:

Instituições de crédito e sociedades financeiras	31/12/2023			31/12/2022		
	Corrente	Não corrente	Total	Corrente	Não corrente	Total
Empréstimos bancários						
Banco, BPI, S.A.	165 990	1 595 954	1 761 944	365 990	1 761 944	2 127 933
Banco, BPI, S.A. (JESSICA)	200 000	1 800 000	2 000 000		2 000 000	2 000 000
Subtotal	365 990	3 395 954	3 761 944	365 990	3 761 944	4 127 933
Passivo não corrente detido para venda				379 197		379 197
Subtotal				379 197		379 197
Total	365 990	3 395 954	3 761 944	745 186	3 761 944	4 507 130

As locações financeiras respeitam aos seguintes imóveis cuja quantia escriturada líquida, à data do balanço, para cada categoria de ativo, apresenta-se no quadro seguinte:

Ativo não corrente detidos para venda	Quantia escriturada
Imóvel – Av. Almirante Gago Coutinho, 121 e 121A	1 500 285



No quadro seguinte apresenta-se o total dos futuros pagamentos mínimos da locação, referente ao imóvel da Avenida Almirante Gago Coutinho à data do balanço e o seu valor presente:

O seu desreconhecimento ocorreu, quando cessou a obrigação decorrente do contrato, devido à liquidação antecipada do contrato n.º 20006211, no dia 9 de outubro de 2023.

Euros

Financiamentos obtidos – Passivos Não correntes Locações Financeiras	Contrato n.º 20006211 – BPI	
	2023	2022
1 a 2 anos		35 288
2 a 3 anos		36 697
3 a 4 anos		38 163
4 a 5 anos		39 687
Mais de 5 anos		229 361
Total		379 197

Em 31 de dezembro de 2023, não existem responsabilidades refletidas no balanço da Ordem relativas a locações financeiras.

As obrigações financeiras por locações são garantidas pela reserva de propriedade dos bens locados. Os gastos de financiamento em 2023 e 2022 foram os que abaixo se apresentam:

Euros

Gastos de financiamento	2023	2022
Juros de financiamentos obtidos	128 377	57 908
Juros de contratos de locação financeira	3 136	6 917
Total	131 513	64 824

7 – INVENTÁRIOS

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os inventários da Ordem são os seguintes:

Euros

	31/12/2023			31/12/2022		
	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida	Quantia Bruta	Perdas por imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	26 913		26 913	28 054		28 054
Total	26 913		26 913	28 054		28 054

Os inventários existentes em 31 de dezembro de 2023 são mercadorias referentes a material merchandising, nomeadamente auriculares, lenços, gravatas, garrafas, sacos, lápis e canetas da Ordem dos Contabilistas Certificados.

As quantias de inventários reconhecidas como gasto durante os períodos findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, detalham-se no quadro seguinte:

Euros

Mercadorias	31/12/2023	31/12/2022
Saldo inicial	28 054	
Compras	2 374	33 879
Regularizações	609	
Saldo final	26 913	28 054
Gastos no período	4 123	5 826

8 – RÉDITO E OUTROS RENDIMENTOS

A quantia de cada categoria significativa de rédito e outros rendimentos reconhecida durante os períodos de 2023 e 2022, apresentam-se no quadro seguinte:

Rubricas	2023	2022	Variação 2022/2023
Euros			
VENDAS			
Mercadorias	11 078	15 445	-4 367
Sub-total	11 078	15 445	-4 367
PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS			
Quotização			
Membros efectivos	11 747 957	9 482 760	2 265 197
Membros suspensos	207 953	169 764	38 189
Jóias	68 700	98 500	-29 800
Inscrições ações de formação:			
Formação eventual	1 194 125	824 250	369 875
Formação (segmentada, permanente, à distância, TOConline e recorrente)	128 051	1 504 591	-1 376 540
Congressos	27 840	138 885	-111 045
Taxas			
Exame para admissão a CC	381 600	585 100	-203 500
Registo de Diretor Técnico	41 600	50 000	-8 400
Inscrições-Reg.atribuição créditos	8 537	11 626	-3 089
Análise de Experiência Profissional	16 400	18 900	-2 500
Outras (tx reincrção, cédulas, jóias soc. Profissionais)	14 920	11 865	3 055
Emolumentos			
Vinhetas	33 635	39 113	-5 478
Outros	10 412	3 345	7 067
Serviços Secundários			
<i>Serviços de informática aos membros TOConline</i>	7 834 963	5 913 843	1 921 120
Cedência de espaço instalações e serv. Complementares	46 005	26 710	19 295
Eventos			
Festa de Natal	15 419	22 703	-7 284
Encontro Nacional dos CC	21 715	14 606	7 109
Inscrição refeições – Congressos	5 383	35 805	-30 422
I Encontro Insular – Madeira		1 549	-1 549
Outros Serviços (serviços de tradução CILEA, Projeto AFAP)	18 375	31 387	-13 012
Subtotal	21 823 588	18 985 301	2 838 287
Subtotal – Vendas e Prestações de Serviços	21 834 666	19 000 746	2 833 920
SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO			
Subsídios de entidades públicas-Apoio Covid 19		482	-482
Sub-total – Subsídios, doações e legados à exploração		482	-482
OUTROS RENDIMENTOS			
Multas	79 002	81 184	-2 182
Rendas – Edifício 24 de Julho	97 108	168 020	-70 912
Mais Valia 24 de Julho	3 698 631		3 698 631
Outros (alienação ativos, sinistro, correcções relativas a exer.anteriores, dif. câmbio favoráveis, dif. Arredondamento)	47 092	44 210	2 882
Subtotal – Outros rendimentos	3 921 833	293 414	3 628 419
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS			
Juros credores de depósitos bancários	59 898	51	59 848
Subtotal – Juros e rendimentos similares obtidos	59 898	51	59 848
TOTAL	25 816 397	19 294 693	6 521 705

A análise detalhada das rubricas referentes ao rédito e outros rendimentos encontra-se no Relatório de Gestão no ponto referente à análise da situação económica e financeira.



9 – IMPOSTOS SOBRE O RENDIMENTO

A reconciliação do resultado antes de imposto para o imposto dos períodos de 2023 e 2022 é a seguinte:

Descrição	Euros	
	31/12/2023	31/12/2022
Resultado antes de impostos	4 249 249	-1 153 995
Matéria colectável da atividade tributada		
Taxa de imposto	21,0%	21,0%
Imposto esperado		
Base fiscal de tributação autónoma	11 805	19 310
Tributações autónomas	2 139	3 666
Taxa efectiva de imposto	0,1%	-0,3%
Resultado líquido do período	4 247 109	-1 157 661

A OCC é um sujeito passivo de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) nos termos do n.º 1 do art.º 2.º do Código do IRC (CIRC), sendo a base deste imposto o rendimento global, correspondente à soma algébrica dos rendimentos das diversas categorias consideradas para efeitos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), nos termos do disposto na alínea b) do n.º 1 do artigo 3.º do CIRC.

Nos termos do artigo 53.º do CIRC, rendimento global é formado pela soma algébrica dos rendimentos líquidos, das várias categorias determinadas nos termos do IRS, aplicando-se à determinação do lucro tributável as disposições do CIRC.

Ao rendimento global são dedutíveis, até à respetiva concorrência, os gastos comprovadamente relacionados com as respetivas atividades.

O artigo 54.º do CIRC dispõe que, os gastos comprovadamente indispensáveis à obtenção dos rendimentos que não tenham sido considerados na determinação do rendimento global e que não estejam especificamente ligados à obtenção dos rendimentos não sujeitos ou isentos a IRC são deduzidos, no todo ou em parte, a esse rendimento global, para efeitos de determinação da matéria coletável, de acordo com as seguintes regras:

- a) Se estiverem apenas ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, são deduzidos na totalidade ao rendimento global;
- b) Se estiverem ligados à obtenção de rendimentos sujeitos e não isentos, bem como à de rendimentos não sujeitos ou isentos, deduz-se ao rendimento global a parte dos gastos comuns que for imputável aos rendimentos sujeitos e não isentos. A parte dos gastos comuns a imputar é determinada através da repartição proporcional daqueles ao total dos rendimentos brutos sujeitos e não isentos e dos rendimentos não sujeitos ou isentos. Os gastos comuns são dedutíveis até à concorrência do rendimento global.

Assim, são rendimentos não sujeitos a IRC as quotas e joias pagas pelos membros em conformidade com os estatutos, as quais, em 2023, ascenderam a 12.067.144 euros. Em 2022 ascenderam a 10.192.127 euros. Estes valores incluem as reversões de perda por imparidade de quotas dos membros.

Também de acordo com o artigo 55.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF) são isentos de IRC os rendimentos da OCC derivados de ações de formação prestadas aos membros no âmbito dos seus fins estatutários, bem como os rendimentos prediais, designadamente, relacionados com as rendas recebidas do edifício sito na Avenida 24 de Julho, em Lisboa e o respetivo ganho associado à venda deste imóvel. Em 2023, os rendimentos isentos de tributação atingiram o valor de 5.312.049 euros (em 2022, 2.653.551 euros).

Os rendimentos sujeitos e não isentos a IRC como valor de 9.350.832 euros (em 2022, 7.201.646 euros) incluem juros de depósitos à ordem, venda de brochuras e livros, licenças TOConline, cedência de espaço dos auditórios e serviços complementares associados, publicidade e todos os outros rendimentos que não são rendimentos isentos ou não sujeitos a tributação de IRC.

Detalhe do resultado para efeitos de cálculo do IRC de 2023

Descrição	Não sujeitos (1)	%	Sujeitos				Total 31/12/2023 (4) = (1)+(2)+(3)	%
			Isentos (2)	%	Não isentos (3)	%		
Gastos específicos	-5 051 519		-3 610 214		-7 231 818		-15 893 551	
Gastos comuns	-2 994 103		-1 318 027		-2 334 993		-6 647 124	
Resultado do período antes imposto	4 021 521		383 808		-156 081		4 249 249	

Detalhe do resultado para efeitos de cálculo do IRC de 2022

Descrição	Não sujeitos (1)	%	Sujeitos				Total 31/12/2022 (4) = (1)+(2)+(3)	%
			Isentos (2)	%	Não isentos (3)	%		
Gastos específicos	-4 413 293		-3 764 788		-6 424 339		-14 602 420	
Gastos comuns	-3 354 903		-873 459		-2 370 538		-6 598 899	
Resultado do período antes imposto	2 423 932		-1 984 696		-1 593 231		-1 153 995	

Cálculo dos Gastos Comuns 2023:

$$\frac{C}{C+D+E} * B$$

		B - Gastos comuns		
C - Montante dos rendimentos brutos sujeitos não isentos	9 410 731		2 334 993	35,9%
D - Valor dos rendimentos brutos isentos	5 312 049		1 318 027	13,2%
E - Valor dos rendimentos brutos não sujeitos	12 067 144		2 994 103	50,8%
Total de Rendimentos	26 789 924	Total Gastos Comuns	6 647 124	100,0%

A atividade sujeita e não isenta de IRC apresenta em 2023 um resultado negativo de 156.081 euros (em 2022, negativo em 1.593.231 euros), resultante da imputação dos gastos específicos e dos gastos comuns de acordo com o n.º 2 do artigo 54.º do Código do IRC, resultando a não existência de imposto a pagar, com exceção da tributação autónoma.

Em 2023, a tributação autónoma apurada nos termos previstos no artigo n.º 88 do código do IRC, relativamente aos gastos, de despesas de representação e deslocações em viatura própria, da atividade sujeita é de 2.139 euros.

10 – INSTRUMENTOS FINANCEIROS

10.1 – Outros créditos e ativos não correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de outros créditos e ativos não correntes e outras dívidas a pagar apresentavam a seguinte decomposição:



Euros

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos não correntes						
Outros créditos e ativos não correntes	30 625		30 625	27 432		27 432
Total do ativo	30 625		30 625	27 432		27 432

Na rubrica outros créditos e ativos não correntes são reconhecidas as entregas efetuadas pela Ordem ao Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto.

10.2 – Membros, créditos a receber, fornecedores e outros ativos e passivos correntes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de membros, créditos a receber, fornecedores e outros ativos e passivos correntes apresentavam a seguinte decomposição:

Euros

Descrição	31/12/2023			31/12/2022		
	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total	Ativos/Passivos financeiros mensurados ao custo	Perdas por imparidade acumuladas	Total
Ativos correntes						
Membros	2 162 572	181 872	1 980 699	1 944 085	170 856	1 773 229
Créditos a receber	18 382		18 382	6 903		6 903
Outros ativos correntes	290 397		290 397	295 611		295 611
Total do ativo	2 471 350	181 872	2 289 478	2 246 599	170 856	2 075 743
Passivos correntes						
Fornecedores	585 361		585 361	1 845 104		1 845 104
Outros passivos correntes	1 886 634		1 886 634	1 563 300		1 563 300
Total do passivo	2 471 995		2 471 995	3 408 403		3 408 403

No passivo corrente, mantém-se o valor retido a fornecedores de investimentos, em outros passivos correntes, a título de garantias das obras efetuadas no Edifício da representação do Porto e no Auditório de Lisboa, cujo prazo estima-se que termine em 2024.

10.3 - Reconhecimento das perdas por imparidade dos créditos a receber

Em 2023, tendo em consideração a evolução da dívida, a OCC reviu a estimativa de imparidade das quotas dos membros, relativos aos processos de quotas em remessa para AT, tendo como base a análise do ano de 2022 e a diminuição do risco de não cobrança das quotas, com base no histórico dos recebimentos do ano de 2019 a 2023. Assim, manteve-se o critério das imparidades adotado, que é o seguinte:

- Processos de quotas em remessa para a AT: 10%
- Processos de quotas em cobrança AT: 15%
- Pagamentos faseados: 10%

Euros

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Critério	Dívida total dos membros em 31/12/2023	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívida líquida dos membros em 31/12/2023
até 6 meses		762 935		762 935
Processos tratamento remessa AT	10%	535 878	53 588	482 290
AT	15%	838 170	125 726	712 445
Pagamentos faseados	10%	25 589	2 559	23 030
Total		2 162 572	181 872	1 980 699



Euros

Imparidades acumuladas de acordo com a antiguidade dos valores em dívida	Critério	Dívida total dos membros em 31/12/2022	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos membros	Dívida líquida dos membros em 31/12/2022
até 6 meses		660 247		660 247
Processos tratamento remessa AT	10%	379 074	37 907	341 167
AT	15%	849 438	127 416	722 022
Pagamentos faseados	10%	55 326	5 533	49 793
Total		1 944 085	170 856	1 773 229

As dívidas dos membros referentes a quotas, aumentaram em 218.487 euros (+11,2%), passaram de 1.944.085 euros em 31 de dezembro de 2022, para 2.162.572 euros em 31 de dezembro de 2023.

O abrandamento dos recebimentos das quotas no período de 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2023 reflete o aumento da dívida de quotas com menos de 6 meses no valor de 102.688 euros.

A dívida com mais de 6 meses também regista em 31 de dezembro de 2023 um acréscimo significativo, em relação a 31 de dezembro de 2022, de mais 156.804 euros, apresentando um valor de 535.878 euros. O valor das dívidas dos membros, líquido de imparidades, em 31 de dezembro de 2023, apresenta um montante de 1.980.699 euros, superior ao valor de 31 de dezembro de 2022 em 207.470 euros.

O movimento líquido reconhecido no período de 2023 e 2022 referente às perdas por imparidade e reversões de perdas por imparidade em créditos a receber é apresentado no quadro seguinte:

Euros

Dívidas a receber	Perdas por imparidade do período 2023	Reversões de perdas por imparidade 2023	Total
Membros	53 552	42 535	11 016
Total	53 552	42 535	11 016

Euros

Dívidas a receber	Perdas por imparidade do período 2022	Reversões de perdas por imparidade 2022	Total
Membros	73 351	441 103	-367 753
Total	73 351	441 103	-367 753

De seguida apresenta-se o movimento ocorrido nos períodos de 2023 e 2022 nas perdas por imparidade acumuladas referentes a créditos a receber de quotas dos membros.

Euros

Perdas por imparidade acumuladas	2023	2022
Perdas por imparidade acumuladas início período (1)	170 856	538 608
Reversões		
Por alteração de critérios de imparidade		-306 518
Por pagamento de dívida	-15 567	-89 030
Por revisão de estimativa membros pagamentos faseados	-4 605	-1 952
Por revisão de estimativa membros com pagamentos AT	-22 363	-7 241
Considerando intervalo de períodos de antiguidade		-36 361
Total reversões (2)	-42 535	-441 103
Reforço das imparidades (3)	53 552	73 351
Perdas por imparidade acumuladas fim do período (4) = (1) + (2) + (3)	181 872	170 856

De seguida apresenta-se o movimento ocorrido nos períodos de 2023 e 2022 nas perdas por imparidade acumuladas referentes a multas dos membros.

Euros

Perdas por imparidade acumuladas - multas dos membros	Dívidas dos Membros em 31/12/2023	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos Membros	Dívidas dos Membros em 31/12/2022	Perdas por imparidade acumuladas das dívidas dos Membros
Multas dos membros	1 689	2 176	1 689	2 176
Total	1 689	2 176	1 689	2 176



10.4 - Caixa e depósitos bancários

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a rubrica de «Caixa» e «Depósitos bancários» apresentava a seguinte decomposição:

Euros		
Caixa e depósitos bancários	31/12/2023	31/12/2022
Caixa	11 207	8 591
Depósitos à ordem	490 104	732 765
Outros depósitos bancários	4 500 000	250 000
Total	5 001 311	991 356

11 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os gastos incorridos com fornecimentos e serviços externos nos períodos de 2023 e de 2022 foram os seguintes:

Euros				
Fornecimentos e serviços externos	2023	2022	Variação 2022/2023	
621 Subcontratos	3 657 756	4 139 232	-481 476	-11,6%
6211 Vinhetas	711	1 456	-745	-51,2%
6212 Bases de dados - SICC	70 689	70 689		
6213 TOConline	3 181 573	3 604 700	-423 126	-11,7%
6214 Serviços de Impressão - revistas	129 638	118 464	11 174	9,4%
6215 Serviços de Hosting - Claranet	142 185	142 164	21	
6217 Serviços de Hosting - MEO	132 960	201 759	-68 799	-34,1%
622 Serviços especializados	5 207 444	4 398 641	808 803	18,4%
6221 Trabalhos especializados	3 196 960	2 503 250	693 710	27,7%
6222 Publicidade e propaganda	20 367	72 776	-52 409	-72,0%
6223 Vigilância e segurança	279 837	199 203	80 634	40,5%
6224 Honorários	1 233 051	987 624	245 427	24,9%
6226 Conservação e reparação	93 582	209 773	-116 191	-55,4%
6227 Serviços bancários	264 753	246 678	18 076	7,3%
6228 Outros	118 895	179 338	-60 443	-33,7%
623 Materiais	413 085	551 871	-138 786	-25,1%
6231 Ferramentas e utensílios	6 317	4 851	1 466	30,2%
6232 Livros e documentação técnica	232	6 327	-6 095	-96,3%
6233 Material de escritório	28 547	31 397	-2 850	-9,1%
6234 Artigos para oferta	371 441	507 808	-136 367	-26,9%
6238 Outros materiais	6 548	1 487	5 061	340,3%
624 Energia e fluídos	317 434	300 594	16 840	5,6%
6241 Electricidade	280 773	261 390	19 383	7,4%
6242/8 Combustíveis	17 709	20 710	-3 002	-14,5%
6243 Água	18 952	18 494	459	2,5%
625 Deslocações e estadas	366 577	382 401	-15 824	-4,1%
625101 Refeições	66 835	65 149	1 686	2,6%
625102 Deslocações	162 631	169 549	-6 917	-4,1%
625103 Estadas	137 111	147 703	-10 593	-7,2%
626 Serviços diversos	4 005 348	4 293 200	-287 852	-6,7%
6261 Rendas e alugueres	306 812	1 178 506	-871 694	-74,0%
6262 Comunicação	747 977	583 038	164 939	28,3%
6263 Seguros	2 723 373	2 296 328	427 045	18,6%
6265 Contencioso e notariado	14 363	22 968	-8 605	-37,5%
6266 Despesas de representação	17 740	24 796	-7 056	-28,5%
6267 Limpeza, higiene e conforto	195 069	187 564	7 505	4,0%
6268 Outros serviços	15	1	14	1781,5%
Totais	13 967 645	14 065 938	-98 294	-0,7%

Os gastos com subcontratos no valor de 3.657.756 euros, que apresentam uma diminuição significativa face a 2022 no valor de 481.476 euros (-11,6%), incluem o desenvolvimento do SICC (Sistema de Informação do Contabilista Certificado), os serviços de desenvolvimento e atualização das ferramentas informáticas disponibilizadas aos membros, os módulos do TOConline, a produção de vinhetas e os serviços de impressão da revista.

De referir que, 87% dos gastos com subcontratos dizem respeito aos serviços de informática TOConline (incluem os serviços de *hosting*).

Os serviços de desenvolvimento e atualização das ferramentas disponibilizadas aos membros, apresentam uma redução no valor de 423.126 euros, devido sobretudo ao facto de estes serviços serem gerados internamente, sem recurso a entidade externa.

Subcontratos		2023		2022		Variação 2022/2023	
TOConline		3 456 718	94,5%	3 948 622	95,4%	-491 905	-12,5%
6213 TOConline		3 181 573	87,0%	3 604 700	87,1%	-423 126	-11,7%
6215 Serviços de Hosting - Claranet		142 185	3,9%	142 164	3,4%	21	
6217 Serviços de Hosting - MEO		132 960	3,6%	201 759	4,9%	-68 799	-34,1%
Outros		201 038	5,5%	190 609	4,6%	10 429	5,5%
6211 Vinhetas		711		1 456		-745	-51,2%
6212 Bases de dados - SICC		70 689	1,9%	70 689	1,7%		
6214 Serviços de Impressão - revistas		129 638	3,5%	118 464	2,9%	11 174	9,4%
Totais		3 657 756	100,0%	4 139 232	100,0%	-481 476	-11,6%

Em 2023, os serviços especializados no montante de 5.207.444 euros representam 23,1% dos gastos totais da OCC, sendo os gastos de trabalhos especializados e os gastos de honorários, inseridos nesta rubrica de serviços especializados, os gastos com maior peso em valor.

Os gastos referentes a trabalhos especializados representam 13,4% dos gastos totais e os gastos de honorários tem um peso de 5,5% no valor dos gastos totais.

Trabalhos especializados	2023		2022		Variação 2022/2023	
622101 Serviços de Auditoria	8 856	0,3%	9 840	0,4%	-984	-10,0%
622102 Serviços de Advocacia	170 905	5,3%	33 695	1,3%	137 210	407,2%
622103 Formadores	560 548	17,5%	508 892	20,3%	51 657	10,2%
622104 Consultores Externos	127 941	4,0%	64 611	2,6%	63 329	98,0%
622105 Serviços de handling	141 167	4,4%	84 133	3,4%	57 033	67,8%
622106 Solicitadores	375	0,0%	677	0,0%	-302	-44,5%
622107 Suporte Arquivo Electrónico	9 845	0,3%	10 856	0,4%	-1 011	-9,3%
622108 Envelopagem Revistas	9 349	0,3%	4 354	0,2%	4 995	114,7%
622109 Serviços de Restauração	208 667	6,5%	185 715	7,4%	22 953	12,4%
622109 Serviços de Restauração - 7.º Congresso CC			299 491	12,0%	-299 491	-100,0%
622109 Serviços de Restauração - Formação	500 615	15,7%	225 352	9,0%	275 263	122,1%
622110 Brochuras - Formação	179 829	5,6%	43 149	1,7%	136 681	316,8%
622111 Comissões/Grupos de Trabalho	14 472	0,5%	17 912	0,7%	-3 440	-19,2%
622112 Serviço Hospedeiras	23 030	0,7%	10 349	0,4%	12 682	122,5%
622113 Elaboração de Manuais de Formação	35 373	1,1%	13 213	0,5%	22 159	167,7%
622114 Revista IDEF	15 248	0,5%	15 248	0,6%		
622115 Serviços de informática	344 973	10,8%	89 032	3,6%	255 941	287,5%
622116 Serviços comunicação e imagem	72 629	2,3%	93 222	3,7%	-20 594	-22,1%
622117 Manuais Técnicos	259 073	8,1%	7 505	0,3%	251 568	3352,1%
622119 Anuário Financeiro	27 919	0,9%	27 114	1,1%	805	3,0%
622119 7.º Congresso CC			207 441	8,3%	-207 441	-100,0%
622119 Dia do Contabilista	11 656	0,4%	65 925	2,6%	-54 269	-82,3%
622119 Encontro Nacional CC	61 711	1,9%	47 803	1,9%	13 909	29,1%
622119 Conferências e eventos	21 091	0,7%	19 794	0,8%	1 297	6,6%
622119 Outros gastos com formação	63 746	2,0%	13 433	0,5%	50 313	374,6%
622119 Festa de Natal	85 799	2,7%	126 559	5,1%	-40 759	-32,2%
622119 25 Anos Profissão			2 629	0,1%	-2 629	-100,0%
622119 Agendas e Calendários	9 697	0,3%	1 591	0,1%	8 106	509,4%
622119 Medalhas Comemorativas 25 anos OCC	758	0,0%	3 994	0,2%	-3 236	-81,0%
622119 Outros trabalhos especializados	52 915	1,7%	58 494	2,3%	-5 580	-9,5%
622120 Cédulas Profissionais	30 839	1,0%	356	0,0%	30 483	8564,3%
622121 Mailing	558	0,0%	965	0,0%	-407	-42,2%
622121 Avaliação de edifícios e viabilidade urbanística	26 224	0,8%	76 524	3,1%	-50 300	
622122 Datacenter + Licenciamento + Videoconferência	121 153	3,8%	133 385	5,3%	-12 232	-9,2%
Totais	3 196 960	100,0%	2 503 250	100,0%	693 710	27,7%



Os gastos com serviços especializados aumentaram 808.803 euros (+18,4%) face ao ano de 2022.

Os gastos referentes a trabalhos especializados, inseridos na rubrica serviços especializados, são aqueles que apresentam um maior aumento em comparação com o ano de 2022, no montante de 693.710 euros (+27,7%), devido sobretudo ao aumento do volume de formação profissional, e também os gastos com honorários, inseridos na rubrica gastos com serviços especializados, apresentam um aumento em relação ao ano de 2022, no valor de 245.427 euros (+24,9%). Apresentamos no quadro seguinte, o detalhe dos gastos com honorários:

Honorários	2023		2022		Variação 2022/2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
622401 Formadores	815 181	66,1%	534 129	54,1%	281 052	52,6%
622402 Consultoria Técnica	159 192	12,9%	163 906	16,6%	-4 713	-2,9%
622404 Elaboração manuais formação	64 057	5,2%	48 737	4,9%	15 319	31,4%
622406 Comissões/Grupos de Trabalho	56 943	4,6%	113 924	11,5%	-56 980	-50,0%
622407 Pareceres Jurídicos			1 230	0,1%	-1 230	-100,0%
622408 Apoio Administrativo	4 430	0,4%	5 447	0,6%	-1 017	-18,7%
622409 Revista Contabilidade e Gestão	25 248	2,0%	14 115	1,4%	11 133	78,9%
622411 Solicitadores	2 117	0,2%	4 932	0,5%	-2 815	-57,1%
622412 Comunicação e Imagem			5 557	0,6%	-5 557	-100,0%
622413 Assessoria Jurídica	66 420	5,4%	66 113	6,7%	308	0,5%
622410 Outros (valor individual < 3 000 euros)	39 463	3,2%	29 536	3,0%	9 927	33,6%
Totais	1 233 051	100,0%	987 624	100,0%	245 427	24,9%

A rubrica artigos para oferta apresenta no ano de 2023 o valor de 371.441 euros e uma diminuição face ao ano de 2022 de 136.367 euros (-26,9%).

As rendas e alugueres apresentam em 2023 uma diminuição de 871.694 euros (-74,0%) de gastos face a 2022, relacionada, essencialmente, com o aluguer de espaços e equipamentos para a realização do 7.º Congresso.

Rendas e alugueres	2023		2022		Variação 2022/2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
62611 Instalações	38 866	12,7%	38 268	3,2%	598	1,6%
62612 Espaços	222 750	72,6%	501 038	42,5%	-278 288	-55,5%
62613 Equipamentos	45 196	14,7%	636 669	54,0%	-591 473	-92,9%
62614 Viaturas			2 530	0,2%	-2 530	-100,0%
Totais	306 812	100,0%	1 178 506	100,0%	-871 694	-74,0%

As representações de Évora, Guarda, Bragança, Portalegre, Beja e Ponta Delgada, nos Açores, estão localizadas em edifícios alheios. O gasto com rendas e aluguer de equipamentos relacionados com o funcionamento das representações iniciadas, em 2023, foi de 38.866 euros.

Os gastos com comunicação no valor de 747.977 euros, apresentam um aumento de 28,3% (+164.939 euros) face a 2022. Este aumento deve-se ao envio das agendas e calendários de 2023 e 2024 com um valor de 208.142 euros, que ocorreu em 2023.

Comunicação	2023		2022		Variação 2022/2023	
	Valor	%	Valor	%	Valor	%
62621 Correio Normal	247 219	33,1%	246 180	42,2%	1 039	0,4%
62622 Correio Editorial	291 557	39,0%	139 449	23,9%	152 108	109,1%
62624/5/6 Telefones, internet e televisão	209 201	28,0%	197 409	33,9%	11 792	6,0%
Totais	747 977	100,0%	583 038	100,0%	164 939	28,3%

Os gastos com os seguros no valor de 2.723.373 euros, apresentam um aumento em relação a 2022 de 427.045 euros (+18,6%).

O valor base do prémio anual da apólice do seguro de responsabilidade civil para o período de 1 de abril de 2021 a 31 de março 2022, foi 598.680 euros, e para o período de 1 de abril de 2022 a 31 de março 2023, o valor base do prémio anual da apólice do seguro de responsabilidade civil passou para 730.000 euros. No período de

1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024, manteve-se o prémio no valor de 730.000 euros. O aumento de 32.830 euros (+4,7%) euros reflete o efeito da alteração do valor da anuidade de 2021/2022.

O seguro de saúde do CC tem um peso considerável de 71,8% do total dos gastos de seguros em 2023 e apresenta o valor de 1.956.018 euros, com uma variação em relação a 2022 de mais 392.563 euros (+25,1%). Salientamos que a apólice anual do seguro de saúde dos membros para o período de 1 de abril de 2022 a 31 de março de 2023 registou um aumento significativo no valor do prémio anual, tendo este passado do valor de 1.214.165 euros para 1.682.121 euros. Para o período de 1 de abril de 2023 a 31 de março de 2024 a apólice anual do seguro de saúde registou um novo aumento, tendo passado para o valor de 2.044.509 euros. Estes sucessivos aumentos do valor da apólice anual do seguro de saúde dos membros estão diretamente relacionados com o aumento do uso do seguro, que eleva a sinistralidade.

Euros

Seguros	2023		2022		Variação 2022/2023	
62631 Multi-riscos	20 921	0,8%	19 002	0,8%	1 918	10,1%
62632 Viaturas	4 419	0,2%	4 715	0,2%	-297	-6,3%
62633 Ramos transporte de mercadorias	187		238		-51	-21,6%
62634 Responsabilidade Civil CC	730 000	26,8%	697 170	30,4%	32 830	4,7%
62635 Acidentes Pessoais	5 829	0,2%	3 933	0,2%	1 897	48,2%
62636 Saúde do CC	1 956 018	71,8%	1 563 455	68,1%	392 563	25,1%
62637 Responsabilidade Civil Profissional	6 000	0,2%	7 815	0,3%	-1 815	-23,2%
Totais	2 723 373	100,0%	2 296 328	100,0%	427 045	18,6%

12 – GASTOS COM O PESSOAL

Os gastos com o pessoal incorridos nos períodos de 2023 e 2022 foram os seguintes:

Euros

Gastos com o pessoal	2023	2022	Variação 2022/2023	
Remunerações dos órgãos da OCC	614 490	709 801	-95 311	-13,4%
Encargos sobre remunerações dos órgãos da OCC	138 102	166 122	-28 020	-16,9%
Seguro acidentes de trabalho dos órgãos da OCC	2 707	3 204	-496	-15,5%
Seguro de saúde dos órgãos da OCC	9 758	8 847	911	10,3%
Total gastos órgãos sociais	765 057	887 973	-122 916	-13,8%
Remunerações do pessoal	4 799 276	3 656 220	1 143 056	31,3%
Encargos sobre remunerações do pessoal	1 058 233	793 734	264 499	33,3%
Seguro acidentes de trabalho do pessoal	19 827	20 203	-376	-1,9%
Seguro de saúde do pessoal	94 249	75 924	18 326	24,1%
Outros gastos de ação social	4 339	41 406	-37 067	-89,5%
Outros gastos com o pessoal	52 237	37 594	14 643	38,9%
Total gastos com colaboradores	6 028 161	4 625 081	1 403 080	30,3%
Total	6 793 218	5 513 054	1 280 164	23,2%

Os encargos sobre remunerações tanto dos órgãos sociais, como de colaboradores da OCC, incluem encargos em regime de acumulação por honorários no âmbito de formação ou de outros serviços, como seja a vigilância de exames.

A Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais da OCC eleita pela Assembleia Representativa no dia 5 de março de 2022, conforme disposto na alínea g) do art.º 40.º do Estatuto da OCC (EOCC), no dia 7 de novembro 2022 deliberou a definição, numa base fundamentada e estruturada²³. As remunerações dos Órgãos Sociais são processadas com base no estipulado pela referida Comissão.

As remunerações e demais encargos suportados com os órgãos da Ordem no período de 2023 foram os seguintes:



Euros

Membros dos órgãos sociais	Vencimento/senhas presença	Remunerações			Seguros			Releições	Deslocações	Estatas	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional				
Bastonária	84 000	7 000	7 000	21 854	431	651	571	1 600		444	123 550
Paula Franco (Lisboa)	84 000	7 000	7 000	21 854	431	651	571	1 600		444	123 550
Conselho diretivo	249 579	21 761	20 798	62 178	1 468	3 903	3 429	7 291	20 571	18 983	409 960
Jorge Barbosa (Braga)	55 200	4 600	4 600	14 361	283	651	571	1 996	6 955	5 879	95 097
Cristina Pena Silva (Lisboa)	46 200	3 850	3 850	12 025	237	651	571	680		122	68 186
Manuel Teixeira (Coimbra)	46 200	3 850	3 850	8 840	237	651	571	1 814	4 478	4 449	74 938
Helena Costa (Braga)	9 579	1 761	798	2 912	237	651	571				16 509
Álvaro Costa (Coimbra)	46 200	3 850	3 850	12 020	237	651	571	1 436	3 871	4 214	76 899
Pedro Ferreira (Vila Real)	46 200	3 850	3 850	12 020	237	651	571	1 366	5 267	4 319	78 330
Conselho fiscal	47 321			9 617	243	1 952	500	1 106	5 367	2 078	68 183
Raquel Pinto (Porto)	13 200			2 690	75	651	167	524	2 271	1 133	20 710
Sérgio Pontes (Lisboa)	20 762			4 215	100	651	167	265	216	122	26 497
José Pereira (Lisboa)	12 794			2 597	68	651	167	280	2 577	823	19 956
Mário Guimarães (Braga)	565			116				37	302		1 020
Conselho jurisdicional	117 385	9 200	9 200	27 581	566	3 253	833	2 848	12 496	5 067	188 430
Eugénio Faca (Lisboa)	36 000	3 000	3 000	8 526	185	651	167	482	229	122	52 361
Rita Cordeiro (Setúbal)	21 985	1 550	1 550	5 092	95	651	167	79	321	122	31 612
Mário Cabêda (Porto)	22 200	1 550	1 550	5 136	95	651	167	1 211	5 218	2 717	40 495
M. Clara Oliveira (C.Rainha)	18 600	1 550	1 550	4 405	95	651	167	443	1 741	188	29 390
Luis Caetano (Viseu)	18 600	1 550	1 550	4 422	95	651	167	632	4 987	1 918	34 572
Assembleia Representativa	41 565			8 506			667	4 011	12 671	8 639	76 058
Mesa	5 965			1 214			667	455	1 200	627	10 127
Pres. - Carlos Alexandre	2 810			570			167	96	89	122	3 855
V.pres. - Aníbal Sousa							167	153	648	296	1 264
Isabel Ramalho	1 145			232			167	69	225		1 838
Rita Marques	2 010			411			167	136	238	209	3 170
Açores	1 680			341				133	567	282	3 003
Emanuel Cordeiro	840			171				67	268	174	1 519
Isabel Freitas	840			171				67	299	108	1 484
Aveiro	2 080			431				293	891	564	4 259
Andreia Almeida	170			35							205
Arabela Linhares	490			99				67	53	195	904
Daniel Lopes	490			99				47	181		817
João dos Reis	490			104				47	184	195	1 019
Pedro Lima								67	230	87	383
Susana Neves	440			94				67	244	87	932
Beja	1 030			209				87	493	195	2 014
Luis Medeiros	440			89				40	127	87	784
Maria Sargento	590			120				47	366	108	1 230
Braga	2 970			609				461	636	835	5 511
Anabela Guimarães	540			110				87		195	931
Eva Salgado	540			110				87		195	931
Horácio Ferreira	540			116				87	317	87	1 146
José Roriz								47			47
Manuel Gonçalves	540			110				87	270	194	1 200
Oswaldo Neves	810			164				68	49	164	1 255
Bragança	590			120				86	498	195	1 489
Maria João Rodrigues	590			120				86	498	195	1 489
Castelo Branco	980			203				113	818	378	2 492
António Pinto								47	373		420
Maria Lopes	980			203				67	445	378	2 072
Coimbra	1 520			315				152	302	388	2 678
Cristina Freire	540			113				67		194	914
Fernando Girão	440			89				19	76		624
Sílvio Vilão	540			113				67	227	194	1 140
Évora	930			189				47	343	107	1 615
Ana Melro	340			69							409
Antonio Nabo	590			120				47	343	107	1 206
Faro	1 940			398				112	1 333	509	4 293
Carlos Nunes	590			124				47	484	108	1 353
Jose Pereira	760			154				19	591	185	1 710
Lizabete Sequeira	590			120				47	258	216	1 230



Euros

Membros dos órgãos sociais	Vencimento/ senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional				
Guarda	1 130			229				99	344	87	1 890
Amâncio Antunes	590			120				47	228		984
Rosa Dias	540			110				53	117	87	906
Leiria	880			179				38	115		1 212
António Caseiro	270			55				19			344
Leonel Francisco	440			89				19	115		664
Vanda Sousa	170			35							205
Lisboa	6 610			1 342				542	1 251	1 393	11 139
Ana Filipa Sá	320			65				19		107	511
Ana Apolinário	340			69				28			437
Ana Paula Martins	490			99				47	73	108	817
António Nunes	830			168				47		107	1 152
Bruno Pereira	490			99				47			636
Daniel Albuquerque	490			99				47	47	107	790
Dulce Pereira	270			55				19	199	107	650
José Ribeiro	170			35					30		234
Lídia Vieira	320			65				19	233		637
Maria Araújo	440			89				47		106	682
Maria Neves	320			65				19	73	107	584
Mónica Marçal	490			99				47	17	107	760
Nelson Ferreira	490			99				19		108	717
Paulo Gomes	170			35							205
Pedro Pinheiro								19		107	126
Rui Ferreira	490			100				47	100	107	844
Vitor Vicente	490			99				27	251	107	974
Vitor Martins								47	228	108	382
Madeira	1 260			256				66	596	606	2 783
Ana Escórcio	420			85				19	138	216	879
João Ramos	840			171				47	458	390	1 905
Portalegre	980			199				67	273	378	1 896
Maria Alvo	980			199				67	273	378	1 896
Porto	5 260			1 096				578	1 245	696	8 874
António Azevedo	490			99				67	47	87	790
Bruno Silva	490			99				67	217	87	960
Carlos Martins	490			105				67	278	87	1 026
Fernanda Freitas	490			99				47	113	87	836
Júlia Martins	490			112				47	247	87	982
Patrícia Esteves	490			99				67	113	87	856
Paulo Anjos	490			99				47			636
Rosa Areias	170			35				19			224
Rui Magalhães	340			69				19			428
Rui Santos	490			104				67	230	87	978
Sara Cruz	490			105				67		87	748
Vitor Oliveira	340			69							409
Santarém	1 520			311				140	567	302	2 840
Ana Silvestre	490			101				47	242	107	986
Carla Nunes	220			45				28	69		361
Carlos Ferreira	270			56				19	175		520
Manuel Ramalho	540			110				47	81	195	973
Setúbal	2 550			520				280	519	536	4 404
Alfredo Alves								47	29	107	183
Ana Traquino	490			99				47	47	107	790
Carla Pereira	590			122				47	366		1 124
Carlos Sousa	490			99				47		108	744
Manuel Matos	490			99				47	47	107	790
Maria Quendera	490			99				47	29	107	772
Viana do Castelo	540			110				113	290	387	1 440
António Luciano	540			110				47	92	194	983
Maria Correia								67	198	193	457
Vila Real	710			145				94	173	87	1 209
Antonio Dias	540			110				47	173		869
Maria João Borges	170			36				48		87	340



Membros dos órgãos sociais	Vencimento/senhas presença	Remunerações			Seguros			Refeições	Deslocações	Estadas	Totais
		13.º mês	14.º mês	Encargos	Acidentes trabalho	Doença	Responsabilidade civil profissional				
Viseu	440			89				57	217	87	890
Angélica Fernandes	440			89				19			548
Paulo Marques								37	217	87	341
Total Geral	539 850	37 961	36 998	129 736	2 707	9 758	6 000	16 857	51 104	35 211	866 182

A rubrica «Outros gastos de ação social» inclui os gastos com a medicina no trabalho e com eventos para colaboradores. A rubrica «Outros gastos com pessoal», inclui gastos com formação e gastos com água, chá, café e similares. O número médio de colaboradores durante o período a que se referem as demonstrações financeiras foi de 144 (129 em 2022).

O número de membros efetivos dos órgãos da Ordem em 2023:

- Bastonária e conselho diretivo: 7
- Conselho jurisdicional: 5
- Conselho fiscal: 3
- Assembleia representativa: 85

13 - Outros gastos

Os outros gastos incorridos nos períodos de 2023 e de 2022, foram os seguintes:

Outros gastos	2023	2022	Variação 2022/2023	
6811 Impostos directos	55 593	92 042	-36 449	-39,6%
6812 Impostos indirectos	1 482	1 943	-461	-23,7%
6813 Taxas	17 299	534	16 765	3141,2%
6814 Contribuições para o setor da cultura	6		6	
6871 Abates – ativos fixos tangíveis		20 928	-20 928	-100,0%
6881 Correções períodos anteriores	130 195	50 420	79 774	158,2%
6882 Donativos	3 914	1 800	2 114	117,4%
6883 Quotizações	250 734	223 836	26 898	12,0%
6887 Diferenças de câmbio desfavoráveis	354	1 301	-947	-72,8%
6888 Outros	439	7 529	-7 090	-94,2%
6898 Outros gastos inerentes a associados	1 836	5 532	-3 696	-66,8%
Totais	461 851	405 865	55 986	13,8%

As quotizações com outras instituições são a rubrica que apresenta valor mais significativo em «outros gastos» e corresponde às contribuições pagas às entidades seguintes:

Quotas Outras Instituições	2023	2022
EFAA – European Federation of Accountants and Audit	37 500	37 500
IFAC – International Federation of Accountants	199 234	169 430
CNOP – Conselho Nacional das Ordens Profissionais	2 500	2 500
FCM – Fédération des Experts Comptables Méditerranéens	3 000	5 906
CILEA – Comité de Integración Latino Europa-América	6 200	6 200
ACCA – Association of Chartered Certified Accountants	2 200	2 200
SEDES – Associação para o Desenvolvimento Económico e Social	100	100
Totais	250 734	223 836



14 - OUTRAS INFORMAÇÕES

14.1 - Estado e outros entes públicos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "Estado e outros entes públicos" apresentava a seguinte decomposição:

		Euros	
Estado e outros entes públicos		31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS			
Imposto sobre o rendimento a receber		94	13
Imposto sobre o valor acrescentado		19 278	19 278
Imposto municipal sobre imóveis		11 074	11 074
Total do Activo		30 446	30 365
PASSIVOS			
Imposto sobre o rendimento		2139	3 666
Retenção de impostos sobre rendimentos		102 089	100 926
Imposto sobre o valor acrescentado		244 194	113 260
Contribuições para a segurança social		145 791	118 320
Fundo de compensação do trabalho		1 117	848
Total do Passivo		495 331	337 020
Total líquido		464 885	306 655

14.2 – Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica "diferimentos" apresentava a seguinte decomposição:

		Euros	
Diferimentos		31/12/2023	31/12/2022
ATIVOS			
Gastos a reconhecer			
Material de economato		28 941	195 738
Contratos de manutenção software		70 106	57 318
Outros			
Medalhas OCC		399 792	377 226
Agendas 2023			234 981
Livro da Contabilidade		211 243	197 796
Serviços de alojamento informático (Hosting)		11 850	
Seguro de responsabilidade civil CC		60 833	60 833
Seguro de doença		70 780	49 694
Quotizações de Organizações Internacionais			37 500
CCclix		15 985	20 480
Licenciamento Blackboard-eLearning		21 146	19 352
Seguros diversos		16 888	14 151
Conservação e reparação		6 333	6 358
Renda 1.º Maio		545	500
Outros		1 876	1 332
Aluguer de salas		323	
Total do ativo		916 641	1 273 260
PASSIVOS			
Rendimentos a reconhecer			
Licenças TOConline		3 024 624	2 695 551
Formação, Taxas de Exame a CC e rendas		60 095	188 696
Total do passivo		3 084 719	2 884 247

Os gastos e rendimentos a reconhecer correspondem a valores que produzirão efeitos durante o período de 2024.

Existe em diferimentos o valor de 399.792 euros referente a medalhas comemorativas dos 25 anos de profissão de Contabilista Certificado a reconhecer em períodos futuros, quando forem entregues aos membros que cumprem 25 anos (ou mais) de profissão.

Estão reconhecidos em diferimentos o valor de 211.243 euros referente ao livro da contabilidade a disponibilizar aos membros, que ainda se encontra em fase de preparação.



O diferimento do rédito (passivo) das licenças TOOnline no valor de 3.024.624 euros representa a obrigação da OCC prestar o serviço de primeira linha aos utilizadores da licença no ano de 2023, tendo o seu valor aumentado devido ao crescimento da prestação de serviços de licenças.

14.3 – Fluxos de caixa:

14.3.1 – Divulgação dos recebimentos e pagamentos brutos:

O saldo em caixa e bancos corresponde a 5.001.311 euros, valor apresentado no balanço em 31 de dezembro de 2023, dos quais 501.311 euros respeitam a caixa e depósitos à ordem e 4.500.000 euros a depósitos a prazo.

		Euros	
Caixa e depósitos bancários		31/12/2023	31/12/2022
Caixa		11 207	8 591
Depósitos à ordem		490 104	732 765
Outros depósitos bancários		4 500 000	250 000
Total		5 001 311	991 356

Tesouraria

														Euros
Tesouraria	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Acumulado	
RECEBIMENTOS	4 075 776	1 481 920	2 121 094	2 327 243	1 603 855	1 527 296	7 506 180	1 226 625	1 844 010	2 330 640	1 685 010	2 606 654	30 336 303	
Quotas Recebidas	1 977 961	449 354	999 473	1 404 519	625 450	628 762	1 510 886	358 645	708 407	1 373 172	739 390	996 052	11 772 071	
Ações Formação	404 036	19 176	38 115	8 350	7 327	39 624	44 146	66 253	282 887	205 977	189 406	8 857	1 314 154	
Outras Receitas	1 623 159	955 864	1 025 437	857 570	889 491	771 706	880 350	715 803	758 556	687 560	676 375	1 155 988	10 997 859	
Venda de imóveis							5 000 000						5 000 000	
Ap. Financeira (Vencimento)												250 000	250 000	
Fundo de Pensões	70 620	57 527	58 069	56 804	81 588	87 204	70 799	85 924	94 161	63 931	79 840	195 758	1 002 219	
PAGAMENTOS	2 830 500	2 128 743	2 566 283	1 852 382	2 134 245	1 590 542	7 005 377	1 637 973	1 884 937	2 526 745	1 616 426	2 802 195	30 576 348	
Seguros	265 604	60 833	344 691	203 493	295 397	174 324	293 976	138 985	467 609	239 056	60 833	407 847	2 952 648	
Fornecedores C/C	1 783 899	1 349 222	1 391 546	938 285	1 016 647	537 315	1 269 734	667 189	683 101	1 249 795	620 992	1 304 868	12 812 592	
Fornecedores de Investimentos	97 579	28 562	79 849	33 564	15 073	2 632	57 584	42 075	37 040	19 607	16 665	9 052	439 282	
Recursos Humanos/SS/IRS/FCT	426 256	418 423	452 952	452 141	462 124	635 542	649 783	474 267	458 847	459 679	688 698	657 946	6 236 660	
Impostos	80 862	73 292	157 940	96 983	124 964	87 019	90 926	109 890	80 525	61 511	101 428	95 942	1 161 282	
Pagamentos diversos	22 858	11 125	17 646	5 567	7 748	5 562	5 276	3 148	11 753	12 806	12 096	3 341	118 926	
Membros – Fundo Social	9 524	9 563	9 524	9 524	9 524	9 985	9 985	10 526	10 414	10 227	10 683	10 833	120 312	
Entregas Fundo Pensões	87 301	71 808	71 870	71 515	95 919	101 385	82 777	86 024	94 036	64 026	30	273 822	1 100 512	
Financiamentos	11 165	77 841	11 086	11 097	77 775	11 028	11 041	77 720	11 028	362 183	74 944	8 277	745 186	
Aplicação Financeira							4 500 000						4 500 000	
Outros Gastos Financeiros	45 451	28 074	29 179	30 212	29 074	25 749	34 295	28 149	30 585	47 855	30 056	30 267	388 947	
Balanco Mês	1 245 276	-646 823	-645 190	474 861	-530 390	-63 246	500 803	-611 348	-40 926	-196 105	68 584	-195 541	-240 045	
Saldo inicial a 1/1/2023:	741 356													
Caixas (Sede e Representações)	7 048	8 102	6 819	7 935	8 763	8 012	7 722	8 068	8 177	7 279	9 631	11 207		
Novo Banco	923	915	908	900	892	885	877	869	862	854	1 011	1 004		
Caixa Geral de Depósitos 1	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327	11 327		
Caixa Geral de Depósitos 2	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908	908		
Caixa Geral de Depósitos (Quotas AT)	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572	42 572		
Banco Comercial Português 1	1 110 402	344 478	318 438	294 083	125 584	371 677	251 179	44 434	18 227	156 749	95 246	190 876		
Banco Comercial Português 2	144 160	147 128	150 504	153 046	155 974	64 409	69 669	72 593	75 697	78 565	161 503	86 387		
Banco Comercial Português 3	8 006	13 868	6 459	12 853	5 687	2 070	7 952	1 965	6 569	11 879	9 978	387		
Banco BPI, SA	24 410	50 511	26 552	49 036	18 682	45 056	520 341	638 134	553 891	157 712	136 750	106 136		
Banco BPI, SA (Conta JESSICA)	19 463	36 778	36 778	106 778	34 422	34 422	84 422	12 299	12 299	12 299	11 027	11 027		
Banco Santander Totta	142 475	146 643	152 118	157 717	160 079	162 150	134 299	2 401	4 741	10 652	17 692	21 768		
Bankinter	474 937	536 578	141 235	532 326	274 201	32 356	145 378	29 728	89 103	137 471	199 206	17 712		
Acumulado Mês	1 986 632	1 339 809	894 619	1 369 481	839 090	775 844	1 276 648	865 299	824 373	628 268	696 852	501 311	501 311	
Banco Comercial Português	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000	250 000		
Outras Aplicações							4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	4 500 000	
Total caixa e dep. bancários	2 236 632	1 589 809	1 144 619	1 619 481	1 089 090	1 025 844	6 026 648	5 615 299	5 574 373	5 378 268	5 446 852	5 001 311	5 001 311	

Durante o ano de 2023 não foi renovada a aplicação financeira no valor de 250.000 euros, com vencimento em dezembro, tendo a mesma sido constituída em janeiro de 2024 com uma remuneração mais elevada.

Após a venda do imóvel da Avenida 24 de julho, em Lisboa, foram constituídas duas aplicações financeiras. Uma aplicação financeira de 3,5 milhões de euros, a prazo de um ano a uma taxa de 3,2% e uma aplicação financeira de 1 milhão de euros, pelo prazo de 6 meses, a uma taxa de 3%.

14.4 – Fundos patrimoniais

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica dos «Fundos patrimoniais» apresentava a seguinte decomposição:

	Euros	
Fundos patrimoniais	31/12/2023	31/12/2022
Fundos	20 815 817	20 815 817
Resultados transitados	-1 119 340	38 321
Reservas fundo de solidariedade social	13 066	133 594
Outras variações nos fundos patrimoniais	20 000	20 000
Resultado líquido do período	4 247 109	-1 157 661
Total	23 976 652	19 850 071

De salientar que durante o período de 2023, 36 membros beneficiaram do Fundo Social de Solidariedade, no total de 120.528 euros, enquanto no período de 2022 beneficiaram deste Fundo 40 membros, totalizando 116.406 euros.

14.5 - Fundo de pensões

Na rubrica «Outros passivos correntes» (nota 10.2) mantém-se reconhecido o montante de 250.000 euros, relativo à contribuição para o fundo de pensões.

Em dezembro de 2023 não foi renovada a aplicação financeira no valor de 250.000 euros, referente ao fundo de pensões, tendo a mesma sido constituída no início de janeiro de 2024 com uma remuneração mais elevada.

14.6 - Divulgações exigidas por diplomas legais

O Conselho Diretivo informa que a Ordem não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora.

Nos termos do artigo 210.º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, o Conselho Diretivo informa que a situação da Ordem perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários em 2023 dos revisores oficiais de contas foram de 7.000 euros, IVA excluído, referentes a serviços de revisão legal de contas.

14.7 – Provisões e passivos contingentes

Nos períodos de 2023 e 2022 não ocorreram quaisquer variações relativas a provisões, pelo facto de não existir qualquer processo em curso que satisfizesse ou satisfaça os respetivos critérios de reconhecimento previstos no §13 da NCRF 21 "Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes".

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2020, foi apresentada por um prestador de serviços uma Petição Inicial no Tribunal Administrativo de Lisboa, no âmbito da execução das empreitadas nas instalações da OCC, quer na cidade do Porto, quer na sede em Lisboa, na qual vem reclamar a quantia global de cerca de



340.000 euros. A OCC apresentou contestação devidamente fundamentada, não existindo uma previsão de data para a realização de julgamento.

Face ao estado dos autos e à prova apresentada até à presente data, tendo por base a opinião jurídica dos advogados da OCC, considera-se remota a probabilidade de condenação da Ordem na presente ação. Consequente, face à evidência disponível, não estão reunidos os critérios de reconhecimento, não foi constituída qualquer provisão no período.

Em virtude da cessação do contrato de prestação do serviço celebrado entre a Ordem e a Cloudware, S.A., relativo ao TOConline, as razões e consequências desta cessação foram objeto de pedidos de pronúncia judicial, considerando a Ordem legítima e eficaz a cessação verificada e remota a possibilidade de desfecho desfavorável.

Para além do exposto, à data de relato, não são conhecidos quaisquer outros passivos contingentes que possam dar origem a exfluxo monetário futuro para a Ordem.

14.8 - Eventos subsequentes

Entre a data de reporte das demonstrações financeiras e a data de autorização para a sua emissão, não ocorreram quaisquer factos relevantes que justifiquem divulgações ou alterações às demonstrações financeiras do período.

14.9 - Data de Autorização para Emissão das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 foram aprovadas pelo conselho diretivo e autorizadas para emissão em 23 de fevereiro de 2024.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2024

CC 7605	O conselho diretivo					
	Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
						
Ana Teresa Pina	Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Álvaro Costa	Pedro Nuno Ferreira





XIV. Relato não financeiro

Nota Prévia

De acordo com o compromisso assumido pelo Conselho Diretivo referido na alínea E), com epígrafe "As contas da Ordem – transparentes, rigorosas e criteriosas", do Capítulo XI (Atividades e Projetos para 2023) do Plano de Atividades e Orçamento para 2023, pretende-se dar cumprimento à ação prevista de *"Continuar a apresentar o relato integrado da Ordem, com vertente financeira e não financeira, considerado uma prioridade fundamental da Ordem, mostrando o valor da informação não financeira junto dos vários stakeholders da instituição"*.

A responsabilidade social das instituições, demonstrada através da divulgação de informações não financeiras relativas às áreas sociais e ambientais, é uma peça importante do relato, contribuindo decisivamente para a análise do desempenho e do seu impacto na sociedade, para a identificação dos riscos de sustentabilidade e para o reforço da confiança nessa organização.

Apesar de a Ordem não estar sujeita à aplicação do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 julho, que transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2014/95/UE do Parlamento Europeu e do Conselho, de 22 de outubro, que se refere à divulgação de informações não financeiras e de informações sobre a diversidade por parte de certas grandes empresas e grupos, é intenção do Conselho Diretivo divulgar informação relativa às áreas sociais e ambientais.

XIV.a Modelo de Governação

A Ordem dos Contabilistas Certificados, adiante designada por OCC ou Ordem, é uma pessoa coletiva de direito público, criada pelo Decreto-Lei n.º 452/99, de 5 de novembro, que aprovou o Estatuto da Câmara dos Técnicos Oficiais de Contas, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/09, pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro que transforma a Ordem dos Técnicos Oficiais de Contas em Ordem dos Contabilistas Certificados, e altera o respetivo Estatuto, e pelas Leis n.º 119/2019, de 18 de setembro, Lei n.º 12/2022, de 27 de junho, Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro e Lei n.º 68/2023, de 7 de dezembro. A Ordem representa os profissionais que, nos termos dos Estatutos e demais disposições legais aplicáveis, exercem a atividade profissional de Contabilista Certificado.

Em tudo o que não esteja regulado no Estatuto e Código Deontológico da Ordem dos Contabilistas Certificados, esta rege-se pelo disposto na Lei n.º 2/2013, de 10 de janeiro, a qual estabelece o regime jurídico de criação, organização e funcionamento das associações públicas profissionais, sendo subsidiariamente aplicáveis quanto às atribuições e ao exercício dos poderes públicos, o Código do Procedimento Administrativo e os princípios gerais de direito administrativo, e quanto à sua organização interna, as normas e os princípios que regem as associações de direito privado.

A instituição tem sede na Avenida Barbosa du Bocage, n.º 45, em Lisboa e possui representações permanentes em todo o território nacional, nomeadamente nos distritos de Aveiro, Beja, Braga, Bragança, Castelo Branco, Coimbra, Évora, Faro, Guarda, Leiria, Portalegre, Porto, Santarém, Setúbal, Viana do Castelo, Vila Real, Viseu, bem como nas regiões autónomas dos Açores (Ponta Delgada) e da Madeira (Funchal).

A Ordem prossegue os seus fins e atribuições através dos órgãos sociais estatutariamente previstos no artigo 35.º. Tais órgãos são independentes entre si e dispõem de um quadro de competência que garante a transparência na governação da instituição, a saber: Assembleia representativa; Assembleia geral eleitoral; Bastonário; Conselho diretivo; Conselho jurisdicional; e Conselho fiscal.

A Ordem tem como missão regular e disciplinar a profissão de Contabilista Certificado, com o objetivo de melhorar as condições para o exercício profissional, credibilizar e dignificar a classe, defendendo o interesse público da profissão e dos seus profissionais.

Para alcançar a sua missão, a Ordem rege-se pelos direitos e deveres consagrados no seu Estatuto e no Código Deontológico, não se permitindo na sua atuação, em momento algum, a violar tais normativos, uma vez que chama a si a responsabilidade de ser um exemplo mor de conduta profissional e ética irrepreensível.

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. Nesse sentido, e percebendo o interesse público da profissão, a Ordem tem como visão a excelência da profissão e dos profissionais, pugnando pelo seu desenvolvimento e aperfeiçoamento contínuos.

Como pessoa coletiva de interesse público, representativa dos contabilistas certificados, cumpre à Ordem o respeito absoluto pelos mais elevados valores de ética, de transparência e de responsabilidade. Nunca esquecendo o interesse público da instituição e da profissão, cumpre à Ordem agir de forma responsável nos múltiplos planos aplicáveis, como são o da sua responsabilidade social para com os contabilistas certificados e consequentemente, para com a sociedade civil.



Como entidade pública, compete à Ordem pugnar por rigorosos padrões de transparência na sua gestão, disponibilizando frequentemente documentos, políticas estratégicas, informações sobre o seu estado financeiro e estando aberta a todos aqueles que tenham um interesse legítimo para com a instituição e a profissão.

Competência, rigor e excelência dos serviços da Ordem; Confiança dos membros; Transparência em todos os atos da instituição. É assim que pretendemos consubstanciar os valores da Ordem dos Contabilistas Certificados, sempre em prol desta classe profissional.

Sendo a Ordem uma voz ativa, credível, interventiva e respeitada pelos agentes de decisão local e política, tem crescido largamente a sua intervenção nos processos legislativos, e na criação de mecanismos da responsabilidade do poder político.

Um dos mais influentes agentes no exercício da profissão de Contabilista Certificado é a Autoridade Tributária e Aduaneira (AT). A excessiva burocratização procedimental, as interpretações legislativas divergentes da jurisprudência e doutrina, e a dificuldade no acesso às suas plataformas digitais, são três exemplos dos múltiplos problemas com que os contabilistas certificados se deparam, no regular exercício da profissão, e que, em muito, obstaculizam o desejado rendimento e produtividade. A Ordem, ciente destes problemas e do seu tremendo impacto junto dos seus membros, aloca num processo contínuo muitos dos seus recursos para a promoção de uma interação com a AT que se revele mais ágil, compreensível, competente e qualificada, partilhando sempre o máximo de informação com os seus membros.

Os contabilistas certificados criam valor acrescentado para os empresários e são um elo crucial no crescimento da economia global, merecendo todo o respeito e reputação dos vários intervenientes com quem se relacionam. Por um maior respeito e dignificação profissional, a Ordem trabalha em contínuo com esses mesmos intervenientes, pugnando sempre pela qualidade profissional dos seus membros.

Os contabilistas certificados são sinónimo de confiança. É através do seu trabalho que as demonstrações financeiras dos contribuintes adquirem fé pública junto da sociedade civil, permitindo que a nossa economia funcione com confiança e certeza. Junto da sociedade civil, segundo dados das mais variadas entidades, os contabilistas certificados, bem acima da média das outras profissões, são vistos como uma profissão de confiança, uma profissão na qual a sociedade civil e tecido empresarial depositam certezas de qualidade, competência, rigor, transparência e respeito pelos mais rigorosos princípios éticos.

Os contabilistas certificados, ao longo dos últimos tempos, vivendo uma crise pandémica sem precedentes, souberam e têm sabido responder às oportunidades emergentes, criando um impacto positivo no apoio às empresas. O papel dos contabilistas certificados foi reforçado em Portugal e no mundo. Os contabilistas certificados são agentes na recuperação sustentável e profissionais de interesse público. Hoje, são os principais agentes da mudança, do desenvolvimento e da criação de melhor qualidade de vida para toda a sociedade civil. Ultrapassados os mais complicados obstáculos, mostrámos uma vez mais a resiliência e determinação de uma classe profissional que no dia-a-dia se supera, e em resultado recebe o reconhecimento do seu papel junto do poder político e sociedade civil. A Ordem disponibiliza os melhores esforços, meios e recursos para que o Contabilista Certificado possa dispor de todas as ferramentas e formas de assegurar ativamente a recuperação da economia.

a) ÓRGÃOS SOCIAIS Quadriénio 2022-2025

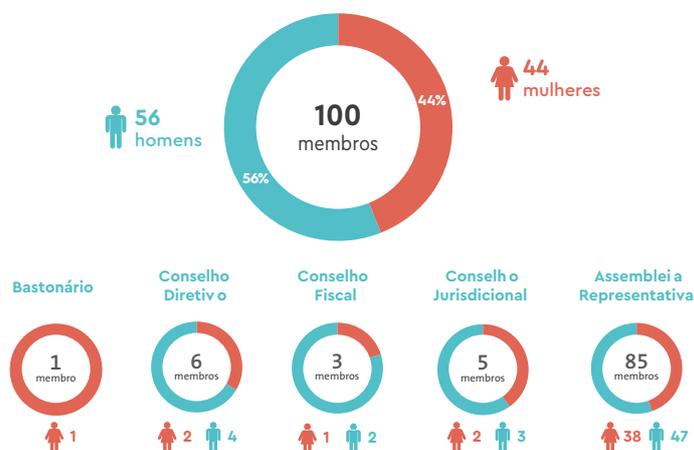
Apresentamos a estrutura dos Órgãos Sociais da OCC, constituída por 100 membros, Bastonária e Conselho Diretivo: 7; Conselho Jurisdicional: 5; Conselho Fiscal: 3; e Assembleia representativa: 85.

Apresentamos a estrutura distribuída por localidade, órgão e género conforme os quadros que se seguem:

Localidade	Assembleia representativa	Bastonária	Conselho diretivo	Conselho fiscal	Conselho jurisdicional	Total
Açores	2					2
Aveiro	6					6
Beja	2					2
Braga	6		2	1		9
Bragança	2					2
Castelo Branco	2					2
Coimbra	3		2			5
Évora	2					2
Faro	3					3
Guarda	2					2
Leiria	4				1	5
Lisboa	19	1	1	1	1	23
Madeira	2					2
Portalegre	2					2
Porto	13			1	1	15
Santarém	3					3
Setúbal	6				1	7
V. Castelo	2					2
Vila Real	2		1			3
Viseu	2				1	3
Total	85	1	6	3	5	100

Órgãos Sociais da OCC	Mulheres		Homens		Total	
Assembleia representativa	38	38%	47	47%	85	85%
Bastonária	1	1%	1	1%	2	2%
Conselho diretivo	2	2%	4	4%	6	6%
Conselho fiscal	1	1%	2	2%	3	3%
Conselho jurisdicional	2	2%	3	3%	5	5%
Total geral	44	44%	56	56%	100	100%

Distribuição género dos órgãos sociais





Na Assembleia Representativa realizada no dia 25 de março de 2023, tomaram posse os seguintes representantes, ambos do círculo eleitoral de Lisboa:

- Bruno José Quelhas Henriques Pereira (CC n.º 80.682) para o lugar de Susana Pereira (CC n.º 92.043);
- Ana Paula Borlido (CC n.º 91.027) para o lugar de Pedro Roque (CC n.º 59.031).

Na Assembleia Representativa realizada no dia 29 de dezembro de 2023, em Lisboa, tomaram posse os seguintes representantes, pelos círculos de Lisboa e Santarém, respetivamente:

- José Luís Pinto Ribeiro, CC n.º 46 424, para o lugar de Maria José de Almeida, CC n.º 40 619;
- Carla Sofia Bento Nunes, CC n.º 61 975, para o lugar de Carlos Manuel Boavida Ferreira, CC n.º 9 019.

CONTRATAÇÃO PÚBLICA

A Ordem, enquanto associação pública profissional, nos termos da alínea h) do n.º 1 do artigo 2.º do Código dos Contratos Públicos, é uma entidade adjudicante sujeita ao regime da contratação pública. Desta forma, a Ordem cumpre as normas e regras de contratação pública, o que permite uma melhor gestão, transparência e otimização das suas finanças. Mesmo nos atos em que a Ordem não é por lei obrigada à realização dos procedimentos no âmbito da contratação pública, ainda assim não dispensa o escrupuloso cumprimento das regras do Código da Contratação Pública.

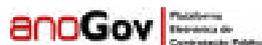
Contratar bem, com transparência, com o melhor preço e qualidade, com a melhor alocação e eficiência dos recursos disponíveis da Ordem, sempre foi o cunho do atual Conselho diretivo. Cada cêntimo conta para prestação do serviço de excelência aos membros, e só assim, com a mais rigorosa prática de gestão, foi possível, melhorar substancialmente a saúde financeira da Ordem.

A Ordem, desde 2018, publica no seu site todos os procedimentos de contratação pública. Esse compromisso concretiza-se com a divulgação para todos os membros das ligações de duas plataformas no âmbito da contratação pública:

Base: Contratos Públicos Online



Plataforma Eletrónica de Contratação Pública



Principais números

Procedimentos	2019	2020	2021	2022	2023
Concursos públicos	10	9	20	28	21
Ajustes diretos	239	100	191	184	200
Consulta prévia	14	11	7	15	15
Total	263	120	218	227	236

CANAL DE DENÚNCIA

Ainda no âmbito do respeito pelas regras da contratação pública, em 2022, a Ordem criou o Canal de Denúncia (interno e externo), no âmbito da Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que entrou em vigor em 18 de junho de 2022 [estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações, transpondo a Diretiva (UE) 2019/1937 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 23 de outubro de 2019, relativa à proteção das pessoas que denunciam violações do Direito da União – Lei do Whistleblowing].

Em particular, divulgou a Ordem tanto no âmbito da sua estrutura organizativa, como para os seus membros, informação quanto àquilo que é uma grave violação legal que não pode deixar de ser reportada: qualquer ato ou omissão que seja contrário a normativos constantes da legislação nacional ou comunitária referentes aos domínios de, (i) contratação pública, (ii) serviços, produtos e mercados financeiros e prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo, entre outros que ora não relevam.

Compete à Ordem, relativamente aos seus membros, verificar o cumprimento dos deveres e obrigações previstos nesta Lei, assegurando-lhes um conhecimento adequado das obrigações decorrentes da Lei.

A Ordem tem eficazmente publicitado medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de capitais e ao financiamento do terrorismo, bem como à corrupção.

SERVIÇO DE MEDIAÇÃO

Criado em setembro de 2018, o Serviço de Mediação de Conflitos é um veículo na construção de melhores relações entre os contabilistas certificados, e entre estes e os seus clientes. Pela via da alocação de meios da Ordem na dirimção de litígios e até pré-litígios, privilegiando por contacto direto a obtenção de um acordo entre as partes em conflito, em detrimento do tradicional procedimento e instrução disciplinar, apostando na proximidade, informalidade e cooperação entre as partes e os mediadores nomeados pela Ordem, o sucesso deste Serviço é notório. Este Serviço pretende não só a resolução célere de litígios, mas também a fortificação da relação de confiança dos contabilistas certificados na Ordem enquanto entidade garante dos seus interesses, direitos e legítimas expectativas.

Os dados conhecidos e a seguir apresentados, referentes ao período de janeiro de 2019 a dezembro de 2023, evidenciam o sucesso deste serviço, conseqüentemente, promovendo o rigoroso cumprimento dos direitos e deveres éticos e deontológicos dos contabilistas certificados, matéria essencial para o aumento da reputação e dignificação dos profissionais, junto do tecido empresarial e da sociedade civil.

Principais números

Esclarecimentos técnicos	2021	2022	2023
Atendimento presencial	22	88	68
Atendimento telefónico	3 243	2 658	2 182
Atendimento presencial e telefónico	491	461	444

Participações	2021	2022	2022
Recebidas	804	728	687
Transitadas do ano anterior	68	80	97
Por responder no final do ano	80	32	49
Conflitos solucionados	565	565	562
Conflitos reencaminhados para o Departamento Disciplinar	256	184	106
Anuladas/Duplicações	1	1	2



POLÍTICAS DE SERVIÇO PÚBLICO PARA BOAS PRÁTICAS DE CUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÕES LEGAIS

a) Lei n.º 7/2021 – Reforço dos direitos e garantias dos contribuintes e contabilistas

Com a publicação da Lei n.º 7/2021, de 26 de fevereiro, que consagra quatro grandes medidas, (i) Férias Fiscais, (ii) Alteração do regime de responsabilidade subsidiária do Contabilista Certificado, (iii) Melhoria do regime de dispensa e atenuação de coima, e (iv) Clarificação da obrigação de disponibilização dos formulários das declarações com 120 dias de antecedência, conseguimos reforçar os direitos dos contabilistas certificados, alcançando um grande patamar de reconhecimento da profissão, naquilo que foi chamado de verdadeira revolução. Estas alterações equilibram a relação dos profissionais com a administração fiscal, protegem-nos e permitem uma maior qualidade de vida para todos os contabilistas.

“Férias fiscais e contributivas”:

Em 2021, na sequência da apresentação de propostas legislativas pela Ordem, entrou em vigor o artigo 57.º-A da Lei Geral Tributária, que consagrou as chamadas “férias fiscais”. Em 2022, também em resultado do trabalho desenvolvido pela OCC, entrou em vigor o chamado período de «férias contributivas», previstas no artigo 321.º da Lei do Orçamento do Estado. Um verão em que os contabilistas certificados puderam desfrutar, finalmente, de um merecido descanso, longe dos computadores e dos prazos para o cumprimento das obrigações fiscais e contributivas.

b) Projeto «Guia de Boas Práticas Profissionais»

Cientes do atual cenário profissional dos contabilistas certificados e dos desafios que enfrentam, foi em setembro de 2023, lançado o projeto «Guia de Boas Práticas Profissionais», como uma ferramenta que pretende dotar todos os contabilistas certificados, tanto os que vão agora iniciar a profissão, como aqueles que já têm larga experiência, dos conhecimentos, conselhos e dicas que permitem crescer para novos patamares de excelência.

Neste âmbito a Ordem promoveu, em todo o país, de 25 de setembro a 13 de outubro, um ciclo formativo subordinado ao tema «Implementação de boas práticas profissionais». Esta formação fornece orientação prática para os contabilistas certificados por forma a que estes consigam gerir melhor as suas obrigações profissionais, articulando-as com melhores condições de vida pessoal e profissional, e operarem de forma mais lucrativa, feliz, competitiva, ética, sustentável e valorizada. Com forte componente prática, esta formação apresenta casos ilustrativos de situações do dia-a-dia, listas e exercícios de autoavaliação, tabelas, conceitos e orientações para as boas práticas profissionais. Seguindo estas diretrizes, os contabilistas certificados podem melhor construir um ambiente propício à prestação de serviços de alta qualidade, quer dos seus atos próprios/exclusivos, quer de competências adicionais, e assim reforçarem junto de toda a sociedade o seu valor e reconhecimento do interesse público da profissão.

O projeto «Guia de Boas Práticas Profissionais», destina-se a todos os profissionais, independentemente da idade, qualificações ou modelo em que exercem a profissão, tendo em vista o aperfeiçoamento contínuo do profissional.

O guia/manual está organizado em dez volumes, permitindo a sua utilização individual sem afastar a interligação e relação global de toda a coleção. Assim, o Guia apresenta a seguinte estrutura:



- I. Relação do Contabilista com a Ordem e com os Colegas;
- II. Relacionamento do Contabilista Certificado com o Cliente;
- III. Relato Financeiro;
- IV. Competências Exclusivas – Declarações Fiscais;
- V. Prestação de Contas;
- VI. Outras Competências;
- VII. Gestão de Riscos;
- VIII. Controlo sobre a Atividade;
- IX. Gestão de Recursos Humanos;
- X. Gestão Estratégica e Orçamental.

Cada volume foi construído especialmente para os contabilistas certificados tendo em consideração os conhecimentos e experiência padrão da classe. O conteúdo é projetado para o seu estudo, autoavaliação, implementação concreta de melhores práticas profissionais e posterior monitorização e acompanhamento das mesmas.

Após o ciclo de formação eventual, subordinado ao tema «Implementação de boas práticas profissionais», que decorreu entre 25 de setembro e 13 de outubro, a Ordem disponibilizou a compilação das 33 minutas, modelos, tabelas e questionários dos dez volumes integrantes do «Guia de Boas Práticas Profissionais».

c) Guias Práticos do Contabilista Certificado

«12 meses, 12 guias» é o mote desta iniciativa em que a Ordem disponibiliza na última quarta-feira de cada mês um documento de prático de apoio à profissão. Práticos e interativos, estes guias pretendem compilar tudo o que precisa de saber sobre temas de grande pertinência para o exercício profissional.

DEZEMBRO: «Mais-valias imobiliárias em IRS – Programa "Mais Habitação"»

NOVEMBRO: «Registo central do beneficiário efetivo – aspetos práticos»

OUTUBRO: «Declaração de início de atividade fiscal»

SETEMBRO: «Sociedades comerciais – constituição e início de atividade»

AGOSTO: «Procedimento de inspeção tributária»

JULHO: «O direito a férias – exemplos práticos»

JUNHO: «Novas regras de retenção na fonte sobre rendimentos de trabalho»

MAIO: «Novo regime do trabalho de serviço doméstico»



ABRIL: «Tributações autónomas»

MARÇO: «Meios de defesa gratuitos do contribuinte»

FEVEREIRO: «O justo impedimento do Contabilista Certificado, férias fiscais e contributivas». Relacionado com o tema desta guia, a Ordem disponibilizou um simulador do justo impedimento

JANEIRO: «Processo de contraordenação – infrações tributárias – aspetos práticos»

d) Protocolo OCC e Recuperar Portugal – bolsa de CC

A Ordem e a Estrutura de Missão Recuperar Portugal (entidade responsável pela coordenação técnica e pela coordenação de gestão da execução do Plano de Recuperação e Resiliência – PRR), celebraram a 6 de dezembro de 2021, um protocolo de cooperação com vista à criação de uma bolsa de contabilistas certificados. Esta bolsa, com presença em todo o território nacional, é composta por contabilistas certificados habilitados para o exercício de funções de controlo de execução dos investimentos contratualizados, entre a Recuperar Portugal e os respetivos beneficiários diretos e/ou beneficiários intermediários.

No dia 27 de abril de 2023, a Estrutura de Missão Recuperar Portugal, promoveu em colaboração com a Ordem, no Auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa, uma ação de capacitação dos beneficiários do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR).

e) Disponibilização gratuita Conversor OCC – SAF-T (PT) 1.04 » EXCEL

Em 2019 a Ordem disponibilizou, gratuitamente a todos os seus membros, um programa que (i) Converte todas as estruturas de dados do SAF-T (PT) 1.04 numa folha Excel, (ii) Representa o Balanço e a Demonstração de resultados com as regras de taxonomias definidas na Portaria nº302/2016 de 2 de dezembro de 2017, (iii) Testa os saldos esperados de acordo com o Artigo 4º da Portaria n.º 293/2017, de 2 de outubro, e (iv) Testa as taxonomias atribuídas a cada conta de acordo com a Portaria nº302/2016 de 2 de dezembro de 2017. Adicionalmente são validadas as taxonomias e os saldos esperados de cada uma das contas.

Durante o ano de 2019, foram registados 85.343 pedidos de validação de ficheiros SAF-T(PT), dos quais 62.249 foram validados (73%). Foram considerados inválidos 23.094 SAF-T (PT).

No ano de 2020, foram registados 32.060 pedidos de validação de ficheiros SAF-T(PT), os quais foram todos validados (100%). Não foram considerados inválidos ficheiros SAF-T(PT) submetidos durante o ano de 2020.

Em 2021, foram registados 30.949 pedidos de validação de ficheiros SAF-T(PT), dos quais 23.247 foram validados com sucesso (75%). Foram considerados inválidos 7.702 ficheiros SAF-T (PT).

Foram registados no ano de 2022, 22.925 pedidos de validação de ficheiros SAF-T(PT), dos quais 17.580 foram validados com sucesso (76,68%). Foram considerados inválidos 5.345 ficheiros SAF-T (PT).

No ano de 2023, foram registados 24.407 pedidos de validação de ficheiros SAF-T(PT), dos quais 18.062 foram validados com sucesso (74,00%). Foram considerados inválidos 6.345 ficheiros SAF-T (PT).



f) Disponibilização de simuladores e minutas

Durante o ano de 2023, com o objetivo de auxiliar os membros, quer na contagem do período de eventual justo impedimento para o exercício da profissão, quer para o cálculo de determinados valores, a Ordem disponibilizou vários simuladores:

Profissão

- Simulador do justo impedimento

IRC

- Simulador do benefício fiscal do incentivo à capitalização das empresas
- Simulador dos pagamentos por conta de IRC (2023)
- Simulador dos pagamentos adicionais por conta (2023)
- Simulador das tributações autónomas (2023)
- Simulador da limitação do terceiro pagamento por conta de IRC (2023)

SEGURANÇA SOCIAL

- Simulador do regime simplificado da categoria B de IRS

Segurança Social

- Simulador da Segurança Social – Regime Contributivo dos Trabalhadores Independentes
- Simulador da Segurança Social – Opção pelo apuramento trimestral
- Apoios/incentivos atualizado pelo Decreto-Lei n.º 90/2020

RETENÇÃO NA FONTE - IVA E SEGURANÇA SOCIAL

- Simulador de retenção na fonte – IVA E SS

g) Disponibilização “Coleção Essencial” 2022

Pelo sétimo ano consecutivo a Ordem voltou a lançar um conjunto de quatro manuais de apoio ao preenchimento das mais importantes declarações tributárias do nosso calendário fiscal:

- IVA – Manual de preenchimento da declaração periódica e anexos;
- IRS – Manual de preenchimento da declaração modelo 3;
- IES – Manual de preenchimento da declaração IES e taxonomias;
- IRC – Manual de preenchimento da declaração modelo 22.

Os manuais em versão digital apresentam em 2023 uma novidade: índices interativos, que permitem uma navegação mais fácil e rápida por todo o conteúdo de cada obra. Em 2023, foram também disponibilizados os manuais em versão impressa.

No ano de 2022, estes manuais foram disponibilizados apenas em versão digital atendendo aos problemas exis-



tentes ao nível do fornecimento de papel que inviabilizaram o objetivo de disponibilizar esta coleção também em versão impressa.

Trata-se de mais uma iniciativa que tem como objetivo central auxiliar o trabalho dos contabilistas certificados no cumprimento das obrigações declarativas.

h) Reuniões Livres

Com a velocidade das novidades legislativas e da sua complexidade técnica, bem como da crescente sofisticação da economia e do mercado, a formação profissional contínua apresenta-se de carácter essencial para um exercício da profissão pautado pelos mais elevados padrões de excelência.

As reuniões livres, disponibilizadas aos membros de forma gratuita, para além de ser um momento de proximidade entre os profissionais e a Ordem, são uma ferramenta formativa de apoio efetivo aos contabilistas certificados.

Depois de dois anos de interregno, motivado pelas razões de saúde pública que todos conhecemos e vivemos, a Ordem retomou a 9 de fevereiro de 2022, as reuniões livres presenciais, entre as 18.00 e as 20.00 horas (no caso dos Açores, entre as 18.30 e as 22.30 horas).

Não só as capitais de distrito, mas também outras cidades, recebem as reuniões livres. Uma iniciativa que, desde sempre, tem sido um ponto de encontro, um espaço de excelência para esclarecimento de dúvidas com o objetivo de descentralizar e de aproximar a Ordem a todos os contabilistas certificados.

Visualizações Reuniões Livres 2023

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
67 813	62 018	70 848	50 997	73 843	45 697	38 259	38 310	39 377	35 024	17 760	539 946

Durante o ano de 2023, foram realizadas 530 reuniões livres presenciais, em 43 localidades, registando-se 12.600 inscrições. No ano de 2022 foram realizadas 467 reuniões livres presenciais, em 40 localidades diferentes.

Reuniões Livres presenciais 2023

Meses	Localidades	Inscrições
Janeiro		1 539
Fevereiro		1 378
Março		1 530
Abril		1 118
Maió		1 130
Junho		998
Julho		905
Agosto		-
Setembro		1 139
Outubro		1 237
Novembro		1 112
Dezembro		514
Total geral		12 600

Portal das Reuniões Livres - acesso direto aos temas abordados

Portal das Reuniões Livres: é este o nome do novo serviço que a Ordem passou a disponibilizar aos seus mem-



bro. Trata-se de uma base de dados com todos os tópicos tratados, e todas as questões respondidas no decurso das reuniões livres online realizadas desde fevereiro de 2022, transmitidas todas as quartas-feiras no canal da Ordem no Youtube.

Dentro de cada reunião livre surge uma lista com os assuntos ou questões que foram abordados. Clicando em cada uma destas parcelas, o utilizador é direcionado para o vídeo e para o momento exato em que o tema está a ser tratado. É uma forma rápida e direta de ter acesso às questões ou assuntos que mais lhe possam interessar, evitando perdas de tempo desnecessárias.

Por outro lado, existe também um pequeno motor de busca, que lhe permite, por exemplo, pesquisar por tema ou por formador, sendo nesse caso direcionado para as reuniões livres onde surge a palavra ou o formador que selecionou.

Com esta nova ferramenta, disponível no site da Ordem no menu Formação > Portal das Reuniões Livres, pretende-se dar mais um passo na facilidade de acesso à informação produzida pela Ordem e que, desta forma, à distância de um clique, passa a estar ao alcance de todos os contabilistas certificados.

Está igualmente disponível o Portal das Reuniões Livres TOConline, que se realizam nas segundas e quartas sextas-feiras de cada mês. O modelo de acesso e funcionamento é em tudo idêntico ao do Portal das Reuniões Livres, sendo que, no site, poderá aceder através do menu Formação>Portal das Reuniões Livres TOConline.

i) Reuniões Livres TOConline

No dia 26 de junho de 2020, foi realizada uma sessão de esclarecimento sobre a ferramenta colaborativa da Ordem, TOConline, transmitida no canal da Ordem no YouTube. Na sua sequência passaram a ser realizadas reuniões livres, em que à semelhança do que acontece com as reuniões livres convencionais, podem ser previamente colocadas questões, as quais são respondidas no decorrer das reuniões livres exclusivamente dedicadas ao TOConline. Estas reuniões livres do TOConline, são realizadas às sextas-feiras de quinze em quinze dias.

No ano de 2020, via streaming foram registadas no canal Youtube 76.712 participações nas reuniões livres TOConline, no ano 2021 foram registadas 97.341 participações no mesmo canal, no ano de 2022 foram 52.332 as participações registadas e no ano de 2023 foram 58.835 as participações registadas.

Visualizações Reuniões Livres TOConline 2023

Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	Julho	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro	Total
8 963	6 493	7 397	3 765	7 578	5 451	3 253	4 343	4 647	4 331	2 614	58 835

j) Reunião Livre SNC-AP

No dia 6 de novembro, entre as 14h30 e as 16h30, a Ordem estreou as reuniões livres do SNC-AP.

Estas sessões são exclusivamente dedicadas à divulgação de informação e esclarecimento de dúvidas de natureza normativa e fiscal, no âmbito do sistema normalizador para a administração pública.

Estas sessões, exclusivamente *online*, podem ser seguidas no YouTube e no CCclix.

No ano de 2023, realizaram-se 2 sessões, registando-se no canal YouTube e CCclix 5.942 participantes.



k) CCclix

O CCLIX, lançado em setembro de 2022, durante a realização do 7.º Congresso dos Contabilistas Certificados, é um serviço de vídeo-formação da OCC. Através do CCCLIX, os membros ficam com acesso aos conteúdos de formação disponíveis nas várias plataformas da OCC (incluindo as reuniões livres online e as reuniões livres TOOnline). Para além disso, existem igualmente conteúdos desenvolvidos especificamente para esta nova plataforma, como cursos e tutoriais sobre temáticas diversas a nível contabilístico e fiscal.

A plataforma funcionou até 31 de dezembro de 2022 em modo experimental, e o arranque efetivo registou-se no início de janeiro de 2023.

l) SABIA QUE?

Disponível diariamente, no site, no canal da Ordem no Youtube, no CCCLIX, nas redes sociais e na newsletter.

"Sabia que é possível fazer uma pergunta e obter uma resposta em sensivelmente um minuto sobre contabilidade e fiscalidade?" É isso a que se propõe a nova rubrica que a Ordem passou a disponibilizar, desde 22 de novembro de 2023, nos seus múltiplos canais de comunicação, com o objetivo de dar informação útil e diária a todos os contabilistas, de uma forma simples, objetiva e atempada. Todos os dias úteis, e em apenas aproximadamente 60 segundos, são dadas respostas a questões relacionadas com contabilidade e fiscalidade.

Data	Tema	Visualizações
22/11/2023	«Sabia que?» Planos-poupança reforma	6 756
23/11/2023	«Sabia que?» Contratos de locação de curta duração de uma viatura ligeira de passageiros	7 868
27/11/2023	«Sabia que?» - Rendimentos provenientes da distribuição de lucros	4 370
28/11/2023	«Sabia que?» - Condomínios	2 336
29/11/2023	«Sabia que?» - Autofaturação	2 708
04/12/2023	«Sabia que?» - Aquisição de quotas e IMT	2 276
06/12/2023	«Sabia que?» - Regularização do IVA nos créditos incobráveis	2 573
07/12/2023	«Sabia que?» - Comissões de negociação de créditos e IVA	1 894
11/12/2023	«Sabia que?» - IVA e segundas vias de faturas	7 433
12/12/2023	«Sabia que?» - Rendimentos da distribuição de lucros	5 213
13/12/2023	«Sabia que?» - Rendimentos obtidos pelos condomínios	2 697
14/12/2023	«Sabia que?» - Autofaturação com acordo prévio	1 936
15/12/2023	«Sabia que?» - Limiar de matéria coletável sujeita à taxa reduzida de IRC	2 082
18/12/2023	«Sabia que?» - RFAI e investimento inicial	2 560
19/12/2023	«Sabia que?» - Demonstração de fluxos de caixa	2 295
20/12/2023	«Sabia que?» - Mensuração do goodwill e aplicação do MEP	1 983
21/12/2023	«Sabia que?» - IVA: prestações de serviços em bens imóveis	4 813
22/12/2023	«Sabia que?» - Tributação dos rendimentos provenientes da distribuição de lucros	6 028
27/12/2023	«Sabia que?» - Redébito de despesas	2 753
28/12/2023	«Sabia que?» - Rendimentos obtidos da microprodução de energia	1 148
29/12/2023	«Sabia que?» - Alienação de quotas e outras partes sociais por não residentes	757
Total		72 479

m) Divulgação de Boas Práticas

m1) Compromisso Pagamento Pontual

No final do ano de 2019, foram agilizados os contactos iniciais com a Associação Cristã de Empresários e Gestores (ACEGE) no sentido de a Ordem aderir ao "Compromisso pagamento pontual", o que veio a concretizar-se no dia 11 de fevereiro de 2020.

Trata-se de uma iniciativa da ACEGE, da Confederação Empresarial de Portugal (CIP) e da Associação Portuguesa da Indústria Farmacêutica (APIFARMA) que, em conjunto com cerca de 2.078 empresas e organizações aderentes, que se mostram fortemente empenhadas na promoção dos pagamentos a horas em Portugal, combate uma cultura de permissividade e de irresponsabilidade que afeta o desenvolvimento das empresas e da economia portuguesa.

Um princípio que parece básico na vida das empresas, acaba por se transformar numa séria ameaça à sua sobrevivência. É para combater e ultrapassar esta cultura de permissividade e de irresponsabilidade que surgiu este movimento, ao qual a OCC aderiu.

No dia 19 de janeiro de 2023, o "Compromisso Pagamento Pontual", e a ACEGE, em colaboração com a Ordem, promoveu no auditório António Domingues de Azevedo, em Lisboa, uma conferência que teve como epílogo a entrega de diplomas a empresas aderentes. A OCC viu o seu diploma renovado.

m2) Comunicações Bastonária canal Youtube

Data	Tema	Visualizações
09/01/2023	TVI - Entrevista à bastonária, Paula Franco	755
25/01/2023	RTP Açores - Formação de contabilistas sobre OE/2023	537
10/02/2023	SIC - Aumentar o reembolso do IRS	7 161
16/02/2023	SIC - Resgate excepcional do PPR	2 583
01/04/2023	SIC/SIC Notícias - IVA a zero em cabaz de bens essenciais	1 660
18/04/2023	RTP 3 - 46 alimentos isentos de IVA até outubro	982
18/04/2023	SIC - Formação "Agenda do Trabalho Digno"	1 189
19/05/2023	Comunicado da Bastonária - Ordem acusa Governo de querer acabar com contabilistas	63 591
20/05/2023	SIC Notícias - Bastonária diz que Governo pretende acabar com a profissão	6 444
22/05/2023	Comunicado da Bastonária - Balanço da reunião com o Governo	49 243
15/06/2023	RTP Açores - Estatutos: Ordem discorda com proposta do governo	903
20/06/2023	Comunicado da Bastonária - Nova Lei das Ordens profissionais	23 265
21/06/2023	RTP 3 - Bastonários obrigados a entregar declaração de rendimentos	3 445
22/06/2023	RTP1 - Governo quer bastonários a entregar declaração de interesses	1 409
30/06/2023	RTP África - OCC forma profissionais de São Tomé e Príncipe	651
03/07/2023	SIC Notícias - Novas tabelas de retenção de IRS. Entrevista a Paula Franco, bastonária da OCC.	2 425
21/07/2023	Comunicado da Bastonária - Esclarecimentos notificações ACT	23 738
28/07/2023	Comunicado da Bastonária - Declaração Recapitulativa do IVA	9 315
10/08/2023	SIC - Atendimento nas Finanças por marcação	2 165
17/08/2023	SIC - As propostas fiscais do PSD	1 371
17/08/2023	TVI - Análise às propostas fiscais do PSD	1 205
21/08/2023	SIC - Atendimento nos serviços públicos	1 777
21/08/2023	TVI - Descida do IRS: Ordem pede mais ao governo	967



Data	Tema	Visualizações
07/09/2023	SIC Notícias: A carga fiscal em Portugal	18 223
08/09/2023	TVI - Alterações no IRS Jovem	1 069
22/09/2023	TVI - Mitigação de prestações do credito à habitação	514
08/10/2023	Comunicado da Bastonária - Ordem alvo de ciberataque	11 988
16/10/2023	TVI - «Esta Manhã» - Entrevista a Paula Franco, bastonária da OCC, sobre o programa «Mais Habitação»	2 970
04/12/2023	Comunicado da Bastonária sobre o TOConline	40 827
07/12/2023	Comunicado da Bastonária - Publicação da Alteração aos Estatutos	14 273
13/12/2023	RTP1 - Tempo de antena 2023	1 600
22/12/2023	Mensagem de Natal 2023 de Paula Franco	7 665
29/12/2023	Mensagem de Ano Novo da Bastonária	4 124
Total		310 034

m3) Conferências canal Youtube

Ao longo do ano de 2023 realizaram-se 9 conferências através do canal Youtube com o registo total de 16.002 participações. No ano de 2022 realizaram-se 9 conferências através do canal Youtube com o registo total de 38.629 participações.

Data	Tema	Visualizações
10/03/2023	Conferência - «IVA e reabilitação urbana»	2 291
16/03/2023	XXVIII Conferência de Fiscalidade e Contabilidade - Leiria, 16 março 2023	1 088
17/03/2023	Conferência sobre contabilidade e sustentabilidade a 17 março	1 071
22/03/2023	Conferência - O Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira - Braga, 22 março 2023	716
28/03/2023	Conferência - «Descomplicar o OE 2023» - Lisboa, 28 março 2023	2 381
06/04/2023	Conferência - Benefícios fiscais para a inovação - Lisboa, 6 de abril 2023	2 697
25/05/2023	Conferência internacional da EFAA 2023 - PT	1 275
26/05/2023	Conferência internacional da EFAA 2023 - PT - Parte II	931
21/09/2023	Dia do Contabilista - «Uma visão 360.º da profissão e da sua relevância» - Porto, 21 setembro 2023	3 552
Total		16 002

m4) Conferência de Fiscalidade e Contabilidade "Os Desafios do Relato Financeiro e Não Financeiro num Mundo em Constante Mudança"

No dia 16 de março de 2023, a Ordem e a Escola Superior de Tecnologia e Gestão do Instituto Politécnico de Leiria (ESTG/IPL) realizaram, no Politécnico de Leiria, a Conferência de fiscalidade e contabilidade que organizam em conjunto há nove edições, com a presença de 230 pessoas, na qual se inclui a comunidade escolar, empresários e contabilistas, com o tema "Os Desafios do Relato Financeiro e Não Financeiro num Mundo em Constante Mudança".

m5) Conferência online "IVA e reabilitação urbana"

No dia 7 de março de 2023, realizou-se a conferência online, organizada pela Associação Fiscal Portuguesa (AFP), em parceria com os Colégios da Especialidade de Impostos sobre o Património e de Impostos sobre o Consumo da Ordem dos Contabilistas Certificados, dedicada ao "IVA e reabilitação urbana" e, mais em concreto, à alteração prevista no pacote "Mais Habitação".



m6) Conferência sobre o Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira

No dia 22 de março de 2023, a Ordem promoveu, em colaboração com o Centro Internacional de Negócios da Madeira (CINM) e a Associação Empresarial de Braga (AEB), uma conferência sobre o Regime do Centro Internacional de Negócios da Madeira (RCINM), também designado por Zona Franca da Madeira (ZFM). A conferência realizou-se na representação da OCC de Braga.

m7) Conferência “Accounting and sustainability, past, present and future challenges”

No dia 17 de março de 2023, realizou-se no Auditório Domingos de Azevedo, em Lisboa, a Conferência “Accounting and sustainability, past, present and future challenges”, organizada pela Comissão de História de Contabilidade (CHC) da Ordem.

m8) Conferência «Descomplicar o OE/2023»

No dia 28 de março de 2023, realizou-se no Auditório Domingos de Azevedo, em Lisboa, a Conferência “Descomplicar o OE/2023”, que a Ordem tem promovido, desde 2018, em articulação com as coordenadoras (Filipa Magalhães e Maria Leitão Pereira).

m9) Conferência sobre o regime fiscal do patent box

No dia 6 de abril de 2023, a Ordem e a COTEC Portugal – Associação Empresarial para a Inovação organizaram no Auditório Domingos de Azevedo, em Lisboa, uma Conferência subordinada ao tema “Benefícios fiscais para a inovação – o regime fiscal do Patent box”.

m10) Seminário online “O Impacto meteórico do acórdão 101/2023 do Tribunal Constitucional no mundo das contribuições. Fim de uma era?”

No dia 18 de abril de 2023, a Ordem e o Instituto de Direito Económico, Financeiro e Fiscal (IEDFF), promoveram uma Conferência online subordinada ao tema “O Impacto meteórico do acórdão 101/2023 do Tribunal Constitucional no mundo das contribuições. Fim de uma era?”.

m11) Conferência internacional da EFAA 2023

A Ordem e a European Federation Of Accountants and Auditors for SME's (EFAA), entidade da qual a OCC é membro, promoveram no dia 25 de maio de 2023, no Auditório Domingos de Azevedo, em Lisboa, uma Conferência subordinada ao tema “O futuro das pequenas e médias empresas: atrair, reter e aperfeiçoar talentos”, com a presença de membros das 15 organizações que integram a EFAA, representando 12 países: Albânia, Azerbaijão, Bélgica, França, Alemanha, Kosovo, Roménia, Eslovénia, Espanha, Países Baixos, Reino Unido e Portugal.



m12) Conferência OCC/CAP «A sustentabilidade na gestão da atividade agrícola na era digital»

No dia 6 de junho de 2023, realizou-se uma conferência, no Centro Nacional de Exposições (CNEMA), em Santa-rém sobre «A sustentabilidade na gestão da atividade agrícola na era digital», promovida conjuntamente pela Ordem e a Confederação dos Agricultores de Portugal, inserida no programa da Feira Nacional de Agricultura. Foi a 13.ª edição desta conferência que anualmente junta as duas entidades.

m13) CICA - XIX Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria

A Ordem e o Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Coimbra (ISCAC) / Coimbra Business School organizaram nos dias 12 e 13 de outubro de 2023, no campus da Quinta Agrícola da Bencanta, em Coimbra, o XIX Congresso Internacional de Contabilidade e Auditoria, com o tema "O Impacto do big data e da Inteligência Artificial", desdobrado em sessões plenárias e sessões paralelas.

O XIX CICA foi mais um passo para aproximar a academia da profissão. A capacidade organizadora, o nível dos trabalhos apresentados nas sessões paralelas e as pertinentes conclusões saídas das sessões plenárias, bem como o grau de participação, mereceram nota elevada. Foram cerca de 250 os congressistas que se deslocaram ao Coimbra Business School/ISCAC, em Coimbra, 101 os trabalhos apresentados e estiveram presentes profissionais e académicos de Portugal, Brasil, Angola e Moçambique, para além de um orador de nacionalidade alemã. O XX CICA está agendado para 2025, em Aveiro.

m14) Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2022

O Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses 2022, foi oficialmente apresentado a 28 de setembro de 2023, numa conferência no auditório António Domingues de Azevedo em Lisboa.

O estudo, da responsabilidade do Centro de Investigação em Contabilidade e Fiscalidade (CICF), do Instituto Politécnico do Cávado e do Ave (IPCA) e do Centro de Investigação em Ciência Política da Universidade do Minho (CICPUM), volta a contar com o apoio da Ordem dos Contabilistas Certificados (OCC) e do Tribunal de Contas (TC).

A 19.ª edição do Anuário é coordenada por Maria José Fernandes, presidente do IPCA, e conta também com a participação de Susana Jorge e Pedro Camões, docentes universitários.

XIV.b Desempenho ambiental

Manuais digitais

Nos anos de 2020 a 2023, no âmbito da formação eventual, da formação segmentada e da nova Plug-In, a Ordem manteve a disponibilização do manual digital em alternativa ao tradicional manual de formação em papel. Os formandos passaram a poder optar pelo manual digital com um preço mais reduzido.

Do total dos formandos inscritos na formação eventual, segmentada e Plug-In (Segmentada) em 2020, 34,5% optaram pelo manual digital, o que significou uma redução da utilização de 8.838 manuais em papel, o que significa 1.128.397 páginas não impressas, com uma poupança em termos ambientais. Em relação a 2021, do total de formandos inscritos, 22,3% optaram pelo manual digital, o que significou uma redução de utilização de 1.665 manuais em papel, correspondendo a 995.801 páginas não impressas. No ano de 2022, em relação ao total de formandos inscritos, 28,2% optaram pelo manual digital, o que correspondeu a uma redução de utilização de 8.181 manuais em papel, o equivalente a 1.706.831 páginas não impressas. No ano de 2023, foi 22,2% a percentagem de formandos que optaram pelo manual digital, uma redução de utilização de 10.844 manuais em papel, o equivalente a 3.669.604 páginas não impressas.

Comparando com o ano de 2019, houve uma diminuição significativa na impressão de manuais devido ao cancelamento de, praticamente, todas as formações presenciais em 2020 e 2021.

Manuais	2019		2020		2021		2022		2023	
	Papel	Digital	Papel	Digital	Papel	Digital	Papel	Digital	Papel	Digital
Quantidade	65 442	20 913	16 812	8 838	5 815	1 665	20 839	8 181	37 942	10 844
Páginas (poupança)	-	4 784 374	-	1 128 397	-	995 801	-	1 706 831	-	3 669 604
Árvores poupadas*	-	239	-	56	-	50	-	85	-	183

(*) 1 árvore = 10.000 folhas / 1 folha = 2 páginas

Disponibilização da Revista Contabilista em formato digital

As alterações que foram efetuadas na revista Contabilista, com a sua disponibilização em formato digital, desde maio de 2018, e a redução significativa no número de revistas expedidas, tiveram um impacto na redução nos gastos dos últimos seis anos, de 2018 a 2023, face aos gastos existentes em 2017, de 3.791.986 euros.

Esta medida originou uma poupança substancial no número de folhas impressas conforme se pode verificar no quadro a seguir apresentado:

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
N.º revistas impressas	725 885	360 053	170 431	200 321	179 342	169 329	177 511
Revista digital (poupança)	0	340 221	554 609	617 971	653 206	652 911	630 437
Páginas revista	76	76	76	76	76	76	76
N.º páginas (poupança)		25 856 796	42 150 284	46 965 796	49 643 656	49 621 236	47 913 212
Árvores poupadas*		1 293	2 108	2 348	2 482	2 481	2 396

*1 árvore = 10 000 folhas /1 folha = 2 páginas

No ano de 2018, com a disponibilização da revista Contabilista em formato digital, existiram 340.221 revistas não impressas, o que representou uma redução de impressão de revistas de 46,9%, representando 25.856.796 folhas não impressas. Em 2019 esta redução ainda é mais significativa, sendo de 76,4% em relação a 2017, com o número



expressivo de 42.150.284 páginas de revistas não impressas, com um efeito muito positivo para o ambiente. Em relação ao ano de 2020, existe uma redução de impressão de revistas, face ao ano de 2017, de 85,1%, com um número muito significativo de 46.965.796 páginas de revistas não impressas. No ano de 2021 a redução é de 49.643.656 páginas de revistas (90,0% face a 2017), no ano de 2022 a redução é de 49.621.236 páginas de revistas (89,9% face a 2017), e no ano de 2023 a redução é de 47.913.212 páginas de revistas (86,9% face a 2017).

Consumo de papel de fotocópia

De 2017 para 2023 o volume de papel de fotocópia foi reduzido em 39,8% o que manifesta uma variação positiva no ponto de vista da poupança e impacto ambiental.

	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
N.º páginas	1 080 000	900 000	850 000	625 000	675 000	215 000	650 000
Unidades - Resmas	2 160	1 800	1 700	1 250	1 350	430	1 300
Árvores*	11	9	8	6	7	2	7

*1 árvore = 10 000 folhas /1 folha = 2 páginas

Expediente e correio

O total de correspondência recebida pela OCC, através da Pasta CC e pelo e-mail geral aumentou, de 2017 para 2023, em 113,9%. Apesar disso, a correspondência recebida por correio reduziu-se em 66,3% de 2017 para 2023 (-15.055 cartas recebidas). O peso de cartas recebidas por correio no total da correspondência recebida pela OCC em 2017 era de 39,2%, tendo passado para 9,2% em 2023.

O número de e-mails enviados através da Pasta CC tem vindo a aumentar significativamente, tendo o seu número aumentado em 2023 face a 2017, em 40.066, o que corresponde a uma variação positiva de 113,9%.

Estes dados para além de demonstrarem a melhoria de interação com os membros, e maior eficiência no serviço que lhes é prestado, evidenciam também um melhor desempenho em termos ambientais com a redução gradual da correspondência por correio.

Correspondência	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Recebida	22 716	20 769	15 883	6 306	5 301	9 441	7 661
Enviada	11 635	18 115	22 620	11 002	11 535	17 845	15 654
Correio devolvido	3 234	932	824	1 023	1 799	202	776
Pasta CC							
Recebidas	18 119	19 679	22 904	36 117	29 585	36 610	39 883
Respostas enviadas	35 170	40 824	47 924	64 448	67 697	71 897	75 236
Recebidas em geral@occ.pt	17 051	21 145	25 020	36 117	34 139	35 287	35 353

XIV.c Desempenho social

A - Membros

a) Distribuição etária e de género

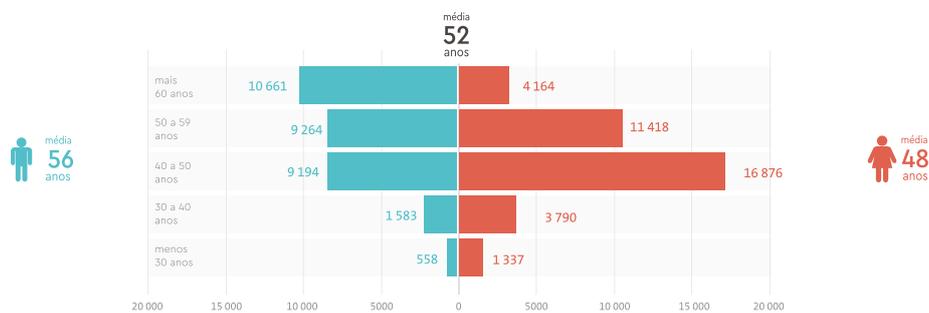
A distribuição etária e de género dos profissionais, no âmbito de análise da instituição, é um aspeto de grande relevância.



A 31 de dezembro de 2023, do universo de 68.845 membros inscritos na Ordem, 45,4% são homens e, 54,6% são mulheres, o que não deixa de ser revelador da importância que as mulheres têm na nossa profissão.

Os dados comparados com o período anterior denunciam um ligeiro aumento do número de mulheres: a percentagem em 2018 era de 53,11%, em 2019 é de 53,26%, em 2020 é de 53,5%, em 2021 é de 53,9%, em 2022 era 54,3%, e em 2023 é de 55%.

Por outro lado, a estrutura etária da profissão revela um grande equilíbrio entre a juventude e o que poderíamos chamar o «saber de experiência feito», atendendo a que o maior número de profissionais, se situa entre os 40 e os 50 anos, conforme quadro que se segue:





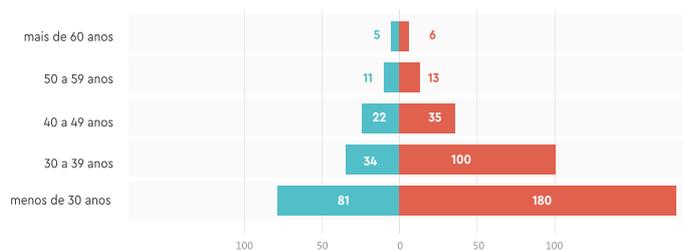
b) Novos membros 2023

No ano de 2023 entraram 487 novos membros, menos 27,3% que em 2022. O número de mulheres que entraram em 2023 foi 333 (68,4%) e o número de homens foi 154 (31,6%).

No ano de 2022 entraram 670 novos membros, menos 4,7% que em 2021. O número de mulheres que entraram em 2022 foi 409 (61,04%) e o número de homens foi 261 (38,96%).



Distribuição etária dos novos membros



B - Apoio social aos membros

O apoio social aos membros é uma área de ação da Ordem essencial para a criação de melhores condições pessoais para os contabilistas certificados. Como tal, em 2022 reforçamos a aposta em mecanismos que efetiva e eficazmente melhor apoiarmos os membros em momentos de necessidade.

A Ordem tem procurado cultivar os valores da solidariedade entre os seus membros, promovendo algumas iniciativas no âmbito do apoio social que visam acautelar os profissionais durante o seu desempenho e, posteriormente, depois de abandonarem a profissão:

a) Redução das quotas

Desde 2020, foram introduzidas medidas de apoio aos membros, resultantes da aprovação dos Planos de Atividades e Orçamentos:

- Redução de 50% do valor das quotas para membros com mais de 75 anos que não exerçam a profissão;
- Isenção total aos membros acima dos 80 anos que não exerçam ativamente a profissão;
- Para os novos membros, no primeiro ano de inscrição, redução de 50% do valor das quotas mensais.



No ano de 2023, estas três medidas tiveram um impacto nos rendimentos de menos 227.123 euros, no ano de 2022 de menos 168.864 euros, no ano de 2021 de menos 159.264 euros e no ano de 2020 de menos 112.032 euros no valor das quotas dos membros, sendo o valor total dos quatro anos 667.283 euros.

Redução/isenção	Orçamento 2023		2023	
	N.º de membros*	Valor anual (€)	N.º de membros*	Valor anual (€)
Redução 50% (75 - 80 anos)	638	57 420	699	60 165
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	708	63 720	447	42 308
Isenção total + 80 anos***	578	106 920	744	124 650
Total		228 060		227 123

* n.º de membros beneficiários no final do ano ; ** Entrada gradual ao longo do ano; *** Inclui 1 membro com pagamentos faseados

Redução/isenção	Orçamento 2022		2022	
	N.º de membros*	Valor anual (€)	N.º de membros*	Valor anual (€)
Redução 50% (75 - 80 anos)	590	42 480	636	43 854
Redução 50% (1.º ano / novos membros)**	637	45 864	621	42 870
Isenção total + 80 anos***	505	72 720	615	82 140
Total		161 064		168 864

* n.º de membros beneficiários no final do ano ; ** Entrada gradual ao longo do ano; *** Inclui 2 membros com pagamentos faseados

b) Fundo de Solidariedade Social

O Fundo de Solidariedade Social dos Contabilistas Certificados constitui um mecanismo através do qual, a Ordem possibilita que em situações de carência financeira estes possam ter acesso às condições mínimas de sobrevivência e dignidade pessoal e familiar.

Tem como objetivo acorrer a situações inesperadas que privem os membros de angariar o seu próprio sustento. Outra função do Fundo passa por atribuir um complemento de reforma aos Contabilistas Certificados com inscrição em vigor que alcancem um rendimento líquido nunca inferior ao salário mínimo nacional.

No dia 14 de janeiro de 2019, foi publicado em Diário da República o novo Regulamento do Fundo de Solidariedade Social dos Contabilistas Certificados que alarga a idade dos filhos do agregado familiar de 16 para 21 anos, criando condições para que possam prosseguir os seus estudos académicos, amplia as situações abrangidas e elimina as anteriores limitações por tipo de rendimentos obtidos e estabelece o cálculo de apuramento dos rendimentos declarados.

O Regulamento pretende adequar o fundo de solidariedade social dos contabilistas certificados à atual estratégia implementada pelo Conselho Diretivo, promovendo-se por um maior apoio social aos contabilistas certificados que não tenham as condições mínimas para viver condignamente. A valorização e reputação da classe, passa também pela dignificação das condições pessoais e familiares dos profissionais, potenciando a Ordem, no âmbito das suas competências estatutariamente previstas, o apoio efetivo aos seus membros.

De salientar que durante o período de 2023, beneficiaram do Fundo Social de Solidariedade 36 membros, sendo pago o valor de 120.528 euros. Em 2022 foram 40 membros que beneficiaram do Fundo Social de Solidariedade, sendo o valor pago 116.406 euros. No ano de 2021, 43 membros beneficiaram do Fundo Social de Solidariedade, no total de 120.078 euros.



Beneficiários do fundo de solidariedade social

	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
N.º beneficiários	157	31	31	28	32	41	43	43	40	36
Valor pago (€)	271 723	55 677	70 352	82 278	91 898	117 773	126 836	120 078	116 406	120 528

c) Seguro de Responsabilidade Civil e Profissional

O seguro de responsabilidade civil e profissional é uma ferramenta essencial para o exercício da profissão, sendo o garante de segurança e proteção em situações de erros ou omissões profissionais.

Têm direito ao seguro de responsabilidade civil e profissional contratado pela Ordem os membros pessoas singulares, com inscrição ativa na Ordem que cumpram cumulativamente os requisitos previstos no respetivo regulamento.

O seguro de responsabilidade civil e profissional cobre eventuais danos patrimoniais causados a terceiros relacionados com o exercício da contabilidade. Atendendo aos riscos inerentes ao exercício da profissão, constitui uma espécie de "guarda-chuva", não só para os profissionais, mas também para os seus clientes. Beneficia todos os contabilistas certificados com inscrição em vigor e sem quotas atrasadas por período superior a 90 dias.

A Assembleia Representativa Extraordinária da Ordem realizada em 23 de novembro 2019, aprovou a alteração do regulamento do seguro de responsabilidade civil profissional dos membros, tendo sido introduzido no artigo 6.º de uma alínea c) que prevê que os membros devem «cumprir com os créditos de formação profissional contínua no ano anterior ao da entrada em vigor da apólice.».

d) Seguro de Saúde

Oferecido gratuitamente pela Ordem aos seus membros, constitui um meio a que muitos profissionais podem recorrer para solucionar problemas de saúde. Em 2017, alargou-se a sua abrangência, passando a disponibilizar-se de forma gratuita até 5 consultas por ano para os membros abrangidos.

A contratação da apólice de seguro de saúde para os contabilistas certificados é composta pelos seguintes planos: Plano Base e Planos Upgrade pagos pelos membros (Plano 1, Plano 2 e Plano 3),

Em 2020, foi alargada a inclusão a membros com idade até aos 80 anos, inclusive, que tenham a sua inscrição ativa e cujas quotas não estejam em dívida por um período superior a 120 dias.

e) Fundo de Pensões

Criado em outubro de 2005, tem como objetivo a criação de um complemento de reforma para todos os membros da Ordem com inscrição em vigor.

Em conformidade com o compromisso assumido, mantendo a tradição, a Ordem procedeu à entrega das verbas provenientes da renda do nosso edifício situado na Avenida 24 de Julho, ao Fundo de Pensões, até à data da sua alienação em julho de 2023. Em 2023, o contributo ascendeu a 97.388 euros, tendo até ao final do ano totalizado 7.832.548 euros, conforme quadro seguinte:



Valores transferidos para o fundo de pensões	Anual	Acumulado
Até 2013		6 243 507
2014	166 435	6 409 942
2015	163 830	6 573 772
2016	163 436	6 737 208
2017	163 436	6 900 644
2018	165 419	7 066 063
2019	165 267	7 231 330
2020	167 790	7 399 120
2021	168 020	7 567 140
2022	168 020	7 735 160
2023	97 388	7 832 548

Desde 2005, a Ordem fez entregas para o Fundo de Pensões no valor de 7.832.548 euros (Capital investido).

Em 31 de dezembro de 2023, a OCC é detentora de 558074,717400 UPs (Unidades de participação) com uma valorização de 7.993.583,21 euros (7.568.215,71 euros em 31 de dezembro de 2022).

f) Medidas de Apoio Profissional e Social aos Membros

Em 2023, mantemos o objetivo proposto de equilíbrio económico e financeiro sustentável das contas, conseguido com todo o esforço na manutenção da maior contenção dos gastos, sem prescindir da prestação do melhor serviço aos membros, o que sempre é o foco principal da Ordem. O controlo das despesas é um processo em avaliação permanente, no sentido de melhoria de eficácia na utilização dos recursos existentes, todos eles utilizados em prol dos membros e da valorização da profissão.

No atual contexto económico e social fortemente influenciado pelas variáveis exógenas conhecidas, a Ordem mantém a prioridade nas medidas de apoio social e profissional, de forma a mitigar as dificuldades que muitos dos seus membros estejam a conhecer ou possam vir a sentir. A Ordem não prescinde de reforçar a capacitação dos seus membros, por forma a que os contabilistas certificados reúnam as necessárias condições para intensificarem o interesse e a fé pública da profissão.

As medidas de apoio profissional e social são as seguintes:

f1) Disponibilização gratuita dos manuais de formação

Todos os manuais e materiais de apoio às formações, após o começo das mesmas, ficam disponíveis na área reservada do membro. Para além dos materiais de 2023, foram também disponibilizados todos os manuais referentes às formações realizadas em 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022. Esta medida pretende potencializar o estudo e desenvolvimento profissional de todos os contabilistas certificados.

F2) Agenda do Contabilista 2023

Para que melhor possa planificar o seu trabalho e as suas obrigações, a Ordem disponibilizou aos contabilistas certificados uma ferramenta que, acreditamos, é de grande utilidade: a Agenda do Contabilista 2023. As agendas foram expedidas a pedido para a morada dos contabilistas certificados que consta na base de dados da Ordem.



Esta Agenda vai muito além de um mero calendário com compilação de contactos da Ordem e das suas representações. Nesta ferramenta estão incluídas as datas das principais obrigações fiscais e informações úteis de carácter técnico, devidamente acompanhadas pelos respetivos exemplos práticos.

F3) Reforço da plataforma de formação à distância e rede de internet da Ordem

Querendo melhorar ainda mais a qualidade dos serviços da Ordem, a plataforma de formação à distância (e-learning) foi reforçada para propiciar a todos os formandos uma melhor experiência formativa, mais interativa, pedagógica e amigável. Paralelamente, a rede de internet da Ordem também foi reforçada, dando mais velocidade e melhores condições de comunicação entre os contabilistas certificados e os técnicos que lhes prestam apoio.

F4) Fortalecimento do fundo de solidariedade da Ordem

Em momentos de crise, em que a celeridade nas decisões é fundamental para a eficiência das mesmas, o prazo para deliberação de todos os pedidos de apoio ao Fundo de Solidariedade da Ordem foi reduzido, sendo o mais curto possível.

F5) Formação online gratuita

Desde 1 de janeiro de 2023, todos os modelos formativos online existentes na OCC (CCCLIX, e-learning, plug-in, Reuniões Livres e Descomplicar na Hora), tornaram-se gratuitos para todos os contabilistas certificados com inscrição ativa na Ordem.

No período de 1 de janeiro a 31 de dezembro, registaram-se 109.674 inscrições na formação on-line, o que representa um valor de 3.509.568 euros, tendo como base os valores existentes desta formação em dezembro de 2022.

Formações à Distância de janeiro a dezembro

Tipo Formação	Número de inscritos	Valor
Descomplicar na hora	13 734	439 488€
e-Learning	46 226	1 479 232 €
Plug-in	49 714	1 590 848 €
Totais	109 674	3 509 568 €

A Ordem organizou a nível nacional o segundo ciclo de formação eventual de 2023, entre 17 de abril e de 6 maio, subordinado ao tema «Agenda do trabalho digno», em colaboração com os organismos do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social. Esta formação foi gratuita para membros e público em geral, na qual se abordou a maior alteração ao Código do Trabalho e legislação conexas desde 2009, cumprindo-se uma verdadeira missão de serviço público. Registaram-se 13.385 inscrições na formação eventual que representa um valor de 428.320 euros, tendo como base os valores existentes desta formação em dezembro de 2022.

O valor total da formação gratuita realizada no período de 1 janeiro a 31 de dezembro de 2023 foi 3.937.888 euros.

f6) Grupo Entrejaída – Apoio voluntário e informal aos contabilistas certificados

Em estreita colaboração com um grupo de contabilistas certificados, no dia 20 de janeiro de 2021, foi lançado o Grupo Entrejaída – Apoio Voluntário e Informal aos Contabilistas Certificados. Com origem numa ideia que foi apresentada ao Conselho diretivo através do Orçamento Participativo, prontamente aceite e transposta para o Plano de Atividades e Orçamento para 2021, o Grupo Entrejaída, de cariz voluntário e de natureza informal, tem por missão apoiar os contabilistas certificados que estejam a sofrer dificuldades várias, quer de âmbito social, profissional ou pessoal.

De forma informal, anónima, sigilosa e voluntária, este grupo, ajudará os contabilistas certificados que estejam a atravessar momentos de aflição, criando ferramentas e adotando estratégias que vão ao encontro das necessidades dos colegas. Foi disponibilizado o email – ajudacc@occ.pt, para o contacto.

g) Medidas de Apoio aos Futuros Membros

g1) TOConline Ensino

No dia 9 de setembro de 2020, foi disponibilizado o TOConline Ensino, gratuito (mediante a celebração de protocolo de colaboração) para todos os estabelecimentos de ensino profissional, secundário e ensino superior com cursos de formação que permitam o acesso à profissão de Contabilista Certificado. Este programa permite que todos os estudantes tenham, no seu projeto de simulação empresarial ou idêntica disciplina, uma ferramenta de trabalho que melhor os prepare para o mercado de trabalho, simulando, da forma mais fiável possível, as tarefas diárias de um Contabilista Certificado.

Para explorar todas as potencialidades do TOConline Ensino, aos professores responsáveis pela disciplina em que se utilizará este programa, é disponibilizado gratuitamente um curso de formação TOConline.

A 31 de dezembro de 2023, existiam 82 protocolos com escolas no âmbito do TocOnline Ensino.

g2) Curso de Deontologia para Membros Estagiários

A Ordem colocou na sua plataforma de e-learning, o curso com inscrição gratuita de «Deontologia profissional do Contabilista Certificado – formação para estagiários», para os estagiários que realizaram o exame de avaliação profissional nos dias 11 de março, 17 de junho e 28 de outubro de 2023.

Esta formação, de carácter facultativo, aborda temas que podem ser do interesse do futuro membro, como o enquadramento institucional da profissão, o exercício da atividade de Contabilista Certificado, o regime jurídico das sociedades de contabilistas e das sociedades profissionais de CC, os direitos e deveres, entre muitos outros tópicos.

O curso foi frequentado de forma gratuita por 309 estagiários que realizaram o exame de avaliação profissional no dia 11 de março de 2023, por 177 estagiários que realizaram o exame no dia 17 de junho de 2023, e por 240 estagiários que realizaram o exame no dia 28 de outubro de 2023, correspondendo a um valor de 23.175 euros, 13.275 euros, e 18.000 euros, respetivamente.

No dia 11 de janeiro de 2024, decorreu a cerimónia de entrega dos certificados aos novos membros da instituição, aprovados nos exames de avaliação profissional de 2023.



h) Eventos e apoios de âmbito social

h1) Dia do Contabilista – 21 de setembro

No dia 21 de setembro de 2023, o Dia do Contabilista, foi celebrado na delegação da OCC do Porto, com o tema “Uma visão 360.º da profissão e da sua relevância”.

Cinco anos após o lançamento desta iniciativa, a celebração do Dia de S. Mateus, padroeiro dos contabilistas, regressou às origens, às instalações da Ordem no Porto. O dia foi preenchido e animado, com direito a peça de teatro; *stand up consulting* (humor empresarial); música; debate sobre a nova lei das Ordens e uma casa cheia.

h2) Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados

A Ordem organizou no dia 15 de outubro de 2023, no Porto, o XVII Encontro Nacional dos Contabilistas Certificados. O Super Bock Arena – Pavilhão Rosa Mota, localizado nos jardins do Palácio de Cristal, foi o local escolhido para a realização do convívio anual dos profissionais e das suas famílias tendo tido a participação de 1.500 pessoas.

h3) Cerimónias de entrega das medalhas

Entre 19 de setembro e 14 de dezembro de 2023, a Ordem promoveu as cerimónias de entrega de medalhas aos contabilistas certificados que completaram 25 anos de inscrição (1998/2023), ou seja, todos aqueles cujo número de membro está compreendido entre o 38.214 e 50.229.

DATA	LOCAL	MEDALHAS
19/09/2023	Santarém	67
20/09/2023	Aveiro	110
21/09/2023	Porto	315
13/10/2023	Coimbra	95
16/10/2023	Évora	27
24/10/2023	Leiria	127
25/10/2023	Setúbal	95
26/10/2023	Portalegre	27
27/10/2023	Beja	22
27/10/2023	Faro	62
30/10/2023	Bragança	20
30/10/2023	Vila Real	38
31/10/2023	Braga	173
31/10/2023	Viana do Castelo	48
02/11/2023	Castelo Branco	48
02/11/2023	Guarda	26
03/11/2023	Viseu	69
04/12/2023	Funchal	24
05/12/2023	Lisboa	421
12/12/2023	Faial	8
13/12/2023	Ponta Delgada	29
14/12/2023	Angra do Heroísmo	21
Subtotal		1.872
Outras entregas		756
Total		2.628

h4) Festa de Natal da OCC – Lisboa e Porto (30 novembro e 1 de dezembro em Lisboa e 2 de dezembro no Porto)

Três dias, quatro sessões (duas em Lisboa e duas no Porto), 2 500 pessoas.

Os ateliês e jogos para os mais novos, o saco com o presente (uma bola de futebol, uma caneca, um livro e um calendário do Advento); os truques intrigantes que a magia de proximidade de Francisco Mousinho espalhou; a esfuziante energia da dupla de contabilistas certificados Joana e Norberto; e a presença tranquila, segura e melódica de Nena (no Porto acompanhada por João Só), foram ingredientes que ajudaram de forma decisiva a que as festas natalícias dos contabilistas certificados e suas famílias, se saldasse por rotundo sucesso.

h5) Protocolos para os membros

Desde setembro de 2019, a OCC passou a disponibilizar a todos os membros, vários protocolos com empresas de norte a sul do país e ilhas, para que os contabilistas certificados tenham condições vantajosas em variados produtos e serviços.

A Ordem apresenta aos seus membros um conjunto de descontos e vantagens em empresas dos mais variados ramos de atividade, e com uma ampla cobertura geográfica. São mais de 260 as entidades com as quais já existem protocolos celebrados.

A Ordem disponibilizou no site uma brochura para consulta das empresas aderentes. Nas informações referentes a cada empresa, são apresentadas as principais vantagens e as ligações que permitem aos membros ter acesso às vantagens completas e ao respetivo protocolo.

C - Colaboradores

Apresentamos a estrutura interna da Ordem, constituída por 151 colaboradores, cuja distribuição, por departamento / serviço, género e estabelecimento, é conforme o quadro que se segue:

Colaboradores por departamento	Mulheres	Homens	Total Geral
Departamento de Funcionamento	26	6	32
Departamento de Consultoria Técnica	14	12	26
Departamento de Consultoria Técnica – Toconline	3	10	13
Secretariado	8	2	10
Departamento de Sistemas de Informação	3	7	10
Departamento Disciplinar	8	1	9
Departamento de Logística	5	3	8
Departamento Jurídico	9	1	10
Departamento de Comunicação e Imagem	3	5	8
Serviço de Tesouraria	6	1	7
Serviço de Mediação	3	1	4
Assessores da bastonária	0	4	4
Serviço de Contabilidade e Recursos Humanos	3	1	4
Serviço de Expedição e Correio	2	1	3
Serviço de Manutenção	0	3	3
Total Geral	93	58	151



a) Movimentos de entradas (novas contratações) e saídas dos colaboradores, ocorridos durante o período de 2023, por departamento/serviço.

No ano de 2023, foram vinte e sete as novas contratações. Catorze novos colaboradores foram admitidos para a equipa Toconline, uma colaboradora para o Serviço de Contabilidade e Recursos Humanos, um colaborador para o Departamento Comunicação e Imagem, quatro consultores para o Departamento de Consultoria Técnica, um colaborador para o Serviço de Manutenção, dois para o Departamento de Informática, três para as representações e uma para o Secretariado, conforme o quadro que se segue:

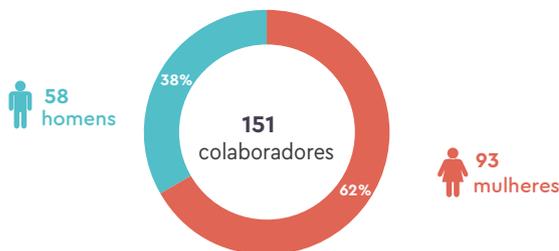
Novos colaboradores por departamento e género	Mulheres	Homens	Total
Departamento de Consultoria Técnica – Equipa Toconline	4	10	14
Serviço de Contabilidade e Recursos Humanos	1		1
Departamento de Comunicação e Imagem		1	1
Departamento de Consultoria Técnica	1	3	4
Serviço de Manutenção		1	1
Departamento de Sistemas de Informação		2	2
Departamento de Funcionamento – Representações	3		3
Secretariado	1		1
Total Geral	10	17	27

Relativamente às saídas de colaboradores foram todas por iniciativa dos colaboradores, conforme o quadro que se apresenta:

Saídas de colaboradores por departamento	Mulheres	Homens	Total
Departamento de Consultoria Técnica – Equipa Toconline	1	1	2
Serviço de Contabilidade e Recursos Humanos	1		1
Departamento de Consultoria Técnica	1		1
Departamento de Funcionamento	2		2
Secretariado		1	1
Total Geral	5	2	7

b) Género

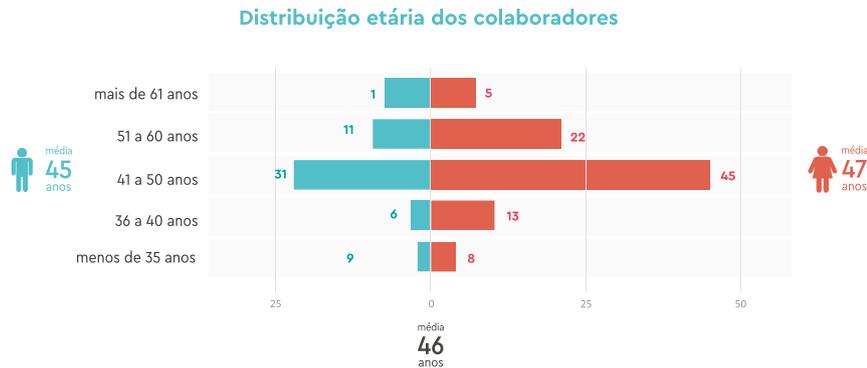
Da análise percentual entre homens e mulheres no universo dos colaboradores da Ordem, verificamos que 62% são mulheres e 38% são homens.





c) Distribuição etária

No quadro seguinte apresentamos a estrutura etária dos nossos colaboradores em 31 de dezembro de 2023. Verificamos que 50% dos nossos colaboradores têm idades compreendidas entre os 41 a 50 anos, 30% são mulheres e 20% são homens. A média de idades dos colaboradores é de 46 anos.



d) Seguro de Saúde

A Ordem tem um seguro de saúde grupo onde estão incluídos todos os colaboradores. A Apólice do seguro de saúde dos colaboradores da OCC garante as coberturas referentes a despesas de hospitalização, despesas de assistência ambulatoria, despesas de parto, despesas de estomatologia, despesas com próteses e ortóteses, despesas com medicamentos, assistência a pessoas e segunda opinião médica.

e) Regimes de trabalho flexível

Em 2023, a Ordem insitiu de acordo com as características e forma de trabalho de cada departamento ou serviço a possibilidade de flexibilização do horário e local de trabalho, permitindo que o colaborador usufrua de uma manhã ou tarde mediante compensação de horas nos restantes dias da semana ou que execute as suas funções em regime misto de trabalho presencial e remoto.

Lisboa, 23 de fevereiro de 2024

O Conselho Diretivo

Bastonária	Vice-presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
Paula Franco	Joaquim Barbosa	Cristina Pena Silva	Manuel Teixeira	Álvaro Costa	Pedro Nuno Ferreira



XV. Relatório anual da atividade do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023

1. INTRODUÇÃO

O presente relatório, relativo à atividade do Conselho Fiscal (doravante "CF") referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023 (doravante "relatório"), é elaborado nos termos do disposto na alínea d) do art.º 62.º do Estatuto da Ordem dos Contabilistas Certificados (doravante "EOCC"), aprovado pela Lei n.º 139/2015, de 7 de setembro, com as sucessivas alterações que lhe foram introduzidas, o qual estabelece que o CF elabora, obrigatoriamente numa base anual, um relatório da sua atividade, a apresentar à Assembleia Representativa (doravante "AR") de aprovação de contas do referido período.

2. ÂMBITO

O relatório, entre o mais, inclui a descrição dos procedimentos de fiscalização executados pelo CF, designadamente os estabelecidos nas alíneas a), b) e c) do art.º 62.º do EOCC, relativos à fiscalização do cumprimento do orçamento, ao exame dos documentos e dos registos da contabilidade da Ordem e à emissão do parecer sobre o Relatório e Contas do Conselho Diretivo (doravante "CD").

3. ORGANIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CF

De acordo com o disposto na alínea f) do art.º 62.º do EOCC, a organização interna do CF obedece a um Regimento, o qual foi aprovado em reunião do CF de 14 de maio de 2018 e alterado em 26 de fevereiro de 2021 e em 22 de dezembro de 2021.

Desde o início do mandato em curso de 2022/2025, cuja tomada de posse ocorreu em 7 de dezembro de 2021, e até à presente data, realizaram-se 27 reuniões do CF, tendo as respetivas atas sido disponibilizadas ao CD e ao Conselho Jurisdicional (doravante "CJ").

4. REMUNERAÇÕES DOS MEMBROS DO CF

As remunerações dos órgãos sociais são determinadas pela Comissão de Fixação de Remunerações dos Titulares dos Órgãos Sociais (doravante "CFRTOS") que deliberou atribuir as remunerações mensais de 1.750 euros ao Presidente do CF e 1.100 euros ao Vogal e ao Revisor Oficial de Contas, pagas por 12 prestações mensais.

Os encargos suportados pela Ordem no período 2023 com os membros do CF, encontram-se apresentados na nota 12 da demonstração financeira intitulada "Anexo" constante do Relatório e Contas do período de 2023.

5. PROCEDIMENTOS DE FISCALIZAÇÃO

5.1. Comunicação com o auditor responsável pela revisão legal de contas

A revisão legal de contas a que a Ordem está sujeita nos termos do art.º 12.º do Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de março, foi contratada a "BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda." (doravante "auditor"), com sede em Lisboa, inscrita na Ordem dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 29 e na Comissão do Mercado de Valores Mobiliários sob o n.º 20161384, no âmbito de procedimento de contratação pública levado a cabo para o efeito.

A comunicação com o auditor, desde o planeamento ao relato das conclusões, incluiu a realização de reuniões para a discussão dos aspetos relevantes de auditoria, designadamente, a compreensão do sistema de controlo interno relevante para a auditoria, o conhecimento dos níveis de materialidade, as áreas identificadas como suscetíveis a risco de distorção material, os procedimentos de auditoria desenvolvidos e as respetivas conclusões.

Acompanhámos o trabalho dos auditores até à sua conclusão, tendo tomado conhecimento do teor do "Relatório Intercalar de Conclusões e Recomendações de Auditoria com referência a 30 de junho de 2023" e do "Relatório Final de Conclusões e Recomendações de Auditoria com referência a 31 de dezembro de 2023". No âmbito das comunicações com os auditores relativas à avaliação do sistema de controlo interno da Ordem, estes comunicaram não ter identificado deficiências significativas no sistema de controlo interno instalado.

Em resultado da comunicação com o auditor, e tomando em consideração o teor do ponto 5.2 abaixo, não nos foram comunicadas quaisquer exceções com impacto material sobre as demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2023 e, bem assim, nem quaisquer acontecimentos subsequentes até à data que careçam de eventual divulgação e ou ajustamento àquelas demonstrações financeiras.

5.2. Certificação Legal das Contas (CLC)

Apreciámos o conteúdo da CLC emitida pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas contratada para realizar a revisão legal de contas da Ordem com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2023, a qual foi emitida em 26 de fevereiro de 2024, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.

5.3. Execução do Plano de Atividades e do Orçamento (PAO) do período de 2023

Face ao preceituado na alínea a) do art.º 62.º do EOCC, o CF deve fiscalizar o cumprimento do orçamento da Ordem.

Para o efeito, constata-se que o Relatório e Contas do período 2023 apresentado pelo CD, inclui informação relativa a rendimentos e gastos desagregados quanto à sua natureza, apresentando os respetivos desvios e justificações face ao orçamentado.



5.4. Matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas

Para as matérias que considerámos de maior importância e que designámos de matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas, procedemos à identificação sintética dos procedimentos realizados.

Descrição das matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas	Síntese dos procedimentos realizados com respeito às matérias de fiscalização identificadas como as mais significativas
<p>Sistema de Controlo Interno ('SCI')</p> <p>O SCI integra as políticas e procedimentos adotados pelo CD, tendo em vista assegurar, tanto quanto praticável, a condução ordenada e eficiente da atividade, incluindo a aderência às políticas do órgão de gestão, a salvaguarda dos ativos, a prevenção e a deteção de fraude e erro, o rigor e a plenitude dos registos contabilísticos, o cumprimento das leis e regulamentos e a preparação tempestiva de informação financeira credível.</p> <p>Consequentemente, dada a relevância do SCI, a sua melhoria contínua é sempre considerada pelo CF como matéria significativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Observámos que os auditores identificaram oportunidades de melhoria ao nível do SCI, mas não comunicaram deficiências significativas; • Em linha com os períodos anteriores, as referidas oportunidades incluem a formalização escrita de procedimentos e circuitos internos e o reforço de automatizações.
<p>Áreas de risco de distorção material das demonstrações financeiras</p> <p>As áreas de risco de distorção material (RDM) devido a fraude ou a erro, ao nível das demonstrações financeiras e ao nível da asserção, são aquelas que, apresentando-se materialmente relevantes, são mais suscetíveis a distorção em função de uma variedade de fatores.</p> <p>Em face do descrito, e em linha com os períodos anteriores, tomámos conhecimento que os auditores consideraram como áreas de RDM, as seguintes: reconhecimento do rédito, derrogação de controlos pelo órgão de gestão, provisões para outros riscos e encargos e especialização de gastos.</p> <p>Consequentemente, o CF considera que estas áreas são matérias significativas.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Para as áreas de risco de distorção material referidas, solicitámos e obtivemos do auditor a descrição dos procedimentos realizados tendo em vista mitigar os riscos identificados; e • Procedemos, igualmente, a um conjunto de procedimentos de revisão analítica, a indagações e, designadamente, no que concerne a provisões e passivos contingentes (nota 14.7 do Anexo), reunimos com os consultores jurídicos internos da Ordem.
<p>TOConline</p> <p>A Ordem mantém o projeto TOConline, o qual proporciona suporte informático a um conjunto alargado de contabilistas certificados, projeto sobre qual pende contencioso entre várias empresas que disponibilizam softwares de contabilidade e a Ordem.</p> <p>Os rendimentos e os gastos inerentes ao TOConline têm um impacto relevante no orçamento e nas contas da instituição.</p> <p>Adicionalmente, durante o período ocorreu a cessação do contrato de prestação do serviço celebrado entre a Ordem e a Clouddware, S.A.</p> <p>Por estes motivos, o CF considera os rendimentos obtidos e os gastos incorridos no âmbito do projeto TOConline como uma matéria significativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Indagações ao auditor e à Direção financeira da Ordem, relativas à confirmação externa efetuada aos advogados que se relacionam com a Ordem; • Procedimentos de revisão analítica à evolução das rubricas de rendimentos e gastos relacionadas com o TOConline; • Inspeção documental numa base amostral; e • Análise do conteúdo das divulgações efetuadas no Relatório e Contas do período de 2023.
<p>Website institucional, CCCLix e projetos de desenvolvimento</p> <p>Conforme descrito na nota 5 do Anexo, durante o período económico findo em 31 de dezembro de 2023 a OCC efetuou investimentos relevantes nestes projetos.</p> <p>Os projetos visam melhorar os serviços aos membros em diversas perspetivas.</p> <p>Desta forma, o CF considera esta temática como uma matéria significativa.</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Análise das políticas contabilísticas adotadas e indagações ao auditor quanto aos respetivos procedimentos de auditoria realizados; • Procedimentos de revisão analítica e inspeção documental numa base amostral; e • Análise do conteúdo das divulgações efetuadas no Relatório e Contas do período de 2023.



5.5 Outros Procedimentos

Foram ainda desenvolvidos, designadamente, os seguintes procedimentos:

- a) Leitura das atas e dos resumos das deliberações do CD do período 2023 e até à última reunião realizada em 23 de fevereiro de 2024;
- b) Análise da documentação de suporte à contabilidade, numa base mensal e por amostragem, efetuando sugestões/recomendações aos Serviços da Ordem e ao CD;
- c) Indagações ao CD e aos responsáveis pela área contabilística e financeira;
- d) Verificação num serviço de filtragem Anti Money Laundering, dos membros do CD, do CJ e do CF;
- e) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras apresentadas pelo CD da Ordem, de acordo com a normalização contabilística aplicável às Entidades do Setor Não Lucrativo (ESNL);
- f) Verificação da conformidade das demonstrações financeiras com os registos contabilísticos e os documentos que lhes servem de suporte;
- g) Apreciação da adequação e consistência das políticas contabilísticas da Ordem, bem como da sua adequada divulgação no Anexo;
- h) Análise do Relatório e Contas referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023, o qual descreve as atividades dos Órgãos, dos departamentos e Serviços da Ordem, bem como proporciona informação de desempenho não financeiro, designadamente, sobre questões ambientais e relativas aos seus membros e colaboradores; e
- i) Análise do conteúdo dos Relatórios Integrados Intercalares referentes ao primeiro trimestre, primeiro semestre e terceiro trimestre de 2023, tendo apresentado sugestões de melhoria quanto à informação a divulgar através desse documento.

6. PARECERES E RELATÓRIOS EMITIDOS

Durante o período de 2023 e até à presente data, foram emitidos os seguintes relatórios e pareceres:

6.1. Parecer sobre o PAO para o período de 2024

Apesar de o art.º 62.º do EOCC não estabelecer a obrigação do CF emitir parecer sobre o PAO, foi o mesmo solicitado pelo CD. Nesta conformidade, em 11 de dezembro de 2023, o CF emitiu parecer sobre o PAO para o período de 2024.

6.2. Parecer sobre o Relatório e Contas e Relatório Anual da Atividade do CF referentes ao período findo em 31 de dezembro de 2022

Nos termos da alínea c) do art.º 62.º do EOCC, o "Parecer do Conselho Fiscal" sobre o Relatório e Contas do período de 2022 foi emitido em 24 de fevereiro de 2023, data em que foi também emitido o "Relatório Anual da Atividade do CF referente ao período findo em 31 de dezembro de 2022".



7. PARTICIPAÇÃO EM EVENTOS E OUTRAS REALIZAÇÕES DA ORDEM

Durante o período de 2023 o CF acompanhou a vida da Ordem, assistindo a eventos presenciais e online promovidos pelo CD, designadamente, conferências, formações e reuniões livres. Participou, igualmente, nas reuniões da AR realizadas no período.

8. NOTA FINAL

Finalmente, o CF agradece ao CD, aos Serviços e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Ordem, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2024.

O CONSELHO FISCAL

Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes | Presidente

Raquel Vandra da Mota Pinto | Vogal

José António Marques Pereira | Revisor Oficial de Contas



XV. Parecer do Conselho Fiscal

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, apresentamos o nosso Parecer sobre o Relatório e Contas da Ordem dos Contabilistas Certificados (doravante "Ordem") relativo ao período findo em 31 de dezembro de 2023, cuja elaboração e apresentação é da responsabilidade e da competência do Conselho Diretivo (doravante "CD").

No âmbito das nossas funções, acompanhámos a evolução da atividade da Ordem, a regularidade dos seus registos contabilísticos e o cumprimento do normativo legal e estatutário em vigor, conforme consta detalhadamente no "Relatório Anual da Atividade do Conselho Fiscal referente ao período findo em 31 de dezembro de 2023", tendo recebido do CD e dos Serviços da Ordem todas as informações e esclarecimentos solicitados.

Examinámos as demonstrações financeiras da Ordem, que compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 33.790.641 euros e um total de fundos patrimoniais de 23.976.652 euros, incluindo um resultado líquido do período de 4.247.109 euros), a Demonstração dos resultados por naturezas, a Demonstração dos fluxos de caixa, a Demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o Anexo, que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, relativas ao período findo naquela data.

Adicionalmente, analisámos o Relatório de Gestão do período de 2023, o qual inclui a proposta de aplicação do resultado líquido do período.

Em resultado da revisão legal de contas realizada por "BDO & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.", representada por Ismael Soares de Matos Táboas, Revisor Oficial de Contas, com referência ao período findo em 31 de dezembro de 2023, apreciamos o conteúdo da respetiva Certificação Legal das Contas, a qual foi emitida em 26 de fevereiro de 2024, com opinião não modificada (sem reservas) e sem ênfases.

De realçar que, não chegou ao nosso conhecimento qualquer situação material que desrespeitasse os Estatutos da Ordem e ou os preceitos legais aplicáveis.

Face ao exposto, o Conselho Fiscal (doravante "CF") é de parecer que a Assembleia Representativa:

1. Aprove os documentos de prestação de contas do período findo em 31 de dezembro de 2023, tal como foram apresentados pelo CD; e
2. Aprove a aplicação do resultado líquido do período de 2023 proposta pelo CD.



Finalmente, o CF agradece ao CD, aos Serviços e à Sociedade de Revisores Oficiais de Contas responsável pela revisão legal das contas da Ordem, toda a colaboração prestada no exercício das suas funções.

Lisboa, 27 de fevereiro de 2024.

O CONSELHO FISCAL

Sérgio Leonel Pinto da Costa Pontes | Presidente

Raquel Vandra da Mota Pinto | Vogal

José António Marques Pereira | Revisor Oficial de Contas



Tel: +351 217 990 420
Fax: +351 217 990 439
www.bdo.pt

Av. da República, 50 - 10º
1069-211 Lisboa



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **ORDEM DOS CONTABILISTAS CERTIFICADOS** (adiante também designado por OCC ou ORDEM), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 33 790 641 euros e um total dos fundos patrimoniais de 23 976 652 euros, incluindo um resultado líquido de 4 247 109 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da OCC em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da ORDEM nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da OCC de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;



- (ii) elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- (v) avaliação da capacidade da ORDEM de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da OCC, responsabilidades estas entendidas no âmbito geral das competências de fiscalização ainda que não expressamente previstas nos Estatutos.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da ORDEM;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam



- suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da ORDEM para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a ORDEM descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
 - (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a OCC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 26 de fevereiro de 2024

Ismael Soares de Matos Táboas
(ROC nº 1791, inscrito na CMVM sob o nº 20220045)
em representação de BDO & Associados - SROC

